



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LUCAS RIBEIRO CAMPOS

POLÍTICA DA COR:
A SOCIEDADE PROTETORA DOS DESVALIDOS E O
ASSOCIATIVISMO NEGRO NA BAHIA DO SÉCULO XIX

Salvador
2025

LUCAS RIBEIRO CAMPOS

**POLÍTICA DA COR:
A SOCIEDADE PROTETORA DOS DESVALIDOS E O
ASSOCIATIVISMO NEGRO NA BAHIA DO SÉCULO XIX**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do grau de Doutor em História.

Área de concentração: Escravidão e Invenção da Liberdade.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Wlamyra Ribeiro de Albuquerque.

Salvador
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca Universitária Isaias Alves (BUIA/FFCH)

C198 Campos, Lucas Ribeiro
Política da cor: a sociedade protetora dos desvalidos e o associativismo negro na Bahia do século XIX. / Lucas Ribeiro Campos, 2025.
199 f.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Wlamyra Ribeiro de Albuquerque
Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2025.

1. Sociedade Protetora dos Desvalidos. 2. Negros – Associações, instituições, etc..
3. Mutualismo. 4. cultura política. I. Albuquerque, Wlamyra Ribeiro. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 305.8

Responsável técnica: Alexsandra Barreto da Silva - CRB/5-1366



ATA E PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO	MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
Lucas Ribeiro Campos	2019106723	Doutorado
TÍTULO DO TRABALHO		
Política da cor: a Sociedade Protetora dos Desvalidos e o Associativismo Negro na Bahia no século XIX		
EXAMINADORES	Documento assinado digitalmente	CPF
Wlamyra Albuquerque (PPGH-UFBa)	 WLAMYRA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE Data: 24/02/2025 14:30:42-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br	530.895.615-49
João José Reis (PPGH-UFBa)	 PETRONIO JOSE DOMINGUES Data: 21/02/2025 10:26:45-0300 Documento assinado digitalmente	079.038.125-72
Petrônio José Domingues (UFS)	 LUCILENE REGINALDO Data: 22/02/2025 17:58:37-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br	180.266.738-59
Lucilene Reginaldo (UNICAMP)	 DOUGLAS GUIMARAES LEITE Data: 21/02/2025 13:26:55-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br	124.177.458-79
Douglas Leite (UFF)		933.556.105-34

ATA

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de 2025, de forma remota realizada foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por Lucas Ribeiro Campos, do curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, a professora Wlamyra Albuquerque, orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando as demais examinadores. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado (forma remota), resolveu **aprovou** o aluno. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

A banca considera que a tese apresentada é original e tem mérito evidente, por adotar uma perspectiva inovadora de análise do objeto investigado, a Sociedade Protetora dos Desvalidos. Trata-se de trabalho que em muito contribui para o campo de pesquisa da História Social, ao promover o diálogo entre bibliografia atualizada e fontes diversas sobre o tema. A qualidade da pesquisa, a fluidez da escrita e as articulações das fontes são pontos altos do trabalho, **que foi devidamente defendido pelo doutorando**. A tese tem grande impacto social, uma vez que a produção de conhecimento científico sobre associações negras de homens livres do século XIX é uma demanda recorrente do público em geral. Por unanimidade, a banca recomenda a publicação da tese, para a ampla divulgação dos dados da pesquisa.

SSA, 18/02/2025: Assinatura do aluno:

 Documento assinado digitalmente
LUCAS RIBEIRO CAMPOS
Data: 21/02/2025 09:32:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SSA, 18/02/2025: Assinatura da orientadora:

 Documento assinado digitalmente
WLAMYRA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE
Data: 24/02/2025 14:28:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ESTRADA DE SÃO LÁZARO, 197 - FEDERAÇÃO CEP 40.210-730 SSA/BAHIA
(71) 32836432 POSHISTO@UFBA.BR HTTP://WWW.PPGH.UFBA.BR

Para Maria, minha filha.

AGRADECIMENTOS

Parte da jornada é o fim. Em 2013, iniciei esta pesquisa com as primeiras visitas à sede da Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD), localizada no Largo do Cruzeiro de São Francisco, no centro histórico de Salvador. Na época, estava concluindo o curso de Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), prestes a me formar. Durante o verão de 2014, dediquei-me à pesquisa dos documentos no arquivo da SPD. Aqueles dias de imersão foram marcados por descobertas, desafios e inúmeras possibilidades. Ao explorar atas, requerimentos, estatutos e outros, imaginava o cotidiano dos trabalhadores negros e de suas famílias no século XIX. Entre a poeira dos documentos e o encontro ocasional com traças, os corredores da sede da SPD pareciam ganhar vida. Era fácil visualizar aqueles homens reunidos, debatendo demandas, compartilhando confidências, negociando acordos e, acima de tudo, moldando seus próprios destinos

Com os documentos em mãos, elaborei um projeto que, ao ser submetido, garantiu minha aprovação como aluno do mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFBA em 2014. Os anos seguintes foram desafiadores: mudei-me para o Recôncavo Baiano, onde fui acolhido, e assumi o compromisso de lecionar para alunos do ensino fundamental no município de Cruz das Almas, enquanto conciliava as demandas do mestrado, incluindo créditos obrigatórios e o estágio docente em Salvador. Após essa intensa jornada, em 2018, defendi minha dissertação, intitulada *Sociedade Protetora dos Desvalidos: mutualismo, política e identidade racial em Salvador (1861-1894)*, sob a orientação da professora doutora Wlamyra Ribeiro de Albuquerque.

No ano seguinte, retornei ao PPGH-UFBA com um novo projeto de pesquisa sobre a SPD, reconhecendo que as reflexões anteriores ainda estavam longe de se esgotar. O desafio no doutorado, porém, tornou-se ainda maior. Foram anos de provas e superações, nos quais precisei conciliar essa nova etapa acadêmica com uma série de compromissos profissionais e pessoais, em meio às turbulências de um Brasil profundamente transformado após o Golpe de 2016, que destituiu a ex-presidenta Dilma Rousseff. Assim, a conclusão deste trabalho de doutorado simboliza o culminar de uma jornada intelectual tão enriquecedora quanto desafiadora, que só foi possível graças ao apoio e às contribuições inestimáveis de inúmeras pessoas e instituições. Expresso aqui meus mais sinceros agradecimentos a todos e todas que, de alguma forma, tornaram esta conquista realidade.

Em primeiro lugar, expresso minha gratidão à professora Wlamyra Albuquerque, cuja orientação dedicada e paciência constante foram indispensáveis ao longo deste processo. Conheci Wlamyra em 2009, pouco após sua chegada à UFBA, e tive a honra de ser seu aluno e, posteriormente, bolsista de iniciação científica sob sua orientação. Desde então, suas aulas, orientações e palestras tornaram-se fontes inestimáveis de aprendizado e inspiração. Admiro sua capacidade de propor novas problematizações e de surpreender com cada reflexão compartilhada. Sua sabedoria acadêmica e seu encorajamento foram pilares para o desenvolvimento desta tese. Reconheço que muito do que sou hoje, enquanto professor e pesquisador, devo aos seus ensinamentos, mas, acima de tudo, ao exemplo de profissionalismo e dedicação.

Agradeço também aos membros da banca examinadora, que dedicaram seu tempo e expertise à avaliação deste trabalho. Suas análises críticas e sugestões construtivas foram fundamentais para aprimorar a qualidade da pesquisa. É um privilégio raro ter como interlocutores pesquisadores cuja produção acadêmica constitui a base teórica deste estudo. Ao professor João José Reis, expresso meu mais sincero agradecimento. Foi uma honra ser aluno de sua última turma na graduação antes de sua aposentadoria. Sua trajetória e a forma de lidar com o fazer historiográfico são inspirações constantes. Agradeço a leitura atenta e as contribuições generosas desde o exame de qualificação, marcadas por rigor e cuidado. À professora Lucilene Reginaldo, registro minha gratidão por ter aceitado, de forma generosa, compor minha banca de qualificação e defesa. Sua produção acadêmica foi uma referência indispensável e suas observações contribuíram significativamente para a conclusão deste trabalho.

Não poderia deixar de agradecer ao meu amigo e grande pesquisador do associativismo negro, Petrônio Domingues. Conheci Petrônio em 2015, durante a defesa de mestrado do professor Andersen Figueirêdo, e desde então cultivamos uma amizade que só se fortalece. Sou profundamente grato por sua humildade, generosidade e pelo diálogo constante, mesmo diante de um jovem pesquisador desconhecido. Parte das inquietações que guiaram esta tese nasceram de conversas com ele. Estendo também meus agradecimentos ao pesquisador Douglas Guimarães Leite. Desde nosso primeiro contato, em 2017, estabelecemos um rico diálogo sobre a Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos e a SPD. Em um campo marcado, por vezes, por disputas e vaidades, construímos uma colaboração frutífera que priorizou o entendimento coletivo sobre as experiências dessas organizações negras.

Minha profunda gratidão também se dirige aos colegas historiadores, cujo apoio mútuo e discussões enriquecedoras criaram um ambiente acadêmico estimulante e inspirador. O intercâmbio de ideias e a colaboração constante foram fundamentais para o amadurecimento das minhas reflexões. Em especial, agradeço a Jucimar Cerqueira dos Santos, Daniel Rebouças Carvalho, Karine Teixeira Damasceno, Raiza Cristina Canuta da Hora, David Patrício Lacerda e Mariana de Mesquita Santos. Um agradecimento especial vai aos colegas da linha de pesquisa *Escravidão e Invenção da Liberdade*, cuja convivência e trocas intelectuais contribuíram de forma significativa para este trabalho, principalmente Iacy Maia Mata, Aldrin Armstrong Silva Castellucci, Lisa Louise Earl Castillo, Forrest Hylton e Danilo Santos e Silva. Por fim, expresso minha gratidão aos professores e professoras que tornaram o cumprimento dos créditos das disciplinas do doutorado uma experiência leve e enriquecedora, especialmente Maria de Fátima Novaes Pires, Felipe Azevedo e Souza, George Evergton Sales Souza e Antônio Sérgio Guimarães.

À minha família e amigos, manifesto minha gratidão pela compreensão, incentivo e apoio emocional constantes ao longo desta jornada. Agradeço especialmente a Jamile Serra Coutinho, minha companheira, cuja força e presença tornaram tudo isso possível. Foi ela quem enfrentou os momentos mais difíceis ao meu lado, oferecendo seu ombro quando as lágrimas insistiam em cair, e suportando as ausências, a impaciência e o cansaço de quem precisa dividir o tempo entre pesquisar, dar aulas e tentar ser um companheiro presente. Você é minha inspiração diária e, com a chegada de nossa filha, esse caminho ganha ainda mais sentido. Todo esse esforço se reflete no desejo de contribuir, mesmo que modestamente, para um futuro mais esperançoso para todos e todas. Nosso amor vai além de qualquer agradecimento que uma tese de doutorado possa expressar. Ele transcende palavras e estará sempre presente em cada conquista e em cada novo desafio que enfrentarmos juntos.

Minha mais profunda gratidão vai para meus pais, Francisco (Chiquinho) e Elenice (Dita), que me apoiaram incondicionalmente desde o início. Sem a educação que me proporcionaram e os constantes incentivos ao longo da minha vida, jamais teria alcançado este momento. Vocês foram a força que sustentou toda a minha jornada, apoiando cada escolha, celebrando todas as minhas conquistas, consolando-me nas derrotas e vibrando com cada vitória. Cada um, à sua maneira, expressa um amor único e genuíno: seja em uma mensagem carinhosa no WhatsApp ou em uma nova receita de uma comida deliciosa, sempre carregada de afeto. Vocês me ensinaram que a família é a base de toda a nossa trajetória, o porto seguro

em tempos difíceis e a alegria nos momentos de celebração. Não consigo imaginar o mundo sem vocês, pois vocês são, de fato, o meu mundo.

É impossível deixar de agradecer aos meus colegas professores do Colégio Estadual Governador Luiz Viana Filho, no município de Nazaré. Companheiros de trabalho que tornaram a jornada mais leve, mesmo diante dos constantes ataques à educação pública. Agradeço especialmente à gestão da escola, que demonstrou cuidado e atenção à minha situação como professor doutorando, recém-chegado à instituição e carregado de diversas demandas. A professora Aline Peixoto de Jesus, como diretora, juntamente com Arlete de Andrade Barbosa e Jaciara Silva de Brito, vice-diretoras, e Sirleide Silva França de Sousa, coordenadora pedagógica, foram especialmente sensíveis e compreensivas. Sempre se mostraram flexíveis e dispostas a me apoiar quando chegava desesperado com algumas obrigações do doutorado. Sou grato pela gestão democrática, honesta e sempre atenta às minhas necessidades, o que tornou possível conciliar os diversos compromissos de forma mais equilibrada.

Carrego no meu coração a gratidão por todos os professores e professoras que foram generosos e parceiros desde o primeiro dia em que pisei no Colégio Luiz Viana. Tenho as melhores lembranças de colegas que fazem da educação pública um verdadeiro espaço de transformação para nossos alunos e alunas. Em especial, quero agradecer aos “meninos de Santo Antônio” – como fomos carinhosamente chamados pelos professores de Nazaré – com destaque para Antonio Andrade Mota (Toni), Dario Machado de Carvalho, Diogo Ramos Santos e Tássio Santana Souza, pelo companheirismo nas longas jornadas de trabalho pela educação, que frequentemente nos consome os três turnos. O universo, por vezes, nos surpreende ao nos permitir encontrar pessoas tão incríveis. Com vocês, aprendo todos os dias a ser um professor melhor e, mais importante ainda, um ser humano atento e resiliente diante dos desafios da vida.

Sou grato também aos meus alunos e alunas, colegas e a gestão dos cursos de Direito e Pedagogia do Centro Universitário Maria Milza (UNIMAM), localizado no município de Governador Mangabeira. Agradeço especialmente aos coordenadores com os quais tive o privilégio de trabalhar ao longo dessa jornada no ensino superior, em particular aos professores Roque Sérgio Barbosa Ribeiro, Priscilla Mallena Pereira dos Santos Pinheiro, Ibiratan Gomes de Carvalho Sá, Suzane Figueiredo Casas, Aline Passos Santos, João Victor Marques da Silva e Fernando Oliveira Piedade. Aos colegas docentes, que, mesmo diante da rotina intensa, sempre estiveram ao meu lado, torcendo e incentivando minha trajetória, expresso minha gratidão, com um agradecimento especial aos queridos amigos Reginaldo Pereira dos Santos

(Régis) e Thiago Dórea Pereira. O apoio e a amizade de todos vocês foram fundamentais para meu crescimento profissional e pessoal.

Quero dedicar um agradecimento especial aos meus amigos de Feira de Santana, Wellington Vieira (Júnior) e Nayara Pereira Oliveira (Nay), pelo apoio constante e pelos momentos de descontração que tornaram essa jornada mais leve. Durante os períodos de reclusão para a escrita, senti falta das nossas conversas e resenhas sobre política, cultura e, claro, as fofocas que sempre nos fazem rir. Tenho a certeza de que agora podemos retomar esses encontros com mais alegria. Agradeço também ao grande amigo Jorge Roberto Chastinet de Souza, não apenas pelo auxílio indispensável na coleta de fontes no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), mas também por ser um confidente nas horas mais difíceis dessa jornada. Da mesma forma, sou imensamente grato às minhas amigas Nicole Rodrigues, Jacqueline Santos Valença e Vânia Muniz dos Santos, por sempre se preocuparem e perguntarem como eu estava, especialmente nos dias de solidão da escrita. Agradeço de coração pela preocupação genuína e pelo carinho.

Não posso deixar de expressar minha gratidão aos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros que viabilizaram o financiamento desta pesquisa por meio da bolsa concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Sem esse apoio financeiro, não teria sido possível dar continuidade ao trabalho. O investimento do Estado na pesquisa acadêmica é crucial para o avanço do conhecimento, e sou imensamente grato por isso. Agradeço ainda aos funcionários dos arquivos e bibliotecas por onde passei, que desempenharam papel fundamental no sucesso desta pesquisa. Em especial, sou grato pelo auxílio prestado pelos servidores do setor de obras raras da Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB) e aos funcionários do setor de jornais raros. Agradeço também aos profissionais do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) e da Biblioteca Isaias Alves, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, pela ajuda constante. Minha gratidão se estende à toda diretoria e funcionários da Sociedade Protetora dos Desvalidos, que me receberam com grande acolhimento, especialmente Lígia Margarida Gomes, Regina Célia Santos Rocha e Cleise Souza Santana.

Não posso deixar de registrar que parte dessa pesquisa foi realizada em um dos períodos mais sombrios da história recente do Brasil. O processo de pesquisa, o cumprimento dos créditos e a escrita da tese foram ainda mais desafiadores diante de um cenário em que enfrentávamos ataques diários do governo federal, na figura do ex-presidente Jair Bolsonaro. Vivenciamos um verdadeiro boicote às Ciências Humanas e um descrédito nas práticas

científicas, o que levou, em muitos momentos, a população a questionar a necessidade de financiamento para pesquisas nas áreas de História, Sociologia, Antropologia e afins. Além disso, tivemos que enfrentar a pior pandemia desde a Gripe Espanhola de 1917, o que resultou em medidas de isolamento social que afetaram inúmeras vidas. Não foi fácil conduzir uma pesquisa enquanto acompanhávamos notícias diárias sobre a morte de milhares de pessoas, inclusive algumas próximas de nós, diante de uma gestão genocida do governo federal. Portanto, dedico esta tese também às mais de 700 mil vítimas fatais do COVID-19 no Brasil.

Por fim, agradeço a todos e todas que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta pesquisa. Este trabalho é fruto de uma colaboração coletiva, e cada contribuição foi essencial para o seu desenvolvimento. Sou grato pelas experiências e aprendizados adquiridos ao longo desta trajetória. Que este trabalho possa ser uma contribuição para o avanço do conhecimento histórico e servir de inspiração para futuras investigações. Deixo aqui minha singela contribuição aos pesquisadores e pesquisadoras do futuro, confiando que, com os avanços da historiografia, novas fontes e métodos, eles(as) saberão aproveitar o que não pude realizar neste momento.

Santo Antônio de Jesus-BA, janeiro de 2025

Lucas Ribeiro Campos

*Virei imortal ao aceitar,
minha pele é prata*

Baco Exu do Blues

RESUMO

Desde o período colonial, tanto escravizados quanto livres ou libertos, brasileiros e africanos, estiveram envolvidos na criação de associações de caráter religioso, civil, militar e político. Essas organizações foram essenciais na luta da população negra por direitos civis e políticos no Brasil, sendo um fenômeno amplamente estudado na historiografia brasileira sob o termo *associativismo negro*. Dentre as diversas iniciativas associativas negras em Salvador, destaca-se a Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD), que é o foco desta pesquisa de doutorado. Fundada em 1851, após uma dissidência na Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos, a SPD é considerada a primeira associação civil negra do Brasil. Esta tese propõe que a experiência dessa organização revela a existência de uma *cultura política do associativismo civil negro* na Bahia do século XIX, marcada pela defesa de uma cidadania fundamentada na discriminação positiva da cor. Para alcançar seus objetivos, a SPD utilizou estratégias de negociação e alianças entre trabalhadores negros e as autoridades baianas, bem como a construção de uma imagem positiva da instituição. A pesquisa se apoia principalmente nas fontes do Arquivo da Sociedade Protetora dos Desvalidos (ASPD), incluindo atas, estatutos, relatórios, demonstrativos financeiros, pedidos de inscrição e solicitações de socorro, pensão e aposentadoria. A análise dessas fontes evidencia como, por meio dessa cultura associativa negra, um grupo de homens de cor conseguiu articular suas demandas e atuar nas estruturas da ordem imperial, reafirmando sua agência em um contexto escravista.

Palavras-chave: Sociedade Protetora dos Desvalidos; associativismo negro; mutualismo; cultura política.

ABSTRACT

Since the colonial period, both enslaved and free or freed individuals, Brazilians and Africans, have been involved in the creation of associations of religious, civil, military, and political nature. These organizations were essential in the struggle of the Black population for civil and political rights in Brazil, a phenomenon widely studied in Brazilian historiography under the term Black associativism. Among the various Black associative initiatives in Salvador, the Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD) stands out, which is the focus of this doctoral research. Founded in 1851, after a split from the Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos, the SPD is considered the first Black civil association in Brazil. This thesis proposes that the experience of this organization reveals the existence of a political culture of Black civil associativism in 19th-century Bahia, characterized by the defense of citizenship based on positive discrimination by color. To achieve its goals, the SPD employed strategies of negotiation and alliances between Black workers and Bahian authorities, as well as the construction of a positive image of the institution. The research primarily relies on sources from the Arquivo da Sociedade Protetora dos Desvalidos (ASPD), including minutes, statutes, reports, financial statements, membership applications, and requests for aid, pensions, and retirement. The analysis of these sources demonstrates how, through this Black associative culture, a group of men of color managed to articulate their demands and operate within the structures of the imperial order, reaffirming their agency in a slaveholding context.

Keywords: Sociedade Protetora dos Desvalidos; black associativism; mutualism; political culture.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1	Igreja dos Quinze Mistérios	43
Figura 2	Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos das Portas do Carmo	44
Figura 3	Marcolino José Dias	111
Figura 4	Marcolino José Dias em uma fotografia de corpo inteiro	112
Figura 5	Capa do jornal <i>NÊGO</i>	142

Mapas

Mapa 1	Planta da cidade de Salvador, 1894	42
--------	------------------------------------	----

Quadros

Quadro 1	Mesa da Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos (1832-1848)	50
Quadro 2	Sociedades beneficentes regulamentadas pela Lei dos Entraves na cidade de Salvador durante o ano de 1861	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEB	Arquivo Público do Estado da Bahia
ASPD	Arquivo da Sociedade Protetora dos Desvalidos
BNDigital	Biblioteca Nacional Digital
BPEB	Biblioteca Pública do Estado da Bahia
BVCP	Biblioteca Virtual Consuelo Pondé
IGHB	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
SPD	Sociedade Protetora dos Desvalidos
MNU	Movimento Negro Unificado

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1. IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA SOLEDADE AMPARO DOS DESVALIDOS: UMA CONFRARIA NEGRA	36
O cofre e o racha	40
Os irmãos dissidentes.....	49
O pleito na justiça	64
2. SOCIEDADE PROTETORA DOS DESVALIDOS: O ASSOCIATIVISMO NEGRO NA ORDEM IMPERIAL NA BAHIA	73
As associações negras e o Estado Imperial.....	77
Estratégias, manobras e negociações	92
3. A LIBERDADE DA RAÇA E A GRANDEZA DA PÁTRIA: MARCOLINO JOSÉ DIAS E O ASSOCIATIVISMO NEGRO NO TEMPO DA ABOLIÇÃO	108
Prestígio, política e pertencimento.....	110
Projetos e sonhos de futuro	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
<i>POST SCRIPTUM: SE ASSOPRAR, PODE ACENDER DE NOVO</i>	140
FONTES	146
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	151
ANEXOS	164
Anexo I – Sócios efetivos da Sociedade Protetora dos Desvalidos (1851-1894).....	164
Anexo II – Sócios Protetores (1851-1883)	197

INTRODUÇÃO

Em 14 de setembro de 1932, por volta das treze horas de uma quarta-feira, na cidade de Salvador, capital da Bahia, a equipe do jornal *A Tarde* visitou a sede da Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD), situada em um sobrado azul de dois andares no Largo do Cruzeiro de São Francisco, distrito da Sé. O objetivo da visita foi apresentar aos leitores do jornal uma das mais antigas associações negras da Bahia, por meio de matéria especial sobre as comemorações de seu centenário. Apesar da agitação com os preparativos da festa, que incluíam “desde a pintura até o envernizamento de todo mobiliário”, a equipe foi recebida pelo então presidente do diretório, Juventino Silvino da Costa, que forneceu informações relevantes sobre aquela tradicional instituição.

Ao subirem as escadarias do sobrado, os jornalistas perceberam que a sede da SPD, “decorada com gosto artístico”, possuía, entre outras dependências, secretaria e arquivo, onde se guardava toda a documentação da instituição, assim como o salão nobre, destinado às grandes assembleias, nas quais deliberava-se sobre questões complexas, e outro salão menor para as reuniões do conselho administrativo, geralmente dedicado aos trabalhos mais rotineiros. Nos salões via-se “um magnífico mobiliário de jacarandá e Gonçalo Alves, entalhados, com amplos consolos desta última madeira”. O destaque era a cadeira do presidente da assembleia geral, “um dos raros exemplares de estilo colonial, com assento estufado com damasco de seda encarnado”. Acima daquela cadeira, era possível ver uma tela com a imagem de Nossa Senhora do Amparo, protetora da SPD, além de um quadro com duas mãos apertadas, representando a fraternidade. O visitante que olhasse para as paredes, encontraria também retratos de antigos sócios beneméritos e um quadro litografado de D. Pedro II.

A matéria descrevia ainda a programação das solenidades comemorativas do centenário da SPD, prevista para o dia seguinte à visita da equipe do jornal *A Tarde*, uma quinta-feira. Na programação constava missa solene, às 8 horas da manhã, na qual seria “feita a distribuição de esmolas aos pobres por ela protegidos.” Estava planejado também, durante a noite, a realização da sessão magna, “com a presença do mundo oficial e social e dos seus numerosos associados.” As sessões magnas eram momentos oportunos de estreitamento de laços políticos com autoridades baianas, estratégia utilizada desde os tempos imperiais, e não seria diferente na comemoração do centenário, marca simbólica para qualquer instituição. Além disso, a programação do aniversário contava com a inauguração de um quadro com os retratos dos

membros da gestão administrativa da SPD, responsável pelos festejos do centenário. Aquela era uma estratégia, nem tão nova, de construir uma memória política da instituição.

No jornal foi registrado também, que os “homens de cor que povoaram a Bahia, vários séculos antes da Lei Áurea de 13 de maio de 1888, que os emancipou e os integrou, definitivamente, na comunhão social do Brasil, sempre e invariavelmente, mantiveram o espírito associativo e de proteção coletiva” (Grifo meu). A matéria segue dizendo que a celebração do primeiro centenário da SPD era “motivo de justo orgulho para os homens de cor, como também para a Bahia, onde ela se fez respeitada pela probidade de seus generosos intuítos, até aqui cumpridos com exaçaõ.” Os membros daquela centenária associação honraram a memória dos seus ancestrais, “que tanto deve desvanecer os que, hoje, estão à frente do seu destino.”

Para além da interpretação romântica e equivocada sobre as consequências do 13 de maio, com a suposta integração da população negra no Brasil, o que interessa é que a matéria destaca aspectos importantes para esta tese de doutorado. Primeiro, ela evidencia o orgulho com o qual a SPD era reconhecida, tanto pelos homens de cor quanto pela sociedade baiana, principalmente em virtude de sua imagem respeitável. Com um século de existência, a instituição soube construir uma boa reputação, entre autoridades, imprensa, trabalhadores e a população baiana de maneira geral. Além disso, a reportagem ressalta a presença de uma cultura associativa negra na Bahia oitocentista, protagonizada por trabalhadores urbanos, que se mantinha viva e era celebrada em 1932.¹

O “espírito associativo e de proteção coletiva” dos homens de cor, mencionado no jornal *A Tarde*, é um fenômeno que remonta ao período colonial no Brasil. Tanto escravizados, como livres ou libertos, brasileiros e africanos, estiveram envolvidos na articulação de diversas associações com caráter religioso, civil, militar e político, como os quilombos, as irmandades leigas católicas, as juntas de alforria, os cantos de ganhadores, as maltas de capoeira, os terreiros de candomblé, as associações de ajuda mútua e beneficentes, a imprensa, as milícias, companhias militares, os clubes sociais e outros. Essas associações, integradas ou não ao sistema de poder, se constituíram como espaços de articulação da luta da população negra por direitos civis e políticos no Brasil.

O fenômeno descrito acima ficou conhecido na historiografia brasileira como *associativismo negro*. Apesar de se consolidar como um dos campos de estudo mais

¹ A matéria comemorativa do centenário da SPD pode ser consultada em: *A Tarde*, Salvador, 15 set. 1932, p. 2. Agradeço a Barbara Santana Nogueira por ter identificado e fotografado esta fonte no setor de jornais raros da Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB).

promissores nas últimas décadas, ainda não há consenso entre os historiadores e historiadoras quanto à sua definição como categoria analítica. Por isso, é mais apropriado abordá-lo como um fenômeno complexo, moldado por diferentes contextos históricos. Essa perspectiva permite analisá-lo como um campo de pesquisa dinâmico, aberto ao debate e à contínua investigação. A cada novo estudo, emergem elementos que revelam as múltiplas realidades do associativismo negro no Brasil. Nesse sentido, o fenômeno pode ser entendido como uma rede de espaços e práticas associativas protagonizadas por pessoas negras, voltadas à defesa e à promoção de seus interesses e direitos.²

Entre as experiências associativas negras na Salvador do século XIX, estava a SPD, objeto de pesquisa desta tese de doutorado. Diferente do que foi relatado no jornal *A Tarde*, esta associação havia sido oficialmente instalada em 29 de outubro de 1851, depois de um racha entre membros da Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos. A Irmandade dos Desvalidos havia sido fundada em 16 setembro de 1832. Entre os fundadores, estavam pedreiros, marceneiros, calafates, bem como carregadores e trabalhadores do ganho, que se reuniram na Capela dos Quinze Mistérios, localizada na freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, com o objetivo de prestar diversos tipos de assistência, como socorros em momentos de doença, auxílio funerário e o serviço de empréstimos, através do sistema de penhores. No entanto, no ano de 1848, por conta de divergências acerca do destino do cofre, que, segundo alguns membros, estava com a segurança ameaçada, houve um racha no interior da confraria, que provocou a dissidência, na qual fez surgir a nova associação, sem vínculo religioso, instalada na Igreja de Nossa Senhora do Rosário da Baixa dos Sapateiros, também conhecida como Igreja das Portas do Carmo ou Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, localizada na freguesia do Santíssimo Sacramento da Rua do Passo.³

² Sobre o tema do associativismo negro, existe uma extensa bibliografia, que não cabe em uma nota-de-rodapé. Portanto, fiz a opção de apresentar os principais capítulos de livros, teses e artigos científicos que discutem o campo de estudo: Petrônio Domingues, “Associativismo negro” in Lilia Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes (orgs.), *Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos*, (São Paulo: Companhia das Letras, 2018), pp. 113-119; Idem, “Negros no Brasil Meridional: associativismo no pós-abolição” in Beatriz Galloti Mamigonian, Joseli Maria Nunes Mendonça e Luana Teixeira (orgs.), *Pós-abolição no Sul do Brasil: associativismo e trajetórias negras*, (Salvador: Saggá, 2020), pp. 22-37; Lucia Helena Oliveira Silva e Regina Célia Lima Xavier, “Historicizando o associativismo negro: contribuições e caminhos da historiografia”, *Revista Mundos do Trabalho*, v. 11 (2019), pp. 1–15.; Mario Augusto Medeiros da Silva, “Em torno da ideia de associativismo negro em São Paulo (1930–2010)”, *Sociologia & Antropologia*, v. 11, n. 2 (2021), pp. 445–473; Jonatas Roque Ribeiro, “História e historiografia do associativismo negro em Minas Gerais” in Marileide Cassoli (org.), *300 anos de histórias negras em Minas Gerais: temas, fontes e metodologias*, (Jundiaí: Paco Editorial, 2021), pp. 167-188; Mário Augusto Medeiros da Silva, “Associativismo negro” in Flavia Rios, Márcio André dos Santos e Alex Ratts (orgs.), *Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas*, (São Paulo: Perspectiva, 2023), pp. 46-51.

³ Sobre a Irmandade dos Desvalidos, ver: Pierre Verger, *Fluxo e refluxo: Do tráfico de escravos entre o golfo de Benim e a Bahia de Todos-os-Santos, do século XVII ao XIX*, São Paulo: Companhia das Letras, 2021, pp. 603-

A nova associação, denominada inicialmente de Sociedade Amparo dos Desvalidos, mas que no ano de 1861 ganhou a denominação de Protetora, era uma organização civil, que aceitava em seu quadro de sócios apenas trabalhadores brasileiros, na condição jurídica de livres, e que se autodeclarassem de “cor preta”. A associação tinha como objetivo ofertar socorros, através de valores em dinheiro, arrecadados pelo meio de mensalidades, aos associados que eventualmente se ausentassem de suas atividades laborais por conta de doença. Além disso, caso algum sócio fosse preso, a instituição tinha como obrigação fornecer-lhe apoio jurídico. Em caso de falecimento, além de garantir os devidos custos e o acompanhamento funerário do membro falecido, assumia o compromisso de pagar pensão aos familiares próximos, como mães, irmãs, esposas, filhos e filhas. Estes últimos, na condição de órfãos, ainda tinham o acompanhamento da associação em seu processo educacional.⁴

Até o ano de 1868, essa nova Sociedade dos Desvalidos funcionou com sede na Igreja das Portas do Carmo, quando foi surpreendida com o pedido da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos para que se retirasse dali. Provavelmente, a confraria anfitriã não estava disposta a tolerar a presença de uma instituição civil no espaço da igreja, o que poderia ameaçar sua hegemonia, principalmente pelo contexto de enfraquecimento das irmandades e fortalecimento das associações de beneficência na segunda metade do século XIX. Deste modo, os membros da SPD, a contragosto, transferiram a sede para um prédio na Rua do Bispo, freguesia da Sé. Naquele espaço, a instituição funcionou até o ano de 1887, quando os membros transferiram a sede para o prédio atual no Largo do Cruzeiro de São Francisco, na mesma freguesia.⁵

Ao funcionar como uma associação de ajuda mútua, a Sociedade dos Desvalidos se consolidou a partir da lógica de um fenômeno que ficou conhecido na historiografia como *mutualismo*. Durante a segunda metade do século XIX, houve uma explosão de associações organizadas por e para trabalhadores no Brasil, com o objetivo de auxiliá-los em momentos de adversidades. Até a década de 1990, os estudos sobre essas associações de ajuda mútua, com

604; Júlio Santana Braga, *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor*, Salvador: Ianamá, 1987, pp. 23-32; Klebson Oliveira, “Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico”, Tese (Doutorado em Letras e Linguística), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006, pp. 138-192; Douglas Guimarães Leite, “‘Mutualistas, graças a Deus’: identidade de cor, tradições e transformações do mutualismo popular na Bahia do século XIX (1831-1869)”, Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, pp. 88-140.

⁴ Lucas Ribeiro Campos, “Sociedade Protetora dos Desvalidos: mutualismo, política e identidade racial em Salvador (1861-1894)”, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018, pp. 99-101.

⁵ Braga, *Sociedade Protetora dos Desvalidos*, pp. 30-31; Verger, *Fluxo e refluxo*, pp. 603-604; Leite, “‘Mutualistas, graças a Deus’”, pp. 158-159; Campos, “Sociedade Protetora dos Desvalidos”, p. 12.

raras exceções, tratavam estas experiências como um tema secundário, por vezes categorizado como pré-história da mobilização de trabalhadores no Brasil. Nas últimas décadas, os estudos sobre associações civis, de ajuda mútua, beneficentes e montepios, ganharam visibilidade, com expansão de pesquisas em várias regiões do Brasil. Se discutiu, entre outros temas, sobre a formação de identidades de classe, baseado em critérios como ofício ou origem, ao dar destaque para formas de mobilização, reivindicação e lutas específicas de determinados grupos de trabalhadores.⁶

No caso da SPD, durante muito tempo, sobretudo antes dos anos 2000, a historiografia que tratou de sua experiência ficou restrita a poucas obras. Um dos primeiros trabalhos a chamar a atenção para a instituição foi o livro clássico de Pierre Verger, *Fluxo e refluxo: do tráfico de escravos entre o golfo do Benim e a Bahia de Todos-os-Santos, do século XVII ao XIX*, publicado pela primeira vez na França em 1968. Resultado da pesquisa de sua tese de doutorado defendida na Universidade Sorbonne em 1966, o livro, que recentemente foi relançado pela editora Companhia das Letras, é um estudo detalhado do tráfico negreiro entre o golfo do Benim e a Bahia, e se tornou referência para os pesquisadores da escravidão no Brasil. Verger dedicou duas páginas à instituição. Nesse pouco espaço, sem apresentar documentos comprobatórios, o autor fez afirmações questionáveis, e que foram reproduzidas por outros pesquisadores, como: a indissociação entre a Irmandade e a Sociedade dos Desvalidos; a ideia de que a instituição teria sido fundada por africanos; a atribuição à Irmandade dos Desvalidos da função de junta de alforria, responsável pela libertação de escravizados; e, por fim, a presença de associados muçulmanos.⁷

O primeiro trabalho a sistematizar a experiência da SPD foi o livro do antropólogo Júlio Santana Braga, *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor*, publicado em 1987. O estudo de Braga, resultado de sua dissertação de mestrado em Ciências Sociais defendida na Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1975, revelou que a associação, além de oferecer amparo aos seus sócios em momentos de necessidade, funcionava como uma “agência de prestígio”, desde que seus interesses não conflitassem com a ordem vigente. No

⁶ A historiografia sobre o mutualismo é extensa e cresce a cada ano com novos trabalhos. Para uma avaliação sobre o debate historiográfico acerca do tema, ver as seguintes obras: *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*. Campinas: Unicamp/IFCH, v. 6, n. 10/11, 1999; Marcelo Mac Cord e Osvaldo Maciel (orgs.), *Revista Mundos do Trabalho: dossiê "os trabalhadores e o mutualismo"*, v. 2, n. 4 (2010); Marcelo Mac Cord e Claudio H. M. Batalha (orgs.), *Organizar e proteger: Trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*, (Campinas: Editora da Unicamp, 2014); Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, *Experiências de economia social: mutualismo, filantropia e corporativismo*, Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021.

⁷ Verger, *Fluxo e refluxo*, pp. 603-604. A ideia da presença de muçulmanos na SPD foi levantada também em: Antônio Monteiro, *Notas sobre negros malês na Bahia*, Salvador: Ianamá, 1987, pp. 63-64.

entanto, sua análise carece de uma investigação mais profunda das fontes e, assim como Pierre Verger, Braga tratou a Irmandade e a Sociedade dos Desvalidos de forma indistinta, sem levar em consideração seus diferentes contextos históricos. Além disso, assumiu a ideia de que a Irmandade dos Desvalidos havia sido fundada por africanos e que nos seus primeiros anos de existência funcionou como junta de alforria. Como Verger, também reconheceu a presença de muçulmanos nos quadros de sócios da associação.⁸

Após a defesa de dissertação de Júlio Braga, a SPD ficou longe do radar dos pesquisadores por trinta anos. Porém, no ano de 2006, o pesquisador Klebson Oliveira defendeu uma tese de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFBA, que reacendeu o interesse acadêmico por aquela associação negra. A pesquisa de Oliveira, intitulada *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico*, procurou investigar o processo de alfabetização e a forma da escrita de africanos e seus descendentes na Bahia oitocentista. O trabalho de Oliveira foi pioneiro na transcrição e análise de diversas atas produzidas pelos sócios da SPD, o que facilitou muito a vida dos pesquisadores nos anos seguintes. Além disso, Oliveira realizou um levantamento minucioso de 332 requerimentos de inscrição, no qual pôde traçar o perfil dos sócios da SPD, com dados de cor, idade, estado civil, profissão, endereço e outros. No entanto, Oliveira reproduziu os mesmos equívocos, sem exceção, levantados nas obras de Pierre Verger e Júlio Braga, e detalhados nos parágrafos anteriores.⁹

Em 2014, Ana Paula de Souza defendeu sua monografia como trabalho final para o curso de Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade de Educação da UFBA. Com o título *Aspectos históricos sobre educação da população escravizada no Brasil pós-abolicionista*, seu trabalho teve como objetivo entender as estratégias utilizadas organizadas pelos negros para ter acesso à escolarização. A autora utilizou três instituições para entender o processo educacional da população negra, como a Sociedade Educadora Treze de Maio, a Frente Negra Brasileira e a Sociedade Protetora dos Desvalidos. Neste sentido, assim como Klebson Oliveira, a monografia de Ana Paula trouxe uma contribuição importante para entender o aspecto educacional na SPD.¹⁰

Anos depois, em 2017, Douglas Guimarães Leite defendeu sua tese de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (PPGHS-USP),

⁸ Braga, *Sociedade Protetora dos Desvalidos*.

⁹ Oliveira, "Negros e escrita no Brasil do século XIX".

¹⁰ Ana Paula de Souza, "Aspectos históricos sobre a educação da população ex-escravizada no Brasil pós-abolicionista", Monografia (Graduação em Pedagogia), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

intitulada “*Mutualistas, graças à Deus*”: *identidade de cor, tradições e transformações do mutualismo popular na Bahia do século XIX (1831-1869)*. Seu trabalho se propôs a discutir a inserção social de indivíduos oriundos do que ele chama de “setores populares” na primeira metade do século XIX na Bahia, debruçando-se especialmente sobre a experiência de homens e mulheres de cor preta, livres e libertos, que exploraram estratégias associativas para reelaborarem suas identidades, ajudarem-se mutuamente, ascenderem socialmente e se manifestarem no espaço público. Abordou as conexões entre as tradições religiosa e secular da ajuda mútua popular promovida por negros no Brasil, por meio da ênfase no estudo das decisões e dos modelos institucionais adotados por integrantes da Irmandade e da Sociedade dos Desvalidos. Ao trazer para o debate sobre a SPD a ideia do *mutualismo negro* ou *de cor*, Leite questionou as afirmações clássicas sobre a instituição, que foram reproduzidas nas obras de Verger, Braga e Oliveira, como citei em parágrafos antecedentes.¹¹

Recentemente, Douglas Leite publicou um artigo importante para o debate sobre a historiografia da SPD. Sob o título de *Velhos livros, novos papéis: os Desvalidos, memória e história do mutualismo negro no século XIX*, Leite explorou a recente publicação de dois importantes livros de registros da Irmandade dos Desvalidos, ao analisar os termos do conflito que em fins da década de 1840 dividiu a confraria, criando a Sociedade Protetora dos Desvalidos e abrindo caminho para importantes transformações no mutualismo negro do século XIX na Bahia. Apoiado em novas evidências, o trabalho discutiu como o silêncio sobre este conflito na historiografia pode ser explicada como uma das consequências do próprio racha de 1848, que, ao separar as instituições, impôs à sua documentação os contratempos da transmissão ao longo da história. O autor demonstrou como o “jogo dos livros” influenciou numa interpretação específica sobre aquele evento, desde meados do século XX.¹²

Em minha dissertação de mestrado, defendida no ano de 2018, intitulada *Sociedade Protetora dos Desvalidos: mutualismo, política e identidade racial em Salvador (1861-1894)*, busquei entender como os sócios da SPD constituíram um projeto político que atendesse às demandas dos trabalhadores livres de cor, nas últimas décadas do século XIX, com a afirmação da luta por direitos, educação, dignidade, assistência mútua, participação política e pertencimento racial. Estabeleci como recorte temporal o ano de 1861, periodização que marca o primeiro estatuto regulamentado pelo Estado imperial, até 1894, marco do último estatuto disponível para o século XIX. A partir desta delimitação, busquei compreender quais foram as

¹¹ Leite, “Mutualistas, graças à Deus”.

¹² Douglas Guimarães Leite, “Velhos livros, novos papéis: os Desvalidos, memória e história do mutualismo negro no século XIX”, *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 15 (2023), pp. 1-23.

estratégias adotadas por aquele grupo para proporcionar dignidade aos trabalhadores negros, em uma Bahia marcada pelos impactos da escravidão.

Com base nisso, dissertei sobre a SPD através de três eixos norteadores, divididos em três capítulos. O primeiro foi a dimensão da ajuda mútua, ao analisar os pedidos de socorros dos associados em momentos de doenças, além das aposentadorias, pensões e auxílio funerário. Em seguida, o campo político, ao observar como aqueles indivíduos se articularam para cumprir uma agenda política, ao estabelecerem alianças com poderosos da Bahia do século XIX. Por fim, a noção de pertencimento racial, no qual pude analisar a maneira como os trabalhadores associados à SPD construíram uma identidade positiva baseada na ideia de cor e/ou raça.¹³

No ano de 2019, Emerson Cláudio Cordeiro do Carmo defendeu uma dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado da Bahia – Campus II, sobre a Sociedade dos Desvalidos. Com o título *Memória e associativismo mutualista em Salvador: estudo centrado na Sociedade Protetora dos Desvalidos (1851-1934)*, Carmo focou na dimensão do mutualismo, mas também observou o complexo processo de construção e reconstrução da memória daquela instituição. Através de seu estudo, é possível perceber que a data de fundação da SPD foi diversas vezes negociada ao sabor dos interesses de cada geração de sócios. A memória construída pelos membros do ano de 1932, mobilizava um marco fundador mais antigo, no caso 1832, pois era uma forma de legitimar aquela instituição, pela longevidade, no período republicano. Porém, durante a segunda metade do século XIX, principalmente nos anos imediatamente posteriores ao racha de 1848, o 29 de outubro de 1851 foi data de fundação na memória da instituição, sobretudo como forma de se diferenciar da irmandade que ainda mantinha suas atividades na capela dos Quinze Mistérios.¹⁴

Os trabalhos mais recentes acerca da SPD são a dissertação de Husani Kamau Antonio e a monografia (TCC) de Pamela Cristina de Oliveira Santana Pinto, defendidos no mesmo ano de 2023. A dissertação de Husani Antonio, intitulada *Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD), Salvador - Bahia: um estudo sobre a importância de sua trajetória e legado*, defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (PPGAP-UFRB), desenvolveu uma sistematização dos trabalhos que já foram realizados sobre a SPD, além de uma etnografia do espaço físico da instituição. O trabalho estudou as atas da SPD em um período que a historiografia sobre aquela

¹³ Campos, *Sociedade Protetora dos Desvalidos*.

¹⁴ Emerson Cláudio Cordeiro do Carmo, “Memória e associativismo mutualista em Salvador: um estudo centrado na Sociedade Protetora dos Desvalidos”, Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2019.

instituição ainda não cobriu, entre os anos de 1983 a 1986. Esse recorte temporal, situado nos últimos anos da Ditadura Civil-Militar no Brasil, foi um momento crucial para as posições políticas das entidades negras na luta contra o racismo.¹⁵

Na monografia de Pamela Cristina Pinto, intitulada *Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD): Mulheres negras e o legado ancestral da cultura popular negra em Salvador-BA*, apresentada como requisito para a obtenção da graduação em Produção e Política Cultural pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus Jaguarão, a autora buscou revelar a trajetória de produtoras e gestoras culturais negras, no desenvolvimento de projetos realizados pela Diretoria Feminina da SPD, onde as mulheres seguem dando continuidade ao legado deixado pelos fundadores, atuando coletivamente no enfrentamento às desigualdades sociais e na luta contra o racismo. Além disso, a autora procurou compreender como esses projetos vêm impactando na vida de pessoas negras na cidade de Salvador e no Estado da Bahia, tendo em vista os debates do setor cultural, a fim de evidenciar a existência de uma cultura popular negra. Sendo assim, foi realizado um mapeamento de quais são os projetos culturais desenvolvidos na SPD e os enfrentamentos encontrados em suas realizações.¹⁶

Nesta tese de doutorado, intitulada *Política da cor: a Sociedade Protetora dos Desvalidos e o associativismo negro na Bahia do século XIX*, busco levantar perguntas que não foram realizadas pela historiografia e aprimorar antigas questões. Neste sentido, esta tese busca responder aos seguintes questionamentos: como o associativismo negro de caráter civil se manifestou na Bahia do século XIX? O que diferenciava a SPD de outras instituições do mesmo período? Quem foram as principais lideranças daquela associação? Quais os desafios e os projetos políticos daqueles homens de cor, livres e libertos, em uma sociedade escravista? Qual era a relação dos membros da SPD com a escravidão? Quais eram os significados do pertencimento construído na SPD e como esta identidade mobilizou aqueles trabalhadores de cor?

Levando em consideração a experiência da SPD, defendo a existência de uma *cultura política do associativismo civil negro* na Bahia do século XIX. Essa maneira de fazer política buscou defender a concepção de cidadania através da discriminação positiva da cor. Os instrumentos para garantir esse intento foram a negociação e as alianças entre trabalhadores de

¹⁵ Husani Kamau Antonio, "Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD), Salvador - Bahia: um estudo sobre a importância de sua trajetória e legado", Dissertação (Mestrado em Arqueologia e Patrimônio Cultural), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2023.

¹⁶ Pamela Cristina de Oliveira Santana Pinto, "Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD): Mulheres negras e o legado ancestral da cultura popular negra em Salvador-BA", Monografia (Graduação em Produção e Política Cultural), Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2023.

cor com autoridades baianas. Os agentes e beneficiados por este tipo de política era um grupo específico de negros: os brasileiros, alfabetizados, livres, especializados em algum ofício e bem-comportados. Esta cultura política associativista negra se caracterizou pelo formato civil, com continuidades da experiência acumulada desde os tempos de irmandade. Não era uma confraria religiosa, nem mesmo uma companhia militar, ou tampouco um órgão da imprensa, se tratava de algo novo na esfera pública da ordem imperial. Era de fato uma associação civil organizada por trabalhadores brasileiros de “cor preta” para atender interesses de seu grupo e familiares. Através dessa cultura associativa foi possível a um grupo de homens de cor se moverem nas estruturas da ordem imperial, mesmo que para isso tivessem de se aliar com brancos no poder, inclusive senhores de engenho e grandes proprietários de pessoas escravizadas.

O conceito de *cultura política* é complexo e desafiador. Inicialmente formulado no campo da Ciência Política estadunidense dos anos de 1960, o debate sobre cultura política apresentava uma perspectiva homogênea, etnocêntrica, reducionista e, em certa medida, determinista. Com o tempo, no entanto, reconheceu-se a diversidade histórica das “culturas políticas” – no plural –, que passaram a ser entendidas como um conjunto de códigos de referência, comportamentos, crenças e valores mobilizados por grupos sociais. Essas culturas políticas, dinâmicas e múltiplas, resistem a categorizações fixas e frequentemente coexistem em um mesmo espaço nacional. Para os historiadores, o conceito envolve práticas e representações que revelam a atuação humana movida não apenas por ideias e interesses racionais, mas também por paixões e sentimentos, como medo, ódio e esperança, muitas vezes articulados por meio de crenças, mitos ou pela força da tradição. Deste modo, torna-se essencial analisar a experiência política dos membros da SPD, considerando a complexidade das culturas políticas e os contextos sociais em que esses indivíduos estavam inseridos.¹⁷

O historiador Marcelo Mac Cord identificou algo semelhante na experiência da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais da cidade de Recife no século XIX, ao observar a construção de uma forte cultura política, vinculada a práticas e valores corporativos

¹⁷ Sobre o conceito de cultura política, ver: Serge Bernstein, “Cultura política” in Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli, *Para uma história cultural*, (Lisboa: Editorial Estampa, 1998), pp. 349-364; Karina Kushnir e Leandro P. Carneiro, “As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política”, *Estudos Históricos*, n. 24 (1999), pp. 227-250; Eliana R. de Freitas Dutra, “História e Culturas Políticas: definições, usos, genealogias”, *Varia História*, Belo Horizonte, v. 18, n. 28 (2002), pp. 13-28; Ângela de Castro Gomes, “História, historiografia e cultura política no Brasil: Algumas reflexões” in Rachel Soihet, Maria F. B. Bicalho e Maria de F. Gouvêa (orgs.), *Cultura políticas: Ensaios de história cultural, história política e ensino da história política e ensino da história*, (Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2005), pp. 21-44; Rodrigo Patto Sá Motta, “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia” in Rodrigo Patto Sá Motta (org.), *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*, (Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009), pp. 13-37.

compartilhados. Essa associação mutualista mobilizou costumes comuns para fortalecer as reivindicações públicas dos artífices, ao promover lutas por direitos que refletiam as expectativas do grupo. Orgulhosos da respeitabilidade conquistada no mundo do trabalho, os artífices valorizavam os laços comunitários, a subsistência dos mestres e o aprendizado contínuo nas oficinas, tendas e canteiros de obras. A cultura política construída pela associação recifense funcionava como capital simbólico acumulado a partir de projetos e práticas sociais próprios, que buscavam incluir os artífices na chamada “boa sociedade”. Essa cultura política estava fundamentada na oferta de aulas noturnas de francês, português e geometria e na valorização da ética do trabalho.¹⁸

Essa forma de fazer política dos membros da SPD, assim como fizeram os sócios da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Recife, dialoga com os escritos de James Scott. Pode-se afirmar que os membros da SPD estavam envolvidos no que Scott denominou de “infrapolítica”. Esta não deve ser vista como uma manifestação menos efetiva em comparação à dimensão institucional ou dos movimentos sociais. Ao contrário, trata-se de uma luta discreta e sutil, que os grupos subordinados praticam no cotidiano. Para Scott, é por meio da infrapolítica que os “de baixo” continuamente testam os limites da dominação e desafiam suas fronteiras. Ao analisar os documentos da SPD é evidente como eles estavam se organizando politicamente durante as reuniões do conselho administrativo ou da assembleia geral de maneira discreta, sem chamar para si atenções desnecessárias. Qualquer manifestação que se afastasse da ordem era devidamente reprimida pelo presidente ou outros sócios, com base nas regras da casa. Em alguns casos, era simplesmente ignorada, principalmente por conta da vigilância do Estado, após a Lei dos Entraves de 1860.¹⁹

Minha tese dialoga também com a análise desenvolvida pelo historiador Jonatas Roque Ribeiro em sua pesquisa de doutorado, intitulada *A classe de cor: uma história do associativismo negro em Minas Gerais (1880-1910)*. Nesse estudo, Ribeiro investigou a atuação de homens e mulheres negros em associações na cidade de Sabará, destacando que o associativismo negro não apenas refletia, mas também contribuía para a formação de uma cultura e de um vocabulário político próprios. Essas dinâmicas foram moldadas no contexto das lutas abolicionistas e da campanha pela abolição durante a década de 1880. O objetivo central

¹⁸ Marcelo Mac Cord, *Artífices da cidadania: Mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*, Campinas: Editora da Unicamp, 2012; Idem, “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais: mutualismo, cidadania e a reforma eleitoral de 1881 no Recife” in Marcelo Mac Cord e Claudio H. M. Batalha (orgs.), *Organizar e proteger: Trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*, (Campinas: Editora da Unicamp, 2014), pp. 153-192.

¹⁹ James Scott, *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*, Lisboa: Letra Livre, 2013.

de sua pesquisa foi identificar e conceituar essa cultura política, que possibilitou às comunidades negras defenderem seus direitos e articularem projetos de transformação social. A expressão “classe de cor”, que intitula a tese, e as diversas práticas associativas, como irmandades religiosas, associações mutualistas, atividades de lazer e festas, desempenharam um papel fundamental na consolidação de identidades raciais e políticas compartilhadas. Esses processos deram forma a uma cultura política caracterizada pela sua complexidade, dinamismo e constante transformação ao longo do tempo.²⁰

Esse olhar diferenciado sobre a SPD é possível por conta dos avanços das pesquisas no campo de estudos intitulado “Emancipações e Pós-Abolição”. A análise das sociedades no mundo Atlântico após a emancipação tem sido objeto de pesquisa por vários estudiosos nas Américas. No contexto brasileiro, a exploração nessa área foi conduzida principalmente pela Antropologia e pela Sociologia até os anos de 1980, marcando o surgimento de uma nova abordagem histórica sobre a escravidão. O reconhecimento dos indivíduos escravizados e de seus descendentes como agentes históricos também teve repercussões nos estudos pós-abolição. Em contraposição à visão clássica de que foram “largados à própria sorte”, pesquisas significativas se propuseram a elucidar o destino da população negra antes e após o 13 de maio de 1888. Enquanto a década de 1980 foi um ponto de inflexão na historiografia da escravidão, os anos 2000 desempenharam um papel crucial nas pesquisas sobre o pós-abolição. A publicação de obras, a realização de eventos locais, estaduais, regionais, nacionais e internacionais, e a formação de grupos de pesquisa distribuídos pelo Brasil, evidenciaram o surgimento de um proeminente campo de investigação.²¹

Considerando que a maioria dos sócios da SPD era composta por trabalhadores de ofícios especializados, os avanços na historiografia dos *Mundos do Trabalho* ofereceram uma perspectiva ampliada para compreender suas experiências. Esse campo de estudo ganhou destaque no Brasil a partir do final dos anos 1970 e 1980, especialmente no contexto da

²⁰ Jonas Roque Ribeiro, “A classe de cor: uma história do associativismo negro em Minas Gerais (1880-1910)”, Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

²¹ O campo de estudos intitulado “Emancipações e Pós-Abolição” é bastante prolífero, entre as muitas obras que discutem, organizam e sintetizam o debate historiográfico sobre o assunto, ver: Ana Maria Rios e Hebe Maria Mattos, “O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas”, *Topoi*, v. 5, n. 8 (2004), pp. 170-198; Olívia Maria Gomes da Cunha e Flávio dos Santos Gomes (orgs.), *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*, (Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007); Flávio dos Santos Gomes e Petrônio Domingues (orgs.), *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890–1980)*, (São Paulo: Selo Negro, 2011); Flávio dos Santos Gomes e Petrônio Domingues, *Da nitidez e invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil*, Belo Horizonte: Fino Traço, 2013; Flávio dos Santos Gomes e Petrônio Domingues (orgs.), *Políticas da raça: experiências e legados da abolição e do pós-emancipação no Brasil*, (São Paulo: Selo Negro, 2014); Maria Helena Pereira Toledo e Celso Thomas Castilho (orgs.), *Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*, (São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015).

redemocratização, com aprofundamentos na tradição marxista e nas vivências de grupos populares. Temas como escravidão, industrialização, cotidiano urbano e rural, e lutas políticas passaram a ser explorados, evidenciando a heterogeneidade dos trabalhadores e suas práticas sociais. Nos anos 1990 e 2000, novas abordagens incorporaram as interseccionalidades de classe, raça, gênero, etnia e sexualidade, além de promoverem debates por meio da criação do GT Mundos do Trabalho, com a incorporação de uma revista acadêmica voltada para estudos na mesma área. Essas iniciativas consolidaram o campo e reavaliaram dicotomias como a de trabalhadores livres e escravizados, destacando práticas sociais no pós-abolição e novas formas de agência e sociabilidade em associações, sindicatos e outros espaços.²²

Com base nisso, e pensando que a SPD é uma instituição formada por trabalhadores de “cor preta”, não devem ser desconsideradas as categorias analíticas de *raça*, *classe* e *gênero*. A associação era predominantemente composta por homens que excluía a participação feminina nos espaços deliberativos, admitindo mulheres apenas como beneficiárias de auxílios concedidos pela instituição. Assim, seus sócios construíram uma imagem de provedores familiares e reafirmaram a SPD como um espaço masculino, onde as decisões eram tomadas exclusivamente por homens no âmbito do espaço público. Além disso, os membros declaravam em seus pedidos de inscrição exercerem profissões manuais especializadas, como pedreiros, carpinteiros, calafates, marceneiros, sapateiros e alfaiates, configurando uma fração de classe com demandas específicas vinculadas às suas condições materiais. Contudo, essa identidade de classe não pode ser desvinculada da experiência racial, já que esses homens também viviam a realidade de indivíduos negros em uma sociedade escravista. Dessa forma, raça, classe e gênero não são conceitos apartados, mas elementos que se interpenetram, compondo uma análise

²² Entre os inúmeros artigos, capítulos de livros e livros que sistematizam o debate acerca da historiografia dos Mundos do Trabalho, ver: Silvia H. Lara, "Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil", *Projeto História*, São Paulo, n. 16 (1998), pp. 25-38; Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva (orgs.), *Peculiaridades dos Ingleses e outros ensaios*, (Campinas: Unicamp, 2001); Claudio Batalha, "Os desafios atuais da história do trabalho", *Anos 90*, v. 13, n. 23/24 (2006), pp. 87-104; Antônio Luigi Negro e Flávio Gomes, "Além de senzalas e fábricas: uma História Social do Trabalho", *Revista Tempo Social*, v. 18, n. 1 (2006), pp. 217-240; Sidney Chalhou e Paulo Fontes, "História Social do Trabalho, história pública", *Perseu - história, memória e política*, São Paulo, ano 3, nº 4 (2009), pp. 219-228; Marcelo Mac Cord, "E. P. Thompson, a historiografia brasileira e a valorização a experiência dos trabalhadores", *Trabalho Necessário*, ano 12, n. 18 (2014), pp. 123-144; Antônio Luigi Negro, "E.P. Thompson no Brasil: recepção e uso", *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 39 (2014), pp. 151-161; Álvaro Pereira Nascimento, "Trabalhadores negros e o 'paradigma da ausência': contribuições à História Social do Trabalho no Brasil", *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59 (2016), pp. 607-626; Fabiane Popinigis e Paulo Cruz Terra, "Classe, raça e a História Social do Trabalho no Brasil (2001-2016)", *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro v. 32, n. 66 (2019), pp. 307-328; Eric J. Hobsbawm, *Mundos do Trabalho – Novos estudos sobre a história operária*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

histórica complexa e evitando abstrações que desconsiderem o entrelaçamento dessas dimensões sociais.²³

Para compreender a experiência dos homens de cor da SPD, recorro também ao conceito de *racialização*. Esse termo adquiriu relevância investigativa à medida que estudiosos passaram a explorar como e por que a noção de raça sustentou hierarquias sociais durante a crise do sistema escravista, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil. Nesse processo, foi crucial conferir historicidade à ideia de raça, destacando que, embora frequentemente tratada como uma questão trans-histórica, ela é, na verdade, uma construção ideológica e, sobretudo, um produto histórico. Assim, a noção de raça está intrinsecamente ligada a contextos e realidades sociais específicos. Há um consenso entre os pesquisadores de que a ideia de racialização reflete um discurso em constante construção, moldado pelas circunstâncias de sua produção. Nesse sentido, o conceito de racialização nos auxilia a compreender as dinâmicas cotidianas, políticas e identitárias que marcaram os pertencimentos étnico-raciais dos membros da SPD ao longo do século XIX.²⁴

A partir deste repertório teórico, é importante observar as fontes documentais utilizadas nesta tese. As principais fontes desta pesquisa foram documentos do Arquivo da Sociedade Protetora dos Desvalidos (ASPD), como atas de reuniões do conselho administrativo e da assembleia geral, estatutos, demonstrativos de receitas e despesas, recibos, requerimentos de inscrição, solicitações de socorro, aposentadorias, pensões e fichas de matrículas, entre outros. Embora ricos em informações, esses documentos apresentam tanto possibilidades quanto limites, exigindo análise criteriosa, especialmente por refletirem o ponto de vista institucional

²³ Sobre o debate de raça e classe, ver: Clóvis Moura, *Dialética radical do Brasil negro*, São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2014, p. 219; Angela Davis, *Mulheres, raça e classe*, São Paulo: Boitempo, 2016, p. 75; Florestan Fernandes, *Significado do protesto negro*, São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2017, p. 84; Silvio Luiz de Almeida, *Racismo estrutural*, São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019, p. 185. Em relação ao conceito de gênero, ver: Joan W. Scott, "Gênero: uma categoria útil de análise histórica", *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2 (1995), pp. 71-99; Ana Maria Colling, "Gênero e História, um diálogo possível?", *Contexto & Educação*, v. 71/72 (2004), pp. 29-44; Joana Maria Pedro, "Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea", *Topoi - Revista de História*, v. 12 (2011), pp. 270-283.

²⁴ Sobre o conceito de *racialização*, ver: Wlamyra Ribeiro de Albuquerque, *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2009; Rodrigo de Azevedo Weimer, *Felisberta e sua gente: consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015; Fernanda Oliveira da Silva, "As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960)", Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017; Didier Fassin, "Nem raça, nem racismo: o que racializar significa" in Lilia M. Schwarcz e Maria Helena P. T. Machado (orgs.), *Emancipação, inclusão e exclusão: desafios do passado e do presente*, (São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018), pp. 51-72; Brodwyn Fischer, Keila Grinberg e Hebe Mattos, "Direito, silêncio e racialização das desigualdades na História afro-brasileira" in George Andrews e Alejandro de la Fuente (orgs.), *Estudos afro-latino-americanos: uma introdução*, (Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018), pp. 163-218; Matheus Gato, *O massacre dos libertos: sobre raça e república no Brasil (1888-1889)*, São Paulo: Perspectiva, 2020.

da SPD. Apesar disso, permitem, por meio da escrita dos próprios sócios, delinear seu lugar social e registrar suas memórias coletivas. Assim, revelam as escolhas feitas sobre o que deveria ser lembrado ou esquecido, tanto pelos contemporâneos quanto para os historiadores.²⁵

Muitos dos sócios da SPD não só assinavam as atas das sessões, eles estavam aptos a redigir em ótima caligrafia a maioria dos documentos que compõem esta tese. Algumas fontes documentais, como as atas das reuniões, exigiam a capacidade de interpretação e síntese do que era discutido e deliberado entre os irmãos durante as sessões, que, em alguns momentos, poderiam ser bem tumultuadas, o que dificultava a escrita daqueles documentos. Portanto, eram homens de cor que, literalmente, escreviam sobre sua própria história. Como lembrou Marcelo Mac Cord, “perceber isto é reafirmar a agência, o protagonismo e os próprios projetos políticos, econômicos, culturais e sociais dos de baixo da pirâmide social.”²⁶

Além disso, foram usados documentos do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), principalmente fontes do maço sobre a SPD, onde foi possível encontrar comunicados, convites, solicitações e outros documentos direcionados ao presidente da província, sobretudo a partir da década de 1860, quando a Lei dos Entraves (1860-1882) regulamentou as associações desse tipo no Brasil. Estes documentos revelam aspectos importantes sobre a relação que a SPD mantinha com o Estado Imperial brasileiro, principalmente no que diz respeito aos trâmites de aprovação de seus estatutos, a lista de diretorias eleitas, bem como outras ocorrências que demandavam a intervenção do presidente da província da Bahia.²⁷

Outros arquivos foram essenciais para complementar e comparar as informações obtidas. Por meio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, acessei jornais, almanaques, leis, resoluções, falas e relatórios de presidentes de província, entre outros documentos imprescindíveis, sobretudo para o cruzamento de dados. A busca online também possibilitou identificar a presença de irmãos e sócios da SPD em documentos impressos, revelando detalhes como profissão, endereço e outras informações relevantes. Além disso, consultei diversas

²⁵ No decorrer dos capítulos apresentarei as devidas problematizações acerca das fontes do arquivo da SPD. Parte destes documentos foram restaurados e transcritos pelo Ateliê Memória e Arte, o que tornou a pesquisa desta tese menos penosa. Esta empresa é especializada em gestão cultural, acervos especiais, conservação e restauro, sob a responsabilidade de Vanilda Salignac de Souza Mazzoni. Para mais informações sobre o Ateliê, ver: <<https://www.memoriaarte.com.br/>>. Em relação à utilização de documentos de associações de ajuda mútua, especialmente as atas, ver: Marcelo Mac Cord, “As sociedades mutualistas e os seus registros escritos: análise formal e social das atas de suas reuniões ordinárias e extraordinárias” in Maria Veronica Secreto e Jonis Freire (orgs.), *História como se faz? Exercícios de metodologia da história sobre escravidão e liberdade*, (Belo Horizonte: Fino Traço, 2022), p. 203.

²⁶ Mac Cord, “As sociedades mutualistas e os seus registros escritos”, p. 199.

²⁷ Sobre a Lei dos Entraves, ver: *Collecção das Leis do Império do Brazil de 1860*, Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1860, Tomo XXI, Parte I, pp. 28-36; *Collecção das Leis do Império do Brazil de 1860*, Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1860, Tomo XXIII, Parte II, pp. 1061-1063, 1125-1140.

bibliotecas e institutos, como a Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, a Biblioteca Digital Luso-Brasileira, a Biblioteca Pública do Estado da Bahia, a Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin, a Biblioteca Virtual Consuelo Pondé, o Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, entre outros. Esses acervos ofereceram acesso a periódicos, mapas, leis, dicionários e variados documentos que enriqueceram a pesquisa.

Para identificar os sujeitos presentes nesta tese, foi adotado o método da *ligação nominativa de fontes*, amplamente utilizado por pesquisadores e pesquisadoras. Esse método, oriundo da micro-história italiana, possibilitou o cruzamento de informações coletadas em diversas fontes documentais sobre os personagens investigados nesta tese. Esse recurso se fundamenta na redução da escala de análise e na delimitação do âmbito de investigação, permitindo localizar os mesmos sujeitos em diferentes contextos e estruturas sociais. Dessa forma, o método possibilitou articular vivências individuais às estruturas menos visíveis em que elas se inserem, sobrepondo documentos no tempo e no espaço por meio da identificação de nomes. Através da ligação nominativa de fontes, foi possível conhecer diferentes aspectos dos membros da SPD, reconstituindo suas trajetórias e redes de relações.²⁸

Diante da metodologia, a tese está estruturada em três capítulos. No primeiro, intitulado "Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos: uma confraria negra", busquei analisar os conflitos no interior da Irmandade dos Desvalidos, usando como mote a disputa em torno do cofre, iniciado no dia 4 de junho de 1848. Nesse primeiro capítulo, o objetivo foi evidenciar as motivações e os sentidos das ações do grupo dissidente na mobilização pela mudança da sede da Capela dos Quinze Mistérios, localizada na freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, para a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos das Portas do Carmo, com endereço na freguesia do Passo. Foi feito um rastreio dos principais nomes envolvidos na disputa e os interesses em torno da contenda, para entender como esses sujeitos se moveram nos trâmites jurídicos e políticos. Percebi que os dissidentes decidiram promover a ruptura institucional com a Irmandade devido a uma série de fatores relacionados a interesses comuns entre aqueles indivíduos, como: a diferença geracional; a predominância de marceneiros; a conexão de muitos dissidentes com a Irmandade e a Igreja do Rosário dos Pretos;

²⁸ Para exemplos de estudos que utilizam a ligação nominativa de fontes, ver, entre outros: Carlo Ginzburg e Carlo Poni, "O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico" in Carlo Ginzburg (org.), *A micro-história e outros ensaios*, (Rio de Janeiro: Bertrand, 1989), pp. 169-178; Walter Fraga, *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*, Campinas: Editora da Unicamp, 2006; João José Reis, *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*, São Paulo: Companhia das Letras, 2008; Lisa Earl Castillo e Luís Nicolau Parés, "Marcelina da Silva e seu mundo: novos dados para uma historiografia do candomblé ketu", *Afro-Ásia*, Salvador, n. 36 (2007), pp. 111-151; Rebecca Scott e Jean Hébrard, *Provas de liberdade: uma odisseia atlântica na era da emancipação*, Campinas: Unicamp, 2014.

a residência de muitos desses associados em freguesias centrais, como Sé, Santana, Passo e São Pedro; o perfil desses sócios voltado para investimentos com negócios em África e com pessoas escravizadas; as relações com as comunidades africanas e do candomblé.

No segundo capítulo, intitulado "Sociedade Protetora dos Desvalidos: o associativismo negro na ordem imperial baiana", foi analisado como os sócios da então Sociedade Amparo dos Desvalidos, que depois foi renomeada como Sociedade Protetora dos Desvalidos, se articularam para a consolidação da instituição de acordo com a Lei nº 1.083 de 1860, conhecida como Lei dos Entraves, e os decretos nº 2.686 e 2.711. Esta legislação estabeleceu um controle para as associações beneficentes no Brasil, com o olhar atento do Conselho de Estado e dos presidentes das províncias, que restringiram as possibilidades de atuação para os homens de cor em espaços associativos que pudessem congregar exclusivamente seus pares. Diante dessa realidade, os membros da SPD utilizaram como estratégia a construção de uma imagem positiva sobre o seu grupo, ao aceitarem apenas trabalhadores de "cor preta", brasileiros, livres, letrados, especializados em algum ofício e que respeitassem a ordem vigente. Além disso, os membros da SPD se articularam para consolidar a associação no jogo político, ao mobilizarem uma nova ferramenta de negociação: a categoria de "sócio protetor". É significativa a presença de figuras ilustres entre os primeiros sócios protetores, como presidentes de província, chefes de polícia, delegados, subdelegados, desembargadores, médicos e oficiais militares, entre outros.

Por fim, o capítulo 3, intitulado "A liberdade da raça e a grandeza da pátria: Marcolino José Dias e o associativismo negro no tempo da abolição", discutiu-se sobre a dinâmica da SPD no final da década de 1870 e 1880, diante de um cenário de efervescência do abolicionismo no Brasil e fim da monarquia. Foi utilizado como fio condutor a trajetória de um dos mais atuantes sócios da SPD naquele período, Marcolino José Dias. Este sócio, por conta de sua trajetória excepcional, trouxe uma série de conquistas para a SPD e um legado inquestionável. Com bastante habilidade e criatividade, o capitão Marcolino conquistou uma série de benefícios para a associação, como a subvenção anual do Estado no valor de 1 conto de reis e o projeto do asilo no interior da sede da SPD, com o objetivo de ajudar sócios em condição de vulnerabilidade. Além disso, o capitão dos Zuavos projetou na SPD um forte pertencimento racial com um consistente projeto de nação.

Deste modo, os personagens desta pesquisa transitavam por uma Bahia que passava por intensas transformações no século XIX. Os sócios e as lideranças negras que estavam envolvidas com o projeto político da SPD presenciaram uma Bahia do século XIX, que havia sido palco de numerosos acontecimentos de caráter turbulento, como as revoltas escravas,

aumento e o fim do tráfico negreiro, epidemia de febre amarela e cólera, em 1849, 1855-56, a greve negra de 1857, movimento abolicionista, a Guerra do Paraguai, as disputas político-partidárias entre conservadores e liberais, monarquistas e republicanos, e o intenso debate sobre a cidadania dos homens de cor no Império, sobretudo os libertos e os mestiços. Além disso, foi um período de ascensão e queda do açúcar e da escravidão, das reformas urbanas, da expansão dos serviços públicos e de ensaios frustrados de industrialização. Os trabalhadores livres vinculados à SPD estiveram inseridos nesse contexto de transformações urbanas, econômicas, políticas e demográficas, que influenciaram profundamente o lugar daquela organização negra na dinâmica social.²⁹

Diante do exposto, pretendo convencer o leitor e a leitora, de que os trabalhadores de “cor preta” da SPD fizeram o possível para viver com dignidade, oferecer conforto aos seus familiares e projetar um futuro para aqueles que dependiam de proteção social. É essa história do associativismo negro – em tempos de escravidão e liberdade – protagonizada pela Sociedade Protetora dos Desvalidos, que será explorada nas páginas seguintes.

²⁹ Kátia M. de Queirós Mattoso, *Bahia, século XIX: uma província no Império*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992; Onildo Reis David, *O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX*, Salvador: EDUFBA, 1996; Hebe Maria Mattos, *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*, Rio de Janeiro: Zahar, 2000; Fraga Filho, *Encruzilhadas da liberdade*; Albuquerque, *O jogo da dissimulação*. João José Reis, *Rebelião Escrava no Brasil: o levante dos malês na Bahia em 1835*, Companhia das Letras: São Paulo, 2003; Idem, *Ganhadores: A greve negra de 1857 na Bahia*, São Paulo: Companhia das Letras, 2019; B. J. Barickman, *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo*, 1780-1860, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; Consuelo Novais Sampaio, *50 anos de Urbanização: Salvador da Bahia no Século XIX*, Rio de Janeiro: Versal, 2005.

1. IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA SOLEDADE AMPARO DOS DESVALIDOS: UMA CONFRARIA NEGRA

Em 16 de setembro de 1832, um grupo de trabalhadores de cor, em profissões e ocupações diversas, entre eles marceneiros, pedreiros, ganhadores e outros, sob a liderança de Manoel Victor Serra, fundaram a Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos. Diferente das irmandades da época, a Irmandade dos Desvalidos era uma confraria de “fundação tardia” e composta exclusivamente por negros, brasileiros, livres e libertos, sem a presença de brancos em cargos administrativos. Os membros estabeleceram sede na Capela dos Quinze Mistérios, localizada na freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, cidade de Salvador, capital da província da Bahia, e a partir dali iniciaram suas atividades.¹

A Irmandade dos Desvalidos, que funcionava com a contribuição de mensalidades, tinha como objetivo ofertar socorro, através de valores em dinheiro, aos irmãos que eventualmente se ausentassem de suas atividades laborais por conta de doença. Este modelo de contribuição com eventuais socorros em momentos de adversidade era um aspecto que aproximava a Irmandade dos Desvalidos dos modelos de associações de ajuda mútua que se popularizaram na segunda metade do século XIX no Brasil, como iremos conhecer no segundo capítulo. Além disso, em caso de falecimento, como qualquer confraria na época, eram garantidos os devidos custos e o acompanhamento funerário do membro falecido. A Irmandade dos Desvalidos oferecia ainda empréstimos, através do sistema de penhores, cuja garantia do pagamento era condicionada ao depósito de um bem móvel do contratante.²

¹ Klebson Oliveira, “Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico”, Tese (Doutorado em Letras e Linguística), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006, p. 156; Douglas Guimarães Leite, “‘Mutualistas, graças a Deus’: identidade de cor, tradições e transformações do mutualismo popular na Bahia do século XIX (1831-1869)”, Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, pp.15, p. 24, 53-54, 83-84. Entre os fundadores estavam os marceneiros Manoel da Conceição, Gregório Manoel Bahia, Balthazar dos Reis e Manoel do Sacramento Conceição Roza, além dos pedreiros Luiz Teixeira Gomes, Bernardino S. Souza e Pedro Fortunato de Farias. Além destes, o grupo contava com Gregório do Nascimento (carroceiro), José Maria Vilela (empregado do vigário Joaquim José de Santana), Theotônio de Souza (fazia vinagre), Francisco José Pepino (calafate), Daniel Correia (provavelmente ganhador do canto do Pilar), Roberto Tavares (carregador de água), José Fernandes do Ó (vendedor de toucinho) e Manoel Martins dos Santos (trabalhava no “porto da lenha”). O grupo de fundadores também incluíam três personagens com profissões desconhecidas, que eram José do Nascimento, Ignácio de Jesus e Barnabé Álvaro dos Santos.

² Pierre Verger, *Fluxo e refluxo: Do tráfico de escravos entre o golfo de Benim e a Bahia de Todos-os-Santos, do século XVII ao XIX*, São Paulo: Companhia das Letras, 2021, pp. 603-604; Júlio Santana Braga, *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor*, Salvador: Ianamá, 1987, pp. 23-32; Oliveira, “Negros e escrita no Brasil do século XIX”, pp. 139, 643-646; Leite, “‘Mutualistas, graças à Deus’”; Emerson Cláudio Cordeiro do Carmo, “Memória e associativismo mutualista em Salvador: um estudo centrado na Sociedade Protetora dos Desvalidos”, Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2019, pp. 16-44; Tânia Lobo e Klebson Oliveira, “Os afro-brasileiros da Sociedade Protetora dos Desvalidos” in Charlotte Galves e Tânia Lobo (orgs.), *O português escrito por afro-brasileiros no século XIX: as atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos*, (Salvador: EDUFBA, 2019), pp. 21-51.

Em 1848, uma crise interna em torno do cofre da Irmandade dos Desvalidos provocou (ou trouxe à tona) uma cisão entre os membros daquela confraria, colocando em posições opostas dois grupos. De um lado, alguns irmãos, que iremos denominar no decorrer da tese de “grupo dissidente”, almejavam a mudança do cofre e da sede para a Igreja do Rosário dos Pretos, localizada na freguesia da Rua do Passo, alegando motivos de segurança dos valores. Do outro lado, alguns irmãos da Capela dos Quinze Mistérios decidiram que o objeto deveria permanecer na freguesia de Santo Antônio Além do Carmo. Este conflito, que durou entre os anos de 1848 e 1851, revela a disputa no campo jurídico e político em relação à posse do patrimônio material e simbólico construído ao longo dos primeiros anos da Irmandade. Diante do embate, o grupo dissidente estabeleceu nova sede na Igreja do Rosário dos Pretos, onde foi articulada a fundação de uma associação civil negra, a então Sociedade Amparo dos Desvalidos.

A historiografia que tratou da experiência da Irmandade e da Sociedade dos Desvalidos, sempre apontou para uma “transformação” de uma associação religiosa para uma organização civil, sem problematizar o processo. Pouco se pensou como a disputa e, conseqüentemente, a constituição da então Sociedade Amparo dos Desvalidos, que na década de 1860, passou a ser chamada de Sociedade Protetora dos Desvalidos, revela nuances dos interesses e alianças de trabalhadores livres e libertos naquele momento. Diferente do que afirmou Pierre Verger, que no ano de 1851 a Irmandade “transformava seu nome” em Sociedade Protetora dos Desvalidos, o que ocorreu foi um processo de disputa e ruptura muito mais complexo, que provocou a formação de outra instituição, como nos ensinou Douglas Leite em sua tese de doutorado.³

Ao observar o episódio do racha de 1848 no interior da Irmandade dos Desvalidos, busco responder as seguintes perguntas: o que motivou, como ocorreu e quais foram os significados da cisão no interior da Irmandade dos Desvalidos? Quem eram e quais os interesses das lideranças que protagonizaram as disputas e a ruptura? Deste modo, o objetivo principal é analisar as disputas e a ruptura no interior da Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos, e compreender como esta cisão possibilitou a formação da Sociedade dos Desvalidos. A disputa pelo cofre durante o racha na Irmandade revela que os dissidentes, ou pelo menos parte deles, possuíam interesses comuns, como investimentos, experiências profissionais, relações pessoais e outros.

É importante destacar que essa disputa acontecia num Brasil do final da década de 1840 e o início da década seguinte, cujas transformações impactaram a vida desses trabalhadores de

³ Verger, *Fluxo e refluxo*, p. 604; Braga, *Sociedade Protetora dos Desvalidos*, pp. 23-32; Oliveira, “Negros e escrita no Brasil do século XIX”; Leite, “Mutualistas, graças à Deus”.

cor. Este período foi marcado por uma política nacional de estruturação de um Império que sofria as consequências da instabilidade política durante o governo regencial (1831-1840). Com a abdicação ao trono de D. Pedro I em 1831, a impossibilidade de seu filho Pedro de Alcântara em assumir o trono, pois ainda tinha 5 anos de idade, o Brasil passou a ser governado por regentes, até a antecipação da maioridade. A instabilidade política do Império levou a muitas revoltas, como a Balaiada (Maranhão, 1838-1841, Cabanagem (Pará, 1835-1840), Malês (Salvador, 1835), Farroupilha (Rio Grande do Sul, 1835-1845), Sabinada (Salvador, 1837-1838) e outras.⁴

Além disso, o Brasil estava lidando com os impactos da lei de 1831 contra o tráfico de africanos escravizados, a chamada Lei Feijó, que só teve seu fim definitivo com a Lei Euzébio de Queirós em 1850. Após a lei de 1831, o Estado imperial havia se transformado em fiador da escravidão, tornando-se omissivo no combate ao contrabando de africanos e adotando medidas para possibilitar a legalização da propriedade escrava ilegalmente adquirida. Em suma, um período de terror até mesmo para negros libertos e livres pobres, cuja liberdade precária podia terminar em escravização ilegal. Portanto, a década de 1840, foi marcada pela postura conivente do Estado imperial com o tráfico ilegal de africanos escravizados para os portos brasileiros, até o fim definitivo em 1850.⁵

Em relação às fontes para este capítulo, infelizmente não foi possível encontrar os documentos oficiais dos trâmites jurídicos no que diz respeito ao conteúdo do cofre, mas os desdobramentos deste conflito, que se arrastou por cerca de três anos, podem ser vislumbrados através das discussões nas atas das sessões, nos demonstrativos de despesas com a ação judicial, nos ofícios, recibos, além de documentos impressos, como jornais e almanaques. Todas essas fontes, ou pelo menos a grande maioria, foram produzidas pelos irmãos que decidiram estabelecer nova sede na igreja do Rosário dos Pretos, após o racha em 4 de junho de 1848. Por conta disso, entre os irmãos envolvidos na disputa pelo cofre da Irmandade dos Desvalidos, foi possível identificar apenas os membros do grupo dissidente.

Por outro lado, até o momento, nenhum pesquisador ou pesquisadora encontrou fontes suficientes sobre os membros que não aceitaram a transferência do cofre e decidiram

⁴ Sobre o período regencial no Brasil, ver: Marco Morel, *O período das regências (1831-1840)*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003; Marcello Basile, "O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)" in Ricardo Salles e Keila Grinberg, *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 53-120.

⁵ Em relação ao contexto de tráfico ilegal de pessoas escravizadas e o impacto na vida da população de cor livre e liberta, ver, entre outros títulos: Sidney Chalhoub, *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*, São Paulo: Companhia das Letras 2012; Beatriz Mamigonian, *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

judicializar a disputa. Os únicos que encontramos comprovação de que eram do grupo da Capela dos Quinze Mistérios, foram Fernando Ferreira Manço, que aparece numa ata de novembro de 1849 como 1º fiscal da Irmandade dos Desvalidos, e Theodorio dos Reis e S. Tiago, que assina como secretário numa publicação do *Correio Mercantil* no mesmo mês e ano. Portanto, o máximo que podemos fazer é imaginar que alguns dos integrantes da Irmandade dos Desvalidos, ausentes na documentação produzida pelos dissidentes, podem ter feito parte do grupo da Capela dos Quinze Mistérios, mas ainda assim é insuficiente para sabermos quem eram eles, pois alguns, no meio da confusão, podem ter decidido se retirar da Irmandade.⁶

Com base nessa suposição, Douglas Leite levantou a possibilidade de alguns membros fundadores da Irmandade dos Desvalidos, como Daniel Correia, José Fernandes do Ó e Roberto Tavares França, estarem no grupo que decidiu permanecer na Capela dos Quinze Mistérios, exatamente por conta de suas ausências na documentação do grupo dissidente. No entanto, acho que esta é uma possibilidade remota. Ao rastrear os nomes de alguns fundadores e de outros irmãos que estavam desde o início na Irmandade dos Desvalidos, é possível perceber que poucos permaneceram ativos na confraria no final da década de 1840. Muitos desses irmãos não ocupavam mais cargos administrativos, não assinavam as atas e nem eram mencionados em outros documentos, o que indica que alguns podem ter falecido ou se retirado da Irmandade.⁷

Por conta das características dos documentos que serão utilizados aqui, é preciso ter cuidado. É necessário desconfiar da versão dos fatos que nos chega através das fontes produzidas pelos dissidentes. Estamos lidando com a versão de uma disputa em que apenas um lado da história fez registros de suas ações. Deste modo, é preciso alertar os leitores e as leitoras sobre a tentação de assumir um lado na contenda. De qualquer forma, a documentação disponível, com a devida problematização, nos permite analisar as ações tomadas por aquelas lideranças na gestão da disputa e os sentidos destas escolhas para a configuração de um associativismo para trabalhadores de cor no século XIX. Os questionamentos estão lançados, os limites e possibilidades das fontes apresentados, vamos aos fatos, ou uma versão deles.

⁶ ASPD, Livro de Termos (1847-1849), f. 29; *Correio Mercantil*, Salvador, 24 nov. 1849, p. 3. Em relação aos documentos da SPD, cabe uma observação importante. Ao referenciar as fontes da Irmandade dos Desvalidos, utilizarei a numeração das folhas conforme a transcrição realizada pelo Ateliê Memória & Arte, no âmbito do projeto “Mãos negras, mãos hábeis: salvaguarda de manuscritos produzidos por negros libertos no século XIX na Bahia”, disponível em: <<https://www.memoriaarte.com.br/maosnegrasmaoshabeis>>. No caso específico dos documentos da SPD que não foram transcritos, respeitarei a lógica interna de organização do acervo da instituição. Para isso, incluirei os títulos dos livros, suas datas e a numeração atribuída aos documentos pelos próprios membros. Dessa forma, a consulta à documentação será mais prática e acessível para futuros pesquisadores.

⁷ Leite, “Mutualistas, graças a Deus”, p. 154.

O cofre e o racha

Em 4 de junho de 1848, o subdelegado da freguesia de Santo Antônio Além do Carmo foi acionado para “manter a ordem” na capela da igreja do Rosário dos Quinze Mistérios. A razão era a disputa dos membros da Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos em relação à proposta de um grupo de transferir o cofre da Devoção para a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, localizada na freguesia do Santíssimo Sacramento da Rua do Passo. Estes irmãos, alegando preocupação com a segurança do cofre, solicitaram a transferência do objeto, a fim de proteger os valores ali conservados, como mensalidades, joias de entrada, rendimentos dos penhores, entre outros.⁸

Na ocasião, o provedor da Irmandade dos Desvalidos era o marceneiro José Pedro da Silva Paraguassu, personagem importante na articulação do associativismo negro em meados do século XIX. Paraguassu decidiu a situação através de votação entre os presentes, com o seguinte resultado: 34 votos a favor e 24 contra a transferência do cofre para a Igreja do Rosário dos Pretos. No final da ata, ainda foi registrado que deixava “de entrar em votação aqueles irmãos que não tiveram (sic) presentes apesar de participarem por escrito, por isso que não vieram reconhecidas as firmas das participações, *segundo fez ver o Subdelegado*” (Grifo meu).⁹

O comparecimento do subdelegado naquela sessão, pode ter sido determinante para o resultado da votação a favor da transferência do cofre. Quem convocou aquela autoridade talvez tenha apostado na possibilidade de sua presença garantir a ordem necessária para intimidar os irmãos contrários, além de invalidar os votos dos ausentes. O cargo de subdelegado, criado no ano de 1841, já no Segundo Reinado, por meio da reforma do Código do Processo Criminal, era escolhido pelo presidente da província, através de uma lista tríplice feita pelo chefe de polícia. O subdelegado tinha como responsabilidade o policiamento cotidiano das freguesias nas quais era designado, com o apoio de funcionários, como inspetores de quarteirão, oficiais de justiça e policiais da guarda urbana. De acordo com João José Reis, o “cargo de subdelegado não era remunerado, mas refletia e acrescentava poder, respeitabilidade e prestígio a seus ocupantes.” Não seria a primeira, nem a última vez, em que lideranças da Irmandade e da

⁸ ASPD, Livro de Termos (1847-1849), ff. 15-17v.

⁹ ASPD, Livro de Termos (1847-1849), ff. 16v-17v. É importante destacar que fiz a opção de atualizar as grafias presentes nos documentos para facilitar o entendimento do texto.

Sociedade dos Desvalidos utilizariam da estratégia de acionar autoridades para assegurar seus interesses.¹⁰

Infelizmente, o nome do subdelegado da freguesia de Santo Antônio Além do Carmo não foi registrado em ata, mas alguns indícios sugerem que o indivíduo presente naquela sessão pode ter sido o médico Januário Manoel da Silva. Garimpando em almanaques e jornais das décadas de 1830 a 1850, notei que Januário da Silva aparece como médico, oficial de justiça, jurado, suplente de eleitor, juiz de paz, militar e subdelegado na freguesia de Santo Antônio. Seu nome estava sempre relacionado às situações de mediação de conflitos envolvendo roubos, agressões, dívidas, entre outras ocorrências. Além disso, ele sempre ofertou gratuitamente seus serviços médicos para a população pobre daquela freguesia. Provavelmente, pela sua autoridade, influência e popularidade na freguesia de Santo Antônio, pode ter sido ele o subdelegado acionado para “manter a ordem” na Capela dos Quinze Mistérios naquele dia 4 de junho de 1848.¹¹

A freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, onde estava localizada a sede da Irmandade dos Desvalidos na ocasião da votação pelo destino do cofre, era uma das maiores entre as dez de Salvador, e tinha, em meados do século XIX, algo em torno de 4 mil habitantes, numa cidade que contava, segundo estimativas, com uma população entre 56 e 80 mil pessoas. Nas palavras de Anna Nascimento, Santo Antônio, que era dividida em dois distritos, abrigava uma “grande classe média” – expressão um tanto anacrônica, mas ajuda a compreender que ali residia, em sua grande maioria, indivíduos dos setores medianos. No primeiro distrito, próximo do núcleo da cidade, habitavam pequenos negociantes, alfaiates, médicos e empregados públicos de “parcos ordenados”. O segundo distrito, mais afastado do centro político e econômico de Salvador, possuía uma rarefeita população rural, caracterizada pela presença de

¹⁰ *Colleção das Leis do Império do Brasil de 1841*, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1842, Tomo IV, parte I, pp. 101-122; João José Reis, *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*, São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 22. Sobre a relação clientelista estabelecida entre os membros da SPD e autoridades baianas, ver: Campos, *Sociedade Protetora dos Desvalidos*, pp. 39-65; Idem, “O jogo político das lideranças do associativismo negro: alianças, conflitos e redes de proteção em Salvador na segunda metade do século XIX”, *Revista Ágora*, v. 31, n. 2 (2020), pp. 1-18.

¹¹ A presença de Januário Manoel da Silva está registrada nos seguintes documentos: *Correio Mercantil*, 24 dez. 1838, p. 3; *Correio Mercantil*, 03 jan. 1840, p. 4; Almanach para o ano de 1845. Bahia: Na Typ. de M. A. da S. Serva, 1845, p. 206; *O Guaycuru*, Salvador, 02 jun. 1846, p. 2; *Correio Mercantil*, 01 fev. 1849, p. 3; *Correio Mercantil*, 19 dez. 1849, p. 3; *O Guaycuru*, 29 nov. 1850, p. 4; *O Guaycuru*, 12 mar. 1852, p. 4; *Almanak administrativo mercantil, e industrial da Bahia, para o anno de 1855, organizado por Camillo de Lellis Masson*. Primeiro anno. Bahia: Typ. de Camillo de Lellis Masson & C., 1854, p. 82, 171, 239; *Almanak administrativo, mercantil, e industrial da Bahia, para o anno de 1856, organizado por Camillo de Lellis Masson*. Segundo anno. Bahia: Typ. de Camillo de Lellis Masson & C., 1855, pp. 100, 104.

inicial da capela, o que resultou numa construção simples, como é possível visualizar na figura 1.¹⁴

Figura 1 – Igreja dos Quinze Mistérios



Fonte: <<http://www.salvador-turismo.com/santo-antonio/quinze-misterios.htm>>

Para a instalação de uma irmandade no Brasil do século XIX, era necessário que os irmãos encontrassem uma igreja que a acolhesse. Caso essa opção não fosse possível, os membros buscavam recursos para construírem o seu próprio templo. Em geral, cada espaço religioso acomodava diversas irmandades, que veneravam seus santos patronos em altares laterais. Além disso, para estabelecer uma irmandade, era necessário obter a aprovação do compromisso, também conhecido como “estatuto” ou “regimento”. Esse documento precisava ser aprovado pelas autoridades eclesiásticas e/ou pelo poder régio. O compromisso delineava as normas de comportamento entre os membros da irmandade, incluindo critérios de adesão, organização de eleições, definição de cargos na diretoria, taxas de entrada e anuidades, bem como as práticas de ajuda mútua e filantropia. O compromisso também buscava regular e organizar aspectos da vida e da morte dos membros, como os ritos fúnebres, as missas, a realização da celebração do santo padroeiro e outras práticas devocionais.¹⁵

¹⁴ Maria do Carmo Pondé, “A Capelinha dos Quinze Mistérios e a devoção do Rosário entre os Pretos”, *Anais do Arquivo Público da Bahia*, vol. XXIX (1943), pp. 313-324.

¹⁵ Lucilene Reginaldo, “Irmandades” in Lilia Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes (orgs.), *Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos*, (São Paulo: Companhia das Letras, 2018), pp. 270-271; João José Reis, *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 66.

Portanto, a Irmandade dos Desvalidos, ao obter a aprovação de seu compromisso, mas sem condições de ter um templo próprio, foi acolhida pela confraria dos Quinze Mistérios em sua própria igreja. Neste sentido, é possível pensar que o convívio entre as duas confrarias tenha sido um dos fatores que desencadearam o racha entre os membros da Irmandade dos Desvalidos e a consequente decisão de transferir o cofre para a Igreja das Portas do Carmo. Era comum que muitas dessas irmandades se reunissem numa mesma igreja e a convivência exigia certa negociação, o que não deveria ser algo fácil. Na documentação da Irmandade dos Desvalidos, reiteradas vezes os membros solicitaram a autorização da Mesa dos Quinze Mistérios para adoração da padroeira, a Nossa Senhora da Soledade.¹⁶

Figura 2 – Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos das Portas do Carmo



Fonte: Peter Fuss, *Brasil*. Berlin-Zürich: Atlantis-Verlag, 1937, p. 145.

O local almejado pelos membros do grupo dissidente da Irmandade dos Desvalidos para a transferência do cofre era a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que estava localizada numa distância de aproximadamente um quilometro da Capela dos Quinze Mistérios, como indicado no círculo amarelo no mapa 1. A Igreja do Rosário dos Pretos havia sido construída no início do século XVIII pelos membros da irmandade de mesmo nome. Esta confraria, bastante conhecida pela historiografia acerca das irmandades, havia sido fundada por pretos forros e escravizados, em 1685, na Sé Catedral. De acordo com João Reis, após “a criação da freguesia do Passo – que, ainda sem sua matriz, se desmembrou da freguesia da Sé em 1718

¹⁶ Leite, “Mutualistas graças a Deus”, pp. 34-35; ASPD, Livro de Termos de 1847, ff. 2-11v.

– a igreja dos pretos foi-lhes praticamente tomada, até 1726, quando uma carta régia obrigou o vigário do Passo a devolvê-la”. No decorrer de sua trajetória, a Igreja do Rosário dos Pretos abrigou muitas irmandades negras, como a de Santa Ifigênia, do Senhor Bom Jesus dos Martírios, São Benedito e, naquele ano de 1848, passou a acolher parte dos membros dissidentes da Irmandade dos Desvalidos, como veremos ainda neste capítulo.¹⁷

A Igreja do Rosário dos Pretos estava localizada na freguesia do Santíssimo Sacramento da Rua do Passo, que, diferente de Santo Antônio, era a menor entre as dez freguesias, no que diz respeito à extensão. Era possível encontrar, na freguesia do Passo, grandes famílias ocupando sobrados, profissionais liberais, pequenos proprietários escravistas, padres, estudantes, médicos, quitandeiras, costureiras, negociantes brasileiros e portugueses, artífices e oficiais mecânicos. Além disso, os habitantes daquela freguesia promoviam com frequência festas de santos, procissões, e muitos moradores eram membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.¹⁸

Apesar de não mencionarem nada sobre este aspecto nos documentos, é possível que a estrutura física da Igreja do Rosário dos Pretos tenha chamado a atenção dos membros do grupo dissidente da Irmandade dos Desvalidos. Alguns membros da Devoção podem ter calculado que o crescimento no número de irmãos demandaria mais espaço para as suas reuniões, o que talvez pudesse ser suprido na Igreja do Rosário dos Pretos, espaço conhecido por muitos sócios, principalmente aqueles vinculados à Irmandade do Rosário, como veremos ainda neste capítulo. Como é possível visualizar na figura 2, uma fotografia feita pelo viajante alemão Peter Fuss, durante sua passagem à Bahia na década de 1930, a Igreja apresentava uma estrutura robusta, com mais espaço para acolher uma nova irmandade.

Portanto, esse era o cenário da disputa pelo cofre entre os membros da Irmandade dos Desvalidos em 4 de junho de 1848. No entanto, a preocupação com a segurança do cofre, tratada naquela ocasião, não era um problema novo, tampouco seria resolvido com facilidade. Quinze anos antes, em 1832, Manoel Victor Serra e seus companheiros, diante da recém-fundada Irmandade dos Desvalidos, também discutiram o destino do objeto. Naquela ocasião, através

¹⁷ Reis, *A morte é uma festa*, p. 67. Sobre a Igreja e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, ver: Carlos Ott, “A Irmandade do Rosário dos Pretos do Pelourinho”, *Afro-Ásia*, n. 6-7 (1968), pp. 83-90; Jeferson Bacelar e Maria Conceição Barbosa de Souza, *O Rosário dos Pretos do Pelourinho*. Salvador: Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, 1974; Sara Oliveira Farias, “Irmãos de cor, de caridade e de crença: a Irmandade do Rosário do Pelourinho na Bahia do século XIX”, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997; Lucilene Reginaldo, *Os rosários dos angolas – irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista*, São Paulo: Alameda, 2011; Mariana de Mesquita Santos, *Pelas contas do rosário: sentidos da cidadania na Irmandade dos Homens Pretos de Salvador no Pós-Abolição (1888-1930)*, Teresina: Cancioneiro, 2022.

¹⁸ Nascimento, *Dez freguesias da cidade do Salvador*, pp. 57, 68, 145-150.

de votação entre os irmãos, a Mesa decidiu manter temporariamente o cofre na residência do pároco local, o padre Joaquim José de Santana. Não satisfeitos, adotaram um cofre com três fechaduras, distribuídas em chaves para membros da diretoria, formada pelo próprio Manoel Serra (Juiz fundador), assim como José do Nascimento (Procurador Geral) e Luiz Teixeira Gomes (Escrivão). Deste modo, o compartimento só poderia ser aberto na presença das três autoridades com as respectivas chaves.¹⁹

Este tipo de cofre com três chaves era comum na Bahia da primeira metade do século XIX. Em 1813, por exemplo, os diretores da companhia de seguros, Comércio da Bahia, tornaram público o leilão de um cofre de ferro grande, com três fechos, reforçado com duas chaves para cada uma das fechaduras. Vinte anos depois, em 1833, os membros de outra instituição, a Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia, instalada no ano anterior, registraram no artigo 35, capítulo VIII, de seus estatutos, referente à arrecadação e contabilidade da associação, que o tesoureiro geral era responsável por “recolher todos os fundos da Sociedade em Cofre particularmente destinado a esse efeito, que terá três chaves”. O artigo ainda informava que as chaves seriam divididas entre os funcionários daquela associação, o 1º secretário, a comissão de fundos e o próprio tesoureiro.²⁰

Além da presença das três chaves, os cofres mais utilizados na Bahia, entre o fim do século XVIII e meados do seguinte, eram confeccionados em vinhático, chapeados por fora e por dentro com ferro e latão. Somente da metade do século XIX em diante, estes modelos foram gradativamente substituídos por cofres de ferro, que eram denominados na época de “cofres de ferro coado”, modelados industrialmente, provavelmente mais seguros. Anúncios de venda de cofres eram comuns na Bahia daquela época, alguns inclusive fabricados em Lisboa, com vários tamanhos, construídos com ferro batido ou chapeado, uns com madeira e algumas publicações na imprensa mencionavam a presença das três chaves.²¹

¹⁹ ASPD, Livro de Termos (1847-1849), ff. 3v-4v.

²⁰ *Idade d' Ouro do Brazil*, Salvador, 30 jul. 1813, p. 8; *Jornal da Sociedade de Agricultura, Commercio, e Industria da Província da Bahia*. Bahia, Typ. de Moreira, anno de 1833, pp. 76-77.

²¹ Maria Helena Ochi Flexor, *Mobiliário baiano*, Brasília: Iphan/Programa Monumenta, 2009, p. 100. Entre as décadas de 1830 e 1840 é possível encontrar alguns anúncios de compra e venda de cofres. O jornal com mais anúncios deste produto é o *Correio Mercantil*. Os anúncios podem ser consultados em: *Correio Mercantil*, 23 mai. 1838, p. 3; *Correio Mercantil*, 19 jul. 1838, p. 4; *Correio Mercantil*, 22 dez. 1838, p. 4; *Correio Mercantil*, 15 dez. 1839, p. 4; *Correio Mercantil*, 27 fev. 1839, p. 4; *Correio Mercantil*, 06 jul. 1839, p. 4; *Correio Mercantil*, 10 jul. 1839, p. 4; *Correio Mercantil*, 27 fev. 1840, p. 4; *Correio Mercantil*, 06 maio 1840, p. 4; *Correio Mercantil*, 25 out. 1841, p. 3; *Correio Mercantil*, 04 dez. 1841, p. 4; *Correio Mercantil*, 13 jan. 1843, p. 4; *Correio Mercantil*, 20 mar. 1843, p. 4; *Correio Mercantil*, 11 out. 1843, p. 4; *O Mercantil*, Salvador, 09 dez. 1845, p. 3; *Correio Mercantil*, 05 jun. 1847, p. 4; *Correio Mercantil*, 12 maio 1848, p. 3. *Correio Mercantil*, 18 jun. 1848, p. 4; *Correio Mercantil*, 16 nov. 1848, p. 4; *O Constitucional*, Salvador, 06 dez. 1851, p. 2.

Apesar do cuidado dos fundadores da Irmandade dos Desvalidos em 1832, o problema com a segurança do cofre era frequentemente relatado. Em 1837, para resguardar os valores arrecadados, os membros da Irmandade decidiram em reunião pela confecção de um novo compartimento, cuja ferragem estava sob a responsabilidade do irmão Manoel José do Nascimento, ao custo de 50 mil-réis. Anos depois, em 3 de agosto de 1843, também imbuídos pelo sentimento de insegurança, os membros decidiram por maioria de votos, através de sugestão do irmão Carlos Manoel Rozena, direcionar despesas para a confecção de uma chapa de ferro como reforço para o cofre da Irmandade.²²

No entanto, em 11 de maio de 1848, a discussão sobre a segurança do cofre retornaria e com desfecho diferente. O então provedor José Pedro da Silva Paraguassu informou em sessão extraordinária que duas chaves, uma do cofre e outra do cadeado, sob sua responsabilidade, haviam sido extraviadas ao fim da reunião do dia 7 de maio. De acordo com o registro da ata, redigida pelo 2º secretário Paulo do Bonfim Pereira, foi feita a busca das chaves, mas sem sucesso. Os irmãos deliberaram, como medida de segurança, que se dividissem com o provedor as chaves do 1º secretário Henrique Cardoso da Costa e do tesoureiro Antônio Farias do Carmo. Ao fim da sessão, foi decidido, em comum acordo entre os irmãos, a aquisição de novas chaves para o cofre.²³

Alguns dias depois, na sessão do dia 21 de maio, o provedor reportou em reunião que havia encontrado suas chaves. O relato de Paraguassu não revela detalhes, mas diz que as chaves haviam sido colocadas pela janela, sem mencionar se era a sede da Irmandade ou a casa do provedor, nem mesmo quem as devolveu. A ausência de explicações, nos leva a pensar que Paraguassu não estava disposto a esclarecer o sumiço das chaves. Ou então, o 2º secretário, responsável por redigir a ata, selecionou informações e suprimiu outras, o que dificulta saber os detalhes daquela reunião. Como a sessão estava com o horário adiantado, ninguém questionou a situação.²⁴

O episódio das chaves do cofre da Irmandade dos Desvalidos pode parecer banal, mas nos leva a pensar em duas possibilidades, à luz da disputa na votação do dia 4 de junho de 1848. Primeiro, as chaves podem ter sido extraviadas por descuido do provedor ou de seus companheiros da Mesa administrativa. Provavelmente, ao fim da sessão do dia 7 de maio, em meio a cumprimentos e conversas, num momento de descontração na sala de reuniões ou na

²² ASPD, Livro de Termos (1832-1847), ff. 28v, 39 e 67v.

²³ ASPD, Livro de Termos (1847-1849), f. 15.

²⁴ ASPD, Livro de Termos (1847-1849), f. 16.

frente da capela dos Quinze Mistérios, a chave tenha se perdido, alguém as encontrou e devolveu. Fim da história.

A segunda possibilidade é: Paraguassu, com o apoio de alguns irmãos, pode ter construído uma narrativa em que houve o extravio das chaves para demonstrar que o cofre não estava mais seguro na Capela dos Quinze Mistérios. Provavelmente, estes irmãos almejavam há algum tempo a mudança de sede da Irmandade dos Desvalidos para a Igreja do Rosário dos Pretos e buscaram criar as condições necessárias para o que desejavam, quando colocaram em dúvida a segurança do cofre diante dos outros membros, numa possível simulação do extravio das chaves. Não é coincidência, que na sessão seguinte, a famigerada reunião do dia 4 de junho de 1848, o destino do cofre fosse decidido por uma votação tumultuada, sob o olhar atento do subdelegado da freguesia de Santo Antônio Além do Carmo.

Mesmo com a tempestade perfeita, Paraguassu e seus aliados não conseguiram realizar a transferência do cofre, pois haviam sido surpreendidos com a mobilização dos membros que decidiram permanecer na Capela dos Quinze Mistérios. Após a sessão do dia 4 de junho, o grupo dissidente se reuniu, depois de três meses, em 17 de setembro, na Igreja do Rosário dos Pretos das Portas do Carmo. Com a presença significativa de “cinquenta sócios”, os membros celebraram missa à padroeira da Irmandade dos Desvalidos, como era recomendado pelo artigo 19 do Compromisso da confraria, mas não puderam realizar as eleições para a escolha da nova Mesa, por conta de restrições judiciais, através de decisão no Tribunal da Relação. De acordo com a ata, os impedimentos impostos ao grupo dissidente se deram pela divergência estabelecida por “uma pequena parte de seus sócios”, que “por mero capricho” e “sem uma razão plausível” incomodaram a Irmandade com pleitos judiciais e atrapalharam os irmãos de receberem os seus socorros. O grupo dissidente demonstrou insatisfação com aquela decisão e registrou que iria eleger a nova Mesa assim que fosse concluído o processo judicial, pois pretendiam efetivar a mudança do cofre para a Igreja do Rosário dos Pretos.²⁵

²⁵ ASPD, Livro de Termos (1847-1849), ff. 18-19. Entre os membros que assinaram aquela ata estavam: José Pedro da Silva Paraguassu (provedor), João Francisco Régis (secretário interino), Felix Fernandes de Santana (tesoureiro interino), Manoel Angelo de Santana (1º fiscal), Eloy Ferreira Lopes (2º fiscal interino), Agostinho Antônio da Cunha, Benedito Ciryaco, João de Deus Pires Ferreira, Jacinto Pereira da Silva, Izidoro da Penha Gonzaga, Manoel Gonçalves da Silva, Martiniano da Cruz Cipreste, Francisco da Chagas Assis, Simeão Estelita dos Reis, José Maria da Silveira, Manoel Amaro, José Rodrigues Vianna, Mamedio da Costa, Carlos Manoel Rozena, Jacinto Gomes, Inocência Thomaz de Jesus, Manoel José d’Etra, Marcelino dos Santos Lima, Bernardo José do Nascimento, João de Deus de Santa Rosa, Joaquim Rodrigues de Santana, Manoel Caetano, José Faustino da Costa Gomes, Joaquim de Santana Berinjela, Athanasio da Cruz Lacerda, José Martinho Rodrigues Ferreira, Feliciano Primo Ferreira, Geraldo José da Conceição, Francisco José Felix, Angelo Verissimo Pinheiro, Thomaz Luiz Teixeira, Leopoldino Sérgio de Araújo, Basílio Gomes dos Santos, Francisco Gomes, José Pereira de Souza, Albino Francisco Borges, Henrique Cardoso da Costa, Francisco Borges e Silva, Cláudio José Gomes, Francisco Antônio Geraldo, Francisco dos Santos Itapagipe.

Voltaremos com mais detalhes sobre os encaminhamentos dos trâmites judiciais dessa disputa pelo cofre. Por enquanto, vejamos quem eram os irmãos do grupo dissidente e quais possíveis motivos podem tê-los levado a articular uma ruptura institucional.

Os irmãos dissidentes

Entre os membros do grupo dissidente da Irmandade dos Desvalidos, é impossível não mencionar José Pedro da Silva Paraguassu, então provedor da confraria e responsável por conduzir a sessão do dia 4 de junho de 1848. Paraguassu era natural de Salvador, filho de Ana Maria da Penha, exercia a profissão de marceneiro e residia no Canto de João de Freitas, freguesia da Sé. Não existem muitas informações sobre sua mãe, mas não seria absurdo pensar que ela fosse africana, pois muitos dos irmãos que serão citados aqui tinham pais oriundos da África. De acordo com Douglas Leite, alguns dos membros da Irmandade dos Desvalidos, principalmente nas primeiras décadas da confraria, faziam parte de uma geração de nascidos livres no Brasil, que souberam aproveitar bem os benefícios dos direitos políticos e sociais. Paraguassu e outros personagens que serão mencionados aqui faziam parte dessa geração.²⁶

A primeira evidência da participação de Paraguassu na Irmandade dos Desvalidos é referente ao mês de abril de 1843, quando ainda era um observador das atividades da instituição. Meses depois, em setembro daquele ano, foi eleito 1º secretário, função responsável, dentre outras atribuições, por redigir as atas das sessões, o que exigia o domínio da leitura e escrita. Tratava-se, portanto, de um marceneiro capaz de ler e escrever. No período colonial, o cargo de secretário e tesoureiro das irmandades negras era ocupado por homens brancos. Os irmãos de cor foram impossibilitados de acessar estes cargos, pela falta de domínio da leitura, escrita e até mesmo da habilidade com os números, assim como a ausência de inserção social e posses. Apenas no final do século XVIII em diante, tanto na América Portuguesa, quanto na metrópole, os homens de cor foram conquistando o direito de ocupar esses prestigiosos cargos. No caso da Irmandade dos Desvalidos, todas as funções, inclusive a de secretário e tesoureiro, eram exclusivamente ocupadas por homens de cor, algo que a diferenciava de outras confrarias negras do mesmo período.²⁷

²⁶ ASPD, Livro de Termos (1847-1849), ff. 18-19; *Almanak administrativo mercantil e industrial da Bahia para o anno de 1855*. Primeiro anno. Bahia: Typ. de Camillo de L. Masson & C., 1854, p. 229; Oliveira, “Negros e escrita no Brasil do século XIX”, pp. 207-208; Leite, “Mutualistas, graças a Deus”, p. 35.

²⁷ A participação de Paraguassu na Irmandade dos Desvalidos pode ser consultada em: ASPD, Livro de Termos (1832-1847), ff. 64, 64v e 68. Em relação à peculiaridade da Devoção dos Desvalidos, ver: Leite, “Mutualistas, graças a Deus”, pp. 83, 135-136. Sobre os cargos de secretário e tesoureiro da Mesa administrativa das irmandades negras nos séculos XVIII e XIX, ver: Reginaldo, *Os Rosários dos Angolas*, pp. 108; João José Reis, “Identidade e

Inclusive, é importante mencionar que a maioria dos membros do grupo dissidente, ingressaram e assumiram cargos pela primeira vez na Irmandade dos Desvalidos durante a década de 1840. Portanto, é possível pensar que Paraguassu e seus companheiros representavam uma nova geração de sócios que podem ter tido divergências com a geração anterior. No quadro abaixo, uma relação de membros que assumiram cargos na Mesa administrativa da Irmandade dos Desvalidos entre os anos de 1832 e 1848, é possível perceber que, a partir da década de 1840, foi significativa a presença dos dissidentes em cargos administrativos, conforme o destaque em negrito, o que indica uma articulação de pessoas que compartilhavam interesses comuns. Ou seja, estes sócios se articulavam, há pelo menos uma década, assumindo praticamente todos os cargos da Irmandade dos Desvalidos.

Quadro 1 – Mesa da Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos (1832-1848)

	Juiz	Escrivão/Secretário	1º Procurador Geral	2º Procurador Geral	Tesoureiro	Andador	Inquiridor			
1832/1833	Manoel Victor Serra	Luiz Teixeira Gomes	José do Nascimento	Theotônio de Souza	Manoel da Conceição	José Maria Vilela / Bernardino de Sena Souza	Francisco Miguel dos Anjos / Francisco José Pepino			
1833/1834	José do Nascimento	Manoel Victor Serra	Manoel da Conceição	Vicente Rodrigues Pacheco	Daniel Correia / Gregório Manoel Bahia	Joaquim Nascimento de Jesus				
	Provedor	Vice-Provedor	1º Secretário	2º Secretário	1º Fiscal	2º Fiscal	1º Solicitador	2º Solicitador	Tesoureiro	Visitador
1834/1835	José do Nascimento	Manoel da Conceição	Manoel Victor Serra	Vicente Rodrigues Pacheco	Luiz Teixeira Gomes	Gregório Manoel Bahia	Pedro Martins	Balthazar dos Reis	Daniel Correia	José Fernandes do Ó
1835/1836	Pedro Martins	Bernardino de Sena Souza	José Fernandes do Ó	Thomé Manoel de Jesus	José Gabriel	Simplicio Mamedio	Manoel Victor Serra	José do Nascimento de São Boaventura	Francisco Borges / Daniel Correia	José Romão Soares Gadelha
1836/1837	Pedro Martins	José Fernandes do Ó	Joaquim Malaquias de Santana	Agostinho Antônio da Cunha	Manoel Victor Serra	Daniel Correia	Marcos José do Rosário	Francisco Borges Xavier	Bernardino de Sena Souza	Thomé Manoel de Jesus
1837/1838	Ignácio de Jesus e Souza		Agostinho Antônio da Cunha	Joaquim do Nascimento de Jesus				Manoel Antônio Veloso	Amador Martins da Costa	
1838/1839		Thomé Manoel de Jesus	Agostinho Antônio da Cunha	Joaquim do Nascimento de Jesus						
1839/1840	Pedro Martins		José Fernandes do Ó	Joaquim do Nascimento de Jesus	Daniel Correia		Marcos José do Rosário		Francisco Borges Xavier / Bernardino de Sena Souza	Thomé Manoel de Jesus
1840/1841	José Fernandes do Ó	Agostinho Antônio da Cunha	Manoel da Conceição	Marcos José do Rosário	Manoel Cláudio	Henrique de Oliveira	José Romão Soares Gadelha	Daniel Correia	Thomas Luiz Teixeira	Pedro Martins
1841/1842	Agostinho Antônio da Cunha	Carlos Manoel Rosena	Manoel do Espírito Santo	Francisco Borges da Silva	José Joaquim Franco	Ignácio de Jesus e Souza	Daniel Correia	Francisco Borges Xavier	Roberto Tavares França	Francisco Antônio Geraldo
1842/1843	Daniel Correia	Manoel da Conceição	Manoel da Paixão e Silva	José Fernandes do Ó	Leopoldino Sérgio de Araújo	Izídio da Penha Gonzaga	Thomas Luiz Teixeira	Miltião Alberto Pituba	José Romão Soares Gadelha	José Pereira dos Passos
1843/1844	Manoel Gonçalves da Silva	José Francisco de Jesus	José Pedro da Silva Paraguassu	Francisco Zacarias das Chagas	Manoel Caetano	Angelo Veríssimo Pinheiro	Juvêncio Rodrigues Pereira	Feliciano José de Andrade	Jacinto Pereira da Silva	Thomas Luiz Teixeira
1844/1845	Manoel da Conceição	Francisco Borges da Silva	Manoel José d'Etra	João de Deus de Santa Rosa	Henrique Cardoso da Costa	Manoel de Carvalho Santarém	Victor de Santana	Francisco das Chagas e Assis	Bernardo José do Nascimento	Henrique de Oliveira
1845/1846	José Francisco de Jesus	Marcelino dos Santos Lima	Feliciano Primo Ferreira	Bernardino de Sena e Souza / Juvêncio Rodrigues Pinheiro	Manoel Leonardo Fernandes	Mamedio da Costa	Francisco Antônio Geraldo	Marcelino Rodrigues Gomes	Gregório Moreira	Balthazar dos Reis
1846/1847	João de Deus de Santa Rosa	Manoel José d'Etra	Felix Fernandes de Santana	Manoel de Carvalho Santarém	Geraldo José da Conceição	João de Deus Pires Ferreira	Albino Francisco Borges	Joaquim Rodrigues de Santana	Cipriano Serafim dos Anjos	Francisco das Chagas e Assis
1847/1848	José Pedro da Silva Paraguassu	Cláudio José Gomes	Henrique Cardoso da Costa	Paulo do Bonfim Pereira	Fernando Ferreira Manco	Manoel Angelo de Santana	Francisco dos Santos Itapagipe	José Maria da Silveira	Antônio Farias do Carmo	Felix Pereira de Souza

Fonte: ASPD, Livro de Termos (1832-1847); ASPD, Livro de Termos (1847-1849); Histórico e Relatório da Sociedade Protectora dos Desvalidos, apresentado pelo Presidente do Directorio, Juventino Silvino da Costa, aprovado em Assembleia Geral de 7 de setembro de 1934, exercício de 1931-1934, pp. 28-39; Braga, *Sociedade Protetora dos Desvalidos*, pp. 71-77.

Como o letramento era um privilégio, isso pode ter contribuído também para a eleição de José Pedro Paraguassu ao importante cargo de provedor, em 1847. O domínio da escrita permitia o controle da documentação da irmandade, além de transparecer a confiança necessária para os outros associados. O cargo de provedor das irmandades – também denominado de juiz, presidente ou prior – era o mais destacado, pois abaixo dele estavam os tesoureiros, secretários, procuradores, consultores e, em alguns casos, os irmãos mordomos. Cabia ao provedor: convocar a Mesa administrativa para deliberações importantes; presidir as reuniões; assinar ou rubricar livros, atas e demais documentos; colocar em prática as decisões das sessões; orientar os funcionários da confraria sobre suas atribuições; fiscalizar a presença dos irmãos; repreender qualquer desvio de comportamento; se fazer presente em enterros, procissões e outras atividades.²⁸

É importante destacar que o provedor, assim como os demais membros da mesa, era eleito por meio do voto. Essa escolha exigia carisma, prestígio, influência política e reconhecimento entre os pares — características essenciais para o exercício do cargo. Nesse contexto, não há dúvidas de que Paraguassu era uma figura influente em meados do século XIX, capaz de conquistar a confiança dos integrantes da Irmandade dos Desvalidos. Sua importância é evidenciada, inclusive, pela liderança que assumiu na disputa pelo cofre da confraria em 1848.

A capacidade de Paraguassu em negociar o colocava em contato com indivíduos poderosos da época, como o chefe de polícia Inocêncio Marques de Araújo Góes, que, na década de 1850, seria registrado como sócio protetor da Sociedade Amparo dos Desvalidos. Em abril de 1855, alguns anos após o conflito pelo cofre, Paraguassu demonstrou sua influência ao interceder por José Luiz, um jovem aprendiz sob sua tutela que estava preso na cadeia do Aljube por ordem do chefe de polícia. No requerimento enviado à autoridade, Paraguassu informou que o rapaz havia se ausentado de sua tenda desde 26 de outubro de 1854 e solicitou que o menor fosse levado à sua presença para explicar os motivos da fuga. Ele enfatizou que havia assumido a responsabilidade de ensinar-lhe o ofício de marceneiro, recebendo, para isso, uma remuneração pelo período de cinco anos.²⁹

²⁸ Reginaldo, *Os Rosários dos Angolas*, p. 181; Reis, *A morte é uma festa*, p. 67.

²⁹ Acredito que provavelmente Paraguassu estivesse se referindo a uma relação contratual, aos moldes do que era estabelecido na Casa Pia Colégio dos Órfãos de São Joaquim, em que os serviços de menores órfãos eram disponibilizados para comerciantes ou mestres de ofícios, em troca de moradia, alimentação e aprendizado. Para mais informações, ver: Alfredo Eurico Rodrigues Matta, *Casa Pia Colégio dos Órfãos de São Joaquim: de recolhido a assalariado*, Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 1999, pp. 175-181. O documento citado está disponível em: APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, correspondência recebida (1854-1855), maço nº

De acordo com João José Reis, o chefe de polícia da província era nomeado diretamente pelo imperador e estava no topo da cadeia de comando policial. Abaixo dele, estavam delegados, subdelegados, juizes de paz, inspetores de quarteirão e o corpo de policiais armados, que tinham sua própria hierarquia. Portanto, era um indivíduo nomeado diretamente pelo imperador do Brasil para assumir o cargo de chefe de polícia da província da Bahia. O fato de Paraguassu ter um canal de comunicação com uma figura como Araújo Góes, diz muito sobre seu trânsito político em meados do século XIX. Talvez isso nos ajude a entender também como foi possível a Paraguassu ter um subdelegado convenientemente convidado para a sessão da Irmandade dos Desvalidos no dia 4 de junho de 1848. No mínimo, ele sabia exatamente quem deveria acionar em momentos oportunos.³⁰

Além de Paraguassu, existia no grupo dissidente da Irmandade dos Desvalidos outros marceneiros. Era o caso de Cláudio José Gomes, com oficina na rua da Bomba, freguesia de Santana; Bernardo José do Nascimento, que exercia a profissão na Rua do Carmo, freguesia do Passo; Geraldo José da Conceição, que morava na Rua do Bispo, também na mesma freguesia da Sé. A profissão de marceneiro era importante no mundo do trabalho urbano de meados do século XIX, responsável por fabricar e reparar móveis de madeira, além de vender em suas lojas móveis novos ou usados, bem como trastes usados, e por vezes fora de moda. A presença desses marceneiros, que compartilhavam as mesmas experiências profissionais pela cidade de Salvador, ocupando postos estratégicos na Irmandade dos Desvalidos, sobretudo às vésperas de uma ruptura institucional, não é um dado que deve ser desprezado.³¹

Diante dessa presença considerável de marceneiros entre os dissidentes, nada impede que José Pedro Paraguassu, Cláudio Gomes, Bernardo do Nascimento e Geraldo da Conceição tenham calculado a importância para os marceneiros de manterem-se no controle da Irmandade dos Desvalidos. Talvez a única maneira de utilizar aquele espaço para os seus interesses envolvesse a transferência para outro endereço, onde poderiam ter mais liberdade nas deliberações. Apesar da identidade racial, registrada no Compromisso da confraria dos

6317, requerimento de José Pedro da Silva Paraguassu ao chefe de polícia de 18/04/1855. Agradeço a Lisa Earl Castillo pela generosidade de compartilhar este documento.

³⁰ Reis, *Domingos Sodré, um sacerdote africano*, p. 22.

³¹ *Almanak administrativo, mercantil e industrial da Bahia para o anno de 1857, organizado por Camillo de Lellis Masson*. Terceiro anno. Bahia: Typ. de Camillo de Lellis Masson & C., 1857, p. 379; *Almanak administrativo mercantil e industrial da Bahia para o anno de 1860, organizado por Camillo de Lellis Masson*. Sexto anno. Bahia: Typ. de Camillo de L. Masson & C., 1860, p. 461; *Almanak administrativo, mercantil e industrial da Bahia para o anno de 1858, organizado por Camillo de Lellis Masson*. Quarto anno. Bahia: Typographia de Camillo de Lellis Masson & C, 1858, p. 284; *Almanak administrativo, commercial e industrial da Provincia da Bahia para o anno de 1873, quinquagesimo segundo da independencia e do imperio, compilado por Altino Rodrigues Pimenta*. Anno I. Bahia: Typographia de Oliveira Mendes & C., 1872, p. 27; Flexor, *Mobiliário baiano*, pp. 39, 82.

Desvalidos, manter o controle daquela Irmandade poderia significar o direcionamento das decisões institucionais aos interesses de uma fração da classe “artística”, como os marceneiros, garantindo agilidade e prioridade nos benefícios da confraria, como socorros, pensões, empréstimos e outros. Mais do que isso, ter o controle da Irmandade dos Desvalidos abria oportunidade de diálogo com autoridades que tinham a capacidade de fornecer acesso a contratos de trabalho, benefícios de leis e outras possibilidades.

No entanto, este argumento pode ser facilmente refutado se pensarmos que do outro lado da disputa poderia existir marceneiros, o que não foi possível identificar. Cabe registrar que a presença de marceneiros no quadro de associados da Irmandade e da Sociedade dos Desvalidos sempre foi marcante e significativa. Em 1832, por exemplo, entre os 19 fundadores da Irmandade dos Desvalidos, constava quatro marceneiros, em um cenário diverso de profissões, como ganhadores, pedreiros, carroceiro, calafate e outros. Em um levantamento feito por Tânia Lobo e Klebson Oliveira, através de uma amostragem de 332 pedidos de inscrição enviados à Sociedade dos Desvalidos entre os anos de 1848 e 1895, foi possível identificar 37 marceneiros (11,1%), ao lado de 91 pedreiros (27,4%), 61 carapinas (18,4%), 38 alfaiates (11,4%), entre outras profissões. Caso houvesse marceneiros como maioria no grupo da Capela dos Quinze Mistérios, assim como existia entre os dissidentes, é possível inferir que esta categoria de profissionais se sentia encorajada em se engajar numa disputa em ambos os lados.³²

Além dos indivíduos citados acima, o grupo dissidente contava com João Francisco Régis e Simeão Estelita dos Reis, irmãos de sangue, filhos aparentemente legítimos do mesmo pai e mãe. O primeiro era alfaiate, solteiro, morava na Rua do Genipapeiro, freguesia de Santana, e teve dois filhos, José Gonçalo e Firmo Jacob, com Francisca Gomes de Jesus, reconhecidos posteriormente como legítimos e herdeiros. Em seu testamento, João Francisco Régis escreveu que havia se conservado no “estado de solteiro”, mas por “fragilidade humana”, havia se relacionado com Francisca, que à época era solteira. Seu irmão, Simeão Estelita dos Reis, cuja profissão não foi possível identificar, residia na mesma freguesia de Santana e foi casado com a ganhadeira Maria Magdalena, com quem teve um filho, José Thomas.³³

Ambos eram filhos dos africanos Gaspar Ferreira de Andrade e Maria do Rosário da Conceição, fundadores do terreiro de candomblé Ilê Maroiá Laji, conhecido como Alaketu, um

³² Lobo e Oliveira, “Os afro-brasileiros da Sociedade Protetora dos Desvalidos”, pp. 36-37.

³³ *Almanak administrativo mercantil e industrial da Bahia para o anno de 1858*. Quarto anno. Bahia: Typ. de Camillo de L. Masson & C., 1858, p. 284; Lisa Earl Castillo, “O terreiro do Alaketu e seus fundadores: história e genealogia familiar, 1807-1867”, *Afro-Ásia*, nº 43 (2011), pp. 216, 221, 232, 248.

dos mais antigos da Bahia, fundado na primeira metade do século XIX e localizado em uma roça no Matatu, distrito de Brotas. Seus pais tinham prestígio na comunidade africana, em parte por conta do possível nascimento aristocrático de Maria do Rosário, provavelmente oriunda do reino de Ketu, ou da sua relevância no mundo religioso afro-brasileiro e católico, mas também devido às posses materiais, principalmente com propriedades nas freguesias de Brotas e Santana, além de ser proprietária de escravizados.³⁴

A família dos fundadores do terreiro de Alaketu fazia parte de um grupo significativo de africanos libertos da primeira metade do século XIX, que alcançaram um relativo *status social*, inclusive ao se tornarem escravizadores, símbolo máximo de ascensão em uma sociedade escravista. De acordo com João José Reis, em meados do século XIX, dos 279 africanos libertos que residiam na freguesia de Nossa Senhora de Santana – a mesma em que morava a família dos fundadores de Alaketu –, 22% foram registrados como proprietários de pessoas escravizadas, 52% destes eram donos de mais de dois escravizados, e nenhum possuía mais de oito. Inclusive, vamos ver que outros dissidentes da Irmandade dos Desvalidos, além de Francisco Régis e Simeão, eram filhos ou conheciam africanos libertos bem-sucedidos, o que significa dizer, donos de pessoas escravizadas.³⁵

A família de João Francisco e Simeão ocupava lugares destacados no universo religioso, tanto do candomblé como do catolicismo afro-brasileiro. Nesse ambiente, foi possível a eles articularem redes de compadrio, mobilizar seguidores, construir e fortalecer laços com a comunidade africana e lidar com o domínio senhorial paternalista, através de negociação com chefes de polícia, subdelegados e outras autoridades. No contexto de perseguição aos africanos, especialmente depois da Revolta dos Malês, em 1835, e repressão aos candomblés, a família dos fundadores do terreiro de Alaketu, provavelmente, souberam se movimentar nessa rede de influência e negociação com autoridades baianas do século XIX. Por conta disso, não duvido que João Francisco Régis e Simeão Reis tenham herdado – além das propriedades – os contatos, a influência e a popularidade dos pais, construídas dentro da comunidade africana. Isso ajuda a entender a relevância deles na disputa pelo cofre da Irmandade dos Desvalidos em 1848, pois poderiam ter interesse direto na transferência do cofre e da sede da Irmandade dos Desvalidos

³⁴ Castillo, “O terreiro do Alaketu e seus fundadores”, pp. 213-259.

³⁵ João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*, São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 369-370; Idem, “De escravo a rico liberto: a trajetória do africano Manoel Joaquim Ricardo na Bahia oitocentista”, *Rev. Hist. (São Paulo)*, n. 174 (2016), p. 17.

para a Igreja do Rosário dos Pretos, tendo em vista o trânsito que a família tinha na irmandade que era dona daquele templo.³⁶

O primeiro registro de João Francisco e Simeão na Irmandade dos Desvalidos é de dezembro de 1847, o que sugere que teriam ingressados juntos na instituição. João Francisco chegou a assumir interinamente o cargo de secretário da Irmandade dos Desvalidos, logo após o racha de 1848, o que indica que dominava, com alguma habilidade, a leitura e a escrita. Foi ele quem redigiu a ata da primeira sessão depois de meses do conflito. Por outro lado, apesar de dominar também a leitura e escrita como seu irmão, Simeão não assumiu nenhum cargo administrativo na Irmandade dos Desvalidos. Se manteve como observador, pelo menos diante do registro das atas, mas estava presente em muitas reuniões, registrando suas assinaturas, o que indica que concordava com as deliberações.³⁷

É importante destacar que os pais de João Francisco e Simeão, apostaram na educação dos filhos como uma estratégia de integração na ordem escravista. Desde a década de 1830, as terras adquiridas pela família dos fundadores do Alaketu eram escrituradas em documentos assinados por João Francisco Régis e Simeão Estelita dos Reis, e registrados em cartório a rogo dos seus pais. Possivelmente, os pais garantiram a eles o acesso ao aprendizado das letras com aulas que podiam ser particulares ou públicas. Diante das perseguições e do clima antiafricano após a Revolta dos Malês, a instrução de crioulos, filhos de africanos, deve ter sido fundamental para a estruturação dessa nova geração de homens de cor que acessou o mundo das letras, o que lhes garantiram trânsito político na ordem imperial.³⁸

Talvez João Francisco e Simeão tenham ingressado na Irmandade dos Desvalidos por intermédio do cunhado, o crioulo forro Marcellino Rodrigues Gomes. Este havia sido matriculado por volta de 1840, e assumiu em 1845 o cargo de 2º solicitador. Marcellino era sapateiro, e assim como seus cunhados, era letrado, morador da freguesia da Sé, e foi casado com Florência do Sacramento – também filha dos fundadores do Terreiro de Alaketu –, com quem teve um filho, registrado com o mesmo nome do pai. De acordo com Lisa Castillo, não é muito evidente se Marcellino “levou os filhos dos fundadores do Alaketu para a Sociedade Protetora dos Desvalidos [Irmandade dos Desvalidos], se foi o contrário, ou se todos os três entraram juntos”. O que sabemos é que Marcellino não estava entre os dissidentes em 1848,

³⁶ Reis, *Domingos Sodré, um sacerdote africano*, 2008, pp. 21-52, 142-143, 182-186. Sobre as perseguições aos africanos e a Revolta dos Malês, ver: Reis, *Rebelião escrava no Brasil*; Idem, *Ganhadores: A greve negra de 1857 na Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

³⁷ ASPD, Livro de Termos (1847-1849), ff. 10v-11, 18-18v.

³⁸ Lisa Earl Castillo, *Entre a oralidade e a escrita: a etnografia nos candomblés da Bahia*, Salvador: EDUFBA, 2010, p. 72.

pois seu nome não consta nas atas das sessões posteriores, o que nos leva a pensar que provavelmente escolheu permanecer na Capela dos Quinze Mistérios, contrariando inclusive a vontade dos seus cunhados.³⁹

É possível também que João Francisco e Simeão Reis tenham ingressado na Irmandade dos Desvalidos por indicação do nosso conhecido José Pedro Paraguassu. Este era próximo da família dos fundadores do terreiro de Alaketu, pois havia sido nomeado testemunha no testamento do patriarca da família, Gaspar Ferreira de Andrade. A condição de testemunha em um documento importante como o testamento, demonstra que Paraguassu era conhecido da família, com a qual tinha uma relação de confiança. Esse dado evidencia também que Paraguassu mantinha uma relação de proximidade com aqueles irmãos fora da Irmandade e, pela possível afinidade, pode ter articulado com eles a movimentação pela mudança do cofre para a Igreja do Rosário dos Pretos.⁴⁰

O curioso nessa história é que João Francisco Régis, em seu testamento escrito em 1857, escolheu a Irmandade dos Desvalidos como destinatária de parte do seu patrimônio. De acordo com Douglas Leite, isso confirma a sua permanência na confraria, mesmo após o racha e a criação da Sociedade Amparo dos Desvalidos. É possível que João Francisco tenha mantido vínculo com os dois espaços, talvez por conta da presença de seu cunhado Marcellino Rodrigues Gomes na Irmandade dos Desvalidos. No entanto, podemos também pensar que houve uma confusão no registro, tendo em vista o pouco tempo de instalação da Sociedade Amparo dos Desvalidos, algo que poderia levar o escrivão a algum equívoco na redação do testamento. A nova instituição tinha algo em torno de seis a sete anos de existência e muitas pessoas poderiam ainda a confundir com a Irmandade dos Desvalidos, que àquela altura se manteve localizada na Capela dos Quinze Mistérios. Ou seja, é possível que João Francisco tenha registrado por engano a Irmandade como herdeira, ao invés da Sociedade dos Desvalidos.⁴¹

Aliás, cabe mencionar que João Francisco Régis e outros membros do grupo dissidente, além de participarem da Irmandade dos Desvalidos na ocasião do racha, estavam vinculados a outras confrarias negras. Era muito comum no circuito associativo das irmandades negras na Bahia do século XIX, que homens e mulheres de cor frequentassem e assumissem cargos em mais de uma confraria. João Francisco tinha vínculos com as irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos das Portas do Carmo, Santa Ifigênia (que funcionava no mesmo endereço), São Benedito (no convento de São Francisco) e Senhor Bom Jesus dos Martírios, na igreja

³⁹ Castillo, “O terreiro do Alaketu e seus fundadores”, pp. 230-232, 238-239.

⁴⁰ Castillo, “O terreiro do Alaketu e seus fundadores”, p. 231.

⁴¹ Leite, “Mutualistas, graças a Deus”, p. 52.

de mesma devoção localizada na Cidade Baixa. Seu irmão, Simeão Estelita, também fazia parte da Irmandade do Rosário dos Pretos das Portas do Carmo, assim como Maria do Rosário da Conceição, a matriarca da família fundadora do terreiro de Alaketu.⁴²

Da mesma forma, Manoel José d’Etre, Marcelino dos Santos Lima e José Faustino da Costa Gomes, membros do grupo dissidente que iremos conhecer nas próximas páginas, também estavam inseridos em outras confrarias. Manoel d’Etre, além de ter sido membro da Irmandade Bom Jesus da Redenção e ocupado o cargo de tesoureiro na Irmandade do Rosário da Conceição da Praia, foi membro da Irmandade do Rosário dos Pretos das Portas do Carmo, onde assumiu a função de consultor entre os anos de 1833 e 1851. Marcelino dos Santos Lima também era membro desta confraria, onde havia ocupado o cargo de escrivão. José Faustino da Costa Gomes havia ocupado os cargos de 1º juiz também nela, em 1825, e procurador geral, no ano de 1838.⁴³

De acordo com Lisa Castillo, o pertencimento a diversas irmandades representava *status social* e ser eleito nos cargos de diretoria trazia ainda mais prestígio. Alcançar determinadas hierarquias nesses espaços mais concorridos e requisitados na comunidade de africanos e seus descendentes, era uma forma de acumular capital simbólico. Por isso que muitos desses cargos diretivos eram concorridos, com disputas acirradas entre os associados durante as eleições. No contexto do racha no interior da Irmandade dos Desvalidos, alguns destes irmãos podem ter intermediado a mudança para a nova sede na Igreja do Rosário dos Pretos, principalmente aqueles que estavam a esta vinculados, sendo ela das mais importantes entre as muitas do Rosário existentes em Salvador.⁴⁴

Outro nome entre os sócios do grupo dissidente da Irmandade dos Desvalidos é Feliciano Primo Ferreira, que também era conhecido de um dos membros da família dos fundadores do Terreiro de Alaketu. Quando João Francisco Régis fez o seu testamento, o nomeou como seu terceiro testamentário, o que demonstra certa proximidade entre eles. Mas

⁴² Castillo, “O terreiro do Alaketu e seus fundadores”, pp. 238, 240-241.

⁴³ *Publicações do Arquivo do Estado da Bahia. Tombo dos bens das ordens terceiras, confrarias e irmandades da cidade do Salvador instituído em 1853*. Volume VI. Bahia: Imprensa Oficial, 1948, pp. 96, 100; Castillo, “O terreiro do Alaketu e seus fundadores”, pp. 20, 28, 241; Luis Nicolau Parés, “Milicianos, barbeiros e traficantes numa irmandade católica de africanos minas e jejes (Bahia, 1770-1830)”, *Revista Tempo*, v. 20, 2014, p. 22; Idem. “Libertos africanos, comércio atlântico e candomblé: a história de uma carta que não chegou ao destino”, *Rev. Hist.*, São Paulo, n. 178 (2019), pp. 25-26.

⁴⁴ Parés, “Milicianos, barbeiros e traficantes”, pp. 23-24; Braga, *Sociedade Protetora dos Desvalidos*, pp. 66-68; Reginaldo, *Os rosários dos angolas*, pp. 97-164; Maria Inês Cortes de Oliveira, *O liberto: seu mundo e os outros*, São Paulo: Corrupio, 1988, pp. 79-87; Mariza de Carvalho Soares, *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 165-196; Lisa Earl Castillo, “O terreiro do Gantois: redes sociais e etnografia histórica no século XIX”, *Rev. hist.* (São Paulo), n. 176 (2017), pp. 23-24.

não era só isso que tinham em comum. Em seu inventário, Feliciano indicou que também era filho de africana, sua mãe se chamava Ursula de Tal. Quando faleceu, em 1868, Feliciano, que residia na ladeira da Conceição da Praia, deixou para sua mãe, única herdeira, um bom patrimônio, avaliado em 1 conto, 148 mil e 560 réis. No inventário de Feliciano constam uma casa térrea no Matatú, com uma casa anexa, outra residência na rua do Funil, freguesia de Santo Antônio, além de um terreno baldio e móveis. Não por acaso, a família dos fundadores do Alaketu também possuía terrenos no Matatú.⁴⁵

Segundo Kátia Mattoso, ao analisar a riqueza na Bahia do século XIX, quem tinha mais de 1 conto de réis, podia "diversificar um pouco mais os seus bens, acrescentando ao primeiro casebre um segundo, para aluguel, ou comprando melhores móveis." Nos inventários destes personagens, "aparecem cadeiras, baús, mais e melhores roupas, utensílios de cozinha mais variados, alguns talheres." Com essa relativa fortuna, numa sociedade de senhores de muitos escravizados, terras e canaviais, "era possível ter uma casa de verdade – térrea, com janela e porta dando para rua, dois quartos, corredor e um quintalzinho nos fundos –, isto é, adquirir prestígio de verdadeiro proprietário."⁴⁶

Como um "verdadeiro proprietário", no inventário de Feliciano constam dois armazéns de madeira, com endereço na ladeira da Preguiça, freguesia da Conceição da Praia. Possuía pelo menos um escravizado, que talvez trabalhasse para ele nos armazéns. A localização destes armazéns era estratégica, pois a ladeira da Preguiça era um canal importante de ligação entre a cidade baixa e alta. Existia ali um intenso comércio e os armazéns provavelmente funcionavam como uma forma de guardar as mercadorias que chegavam pelo porto de Salvador. Provavelmente a pessoa escravizada por Feliciano era empregado no transporte dessas mercadorias para o armazém. Naquele ambiente portuário estavam organizados por muitos cantos de ganhadores, assim como vendedoras com seus balaios.⁴⁷

De acordo com Klebson Oliveira, alguns documentos da Sociedade dos Desvalidos revelam que Feliciano exerceu um papel importante na compra da atual sede da associação. O autor não menciona de onde tirou essas informações e nem deixa claro qual a sede estava se referindo. Se levarmos em consideração o fato de Feliciano ter falecido no ano de 1868, o sócio

⁴⁵ APEB, Seção Judiciária, inventário. Classificação 07/3062/11; Lysie Reis, *A liberdade que veio do ofício: práticas sociais e cultura dos artífices na Bahia do século XIX*, Salvador: EDUFBA, 2012, p. 122.

⁴⁶ Mattoso, *Bahia, século XIX*, p. 609.

⁴⁷ APEB, Seção Judiciária, inventário. Classificação 07/3062/11; Reis, *A liberdade que veio do ofício*, p. 122. Sobre a freguesia da Conceição da Praia, ver: Consuelo Novaes Sampaio, *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*, Salvador: Versal, 2005, pp. 32-37; Carlos Eugênio Líbano Soares, "Sacramento ao pé do mar: batismo de africanos na freguesia da Conceição da Praia, 1700-1751", *Revista de Estudos Afro-Americanos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1 (2011), pp. 65-88.

só poderia ter participado da compra da sede na Rua do Bispo, quando os membros tiveram que sair da Igreja do Rosário dos Pretos, a pedido da irmandade anfitriã. Se essa informação for verdadeira, corrobora com a ideia de que Feliciano de fato tinha um poder econômico significativo naquele momento, o que era um padrão entre os dissidentes da Irmandade dos Desvalidos.⁴⁸

Na Irmandade dos Desvalidos, Feliciano apareceu pela primeira vez em uma reunião de agosto de 1843. Dois anos depois, em setembro de 1845, foi eleito para o cargo de 1º secretário, o que indica também familiaridade com as letras. Apesar de ter feito parte dos dissidentes, Feliciano solicitou, formalmente, assim como outros sócios, sua entrada na década de 1850 na então Sociedade Amparo dos Desvalidos. Em seu pedido de inscrição, Feliciano Primo Ferreira sinalizou ser natural de Salvador, oficial de pedreiro, solteiro, com 36 anos de idade, sem filhos. O curioso é que, apesar de declarar-se pedreiro em seu pedido de inscrição, não me espantaria que também tivesse exercido algum ofício lidando com a madeira, como marceneiro, carpinteiro/carpina, tendo em vista que nos dois armazéns de madeira, que constam em seu inventário, estavam, além de ferramentas, muitos feixes de ripas, de varas, estacas, caibros etc. Materiais utilizados na construção de paredes e telhados.⁴⁹

Outro membro do grupo dissidente que, assim como João Francisco Régis, Simeão Estelita dos Reis e Feliciano Primo Ferreira, era filho de africanos e tinha posses, é o crioulo Manoel José d’Etre. Este era filho do próspero africano jeje, José Antônio d’Etre, importante senhor de pessoas escravizadas do final do século XVIII e início do XIX, talvez um dos mais ricos africanos libertos daquele período, dono de cerca de cinquenta cativos ao longo de sua vida. Era um sujeito que fazia parte de uma significativa comunidade de africanos bem-sucedidos, com a presença de barbeiros, milicianos, traficantes de escravos e membros de irmandades, como a do Rosário dos Pretos, Conceição da Praia, São Benedito e Bom Jesus da Redenção.⁵⁰

José Antônio d’Etre foi casado com uma africana jeje liberta, mas não tiveram filhos. Como muitos senhores da época, José Antônio teve um filho com uma de suas escravizadas, Antônia jeje, que havia sido alforriada por ele em 1802 com a condição de servi-lo até a morte. Esta era a mãe de Manoel José d’Etre, nosso personagem, que foi batizado como escravizado no ano de 1806, sem a identificação do pai no registro, e permaneceu no cativeiro por toda

⁴⁸ Oliveira, “Negros e escrita no Brasil do século XIX”, p. 205.

⁴⁹ ASPD, Livro de Registro de Pagamento dos Sócios (1848), nº 189; ASPD, Livro de Termos (1832-1847), ff. 67-67v, 85v; APEB, Seção Judiciária, inventário. Classificação 07/3062/11.

⁵⁰ Lisa Earl Castillo, “O terreiro do Gantois: redes sociais e etnografia histórica no século XIX”, *Rev. hist.* (São Paulo), n. 176 (2017), pp. 17-23; Parés, “Milicianos, barbeiros e traficantes”, pp. 20-23.

infância, sendo alforriado por volta de 1826 ou 1827, alguns anos antes da fundação da Irmandade dos Desvalidos. Nas palavras de Lisa Castillo, quando "José Antônio escreveu seu testamento em 1828, viúvo, adoentado e sem filhos legítimos, instituiu Manoel como herdeiro universal, mas ainda assim não o declarou como filho." Tendo em vista "que o pai era casado com outra mulher quando Manoel nasceu, este era legalmente um bastardo e, portanto, barrado de ser herdeiro. A ocultação da relação carnal foi a saída que o pai encontrou para instituir Manoel como sucessor."⁵¹

Deste modo, Manoel José d'Etre recebeu como herança de seu pai, três pessoas escravizadas e outros bens menores, além da oficina de barbearia na Rua das Grades de Ferro, freguesia da Conceição da Praia, que sediava a competente e conhecida banda de música composta por barbeiros escravizados. Mas não apenas isso, Manoel d'Etre, assim como os outros dissidentes da Irmandades dos Desvalidos que citamos aqui, herdou também os contatos e a inserção na extensa rede social de José Antônio d'Etre, que incluía milicianos, membros de irmandades, traficantes e proprietários de imóveis e pessoas escravizadas. Além disso, de acordo com Lisa Castillo, "quando Manoel José d'Etre sucedeu o possível pai na liderança da casa d'Etre, passou a ter uma relação de patrão-cliente com os novos libertos da casa – seus antigos companheiros de cativo."⁵²

Essas redes de contatos ficam evidentes, por exemplo, quando observamos a relação que Manoel d'Etre estabeleceu com a africana Maria Júlia da Conceição, de nação nagô, fundadora do Ilê Iyá Omi Axé Iyamassé, conhecido como Terreiro do Gantois, instalado em meados do século XIX. Manoel d'Etre conhecia também o marido de Maria Júlia, Francisco Nazareth, de nação jeje, com o qual compartilhou a experiência do cativo, pois haviam sido escravizados por José Antônio d'Etre. Foi Manoel d'Etre o padrinho do primeiro filho do casal, chamado Herculano e nascido em 28 de novembro de 1838. Além disso, quando Júlia comprou sua liberdade, no dia 25 de setembro de 1840, no valor de 550 mil-réis, foi Manoel d'Etre quem assinou a carta de alforria como testemunha. Inclusive, Lisa Castillo levanta a possibilidade de Manoel ter emprestado o dinheiro, tendo em vista que este frequentemente emprestava dinheiro a juros, principalmente a parentes de amigos para a compra de alforria.⁵³

Manoel José d'Etre fazia parte também das redes sociais de alguns africanos com somas consideráveis de dinheiro, como Antônio Xavier de Jesus, Manoel Joaquim Ricardo e Faustino de Santana Teixeira, inclusive como padrinho dos filhos de alguns deles, o que indica

⁵¹ Castillo, "O terreiro do Gantois", p. 18.

⁵² Castillo, "O terreiro do Gantois", p. 32.

⁵³ Castillo, "O terreiro do Gantois", pp. 17, 27-28.

credibilidade e mesmo afeto. Estes africanos investiram em adquirir escravizados, imóveis, emprestaram dinheiro a juros, negociavam produtos de África, até mesmo no tráfico ilegal de africanos, entre outras atividades. Manoel d'Etire, por exemplo, havia sido peça fundamental nos negócios do africano Manoel Joaquim Ricardo, justamente por conta de seu letramento. Era d'Etire quem escrevia cartas em ótima caligrafia, trocadas entre Manoel Ricardo e seus sócios em Uidá, Costa da Mina, no continente africano.⁵⁴

A profissão de barbeiro, exercida por Manoel d'Etire, apesar de diferir do perfil profissional presente na Irmandade dos Desvalidos, era relevante na primeira metade do século XIX. Desde o período colonial, o ofício fora exercido, em sua maioria, por negros brasileiros ou africanos. Existia uma curiosidade: ser músico era um dos atributos do ofício. Além disso, os barbeiros eram responsáveis por diversas práticas de cura, como sangrar, aplicar ventosas e sanguessugas. Aqueles que tinham mais habilidade ainda extraíam dentes e tratavam fraturas. De acordo com Lisa Castillo, por conta disso, os barbeiros "eram requisitados para trabalhar em navios que faziam viagens de grande porte, inclusive navios negreiros, o que criava oportunidades para voltar ao continente de origem." Pelo menos uns três libertos da casa d'Etire foram à África nessa condição.⁵⁵

Outro nome de destaque entre o grupo dissidente da Irmandade dos Desvalidos é o de José Faustino da Costa Gomes. Professor público de primeiras letras da freguesia da Rua do Passo, José Faustino acumulava uma longa trajetória de serviços prestados na educação. Em junho de 1834, ele solicitou ao presidente da província, Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, e aos Conselheiros do Governo, uma gratificação pelo tempo dedicado à profissão. Na ocasião, afirmou ter atuado como professor por pelo menos dezoito anos. No entanto, seu pedido foi indeferido em uma sessão extraordinária realizada em 17 de junho de 1834, e ele já havia sido jubilado do cargo em algum momento anterior. É plausível supor que José Faustino tenha sido professor de alguns membros do grupo dissidente ou que conhecesse mestres responsáveis pela formação de figuras como Paraguassu, João Francisco Régis, Simeão Réis e Feliciano Primo.⁵⁶

Além de suas funções docentes, José Faustino da Costa Gomes atuou como capelão da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Durante décadas, ele apresentou diversas queixas aos mesários da confraria, relatando atrasos nos pagamentos e reivindicando aumentos pela prestação de seus serviços. Entre suas reclamações, estavam a falta de remuneração por

⁵⁴ Castillo, "O terreiro do Gantois", pp. 17-21, 28, 34; Reis, *Domingos Sodré*, pp. 231-232, 264-266, 402; Idem, "De escravo a rico liberto", pp. 51-52.

⁵⁵ Castillo, "O terreiro do Gantois", p. 19.

⁵⁶ *Annaes do Museu da Bahia*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1929, v. XVI, p. 107; *O Noticiador Catholico*, Salvador, 10 fev. 1855, p. 379.

acompanhar enterros e encomendar defuntos. Como justificativa, o padre argumentava que seu longo tempo de serviço e seu zelo pelas atividades da Irmandade deveriam ser considerados — ele mesmo cuidava da limpeza do altar, por exemplo. Na época, era comum que os capelães fossem tratados como empregados pelas irmandades, e a situação de pobreza de muitos padres explicava os constantes pedidos de aumento por celebrações de batizados, casamentos, enterros e outros ritos. Ainda assim, essas queixas frequentemente geravam conflitos, já que os padres eram acusados de cobrar preços abusivos, o que também fazia com que recebessem reprimendas das confrarias.⁵⁷

Nesse contexto, não seria surpreendente que o padre e professor José Faustino tivesse interesses específicos na transferência do cofre da Irmandade dos Desvalidos e, conseqüentemente, da sede para a Igreja das Portas do Carmo. Conhecedor da Igreja dos Pretos, onde celebrava missas, batizados e funerais há décadas, Faustino provavelmente vislumbrava benefícios materiais com essa mudança. A presença da Irmandade dos Desvalidos na nova sede representava uma oportunidade de incremento em seus rendimentos, ampliando suas possibilidades de sustento, principalmente pela falta do devido reconhecimento financeiro em sua atuação docente e na condição de capelão.

O padre Faustino conhecia Marcelino dos Santos Lima, outro importante dissidente da Irmandade dos Desvalidos, pois ambos eram assíduos frequentadores da Igreja das Portas do Carmo. Marcelino exercia a curiosa profissão de armador, e mantinha uma oficina na Baixa dos Sapateiros, em uma das instalações da Igreja do Rosário dos Pretos, onde produzia armações para igrejas e funerais, além de frequentar as reuniões da Irmandade do Rosário dos Pretos. Foi casado com Maria Luiza dos Santos do Sacramento, tinha seis filhos e residia na Ladeira do Carmo, na mesma freguesia da Rua do Passo, onde também estava matriculado como votante. Quando faleceu, em 24 de dezembro de 1851, Marcelino Lima deixou um patrimônio considerável para a família. Na partilha dos bens, sua esposa e filhos herdaram 10 contos, 238 mil e 338 réis, a propriedade de dez escravizados, seis casas alugadas, além de 8 mil-réis depositados na Caixa Econômica, banco do qual Marcelino era acionista e ocupava a lista de membros da Assembleia Geral.⁵⁸

⁵⁷ Farias, “Irmãos de cor, de caridade e de crença”, pp. 55-56; Julita Scarano. *Devoção e escravidão*. A irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Distrito Diamantino no século XVIII. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, p. 133.

⁵⁸ *Almanach para o anno de 1845*. Bahia: Na Typ. de M. A. da S. Serva, p. 236; Silmária Brandão, “Muito além do silêncio: as viúvas comerciantes do século XIX em Salvador”, *Revista feminismo*, v. 4, n. 3 (2016), pp. 19-20; Farias, “Irmãos de cor, de caridade e de crença”, p. 102; *Correio Mercantil*, 21 abr. 1847, p. 3. Após sua morte, a esposa deu continuidade ao negócio no mesmo endereço até o início dos anos de 1860, reconhecida nos almanaques como “viúva de Marcelino dos Santos Lima”. As informações sobre sua trajetória estão nos seguintes

De acordo com Kátia Mattoso, os indivíduos que tinham uma fortuna avaliada em mais de 10 contos e 100 mil-réis poderiam ser considerados entre os 10% mais ricos da cidade, sobretudo na primeira metade do século XIX. Desta classe, diante da amostra de inventários analisados por Mattoso, situava-se 1/4 dos que tinham bens. Em quase todos os inventários figuram pessoas escravizadas, bens imóveis, depósitos bancários, ações e apólices do Tesouro e investimentos no comércio. Era nessa faixa de riqueza que se concentravam os lojistas bem estabelecidos, que controlavam o varejo, além de funcionários e magistrados, alguns profissionais liberais e membros do alto clero. De acordo com Mattoso, eram fortunas sólidas, correspondentes à elite da classe média de Salvador, cujos herdeiros dificilmente estariam com saldo negativo, como ocorria com classes de menor poder aquisitivo.⁵⁹

Dessa forma, é possível identificar em Marcelino Lima um indivíduo com perfil claramente investidor, dedicado à acumulação de patrimônio. Ele provavelmente viu no conflito da Irmandade dos Desvalidos uma oportunidade de expandir seus ganhos financeiros, especialmente por exercer o ofício de armador, profissão com grande demanda nos ritos católicos promovidos pelas irmandades, como missas e funerais. A instalação de uma nova irmandade na Igreja do Rosário dos Pretos das Portas do Carmo, local conhecido por atender à numerosa população negra da rica e populosa freguesia da Sé, seria particularmente vantajosa para ele.

Até aqui, foi possível perceber que os dissidentes da Irmandade dos Desvalidos ingressaram na confraria durante a década de 1840, período marcado pelo início do Segundo Reinado no Brasil. Nesse contexto, muitos assumiram cargos pela primeira vez, representando a ascensão de uma nova geração de sócios. Essa geração, possivelmente, discordava dos termos e das práticas estabelecidas pelos membros mais antigos, adotando uma postura distinta em um cenário político em transformação. Essa mudança exigia a construção de um discurso mais alinhado à ordem imperial, como será explorado no próximo capítulo.

Os vínculos entre esses dissidentes iam além da confraria, revelando interesses comuns que os uniam em diversos âmbitos. A maioria era composta por sócios residentes ou

documentos: *Almanak administrativo mercantil, e industrial da Bahia, para o anno de 1855, organizado por Camillo de Lellis Masson*. Primeiro anno. Bahia: Typ. de Camillo de Lellis Masson & C., 1854, p. 306; *Almanak administrativo, mercantil, e industrial da Bahia, para o anno de 1856, organizado por Camillo de Lellis Masson*. Segundo anno. Bahia: Typ. de Camillo de Lellis Masson & C., 1855, p. 337; *Almanak administrativo, mercantil e industrial da Bahia para o anno de 1858, organizado por Camillo de Lellis Masson*. Quarto anno. Bahia: Typographia de Camillo de Lellis Masson & C., 1858, p. 363; *Almanak administrativo mercantil e industrial da Bahia para o anno de 1860, organizado por Camillo de Lellis Masson*. Sexto anno. Bahia: Typ. de Camillo de L. Masson & C., 1860, p. 406; *Almanak administrativo mercantil e industrial da Bahia para o anno de 1862, organizado por Camillo de Lellis Masson*. Oitavo anno. Bahia: Typ. de Camillo de L. Masson & C., 1862, p. 398.
⁵⁹ Mattoso, *Bahia, século XIX*, pp. 609-610.

trabalhadores das freguesias centrais de Salvador, como Sé, Santana, Passo e São Pedro. Entre eles, destacava-se a presença significativa de marceneiros, que provavelmente se organizavam com base em solidariedade ocupacional e interesses materiais relacionados à profissão. Alguns percebiam no conflito interno da Irmandade uma oportunidade de obter vantagens financeiras, especialmente com a possível transferência do cofre para a Igreja do Rosário das Portas do Carmo. Outros dissidentes possuíam investimentos em imóveis e cativos, além de manterem relações próximas com a comunidade africana e do candomblé. Eram filhos de africanos e possuíam conhecimentos básicos de leitura, escrita e aritmética, habilidades que lhes permitiam participar ativamente de irmandades negras. Alguns membros desse grupo dissidente mantinham redes de contato com autoridades locais, como chefes de polícia e subdelegados, o que reforçava suas conexões políticas. Após apresentar essas características, interesses e objetivos dos dissidentes, voltemos ao pleito judicial.

O pleito na justiça

Após o racha de junho de 1848, as duas facções da Irmandade dos Desvalidos tiveram de lidar com a disputa judicial pela posse do cofre. Os dois grupos travaram uma contenda que só foi decidida em outubro de 1849, pelo Tribunal da Relação, em favor da permanência do cofre na Capela dos Quinze Mistérios. No entanto, o grupo dissidente decidiu ignorar a decisão do Tribunal e, no mês de novembro daquele ano, realizou a primeira eleição após o conflito. Os irmãos dissidentes anunciaram nos jornais a data para a votação e remeteram convites para os membros da Capela dos Quinze Mistérios, conclamando-os a comparecer no dia 25 de novembro na Igreja do Rosário dos Pretos para votar na nova Mesa administrativa.⁶⁰

A carta era um convite, mas também soava como provocação aos irmãos dos Quinze Mistérios. Os membros do grupo dissidente estavam demarcando seu terreno na disputa, ao ignorar totalmente a decisão do Tribunal da Relação. Não foi surpresa, que dos 26 convites enviados aos membros do grupo da Capela dos Quinze Mistérios, 24 retornaram abertos, com respostas negativas no verso, e apenas dois fechados. Para reforçar a recusa dos convites, os membros dos Quinze Mistérios devolveram-nos por intermédio de um oficial de justiça com o despacho do Juiz.⁶¹

⁶⁰ ASPD, Livro de Termos (1847-1849), ff. 20v, 21v, 25v, 29.

⁶¹ ASPD, Livro de Termos (1847-1849), f. 29; *Almanach para o anno de 1845*. Bahia: Typ. de M. A. da S. Serva, p. 219.

Inclusive, o número de cartas enviadas revela que provavelmente o grupo de Santo Antônio Além do Carmo era menor, quase metade em comparação com os “cinquenta sócios” dissidentes na sessão de 17 de setembro de 1848. Se confiarmos nos documentos produzidos pelos membros do grupo dissidente, a adesão ao projeto de mudança de sede envolvia a maioria dos membros da Irmandade dos Desvalidos. Deste modo, podemos perceber que não adiantou o grupo dissidente ter a maior parte dos membros da Devoção ao seu lado, pois era mais efetivo ter uma rede de contatos, que incluía juízes e outras autoridades, como aparentemente mantinha o grupo da Capela dos Quinze Mistérios. Me parece que, naquele momento, os membros que permaneceram em Santo Antônio Além do Carmo, apesar de serem vistos pelos dissidentes como “uma pequena parte” dos sócios, estavam mais articulados politicamente que seus rivais. A derrota do grupo dissidente na ação judicial pela posse do cofre demonstrou que os seus adversários souberam se movimentar com mais eficiência no jogo político, sabendo bater nas portas certas.

Das 26 cartas-convites para os membros da capela dos Quinze Mistérios, em novembro de 1849, a única resposta a que tivemos acesso foi registrada em ata, mas apresenta trechos ilegíveis. Porém, a publicação no *Correio Mercantil* de 24 de novembro demonstra a reação dos irmãos da capela dos Quinze Mistérios. De acordo com Douglas Leite, o “texto é curto embora faça jus, por tudo o que diz, a cada real empregado na sua publicação”. Naquela ocasião, os membros que tomaram a decisão de permanecer na freguesia de Santo Antônio responderam o seguinte:

A mesa da irmandade de Nossa Senhora da Soledade dos Desvalidos ereta na capela do Rosário dos Quinze Mistérios, responde ao irmão desligado Henrique Cardozo da Costa, resposta ao conteúdo da carta que nos escreveu, que *não reconhecemos nem a ele nem a outra qualquer pessoa com direito de fazer reuniões na capela do Rosário da Baixa dos Sapateiros*; pois que esta devoção hoje irmandade por compromisso aprovado, não pode desligar se da capela dos Quinze Mistérios, e da irmandade do Rosário da mesma capela, sendo por conseguinte todos os atos que forem praticados na capela do Rosário da Baixa dos Sapateiros nulos, e tanto nulo que por acórdão da relação foi mandado que o cofre ficasse conservado na referida capela dos Quinze Mistérios, e por isso não se pode convir em um ato nulo, avista (sic) do que faz-se ciente ao respeitável público pelo presente anúncio. - Theodorio dos Reis e S. Tiago, primeiro secretário (Grifo meu).⁶²

⁶² *Correio Mercantil*, 24/11/1849, p. 3. Este documento foi utilizado pela primeira vez na tese de doutorado de Douglas Guimarães Leite. É uma das evidências mais objetivas sobre a existência de duas instituições após o racha no interior da Irmandade dos Desvalidos. Sobre esta fonte, ver: Douglas Guimarães Leite, “Velhos livros, novos papéis: os Desvalidos, memória e história do mutualismo negro no século XIX”, *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 15 (2023), pp. 8, 50.

A nota no jornal, além de revelar o caráter público daquela disputa, demonstrava que os dissidentes eram considerados sócios desligados para o grupo da Capela dos Quinze Mistérios. Portanto, todos os atos praticados na Igreja do Rosário dos Pretos em nome da Irmandade dos Desvalidos eram juridicamente nulos. Os leitores baianos do *Correio Mercantil* foram informados ainda que a Irmandade dos Desvalidos continuava funcionando, com seu compromisso aprovado, no mesmo endereço, a freguesia de Santo Antônio Além do Carmo.

Mesmo sem a presença daqueles convidados, ignorando totalmente a decisão do Tribunal da Relação, os dissidentes realizaram, no final do mês de novembro de 1849, a primeira eleição após o racha no interior da Irmandade dos Desvalidos. A nova Mesa eleita contava com nomes que foram apresentados na seção anterior, como João Francisco Régis (vice-provedor), Geraldo José da Conceição (1º secretário) e Bernardo José do Nascimento (1º solicitador). A novidade era a presença de Carlos Manoel Rozena (provedor), Inocência Thomas de Jesus (2º secretário), Izidio da Penha Gonzaga (tesoureiro), Bazilio Gomes dos Santos (1º fiscal), Mamedio da Costa (2º fiscal), Francisco Gomes (2º solicitador) e Jacinto Gomes (visitador). É bastante significativa a ausência de José Pedro da Silva Paraguassu, porém este sócio, mesmo fora da gestão, acompanhou incansavelmente os desdobramentos da disputa na Irmandade dos Desvalidos, como veremos ainda neste capítulo.⁶³

O único sobre quem temos mais informações é o experiente Carlos Manoel Rozena, que era casado com Adriana Maria, tinha filhos e havia servido como Tenente Quartel-mestre no 1º Corpo da 2ª Linha da Companhia dos Artífices, intitulado "Voluntários Leais à Pátria", comandada pelo Coronel Francisco Xavier Bigode, durante a Sabinada (1837). O primeiro registro de sua participação na Irmandade dos Desvalidos é de fevereiro de 1834. Alguns anos depois, em outubro de 1841, se tornaria vice-provedor. O fato de Rozena ser o mais antigo sócio naquele momento crítico da Irmandade dos Desvalidos, além de ter servido em uma companhia militar durante a Sabinada, pode ter auxiliado a sua eleição para provedor, tendo em vista que era preciso alguém com experiência para poder conduzir os rumos da associação, principalmente após a derrota no Tribunal da Relação. Quando faleceu, em 14 dezembro de 1854, Rozena foi sepultado na própria Igreja do Rosário dos Pretos das Portas do Carmo, o que sugere que também tenha sido personagem fundamental na escolha daquela nova sede.⁶⁴

Um pouco antes da eleição dessa nova gestão, ainda naquele mês de novembro de 1849, após a decisão do Tribunal da Relação, insatisfeitos com o resultado, os irmãos dissidentes,

⁶³ ASPD, Livro de Termos (1847-1849), f. 29v.

⁶⁴ ASPD, Livro de Termos (1832-1847), ff. 11v, 58; ASPD, Livro de Registro de Pagamentos dos Sócios (1848), nº 120 e 140; Leite, "Mutualistas, graças a Deus", pp. 36-37.

instalados na Igreja do Rosário dos Pretos, cogitaram em reunião o pedido de um recurso ao Supremo Tribunal de Justiça, última instância na hierarquia judiciária do Império brasileiro, responsável por julgar os casos encaminhados pelas províncias. O fato de cogitarem em assim recorrer é representativo de como o grupo dissidente entendia que aquele fosse um direito a ser conquistado. Além disso, a situação demonstra como aqueles homens de cor estavam cientes dos trâmites jurídicos no século XIX. Eles sabiam exatamente como funcionavam os canais de justiça no Brasil imperial.⁶⁵

Nas últimas décadas, a historiografia brasileira tem prestado mais atenção à presença dos trabalhadores, livres, libertos e escravizados, que recorriam aos tribunais e se assenhoravam de uma cultura legal e jurídica. Os sujeitos desse processo não são analisados como vítimas indefesas ou até mesmo tutelados, mas como indivíduos “importantes na conformação de espaços públicos de negociações sociais, capazes de impor aos senhores e patrões – e ao Estado – um conjunto de direitos e deveres, muitas vezes formulado na própria retórica de seus adversários.” É a noção do direito, do justo, do legal e legítimo, muito acionado pelas classes dominantes, sendo apropriado por trabalhadores livres de cor no século XIX, com o objetivo de construir ou reivindicar seu quinhão de liberdade e cidadania no Brasil. O fato de a disputa interna da Irmandade ter sido levada ao Tribunal, sinaliza para os mecanismos institucionais que aqueles homens de cor acionaram para resolver suas rivalidades e impasses.⁶⁶

No entanto, semanas depois, o grupo dissidente declinou da decisão de levar a disputa ao Supremo Tribunal de Justiça e autorizou o provedor e os demais mesários a propor uma nova ação judicial, não mais pela posse do cofre, mas com o objetivo de pleitear a divisão dos valores mantidos nele. O grupo deve ter ponderado que o esforço de levar a disputa para o Supremo Tribunal demandaria um custo alto para os associados, tendo em vista as despesas com os serviços de ajuda mútua, que desde o início do conflito não deixaram de ser ofertados.⁶⁷

No início da nova ação judicial pela divisão dos valores do cofre, o grupo dissidente foi representado pelo prestigiado e reconhecido advogado – ou rábula –, o crioulo João Baptista de Faria. Filho da africana liberta Maria Cecília, Faria mantinha estreitas relações com diversos membros da comunidade africana, figurando com frequência como testamenteiro desse grupo. Sua influência ia além das questões jurídicas, pois estava profundamente envolvido nos negócios dos africanos bem-sucedidos na Bahia, que nele depositavam grande confiança. Além

⁶⁵ ASPD, Livro de Termos (1847-1849), f. 25v.

⁶⁶ Sílvia Hunold Lara e Joseli Maria Nunes Mendonça (orgs.), *Direitos e justiças no Brasil: ensaios de história social*, Campinas: Editora da UNICAMP, 2006, pp. 12-14.

⁶⁷ ASPD, Livro de Termos (1847-1849), f. 27.

disso, pelos serviços prestados ao Império brasileiro, Faria havia sido condecorado com reconhecimentos públicos através dos títulos de Cavaleiro da Ordem de Cristo e a Medalha da guerra de independência. Como advogado, Faria havia atuado, ao lado de Francisco Olegário Rodrigues, em 1836, na defesa dos escravizados Pompeu e Higino, das acusações de conspiração na Revolta dos Malês. O primeiro era propriedade do negociante José Maria da Fonseca, enquanto o segundo pertencia a José Joaquim de Carvalho e Albuquerque, o famoso visconde de Pirajá. Os advogados conseguiram converter, com bastante habilidade, as penas de galés perpétuas em açoites, com o argumento de que a punição original era danosa aos senhores e não aos escravizados.⁶⁸

Além do prestígio e reconhecimento público, o advogado João de Faria tinha algum poder aquisitivo. Seu nome aparece em alguns contratos na década de 1850 como fiador de Manuel Cypriano Marques, no que diz respeito à reforma no armazém e nas prisões da fortaleza do Barbalho, além de uma obra do forro do salão da entrada do famoso Teatro São João. De acordo com Marcelo Mac Cord, ao analisar a situação de Recife no ano de 1850, ser “fiador de obra pública requeria o acúmulo de algum cabedal, coisa pouco provável para algum artífice com pouca experiência e baixa remuneração no mercado.” Além disso, os investimentos de João de Faria demonstram que ele era interessado em empreendimentos no âmbito da construção civil, o que justificaria a sua proximidade com trabalhadores especializados em ofícios, como era a maioria dos membros da Irmandade dos Desvalidos.⁶⁹

Pelos serviços jurídicos prestados ao grupo dissidente da Irmandade dos Desvalidos durante os meses de janeiro e fevereiro de 1850, o advogado João Baptista de Faria gastou 154 mil e 680 réis, mas como oferecia “esse serviço em favor da Devoção”, cobrou 124 mil e 240 réis. Entre os sócios do grupo dissidente que intermediaram os primeiros pagamentos ao advogado, ainda em fevereiro de 1850, estavam José Pedro da Silva Paraguassu, Marcelino dos Santos Lima, Manoel José d’Etre e Francisco dos Santos Itapagipe. Naquele primeiro momento,

⁶⁸ *Almanak administrativo, mercantil, e industrial da Bahia, para o anno de 1856, organizado por Camillo de Lellis Masson*. Segundo Anno. Bahia: Typ. de Camillo de Lellis Masson & C., 1855, p. 115; *Almanak administrativo, mercantil e industrial da Bahia para o anno de 1860, organizado por Camillo de Lellis Masson*. Sexto anno. Bahia: Typ. de Camillo de L. Masson & C., 1860, p. 139; Reis, *Rebelião escrava no Brasil*, pp. 462-463. Maria Inês Cortes de Oliveira, "Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX", *Revista USP*, São Paulo, nº 28 (1995/1996), pp. 186-187.

⁶⁹ *Falla recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província, o Dezembargador João Lins Vieira Cansasão de Sinimbu*. Em 1 de setembro de 1857. Bahia: Typ. de Antonio Olavo da França Guerra, 1857, p. 83, 85; *Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província, o Doutor Francisco Xavier Paes Barreto*. Em 15 de março de 1859. Bahia: Typographia de Antonio Olavo da França Guerra, 1859, p. 19; Mac Cord, *Artífices da cidadania*, p. 47.

os sócios pagaram a quantia de 44 mil e 240 réis. O valor inteiro foi quitado em 23 de dezembro de 1851, através do pagamento de 80 mil-réis feito pelo tesoureiro Izidio da Penha Gonzaga.⁷⁰

A presença de Paraguassu, Marcelino Lima e Manoel José d’Etre intermediando os pagamentos relacionados aos trâmites jurídicos reforça o argumento de que esses dissidentes enxergavam no racha da Irmandade dos Desvalidos uma oportunidade de investimento. Deste modo, destaca-se a atuação de Manoel José d’Etre nesse contexto, especialmente ao intermediar um pagamento de 5 mil-réis. No demonstrativo de despesas da ação judicial, o advogado João Baptista de Faria registrou ter recebido o valor adiantado das mãos de Manoel d’Etre, acrescentando que esse montante deveria ser descontado de futuros pagamentos que d’Etre viesse a realizar para a Irmandade dos Desvalidos. Esse pequeno registro sugere uma relação de confiança entre Manoel d’Etre e João Baptista de Faria, possivelmente anterior à disputa jurídica envolvendo a Irmandade. Essa hipótese ganha força ao considerarmos que ambos compartilhavam experiências comuns em negócios entre África e Brasil. Há registro de João Baptista de Faria como fiador, em 1853, de uma viagem de dois africanos libertos à África para comercializar produtos como dendê, tabaco e aguardente. É plausível, inclusive, que tenha sido o próprio Manoel d’Etre a indicar o renomado advogado para atender o grupo dissidente da Irmandade dos Desvalidos.⁷¹

Além de João Baptista de Faria, no demonstrativo de despesas da nova ação judicial pela partilha dos valores em cofre, os membros do grupo dissidente acionaram o advogado Luís Gonçalves de Oliveira. Este profissional gastou algo em torno de 340 mil-réis e, diferente do primeiro advogado, não ofereceu desconto, e o valor pelos serviços jurídicos foi quitado por volta do mês de março de 1852, sob intermediação do então provedor Carlos Manoel Rozena e do ex-provedor José Pedro da Silva Paraguassu. Somando-se as despesas feitas com os dois profissionais, além do que foi pago ao juiz Francisco Antônio de Araújo, foram gastos algo em torno de 500 mil-réis com a ação pela partilha dos valores do cofre. A nível de comparação, este valor era correspondente ao preço médio de uma pessoa escravizada no ano de 1850.⁷²

Entre os registros feitos por João Baptista de Faria e Luís Gonçalves de Oliveira, com uma difícil linguagem jurídica, sobre apelações, despachos, embargos, inquirições, lançamentos, sustentações, entre outras, além de diversas referências às páginas específicas do

⁷⁰ ASPD, Livro de Termos (1832-1847), f. 62; ASPD, Livro de Termos (1847-1849), f. 8; ASPD, Livro de Registro de Pagamento dos Sócios (1848), nº 2.

⁷¹ ASPD, Livro de Registro de Pagamento dos Sócios (1848), nº 2; Emanuelle Maia Moreira, “Vivendo sem amarras: as viagens de africanos libertos entre a Bahia e a Costa da África (1840-1860)”, Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018, pp. 104-105.

⁷² ASPD, Livro de Registro de Pagamento dos Sócios (1848), nº 3, 4, 16 e 40; Reis, *Ganhadores*, p. 43.

processo original, o qual até o momento não foi possível localizar, aparecem informações importantes para o entendimento dos encaminhamentos daquela disputa. Durante todo o processo, recorreu-se a algumas autoridades, inclusive atuantes nas altas esferas da política provincial: um pedido de licença ao chefe de polícia; foram mobilizados escrivães, procuradores e oficiais de justiça; petições foram enviadas ao presidente da província, ao juiz e aos inspetores da Tesouraria Provincial e Geral; e testemunhas foram intimadas.

Além disso, os registros revelam que os livros de atas foram retirados para consultas por parte dos funcionários da justiça e por vezes foram feitas cópias destes documentos. Requerimentos foram feitos para a entrega das chaves do cofre, além de vistorias e exames dele, que foi removido algumas vezes da Capela dos Quinze Mistérios para a Igreja do Rosário dos Pretos, transportado por ganhadores, sob a supervisão atenta de dois oficiais de justiça. Inclusive, essa última informação demonstra que o cofre apenas saiu da Capela dos Quinze Mistérios por conta de decisão jurídica, que foi embargada, e retornou ao local de origem. Por fim, depois de toda essa movimentação, o juiz decidiu pela partilha dos valores guardados em cofre. Triunfo dos dissidentes.⁷³

Apesar da vitória, no dia 18 de setembro de 1851, o ex-provedor José Pedro Paraguassu, ainda cogitou entre os membros da Irmandade dos Desvalidos a possibilidade de recurso à decisão judicial; porém, alertou sobre o impacto dos gastos na promoção dos socorros. Desde o início do pleito, os dissidentes tiveram dificuldades na oferta do auxílio aos associados. De início, a disputa gerou desgaste no grupo dissidente, pois nos primeiros meses de 1849, os irmãos se queixavam que além dos custos com socorros e enterramentos, tinham que lidar com os gastos judiciais, totalizando naquele início um valor de 35 mil e 770 réis, que se somava a outro débito antigo. Como solução, foi deliberado entre os sócios presentes, a contribuição de uma finta – rateio para arrecadação de valores. O valor da finta era de mil-réis e, logo em seguida, o grupo dissidente decidiu aumentar para 2 mil-réis. Provavelmente, estes valores foram aumentando e gerando mais desgastes entre os dissidentes.⁷⁴

A resposta em aceitar a divisão dos valores foi positiva, pois com a determinação da Justiça, entre os meses de outubro e novembro de 1851, foi realizado um levantamento dos penhores que estavam no cofre da Capela dos Quinze Mistérios. Deste levantamento, surgiu um documento importante, o *Livro de Caixa de Penhores*, com 88 folhas, redigido pelo 1º secretário Geraldo José da Conceição e assinado pelo ex-provedor José Pedro da Silva

⁷³ ASPD, Livro de Registro de Pagamento dos Sócios (1848), nº 2, 3, 4, 16.

⁷⁴ ASPD, Livro de Registro de Pagamento dos Sócios (1848), nº 10; ASPD, Livro de Termos (1847-1849), ff. 19v-20, 23v.

Paraguassú. No livro foram registradas informações detalhadas sobre objetos penhorados, contratantes, valores, bem como datas de entrada e os juros vencidos dos penhores desde o dia 10 de julho de 1843 até 4 de junho de 1848, ocasião do conflito entre os membros. Foram estes itens empenhados, mais alguns valores no cofre, que somavam o montante de 2 contos, 328 mil e 311 réis, os quais seriam divididos entre os dois grupos da Irmandade dos Desvalidos.⁷⁵

Com a divisão, cada lado ficou com pouco mais de 1 conto de réis. Não era tanto dinheiro quanto a disputa fazia supor. Em meados do século XIX no Brasil, com este valor era possível comprar dois ou três escravizados. De acordo com Douglas Leite, "a soma de 1 conto de réis era superior aos gastos mensais com socorros e auxílios nas primeiras décadas da SPD, que de 1850 a 1852 perfizeram, por exemplo, 782\$720." Deste modo, é possível considerar que, para além do valor monetário, o cofre possuía uma dimensão simbólica, funcionando como uma espécie de totem para os irmãos. A posse desse objeto parecia investi-los com algum tipo de poder.⁷⁶

Após o resultado da disputa jurídica, rapidamente os dissidentes articularam a confecção de um novo cofre. No dia primeiro de setembro de 1851, Estevão Machado de São Domingos assinou um recibo no valor de 14 mil-réis, correspondente a compra de materiais para a ferragem de um novo cofre para a então Sociedade Amparo dos Desvalidos. Entre os materiais estavam: três fechaduras com ferrolhos, um par de missagras grandes, dezesseis cantoneiras e alguns parafusos. Em 8 de fevereiro de 1852, Manoel Gonçalves da Silva vai assinar outro recibo no valor de 9 mil e 400 réis em relação à confecção de um cofre de madeira, provavelmente a estrutura necessária para ser complementada com as peças de ferro confeccionadas por Estevão de São Domingos.⁷⁷

Disputa semelhante aconteceria alguns anos depois, em 1852, entre os membros da Sociedade Montepio dos Artífices, primeira associação de ajuda mútua da Bahia, fundada em 1832. Em alguma medida, a cisão ocorreu por conta de "um movimento de repúdio à política dos dirigentes que hegemonizavam as Mesas administrativas, ligados ao grupo fundador." Ou seja, assim como os membros da Irmandade dos Desvalidos, provavelmente uma nova geração de sócios antagonizaram os veteranos. Existia um grupo denominado "dissidente", "turbulento" ou "exaltado", que não concordava com a administração das operações do cofre. A Montepio se fortaleceu financeiramente com os penhores que geravam juros e mais rendimentos, o que garantia suprir as demandas dos associados, como os pedidos de empréstimos, que acabou se

⁷⁵ ASPD, Livro de Caixa dos Penhores (1851).

⁷⁶ Leite, "Mutualistas, graças a Deus", p. 182; Reis, *Ganhadores*, pp. 43, 63.

⁷⁷ ASPD, Livro de Registro de Pagamento dos Sócios (1848), nº 8 e 18.

tornando um dos motivos para as desavenças entre os sócios. Ao final da gestão sob a presidência do chapeleiro Manoel Ladisláo Soeiro, os relatórios indicaram prejuízos por conta dos empréstimos via penhores. Deste modo, foram propostas e aprovadas ações urgentes como alternativa para aplicação dos fundos sociais. Daquela disputa, surgiu a Sociedade Montepio dos Artífices.⁷⁸

Diante do racha na Irmandade dos Desvalidos e de seus desdobramentos jurídicos, é possível fazer algumas considerações para responder às questões levantadas no início deste capítulo. Os sócios dissidentes provavelmente promoveram a ruptura institucional com a Irmandade dos Desvalidos motivados por uma confluência de interesses, incluindo diferenças geracionais, relações de amizade, circulação em freguesias centrais da cidade de Salvador, a forte presença de marceneiros no grupo, vínculos estreitos com a Irmandade e a Igreja do Rosário dos Pretos. Podemos destacar outros fatores: o perfil investidor de muitos desses indivíduos e suas relações com a comunidade africana e o candomblé. Além disso, é possível especular que a mudança de sede tenha sido motivada por conta de atritos internos entre a Irmandade dos Desvalidos e a confraria dos Quinze Mistérios, bem como o possível interesse num espaço maior, que poderia ser proporcionado com a Igreja das Portas do Carmo. Embora o valor do cofre da Irmandade fosse irrisório em comparação aos custos de manutenção da instituição, ele possuía um valor simbólico de poder e dominação que não pode ser ignorado. Assim, fica claro que a disputa também transcendeu os aspectos puramente materiais.

Após a ruptura, os dissidentes fundaram uma nova associação, inicialmente chamada Sociedade Amparo dos Desvalidos, desvinculada de qualquer relação formal com a Igreja Católica. A questão que se coloca agora é entender as estratégias adotadas por esse grupo dissidente para mobilizar uma associação negra de caráter civil em um período marcado pela reestruturação da ordem imperial. Exploraremos essa situação no próximo capítulo.

⁷⁸ Maria das Graças de Andrade Leal, “Em tempo de crise: uma memória documental da Sociedade dos Artífices na Bahia oitocentista”, *Revista do CITCEM, Cultura, Espaço e Memória*, Porto, n. 2, 2011, p. 123-124

2. SOCIEDADE PROTETORA DOS DESVALIDOS: O ASSOCIATIVISMO NEGRO NA ORDEM IMPERIAL NA BAHIA

Em 29 de outubro de 1851, os dissidentes da Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos, reunidos na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos das Portas do Carmo, freguesia da Rua do Passo, oficializaram a instalação da então Sociedade Amparo dos Desvalidos. Após três anos de disputas legais e negociações políticas, como foi narrado no primeiro capítulo desta tese, finalmente a instituição assumiu o formato civil, constituindo-se na mais antiga associação negra deste tipo no Brasil.

A recém-fundada Sociedade Amparo dos Desvalidos apresentava características que a diferenciavam, mas também preservava aspectos da antiga irmandade. Alguns serviços que eram ofertados pela antiga confraria foram mantidos, como os socorros, sustentados através de mensalidades, aos associados que eventualmente se ausentassem de suas atividades laborais por conta de doença. Além disso, foi conservado o auxílio funerário ao membro falecido, bem como as pensões aos familiares próximos, como mães, irmãs, esposas, filhos e filhas, assim como o serviço de empréstimos, através do sistema de penhores. A novidade era a possibilidade da aposentadoria do sócio por tempo de contribuição, algo que a irmandade não proporcionava, além do acompanhamento na educação dos órfãos. A Sociedade dos Desvalidos passou também a investir em medidas que pudessem aumentar seu patrimônio, dando autonomia econômica para a organização, através de dividendos em instituições bancárias, como o Banco do Brasil, Caixa Econômica da Bahia, Banco da Bahia, Banco Mercantil e outras, assim como a retomada dos investimentos em loterias com a concessão do governo, prática dos tempos de irmandade, além da renda através do aluguel de imóveis.¹

Àquela altura, a Sociedade Amparo dos Desvalidos deixou de adotar antigas nomenclaturas dos cargos da Mesa administrativa da Irmandade, como provedor, vice-provedor, solicitador e fiscal. Deste modo, a partir de 1851, a nova associação contava com conselho administrativo composto por presidente, vice-presidente, secretários, tesoureiro, cobradores, visitador e arquivista. Além disso, a instituição passou a ter também uma

¹ De acordo com Marcelo Mac Cord, alguns países europeus, como França e Espanha, vivenciaram experiências semelhantes no que diz respeito a forma como as associações não religiosas herdaram algo das confrarias. Portanto, é preciso relativizar a perspectiva etapista e esquemática de que as irmandades sucumbiram à “modernidade” e foram “substituídas” pelas associações de ajuda mútua. Sobre esse aspecto, ver: Marcelo Mac Cord, *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*, Campinas: Editora da Unicamp, 2012, pp. 101, 263. Tratei de maneira detalhada sobre a oferta dos serviços de socorro, pensão, aposentadoria e acompanhamento dos órfãos em minha dissertação de mestrado: Lucas Ribeiro Campos, “Sociedade Protetora dos Desvalidos: mutualismo, política e identidade racial em Salvador (1861-1894)”, Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018, pp. 17-38

assembleia geral, destinada a fiscalizar os trabalhos do conselho administrativo e tratar de questões mais delicadas, urgentes ou extraordinárias.²

Outro aspecto importante é que, diferente da Irmandade dos Desvalidos, que tinha o dia 16 de setembro como data de fundação, uma referência ao dia dedicado a Nossa Senhora da Soledade – cuja devoção é no dia 15 do mesmo mês –, na Sociedade dos Desvalidos, a escolha do dia 29 de outubro como data de fundação pode ter sido uma alusão a São Sebastião, protetor das pestes e das doenças contagiosas, ou talvez uma referência a São Narciso, conhecido entre os católicos pelo notável trabalho em defesa dos pobres e doentes da cidade de Jerusalém. O contexto era propício para a escolha de qualquer um dos dois padroeiros, tendo em vista que a Bahia passava por uma epidemia de febre amarela desde 1848, seguida de ciclos endêmicos da doença, que contabilizava cem casos por ano, produzindo crise econômica com impactos nos preços dos produtos e nos salários dos trabalhadores.³

No primeiro momento de funcionamento, sobretudo na década de 1850, os documentos indicam que a nova associação era registrada como “Sociedade Amparo dos Desvalidos”. Essa denominação vai deixar de ser utilizada nos anos de 1860, dando lugar definitivo a “Sociedade Protetora dos Desvalidos”, como iremos ver ainda neste capítulo. O curioso é que o termo “desvalidos” permanece inalterado na denominação da associação, mesmo após o racha no interior da Devoção. De acordo com o *Diccionario da lingua portugueza*, organizado pelo padre D. Rafael Bluteau, em 1789, a palavra “desvalido” era identificada como um adjetivo que designava algo ou alguma pessoa “que não tem valimento para com alguém; que não tem homem, pessoa que o proteja, e lhe valha.” No *Diccionario da Lingua Brasileira*, organizado por Luiz Maria da Silva Pinto em 1832, o termo “desvalido” era identificado como um adjetivo que designava aquele “que perdeu ou não tem valimento. Que não tem quem lhe valha.”⁴

A denominação “desvalidos”, que designava o nome da instituição, nos leva a pensar que os membros da irmandade e, posteriormente, da associação, buscaram expressar a ideia de que eram trabalhadores em condições de vulnerabilidade e suscetíveis a qualquer adversidade.

² Campos, “Sociedade Protetora dos Desvalidos”, pp. 101, 105.

³ Campos, “Sociedade Protetora dos Desvalidos”, pp. 101-102. Sobre as condições dos trabalhadores diante da epidemia na Bahia, ver: Anna Amélia Vieira Nascimento, *Dez freguesias de Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*, Salvador: EDUFBA, 1986, pp. 261-298; Onildo Reis David, *O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX*, Salvador: EDUFBA, 1996.

⁴ *Diccionario da lingua portugueza, composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro*, Tomo Primeiro (A-K), Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 429; *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*, Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832, p. 366. No decorrer da tese irei me referir a associação, na maioria das vezes, como “Sociedade dos Desvalidos”. Em momentos específicos, sobretudo antes do ano de 1861, vou denominar como “Sociedade Amparo dos Desvalidos” e quando estiver me referindo aos anos após a regulamentação da associação, vou denominar “Sociedade Protetora dos Desvalidos”.

A intenção era demonstrar que aquela era uma associação com o objetivo de socorrer aqueles que, sendo gente de cor, ficassem desamparados. Existia no nome da instituição a expressão de uma expectativa com o futuro desses trabalhadores e seus familiares, pois estes também estariam abandonados caso não contassem com o provedor da família.

Além dessas diferenças, a nova Sociedade dos Desvalidos, instalada em 1851, passou a admitir um perfil diferenciado de sócio, ligado exclusivamente aos ofícios manuais especializados, como pedreiros, carpinteiros, marceneiros, sapateiros, alfaiates e outros. Estes novos membros deveriam dominar a leitura e a escrita, e apresentar bom comportamento social. Ademais, a Sociedade dos Desvalidos se diferenciava da Irmandade por apostar com mais intensidade na política de adesão às pautas promovidas pelo Estado, principalmente com a adoção da categoria do “sócio protetor”, o que garantiu uma margem de negociação com autoridades do Império brasileiro, e consolidou a instituição como um grupo político minimamente coeso. Todos estes aspectos, foram importantes para a afirmação da identidade racial daquele grupo, constituindo a “politização” da cor.⁵

Essa nova associação, a Sociedade dos Desvalidos, desvinculada da antiga Irmandade, surgiu num contexto de crescimento das sociedades beneficentes no império brasileiro, principalmente durante a segunda metade do século XIX. As associações de ajuda mútua, muito populares em alguns países da Europa, surgiram no Brasil nos anos de 1830, mas se popularizaram após a década de 1850. Com base em afinidades étnicas, profissionais, religiosas, de lazer e outros interesses, elas desempenharam papel decisivo nas condições materiais e morais de artesãos, artífices, artistas, operários, libertos, industriais, comerciantes e outros segmentos que se uniam em prol da proteção social e/ou da projeção de interesses políticos. Os objetivos dessas instituições guardavam semelhança com os das irmandades católicas, abarcando desde a garantia de amparo financeiro em casos de doença e idade avançada até o custeio de funerais, aquisição de remédios, assistência jurídica ou financeira em situações de prisão, como se pode notar no caso da Sociedade dos Desvalidos.⁶

⁵ Douglas Guimarães Leite, “‘Mutualistas, graças a Deus’: identidade de cor, tradições e transformações do mutualismo popular na Bahia do século XIX (1831-1869)”, Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, pp. 22, 79, 84 e 86; Campos, “Sociedade Protetora dos Desvalidos”.

⁶ A historiografia sobre o mutualismo é extensa e cresce a cada ano com novos trabalhos. Para uma avaliação sobre o debate historiográfico acerca do tema, ver as seguintes obras: *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*. Campinas: Unicamp/IFCH, v. 6, n. 10/11, 1999; Marcelo Mac Cord e Osvaldo Maciel (orgs.), *Revista Mundos do Trabalho: dossiê "os trabalhadores e o mutualismo"*, v. 2, n. 4, 2010; Marcelo Mac Cord e Claudio H. M. Batalha (orgs.), *Organizar e proteger: Trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*, Campinas: Editora da Unicamp, 2014; Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, *Experiências de economia social: mutualismo, filantropia e corporativismo*, Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021.

No final do ano de 1860, diante de um contexto de possível crise econômica, as autoridades imperiais passaram a ter interesse no controle sobre as atividades das diversas associações beneficentes instaladas no Brasil e, após quase uma década de sua fundação, a Sociedade dos Desvalidos teve de lidar com as redes burocráticas do império. O governo imperial promulgou a lei que tornou obrigatório a todas as associações instaladas no território nacional a solicitação de autorização de seus estatutos, em 1860. A Lei dos Entraves, como ficou conhecida, tinha como objetivo, além do controle em relação à dinâmica financeira do Império, a fiscalização sobre as associações civis existentes naquele momento. A legislação fazia parte do pacote de ações políticas conservadoras no intuito de fortalecer a ordem imperial durante o Segundo Reinado, o que nos leva a pensar que estas sociedades eram importantes na estrutura social que se reconfigurava. Ou, se queriam existir, deviam se enquadrar.⁷

Como outros autores já analisaram, associações negras como a Sociedade Beneficente da Nação Conga (1861), Sociedade de Beneficência da Nação Conga "Amiga da Consciência" (1874) e a Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor (1874) foram proibidas de funcionar na Corte imperial por fomentar a identidade racial a partir da cor preta, algo condenado pela elite brasileira. Outras associações também foram censuradas quando estabeleceram critérios de exclusão baseados na cor da pele de candidatos pretos, como a Sociedade Protetora dos Barbeiros e Cabelereiros e a Sociedade Beneficente dos Artistas de São Cristovão. Os membros do Conselho de Estado, órgão vinculado ao imperador, usaram de diversos argumentos para proibir estes tipos de associações. Apesar desta política racial restritiva, que comprometeu o funcionamento de várias outras instituições, negras ou não, os membros da Sociedade dos Desvalidos souberam se movimentar na cultura jurídica imperial e lograram êxito na regulamentação e reforma dos seus estatutos. Para isso, suas lideranças foram hábeis em atender as expectativas das elites políticas do período, ao construírem uma imagem de trabalhadores nacionais, livres, especializados em algum ofício, letrados, morigerados e alinhados com a ordem imperial.⁸

⁷ Sobre a estruturação do Segundo Reinado, entre outros autores, ver: Richard Graham, *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*, Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997; José Murilo de Carvalho, *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁸ As associações negras citadas foram analisadas nas seguintes obras: Sidney Chalhoub, *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 240-265; Idem, "The Politics of Silence: Race and Citizenship in 19th Century Brazil", *Slavery and Abolition*, v. 27, n. 1 (2006), pp. 73-87; Idem, "Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX" in Olívia Maria Gomes da Cunha e Flávio dos Santos Gomes (orgs.), *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil* (Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007), pp. 219-239. Além de Chalhoub, outros historiadores trataram dessas associações de maneira tangencial, apenas a dissertação de Camila Menegardo Mendes se aprofundou sobre elas: Camila Menegardo Mendes, "Sociedades beneficentes e fronteira racial:

Diante do que foi apresentado, a experiência da Sociedade dos Desvalidos ajuda a entender a existência do que estou chamando aqui de *cultura política associativista negra* em um momento de consolidação do império, após anos do conturbado governo regencial, cercado por revoltas espalhadas pelo Brasil, além da ordem vigente que foi parcialmente abalada após o fim do tráfico de pessoas escravizadas em 1850. Portanto, as perguntas deste capítulo são: de que maneira os membros da Sociedade dos Desvalidos conseguiram se articular na ordem imperial? Quais foram as escolhas adotadas pelos sócios diante da legislação vigente? Como aquela associação negra foi regulamentada e manteve-se atuante, apesar de um cenário de silêncio sobre a cor? O objetivo é analisar como os membros da Sociedade dos Desvalidos se movimentaram na ordem imperial e negociaram a existência da associação a partir dos termos do escravismo, da elite branca e proprietária brasileira.

O ponto de partida da análise está na atenção ao modo como os membros da Sociedade dos Desvalidos tensionaram e/ou negociaram as brechas jurídicas, ocuparam espaços e pautaram uma agenda política negra, mesmo diante da pressão do Estado imperial contra qualquer discurso que remetesse à cor naquele período. Estamos tratando de homens que foram capazes de se movimentar na cultura jurídica, atender as expectativas da ordem imperial e assumir um compromisso com determinados trabalhadores de cor. A Sociedade dos Desvalidos estava construindo o seu lugar num Brasil marcado pela dimensão ambígua da noção de cidadania, em que os ideais do liberalismo conviviam com a realidade da escravidão de pessoas negras. É essa história que iremos conhecer nas próximas páginas.⁹

As associações negras e o Estado Imperial

No dia 6 de janeiro de 1861, em sessão da assembleia geral da então Sociedade Amparo dos Desvalidos, o presidente da associação, Bento Ignácio de Oliveira, apresentou aos sócios presentes o decreto nº 2.686 do governo imperial de 10 de novembro de 1860, que concedia o prazo de sessenta dias para as associações, novas e antigas, solicitarem autorização de seus estatutos. Os quarenta e oito membros presentes na sede da Sociedade dos Desvalidos naquele dia, debateram e aprovaram por unanimidade o envio do estatuto para avaliação do governo

associativismo de trabalhadores negros na segunda metade do século XIX", Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016.

⁹ Hebe Maria Mattos, *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*, Rio de Janeiro: Zahar, 2000; Keila Grinberg, *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

imperial. O reconhecimento legal de uma associação negra com caráter civil na ordem imperial era importante para os sócios daquela instituição.¹⁰

Naquele mesmo dia, os membros da Sociedade dos Desvalidos enviaram um requerimento ao presidente da província da Bahia, Antônio da Costa Pinto, solicitando a devida autorização do estatuto. Diferente da ata de 6 de janeiro de 1861, cujo destaque era o decreto 2.686, neste requerimento era mencionado o artigo 2º, parágrafo 1º, da lei nº 1.083, implantada alguns meses antes, em 22 de agosto de 1860. No artigo e parágrafo citado, era dito que as associações sem autorização concedida pelo Poder Executivo, incorreriam na pena de dissolução ou pagamento de multas, que poderiam variar de acordo com as condições financeiras de cada instituição.¹¹

A lei nº 1.083, de 22 de agosto de 1860, foi resultado do projeto escrito pelo então senador Angelo Muniz da Silva Ferraz, também ministro e secretário de Estado dos Negócios e da Fazenda. O projeto, conhecido depois de aprovado como “Lei dos Entraves”, fazia parte da política monetária “restritiva” do gabinete conservador, quando se vislumbrava a possibilidade de colapso econômico, sobretudo por conta da crise do sistema financeiro internacional de 1857, que impactou diversos países. Deste modo, a lei de 1860 fortaleceu a vigilância e intervenção do Estado Imperial sobre a livre-iniciativa na vida financeira e econômica, o que agradava parte significativa da classe senhorial naquele momento. Era uma legislação que visava controlar instituições bancárias, mas também a prática associativa no país, como as sociedades de auxílio mútuo, aos moldes da experiência da então Sociedade Amparo dos Desvalidos.¹²

O procedimento funcionava da seguinte forma: os interessados em fundar uma associação ou reformar seu estatuto deveriam encaminhar para a Seção Império do Conselho de Estado, no caso da Corte, ou ao presidente da província, um requerimento com alguns documentos, como atas, estatutos, balanços financeiros e listas de sócios. Deste modo, as autoridades teriam acesso as seguintes informações: o nome dos associados, naturalidade,

¹⁰ Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Atos do Governo da Província (1861), maço nº 972, ata da sessão da assembleia geral de 06/01/1861. Agradeço a Flaviane Ribeiro do Nascimento pela gentileza de localizar este e outros documentos deste mesmo maço.

¹¹ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Atos do Governo da Província (1861), maço nº 972, requerimento de autorização do estatuto da Sociedade Amparo dos Desvalidos de 06/01/1861.

¹² David Patrício Lacerda, “Solidariedade entre ofícios: a experiência mutualista no Rio de Janeiro imperial (1860-1882)”, Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011, pp. 17-26. Além da lei nº 1.083, de 22 de agosto, e do decreto 2.686, de 10 de novembro, o ministro Silva Ferraz também anunciou o decreto nº 2.711, de 19 de dezembro de 1860, cujo objetivo era regulamentar a Lei dos Entraves. Toda essa legislação está disponível em: *Collecção das Leis do Império do Brazil de 1860*, Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1860, Tomo XXI, Parte I, pp. 28-36; *Collecção das Leis do Império do Brazil de 1860*, Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1860, Tomo XXIII, Parte II, pp. 1061-1063, 1125-1140.

profissão e domicílio. Além disso, era necessário informar a denominação da associação, o tipo, o tempo de duração, o modo de organização, o objetivo, as atribuições dos sócios e o local de funcionamento. Os livros de registros das entidades associativas deveriam permanecer acessíveis para inspeção pelas autoridades competentes. Por último, para assegurar que as associações de auxílio mútuo desempenhassem um papel eficaz de interesse público, os membros eram incumbidos de preservar e fomentar os "bons costumes".¹³

Era imprescindível também demonstrar, através dos estatutos, como estava organizada a dinâmica interna de funcionamento da instituição. Neste sentido, eram observados alguns aspectos, como: as condições de admissão, exclusão ou eliminação dos sócios; o modo de prestação dos socorros; os tipos de arrecadação; as maneiras de punição a sócios infratores; as condições de administração e elegibilidade dos sócios; entre outros. De acordo com David Lacerda, as autoridades imperiais estavam colocando em prática uma espécie de “modelo de existência”, através de relações de poder e controle das associações de beneficência. No entanto, essas relações de poder não deixaram de ser confrontadas pelo entendimento dos próprios trabalhadores sobre o direito de se associar.¹⁴

Com base na legislação vigente, ao seguir o rito burocrático mencionado, o estatuto da então Sociedade Amparo dos Desvalidos foi aprovado pelo governo da província da Bahia em 13 de março de 1861. Deste modo, além de ser a primeira associação civil negra instalada no Brasil, em 29 de outubro de 1851, a Sociedade tornou-se também a primeira organização de trabalhadores de cor, sem vínculo religioso ou militar, a ter seu estatuto aprovado e reconhecido pelo Estado Imperial brasileiro. Por razões desconhecidas, os membros da Sociedade dos Desvalidos somente foram informados da decisão quase três meses depois, em 7 de junho de 1861. Naquela ocasião, os associados solicitaram do presidente da província um documento, denominado “carta de confirmação”, que formalizasse o ato do governo, sendo prontamente atendidos.¹⁵

¹³ Lacerda, “Solidariedade entre ofícios”, pp. 22-23, 26-27; Mac Cord, *Artífices da cidadania*, pp.175-176.

¹⁴ Lacerda, “Solidariedade entre ofícios”, pp. 22-23, 26-27.

¹⁵ Com base nos documentos, existe uma confusão em relação à data de regulamentação da instituição. De acordo com ato do governo da Bahia, o estatuto da Sociedade dos Desvalidos havia sido aprovado em 13 de março de 1861. No entanto, em relatório publicado no dia 15 de dezembro de 1863, o então presidente da província, o conselheiro Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, informava que o estatuto da associação havia sido regulamentado no dia 3 de junho de 1861, ou seja, quase três meses depois. Se levarmos em consideração o ato do governo, o que me parece mais plausível, o estatuto da Sociedade Amparo dos Desvalidos foi aprovado em 13 de março. Todos os trâmites estão registrados nestes documentos: APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Atos do Governo da Província (1861), Maço nº 972, Aprova os Estatutos da Sociedade Amparo dos Desvalidos; APEB, Seção Colonial e Provincial, Presidência da Província, correspondência recebida da Sociedade Protetora dos Desvalidos (1861-1880), maço 5306, ofício de 07/06/1861, assinado pelo presidente Bento Ignácio de Oliveira e o 1º secretário Damião Cardoso da Costa; *Relatorio com que o Exm. Snr. Conselheiro Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, presidente da província, passou interinamente a administração da mesma ao Exm. Senhor*

No século XIX, os registros escritos tinham uma importância peculiar para homens e mulheres de cor, livres e libertos, tanto no Brasil, como em outras partes do continente americano, por conta da qualidade da liberdade desses indivíduos. Muitas pessoas de cor dedicaram a vida à manutenção de registros escritos, que fossem “provas de liberdade”, nos termos propostos por Rebecca J. Scott e Jean M. Hébrard. Cartas de alforria, escrituras de compra e venda, inventários, procurações, assentos de batismo, registros de casamento, entre outros, tinham a função de garantir a integridade da liberdade de pessoas de cor no mundo Atlântico. Apesar dos membros da Sociedade Amparo dos Desvalidos gozarem da condição jurídica de livres ou libertos, imagino que ter em mãos, com certa urgência, a confirmação da aprovação do estatuto era uma forma de precaução, diante de qualquer inconveniente. Afinal, tratava-se de associação negra funcionando em pleno contexto escravista, onde a condição de liberdade sempre esteve num lugar de fragilidade para homens e mulheres de cor, sejam livres ou libertos, além da constante desconfiança com qualquer agrupamento formado por pessoas de pele escura.¹⁶

Além da aprovação da Sociedade Amparo dos Desvalidos, outras associações de beneficência também tiveram seus estatutos aprovados pelo governo da província, conforme quadro 2. Entre fevereiro de 1861 a setembro de 1862, foi possível identificar doze associações de beneficência, constituídas por estrangeiros, brasileiros, artistas, artífices, caixeiros, funcionários públicos e militares, que tiveram seus estatutos reconhecidos legalmente pelo Estado imperial brasileiro. Inclusive, não seria estranho pensar que os associados dessas instituições tenham compartilhado experiências entre eles, principalmente com a comunicação acerca dos trâmites de regulamentação. Provavelmente, existiram trocas de informações entre esses trabalhadores nas discussões em assembleias para deliberar sobre a melhor maneira de seguir o rito burocrático de regulamentação dos estatutos. No final da década de 1860 e nos

Conselheiro Manuel Maria do Amaral, Vice-Presidente, em 15 de dezembro de 1863. Bahia: Typ. Poggetti-de-Tourinho, Dias, & C.^a, 1864, p. 38.

¹⁶ Para uma discussão sobre a precariedade da liberdade e as restrições à cidadania dos livres e libertos, ver, dentre outros títulos: Sidney Chalhoub, *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, São Paulo: Companhia das Letras, 1990; idem, *Machado de Assis, historiador*, São Paulo: Companhia das Letras, 2003; idem, *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012; Keila Grinberg, "Reescravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX", in Silvia Hunold Lara e Joseli Maria Nunes Mendonça (orgs.), *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*, Campinas: Editora da Unicamp, 2006, pp. 101-128; Hebe Maria Mattos, "Racialização e cidadania no Império do Brasil", in José Murilo de Carvalho (org.), *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 349-391; Henrique Espada Lima, "Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX", *TOPOI*, v. 6, n. 11 (2005), pp. 289-326; Rebecca J. Scott e Jean M. Hébrard, *Provas de liberdade: uma odisseia atlântica na era da emancipação*, Campinas: Editora da Unicamp, 2014; Tenner Inauhiny de Abreu, "Os sentidos da liberdade: a trajetória do padre Daniel Pedro Marques de Oliveira na província do Amazonas (1850-1880)", Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília, 2023.

anos de 1870, como lembrou Aldrin Castellucci, formou-se uma “verdadeira constelação associativa” na Bahia, formada por categorias profissionais, interesses intelectuais, pertencimento étnico ou local, entre outros.¹⁷

Quadro 2 – Sociedades beneficentes regulamentadas pela Lei dos Entraves na Bahia (1861-1862)

Sociedades	Regulamentação	Carta de aprovação	Fundação
Sociedade Montepio da Bahia	16/02/1861	19/07/1861	12/10/1851
Sociedade Mútuo Auxílio dos Empregados da Tesouraria Geral	16/02/1861		
Sociedade Italiana de Recreio e Beneficência	19/02/1861		
Sociedade Portuguesa de Beneficência 16 de Setembro	01/03/1861	29/07/1861	14/08/1859
Sociedade Amparo dos Desvalidos	13/03/1861	11/06/1861	29/10/1851
Sociedade Protetora e Beneficente dos Artífices Carpinteiros e Calafates	21/03/1861	21/11/1861	
Sociedade Montepio dos Artistas Nazarenos	10/04/1861		
Sociedade Montepio dos Caixeiros Nacionais	04/05/1861	24/05/1861	22/11/1857
Sociedade Montepio dos Artistas	31/05/1861	19/06/1861	02/02/1853
Sociedade Suíça de Beneficência	11/06/1861	12/06/1861	05/12/1857
Sociedade Montepio dos Artífices	25/06/1861	10/07/1861	16/12/1832
Sociedade dos Veteranos da Independência	05/09/1862		

Fonte: *Collecção dos regulamentos, instruções e actos expedidos pela presidencia da provincia da Bahia, e bem assim dos contractos com ella celebrados no anno de 1861*, parte II, Bahia: Typographia de Antonio Olavo da França Guerra, 1861, actos expedidos pelo presidente da província da Bahia em 1861, pp. 27-28, 32, 35, 38-39, 42, 48, 55, 57, 64, 92; APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Presidência da Província, correspondência recebida da Sociedade Protetora dos Desvalidos (1861-1880), maço 5306, ofício de 07/06/1861, assinado pelo presidente Bento Ignácio de Oliveira e o 1º secretário Damião Cardoso da Costa; *Relatorio com que o Exm. Snr. Conselheiro Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, presidente da provincia, passou interinamente a administração da mesma ao Exm. Senhor Conselheiro Manuel Maria do Amaral, Vice-Presidente, em 15 de dezembro de 1863*. Bahia: Typ. Poggetti-de Tourinho, Dias, & C.^a, 1864, p. 38.

No mesmo mês de março de 1861, em que o estatuto da Sociedade Amparo dos Desvalidos foi aprovado pelo presidente da província da Bahia, na Corte imperial, outros homens de cor se reuniram para solicitar a regulamentação de outra associação negra, mas não tiveram o mesmo êxito. Os sócios da Sociedade Beneficente da Nação Conga enviaram seu estatuto para avaliação do Conselho de Estado, órgão importante no século XIX, constituído por notáveis escolhidos pelo imperador, com mandato vitalício, responsáveis pelo aconselhamento do Poder Executivo. Este órgão havia ganhado poder e relevância desde o Regresso Conservador, quando no fim do Período Regencial (1831-1840), momento em que o Brasil estava sob os cuidados de regentes, tendo em vista a menoridade de D. Pedro II, os

¹⁷ Aldrin A. S. Castellucci, *Trabalhadores e política no Brasil: do aprendizado do Império aos sucessos da Primeira República*, Salvador: EDUNEB, 2015, p. 117.

conservadores passaram a ditar a forma como a política imperial seria conduzida. As instituições seriam responsáveis por garantir a ordem imperial, diante dos interesses da classe de proprietários. Nesse contexto, o Conselho de Estado desempenhou papel crucial, nas décadas seguintes, tanto para a preservação da ordem pública quanto para a consolidação do regime monárquico.¹⁸

Naquela oportunidade, o estatuto da Sociedade da Nação Conga foi analisado por “velhas raposas da política imperial”, como nos lembrou Sidney Chalhoub, conhecidos políticos do Partido Conservador e membros da Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado. Entre eles estavam José Antônio Pimenta Bueno (futuro marquês de São Vicente), Cândido José de Araújo Viana (visconde de Sapucaí) e Pedro de Araújo Lima (marquês de Olinda). No artigo 1º do estatuto da Sociedade da Nação Conga que chegou às mãos dos conselheiros de Estado dizia que a associação seria composta por homens e mulheres “que pertençam à mesma nação, e que sejam livres, podendo ser admitidas em seu grêmio os filhos e filhas das mesmas nascidas neste Império, e que sejam de cor preta”. A associação tinha como objetivo socorrer os membros nas enfermidades e quando estivessem presos, além de cuidar de seu enterro. As famílias teriam proteção em caso de morte do associado, como viúvas, filhas enquanto solteiras e filhos até os 12 anos de idade, desde que vivessem debaixo do mesmo teto.¹⁹

Apesar de sua finalidade de beneficência, o Conselho de Estado rejeitou em seu parecer o funcionamento da Sociedade da Nação Conga, em 7 de maio de 1862. Entre os argumentos utilizados, destacaram que os critérios de admissão restritos a indivíduos “de cor preta”, eram desnecessários, pois isto seria “o predomínio da casta, e da cor, que não convém aprovar”. Pimenta Bueno ainda afirmou que, se “o sentimento real da pretendida sociedade é o da beneficência, ela deve alterar essas expressões e limitações porque a humanidade não se compõe só da cor preta”. Além disso, acreditavam não ser necessário a criação de uma sociedade específica que atendesse à Nação Conga, tendo em vista que aqueles indivíduos, por serem residentes no Império brasileiro, não pertenciam e nem eram súditos daquela nação. Pimenta Bueno encerrou sua avaliação com restrições mais técnicas ao estatuto da Sociedade da Nação Conga, e ainda desqualificou a solicitação ao afirmar que os estatutos “estão mal

¹⁸ Chalhoub, *Machado de Assis*, pp. 249-250; idem, “Solidariedade e liberdade”, p. 20. Em relação ao Conselho de Estado, ver: Graham, *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*, p. 78; Maria Fernanda Vieira Martins, *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, pp. 272-273, 332; José Murilo de Carvalho. *Teatro de sombras: a política imperial*, São Paulo: Vértice, 1988; Lacerda, “Solidariedade entre ofícios”, p. 29.

¹⁹ Chalhoub, *Machado de Assis*, p. 249; idem, “Solidariedade e liberdade”, pp. 225-227, 229.

redigidos, e cheios de erros, pelo que não são dignos de subir à Presença do Governo Imperial”.²⁰

O único que se opôs ao parecer foi o Marquês de Olinda, que não identificou tantos problemas no estatuto analisado. Ele não acreditava que uma associação formada por homens negros causasse qualquer incomodo, pois sempre existiram iniciativas de irmandades de pretos ou de mulatos, sem que isso compromettesse a beneficência ou criasse rivalidades raciais. Achava até que a proibição desses espaços era o que realmente causaria possíveis dificuldades. Em relação aos erros na redação do estatuto, Olinda alegou que não parecia tão ruim, e nem era motivo “suficiente para não deferir a petição”.²¹

Na verdade, Olinda reconhecia uma experiência antiga de constituição de identidades nas irmandades entre os homens de cor, que operava no Brasil desde os tempos coloniais, como foi apresentado no capítulo anterior. O que talvez Olinda não tenha percebido é que Pimenta Bueno provavelmente não concebia a possibilidade de existir uma associação com estatuto jurídico civil, comandada por e para homens e mulheres de cor. Aquela experiência da Nação Conga, assim como a Sociedade Amparo dos Desvalidos na Bahia, era uma novidade para as autoridades imperiais. Embora as irmandades negras estivessem sob o jugo da Igreja Católica, não tinham necessariamente personalidade jurídica, diferente das associações negras de beneficência, que agora possuíam estatuto civil, o que, para alguns legisladores, abria precedente perigoso de constituição de um coletivo com pautas racialmente legitimadas pela legislação imperial. Autorizar uma associação como a Nação Conga era dizer que, daquele momento em diante, o Estado imperial reconhecia a existência de uma agenda política da população negra, mesmo que fosse para um grupo específico de homens e mulheres de cor.

Em resposta ao argumento de Olinda, Pimenta Bueno afirmou que não era conveniente aprovar associações “de pretos, mulatos, caboclos etc.”, pois além dos “tais congos” serem “uma horda bárbara da África”, a “política ensina antes a regra de não falar-se nisso”. Esta fala de Pimenta Bueno é bastante reveladora da política racial naquele início da década de 1860. Sidney Chalhoub interpretou esse posicionamento como uma das mais precoces manifestações do “tipo de ideologia racial que fincaria raízes no Brasil a partir do último quartel do século XIX”, em que a “produção do silêncio sobre a questão racial parecia requisito essencial para forjar o ideal de nação ‘homogênea’”. O custo associado a essa homogeneidade era a

²⁰ Chalhoub, *Machado de Assis*, p. 253; idem, “Solidariedade e liberdade”, pp. 229-230

²¹ Chalhoub, *Machado de Assis*, p. 253; idem, “Solidariedade e liberdade”, p. 230.

marginalização política e cultural de indivíduos como os participantes da Sociedade Beneficente da Nação Conga.²²

No livro intitulado *Assombros da casa-grande: a Constituição de 1824 e as vidas póstumas da escravidão*, o pesquisador Marcos Queiroz, ao analisar o mesmo episódio da Nação Conga com o Conselho de Estado em 1861, nos explica que “um dos traços definidores da cultura jurídica nacional é o ato de manejar o silêncio no direito para manter lugares de subalternidade racial”. Esse pacto de silêncio dos escravocratas brasileiros remonta a própria experiência da constituinte de 1823 e da Constituição de 1824. Quando Pimenta Bueno disse que a experiência política ensinava que era mais prudente não falar sobre qualquer iniciativa de formação de identidade racial, ele estava acionando uma “memória constitucional senhorial”, a reavivar antigos “assombros da casa-grande”, como a experiência do Haiti (1791-1804), a Revolta dos Malês (1835), a rebelião de escravos do Vale do Paraíba de Manuel Congo (1838), entre outras rebeliões negras, que colocavam em evidência o pacto de silêncio dos escravocratas. Era o Estado Imperial construindo uma memória da nação brasileira em que havia uma desconexão entre a escravidão e o constitucionalismo do país.²³

O medo ou receio pode ter sido o sentimento das autoridades brasileiras quando tiveram de lidar com a formação de identidades raciais no processo de alistamento de homens de cor para servirem nas companhias negras como os zuavos, couraças e sapadores, no contexto da guerra contra o Paraguai, sobretudo nos anos de 1865 a 1867. Os Zuavos Baianos foi um grupo militar idealizado por Quirino Antonio do Espirito Santo, antigo combatente da guerra pela independência, que imbuído pelo “santo fogo do patriotismo”, articulou, sob a inspiração do antigo combatente negro Henrique Dias, a formação de uma companhia com “cidadãos crioulos” dispostos a defenderem os interesses do Império brasileiro na guerra contra o Paraguai. Os Zuavos Baianos tinham essa denominação e o formato dos uniformes em alusão aos regimentos dos zuavos franceses da Argélia, que usavam jaquetas, coletes, faixas, calças largas e barretes árabes.²⁴

Hendrik Kraay apontou que a experiência desses soldados “revela a complexidade da política racial do Estado brasileiro, que recorreu à mobilização de homens negros, mas não

²² Chalhoub, *Machado de Assis*, p. 254; idem, “Solidariedade e liberdade”, p. 230;

²³ Marcos Queiroz, *Assombros da casa-grande: a Constituição de 1824 e as vidas póstumas da escravidão*, São Paulo: Fósforo, 2024, pp. 27-32.

²⁴ *O Alabama*, Salvador, 06/02/1865, pp. 3-4; *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 06/04/1865, p. 2; Osvaldo Silva Felix Júnior, “Repensando a Guerra (a participação da Bahia na Guerra do Paraguai), 1865-1870”, Dissertação (Mestrado em História Regional e Local), Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2009, pp. 75, 78-88; Hendrik Kraay. “Os companheiros de Dom Obá: os zuavos baianos e outras companhias negras na Guerra do Paraguai”, *Afro-Ásia*, nº 46 (2012), pp. 130-131.

aceitou a identidade racial implícita no ato de organizar companhias negras”. A mobilização para a guerra fazia parte de uma antiga tradição de serviço ao Estado por parte de homens de cor – algo que remontava às milícias negras do período colonial –, que as autoridades rapidamente rejeitaram, extinguindo as companhias negras no decorrer do ano de 1866. Assentar praça nessas corporações tinha um significado específico para os homens de cor, pois compartilhavam de uma identidade que os levavam a compor tais companhias em vez de seguir em outros batalhões, o que provocou certo receio das autoridades.²⁵

A partir de meados do século XIX, esse silêncio sobre a cor acabou se tornando a tônica nos documentos históricos brasileiros. Hebe Mattos identificou que, durante este período no Sudeste brasileiro, ex-escravizados, predominantemente não brancos, também adotaram o silêncio sobre sua cor, mas como uma estratégia para conquistar liberdade. Houve um silenciamento da “raça” no discurso público, e as pressões para fazê-lo também nas relações sociais cotidianas. Nesse contexto, tais práticas divergiam dos objetivos ideológicos de “branqueamento” promovidos pelas elites letradas e proprietárias, uma vez que surgiram a partir das vivências próprias dos “de baixo” da estrutura social.²⁶

O repertório jurídico de proibições e restrições na regulamentação de associações negras permaneceu na década de 1870. Em 28 de julho de 1874, as lideranças da Sociedade de Beneficência da Nação Conga “Amiga da Consciência” apresentaram ao Conselho de Estado uma solicitação para a aprovação de seus estatutos. Não é possível ter certeza, mas apesar dos nomes parecidos, tudo indica que essa Nação Conga era diferente da associação do ano de 1861. Nesse requerimento, afirmaram que a instituição foi instalada em 18 de fevereiro de 1872, com o objetivo de “socorrer os desvalidos e enfermos da supradita nacionalidade”, através de socorros em momentos de doença e auxílio no enterro. O principal requisito para ser membro era que o candidato pertencesse “à Nação Conga ou qualquer outra porém africana”, deveria ter bom comportamento, sem processo criminal, com emprego honesto e gozando de perfeita saúde.²⁷

Diante do pedido de “sujeitos políticos tão inusitados”, em 24 de setembro de 1874, o Conselho de Estado, representado por Bernardo de Souza Franco (visconde de Souza Franco), Luís Pedreira do Couto Ferraz (visconde de Bom Retiro) e Cândido José de Araújo Viana (marquês de Sapucaí) foi unânime em rejeitá-lo. O marquês de Sapucaí era o mesmo

²⁵ Kraay, “Os companheiros de Dom Obá”, pp. 123, 140.

²⁶ Hebe M. Mattos, *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil, século XIX*, Rio de Janeiro: Editora da Unicamp, 2013, p. 31.

²⁷ Chalhoub, *Machado de Assis*, pp. 242-243; idem, “Solidariedade e liberdade”, p. 231.

personagem que tinha participado da avaliação do requerimento da Sociedade Beneficente da Nação Conga no ano de 1861. Entre os argumentos, disseram que alguns dos sócios não sabiam escrever, que havia erros nos estatutos e “que intitulando-se da Nação Conga admite sócios de outras procedências africanas, e sem declarar que livres, pode julgar-se com direito a admitir escravos, o que não é permitido pelas leis”.²⁸

Naquele mesmo dia, o Conselho de Estado recebeu também o pedido dos membros da Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor. Essa associação havia sido instalada em 23 de outubro de 1873. Para ingressar na associação era preciso “ter bom procedimento”, “ser maior de 14 anos” e “ser livre, liberto ou mesmo sujeito [isto é, escravo], de cor preta, de um ou outro sexo”. Ou seja, diferente da sociedade “da Nação Conga”, que deixava esse critério subentendido, a Associação dos Homens de Cor foi mais ousada e admitia abertamente pessoas escravizadas. Essa entidade, entre outros objetivos que eram comuns a várias associações da época, buscava promover a compra da liberdade de seus membros que estivessem escravizados. Se a sociedade “da Nação Conga” havia preocupado os conselheiros do imperador, essa “dos Homens de Cor” foi capaz de criar ainda mais tensão para aquelas autoridades, que alegaram mais uma vez o desconhecimento da escrita dos proponentes. Porém, é no final do parecer que os conselheiros demonstraram o que realmente estavam pensando e ainda conclamaram o governo imperial à ação:

Algumas considerações de *ordem pública* também concorrem para que estes Estatutos não sejam aprovados nem autorizada esta Associação de natureza especial.

Os homens de cor, livres, são no Império cidadãos que não formam classe separada, e quando escravos não têm direito a associar-se. A Sociedade especial é pois dispensável, e pode trazer os inconvenientes da criação do antagonismo social e político: dispensável, porque os homens de cor devem ter e de fato têm admissão nas Associações nacionais, como é seu direito e muito convém à harmonia e boas relações entre os Brasileiros.

Pelo que respeita aos escravos, admitidos sob o título especioso de homens sujeitos [sublinhado no original], o Governo o não pode aprovar em vista das leis em vigor.

A tentativa de criação de Associações especiais que nada aconselha, aparece pela primeira vez nesta e na criação da Sociedade Beneficente da Nação Conga Amiga da Consciência, sobre a qual a Seção consulta também hoje com seu parecer.

A sabedoria do Governo Imperial, decidirá, se convém ou não tomar conhecimento reservado, por meio da Polícia, dos indivíduos que as promovem e das circunstâncias que lhes dão causa: talvez unicamente esforços para viverem (sic) à custa dos incautos que se deixam enganar (Grifo meu).²⁹

Semelhante ao que aconteceu em 1861, o Conselho de Estado deixou claro as motivações para a decisão de rejeitar os estatutos daquelas associações, pois os homens de cor,

²⁸ Chalhoub, *Machado de Assis*, pp. 243-244; idem, “Solidariedade e liberdade”, pp. 231-233.

²⁹ Chalhoub, *Machado de Assis*, pp. 244-249; idem, “Solidariedade e liberdade”, pp. 233-236.

na condição de livres, eram cidadãos do Império e não formavam uma “classe separada”. Para eles, a Associação dos Homens de Cor, assim como a da Nação Conga, era “dispensável”, pois poderia “trazer os inconvenientes da criação do antagonismo social e político”. De acordo com Sidney Chalhoub, os conselheiros proibiram a associação de funcionar por conta dos perigos de se reconhecer a existência de clivagens raciais, o que levou aquelas autoridades a evitar que este tipo de identidade se exprimisse em práticas e instituições coletivas. Talvez eles entendessem que homens de cor reunidos numa corporação civil para atender suas demandas, fosse algo perigoso para os patrões, proprietários de terras e senhores de escravos, principalmente pelo contexto de crise do escravismo, sobretudo após a implantação da lei de 28 de setembro de 1871.³⁰

É importante lembrar que a lei de 1871, conhecida como Rio Branco ou Ventre Livre, fazia parte de um conjunto de medidas que visavam gradualmente extinguir a escravidão no Brasil. Entre algumas medidas, essa legislação declarava livres os filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir da sua promulgação. Assim, mesmo que suas mães fossem escravizadas, os filhos nascidos após essa data seriam considerados livres. Além disso, a legislação previa que todo ano seriam libertados um certo número de escravizados em cada província do império através de um fundo de emancipação. Entre as medidas da lei estava também a permissão ao escravo de formar um pecúlio, que estaria sob a segurança do governo. Esta legislação foi alvo de críticas e receio de parte da classe de senhores e proprietários brasileiros, por interferir naquilo que era de âmbito privado na relação do senhor com sua propriedade, o que, na concepção de Chalhoub, pode ter influenciado na forma como as autoridades reagiram também a possibilidade de homens de cor reivindicarem na lei o funcionamento de uma associação negra.³¹

Chalhoub ainda observa o comentário feito pelos conselheiros ao dizerem que as associações de negros no Brasil surgiam “pela primeira vez” na Corte, ignorando completamente a experiência da Nação Conga de 1861. Parecia o comentário de alguém que queria esquecer ou silenciar uma experiência pregressa dos negros numa cultura associativa. De acordo com Chalhoub, “o *interesse* dos conselheiros naquele momento consistia em evidenciar, e exagerar, os perigos inerentes à organização de tais sociedades no período imediatamente posterior ao início da vigência da lei de 28 de setembro de 1871.” (Grifo do autor) O autor segue dizendo que estes “acontecimentos pareciam confirmar os piores receios

³⁰ Chalhoub, *Solidariedade e liberdade*, pp. 232-236.

³¹ *Collecção das Leis do Império do Brasil de 1871*, Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1871, Tomo XXXI, Parte I, pp. 147-151.

daqueles que se opuseram à lei, pois os negros mostravam-se capazes de se articular coletivamente para acionar os novos direitos que a legislação lhes conferia, ou para testar, afinal, as vias institucionais abertas pela nova conjuntura legal e política.”³²

Além disso, esse esquecimento do Conselho de Estado em 1874 revela que provavelmente os membros daquele órgão não sabiam da existência da Sociedade dos Desvalidos na Bahia ou até mesmo da Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora, associação negra instalada em 31 de dezembro de 1872, na cidade de Porto Alegre, capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Possivelmente, pelas relações políticas que a Sociedade dos Desvalidos manteve com as autoridades locais, algo que será mencionado ainda neste capítulo, o presidente da província ao avaliar seus estatutos não levou ao conhecimento dos conselheiros a sua existência. Algo semelhante pode ter acontecido com a Floresta Aurora. Aliás, se os conselheiros soubessem da existência da Sociedade dos Desvalidos e da Floresta Aurora, poderiam também insistir num esquecimento deliberado para reforçar o medo de agrupamentos negros naquele contexto de crise do escravismo, como apontou Sidney Chalhoub. Jamais iriam assumir que o estado imperial em outras oportunidades aprovou a existência de associações civis negras.³³

Se alguns dos membros do Conselho de Estado não toleravam a presença de qualquer critério de inclusão através da cor nos estatutos daquelas associações de trabalhadores, também não admitiam critérios de exclusão. No final do ano de 1869, chegou ao conhecimento do Conselho de Estado, o estatuto da Sociedade Protetora dos Barbeiros e Cabelereiros, fundada na Corte, que buscava socorrer os sócios doentes e garantir ajuda pecuniária às viúvas dos falecidos. Nos critérios de admissão formulados no estatuto, a sociedade propôs o seguinte: “um número indeterminado de sócios sem exclusão de nacionalidades, *exceto a cor preta, mas todos pertencentes à classe.*” Os nossos conhecidos Bernardo de Souza Franco e visconde de

³² Chalhoub, *Machado de Assis*, pp. 248-249; idem, *Solidariedade e liberdade*, p. 236.

³³ Para mais informações sobre a Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora, ver: Fernanda Oliveira da Silva, “As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960)”, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017; Lúcia Regina Brito Pereira, “Cultura e Afro-descendência: organizações negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002)”, Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008; Marisa Schneider Nonnenmacher, *Tudo começou em uma madrugada: Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora (1872-2015)*, Porto Alegre: Medianiz, 2015; Paulo Roberto Staudt Moreira, “Havemos de ser atendidos em nossos direitos, uma vez que servimos para votantes e soldados, não obstante a nossa cor: associativismo negro, direitos e cidadania (a Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora, Porto Alegre, séc. XIX)”, *Revista Mundos do Trabalho*, v. 11 (2019), pp. 1-30; idem, “‘Miguel Archanjo da Cunha já não existe’: O associativismo da Sociedade Beneficente Floresta Aurora e as vicissitudes biográficas de um barbeiro negro, liberal e católico”, *Revista de História Regional*, v. 24, n. 2 (2019), pp. 252-282; Jaime Benedito Alves Núncia, Nereidy Rosa Alves e Giane da Silva Vargas (orgs.), *Floresta Aurora: 150 anos fazendo história*, (Porto Alegre: Libretos, 2022).

Sapucaí, membros do Conselho de Estado, receberam o pedido e recomendaram em parecer que “seria mais conveniente à sociedade que, *sem designar cor*, ela excluísse individualmente na adoção dos sócios o que não lhe convenha. Esta alteração, porém, deve ser deixada ao *prudente arbítrio* da Assembleia Geral dos Sócios.” (Grifo do autor)³⁴

Alguns anos depois, em 1876, na ocasião em que a Sociedade Protetora dos Barbeiros e Cabeleiros elaboraram a reforma do estatuto de 1869, foi mantida a exigência do candidato ser da “classe dos barbeiros e cabeleiros”, ao passo que foi retirado o termo “exceto a cor preta” e acrescentado a seguinte regra: “ser de condição livre e de comportamento irrepreensível”, além de gozar “de seus direitos civis.” De acordo com David Lacerda, os membros da associação talvez tenham “feito essas modificações pensando em adequar-se à conveniência referida pelos conselheiros, ou seja, não excluir sócios pela cor, evitando, desse modo, sofrer sanções que pudessem proibir o seu funcionamento.”³⁵

Além disso, de acordo com Lacerda, a mudança do termo “cor preta” pelo par “condição livre” e “direitos civis”, pode indicar que a sociedade desejava evitar a entrada de pessoas escravizadas em seu quadro de sócios. Provavelmente, no estatuto de 1869, a expressão “cor preta” significava a condição de escravo para os membros da Sociedade dos Barbeiros e Cabeleiros, sendo assim, era uma categoria que expressava os lugares sociais. Por outro lado, Souza Franco e Sapucaí não reconheceram as diferenças sociais pela cor, o que explica a recomendação de retirar o critério de exclusão dos candidatos a sócios. Mais uma vez, o Estado imperial buscava silenciar os critérios raciais, que não poderiam ser utilizados nem para incluir ou mesmo excluir qualquer candidato.³⁶

O mesmo aconteceu com a Sociedade Beneficente dos Artistas de São Cristovão, fundada em 1870 na freguesia de mesmo nome da cidade do Rio de Janeiro. Nos estatutos de 1874 e 1878, a associação proibia a entrada de “indivíduos de cor preta” e os “libertos de qualquer cor”. Além disso, existia a exigência de que o candidato gozasse da condição jurídica de “livre”, fosse “bem morigerado”, de “bons costumes” e não se encontrasse “envolvido em processo criminal”. De acordo com Lacerda, a experiência dessa associação reforçava a recusa desses artífices, artistas, artesãos ou operários em admitir egressos do cativo, mesmo que estes, na condição de libertos, fossem considerados cidadãos no império e, conseqüentemente, aptos a participar da cultura associativa.³⁷

³⁴ Lacerda, “Solidariedades entre ofícios”, p. 126.

³⁵ Lacerda, “Solidariedades entre ofícios”, pp. 126-127.

³⁶ Lacerda, “Solidariedades entre ofícios”, p. 127.

³⁷ Lacerda, “Solidariedades entre ofícios”, p. 128.

Quando o estatuto de 1874 da Sociedade Beneficente dos Artistas de São Cristóvão chegou ao conhecimento dos membros do Conselho de Estado, que à época era constituído pelo marquês de São Vicente, visconde de Souza Franco e o visconde de Bom Retiro – estes dois últimos eram os mesmos que avaliaram os estatutos da Nação Conga e dos Homens de Cor –, não houve qualquer menção àquelas disposições sobre os critérios de exclusão de pretos e libertos do quadro de sócios. No entanto, David Lacerda indica que, alguns anos depois – não é possível saber se o autor está se referindo a 1878 ou 1882 –, estes mesmos critérios de exclusão “causaram arrepio” nos conselheiros Bom Retiro, José Caetano de Andrade Pinto e Martim Francisco Ribeiro de Andrada, o que rendeu uma manifestação em tom veementemente contra estas regras. O trecho consta na sua dissertação e vale cada linha citada aqui:

[...] quanto à objeção principal [...] que a seção se referiu no princípio desta consulta – versa ela sobre as disposições dos §§ 1º e 2º do art. 5º, que proíbem a admissão dos indivíduos de cor preta e dos libertos de qualquer cor [sublinhado no original]. Semelhantes disposições equivalem a *exclusão sumamente odiosa de duas classes de cidadãos*, fundando-se na distinção de cores, contrária à índole de nosso sistema de governo, e de tal modo injustificável, que de nenhuma sorte, subsistindo elas, pode a seção aconselhar a aprovação do projeto. *São tão óbvias essas considerações em que para isso se baseia, que não julga necessário expô-las*, bastando-lhe pedir permissão para reportar-se às já expendidas em mais de uma antiga consulta contra disposições mais ou menos semelhantes de alguns compromissos de irmandades. *As sociedades tem, sem dúvida, o direito pleníssimo de recusar a entrada em seu seio a qualquer indivíduo* – cuja admissão não ache conveniente; mas *a exclusão de classes inteiras por motivo de natureza tão impolítica e ofensiva, tendo por fundamento a cor dos indivíduos, ou de sua liberdade*, não pode jamais ser homologada pelo Governo Imperial [...] muito menos hoje em que *os libertos estão por nossas leis habilitados para terem assento na representação nacional*, e ocuparem cargos públicos dos mais elevados. Se portanto a sociedade insistir na conservação dos parágrafos citados – não pode ser aprovado o projeto de estatutos de que se trata [...] (Grifo do autor).³⁸

Para Ronaldo Pereira de Jesus há três fatores em conjunto que influenciaram a Sociedade dos Barbeiros e Cabeleireiros e a Sociedade dos Artistas de São Cristóvão na elaboração de estatutos com critérios restritivos para a admissão de “indivíduos de cor preta”. Primeiro, estas associações estariam se adequando a legislação imperial que excluía as pessoas escravizadas de qualquer vínculo associativo. Portanto, como afirmou Lacerda, “preto” poderia ser uma indicação da condição social de escravizado e os membros dessas associações estavam tentando afastar pessoas escravizadas de seu quadro de sócios. O segundo fator indicado por Ronaldo de Jesus, diz respeito ao fato de que esses critérios de exclusão revelam uma sintonia entre as lideranças dessas associações com alguma parte da elite brasileira portadora do ideal de “branqueamento”, componente importante na política de imigração, que surgiu para a

³⁸ Lacerda, “Solidariedades entre ofícios”, p. 128.

resolução dos problemas de abastecimento de mão de obra após o final do tráfico de escravizados no Brasil. Por fim, esse repúdio legal aos “pretos” representava entre as categorias de artesãos, artífices, artistas e operários qualificados, nacionais e estrangeiros, suas inseguranças diante da escassez de oportunidades de trabalho num contexto de crescente oferta de mão de obra livre, com o fim da escravidão.³⁹

Os casos apresentados até aqui, mostram que os conselheiros mobilizaram todo o repertório jurídico para proibir a instalação de associações negras na Corte, mas também censurando qualquer instituição que mobilizasse o elemento racial como forma de exclusão nessas associações. De um lado ou outro, estas autoridades queriam evitar evidenciar a legitimação da identidade racial através dos órgãos oficiais do Estado imperial brasileiro. De acordo com Wlamyra Albuquerque, a “dissimulação e o engenho de não evidenciar os significados raciais que encobriam decisões políticas era o grande mérito da boa sociedade que compunha o Conselho de Estado, principalmente diante do acirramento da rivalidade entre negros e brancos nos Estados Unidos e da quebra de legitimidade do escravismo no Brasil.” Albuquerque observou que as ações do Estado estavam pautadas pela racialização em relação aos homens de cor. Como a autora destaca, havia uma preocupação com a “preponderância da raça africana no Brasil”, algo que ganhou contornos mais amplos em relação aos negros de um modo geral. As autoridades brasileiras se orgulhavam da forma engenhosa com que conduziam o país sem criar rivalidades, ao dissimular qualquer tipo de menção às relações raciais.⁴⁰

Portanto, ao observar o cenário acerca da política racial no Brasil de meados do século XIX, principalmente os argumentos mobilizados pelos conselheiros de Estado para proibir o funcionamento das associações negras e censurar qualquer menção à inclusão ou exclusão por critérios raciais, me pergunto o que fez com que a Sociedade dos Desvalidos tenha obtido êxito na aprovação em 1861 e nas reformas de seus estatutos nos anos posteriores, apesar de ter acionado o critério racial, como fez suas congêneres na Corte imperial. De acordo com Chalhoub, os conselheiros deixaram evidente uma “política do silêncio”, baseada em três aspectos principais: a possibilidade de pessoas escravizadas serem admitidas nas associações; a autorização de associações que definiam a filiação em termos de origem africana e/ou através da cor/raça; além da ausência do domínio da leitura e escrita entre os proponentes das

³⁹ Ronaldo Pereira de Jesus, *Visões da monarquia: escravos, operários e abolicionismo na Corte*, Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 112-113.

⁴⁰ Wlamyra Ribeiro de Albuquerque, *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 65, 77.

associações. Deste modo, o que explicaria a existência da Sociedade dos Desvalidos como associação explicitamente preta num contexto de reprovação a qualquer mobilização racial?⁴¹

Estratégias, manobras e negociações

A primeira observação a ser feita sobre a situação legal da Sociedade dos Desvalidos diz respeito a algo de ordem burocrática e administrativa, sobretudo política. Quando os pedidos de aprovação dos estatutos eram feitos nas províncias, quem avaliava e deliberava sobre as solicitações era o presidente da província. No entanto, de acordo com o decreto 2.711, após avaliação, o presidente da província deveria encaminhar os requerimentos examinados para a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda que, em seguida, os deixaria a cargo dos referidos ministérios para que estes cuidassem de submetê-los aos conselheiros de Estado. Ou seja, tudo indica que os pedidos de aprovação dos estatutos das associações, independentemente de onde fossem solicitados, deveriam cair nas mãos dos conselheiros de Estado.⁴²

Na lei era assim que o procedimento funcionava. No entanto, ao consultar a documentação, em nenhum momento é mencionada a participação do Conselho de Estado nos trâmites de aprovação dos estatutos da Sociedade dos Desvalidos, em 1861. É possível que esse pedido tenha sido analisado exclusivamente pelo presidente da província da Bahia, Antônio da Costa Pinto, e seus funcionários, que aprovaram os estatutos sem quaisquer ressalvas. Deste modo, as relações políticas que os membros da Sociedade dos Desvalidos mantinham com as autoridades locais podem ter facilitado a aprovação sem qualquer tipo de censura, ressalva ou questionamento sobre a condição racial, principalmente por conta da distância entre a província da Bahia e a Corte no Rio de Janeiro. As próprias autoridades locais podem ter optado por não encaminhar o caso ao Conselho de Estado, por conhecerem bem os integrantes dessa associação.

Vale lembrar, e isso ficou evidente no primeiro capítulo desta tese, que os membros da Irmandade e da Sociedade dos Desvalidos, sobretudo suas lideranças, aqueles que ocupavam os cargos administrativos, foram hábeis articuladores políticos, principalmente ao adotarem, a partir de 1851, uma preciosa – mas não tão nova – ferramenta de negociação: a categoria do *sócio protetor*. Além dos sócios efetivos matriculados, que seriam homens de cor, a instituição contaria com a presença dos protetores, formados em sua maioria por homens brancos,

⁴¹ Chalhoub, “The Politics of Silence”, pp. 74-76

⁴² Lacerda, “Solidariedade entre ofícios”, pp. 28-29.

poderosos e ricos, algo que outras associações da Bahia também adotaram, com nomeações diferentes. De acordo com o artigo 8º do estatuto de 1874, o mais antigo que tive acesso, os sócios protetores eram “todas aquelas pessoas que por seu coração benfazejo, segundo suas altas representações, queiram voluntariamente proteger a esta Sociedade.” Portanto, caso necessitassem, os membros da Sociedade dos Desvalidos poderiam recorrer a esses homens como aliados.⁴³

Não existia nenhuma novidade na prática de constituir protetores. Embora a Irmandade dos Desvalidos não tenha institucionalizado essa categoria, essa ferramenta de negociação era uma herança da cultura associativa confraternal, o que demonstra mais uma vez como que a cultura política associativista negra, através da Sociedade Amparo dos Desvalidos, herdou algo próprio das confrarias católicas. É possível encontrar esse tipo de protetor em confrarias da primeira metade do século XIX, como a Irmandade do Rosário da freguesia de São Bartolomeu, na vila de Maragogipe, Recôncavo Baiano, além da Irmandade do Rosário dos Pretos das Portas do Carmo, em Salvador, e a Irmandade de São José do Ribamar no Recife.⁴⁴

A relação com os protetores fazia parte de algo comum na sociedade brasileira, que estava estruturada em torno de redes de patronagem e clientelismo. Para superar as barreiras de discriminação e preconceito, os homens de cor, prósperos e os mais pobres, dependiam, ainda mais que os brancos, da figura clássica do patrono poderoso. A depender das circunstâncias, esses vínculos se revelavam mais eficazes na manutenção da ordem política e racial do que a força militar. Esse tipo de relação atrelava homens de cor talentosos a protetores brancos, ao mesmo tempo em que sufocava alternativas políticas radicais, o que interessava as autoridades do Império. De todo modo, ambas as partes se beneficiavam dessa dinâmica de poder.⁴⁵

Portanto, sabendo da importância das autoridades baianas, entre janeiro de 1851 até março de 1896, a Sociedade dos Desvalidos aprovou 123 sócios protetores, que incluíam clérigos, conselheiros do imperador, desembargadores, juízes, subdelegados, oficiais militares,

⁴³ Sobre as relações políticas, clientelistas ou de patronagem dos membros da Sociedade dos Desvalidos, ver: Campos, “Sociedade Protetora dos Desvalidos”, pp. 39-65; idem, “O jogo político das lideranças do associativismo negro: alianças, conflitos e redes de proteção em Salvador na segunda metade do século XIX”, *Revista Ágora*, v. 31, n. 2 (2020), pp. 1-18. Emerson Carmo sinaliza que o sócio protetor José Vieira de Faria Rocha, que também era Desembargador Procurador da Coroa, Soberania e Fazenda Nacional, foi o responsável pelo parecer favorável na orientação do presidente da província da Bahia para a aprovação da reforma do estatuto de 1874 da SPD. Sobre este aspecto, ver: Emerson Cláudio Cordeiro do Carmo, “Memória e associativismo mutualista em Salvador: um estudo centrado na Sociedade Protetora dos Desvalidos”, Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2019, p. 52.

⁴⁴ João José Reis, “Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão”, *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3 (1996), pp. 12-13; Mac Cord, *Artífices da cidadania*, p. 58.

⁴⁵ Sobre o paternalismo, clientelismo e as práticas de patronagem no Brasil, ver: Graham, *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*; Carvalho, *Teatro de sombras*, pp. 139-170; George Reid Andrews, *América Afro-Latina, 1800-2000*, São Carlos: EdUFSar, 2014, p. 145.

presidentes de província, chefes de polícia, deputados provinciais e outros. Entre eles estavam figuras que haviam assumido o cargo máximo da província da Bahia, alguns em diversas oportunidades, como Francisco Gonçalves Martins (Barão de São Lourenço), João Maurício Wanderley (Barão de Cotegipe), Álvaro Tibério de Moncorvo e Lima, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, Herculano Ferreira Pena, Francisco Xavier Paes Barreto e Antônio da Costa Pinto. Deste modo, a Sociedade dos Desvalidos estava cercada de patronos poderosos que podem ter facilitado os trâmites de aprovação e das reformas dos estatutos na segunda metade do século XIX.⁴⁶

Durante o processo de aprovação do estatuto de 1862, os membros da então Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais de Recife, visando superar um obstáculo legal relacionado à personalidade jurídica da associação, também recorreram às suas redes clientelistas. Segundo Marcelo Mac Cord, a Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais encontrou apoio significativo de aliados políticos para assegurar, mesmo não sendo permitido por lei, a continuidade simultânea das aulas e dos socorros mútuos na instituição. A admissão como sócio honorário exigia que o indivíduo possuísse notável talento literário, gozasse de indiscutível prestígio social ou houvesse prestado serviços relevantes à associação em algum momento de sua vida. Mac Cord enfatiza que todos que assumiram esse lugar de sócio honorário tinham influência política capaz de persuadir o Estado a flexibilizar a aplicação da lei nº 1.083 e do decreto nº 2.711. Provavelmente, os políticos baianos também tinham essa mesma capacidade, e pelos elementos que irei apresentar aqui, nada impede que tenham beneficiado os membros da Sociedade Amparo dos Desvalidos.⁴⁷

Além da articulação com os protetores, os membros da Sociedade dos Desvalidos, sobretudo aqueles que pertenciam a uma nova geração de sócios da década de 1860, assumiram o compromisso com a ordem e legalidade. Isso fica evidente, por exemplo, numa fala atribuída ao sócio Antônio Bracete em 1864, durante uma das reuniões da associação. Na ocasião de um conflito entre duas facções no interior da Sociedade dos Desvalidos, Bracete disse que aquela associação durante seus dez primeiros anos como instituição civil, estava entregue aos cuidados de “meia dúzia de homens inexperientes, decrépitos e até analfabetos”, que administravam a associação como bem queriam. Acrescentou que graças ao decreto de 1860, que proporcionou através do governo a aprovação do estatuto da associação, já não era “aquela Sociedade decrépita e sim a *Sociedade Protetora dos Desvalidos* que socorre as viúvas e ampara seus

⁴⁶ ASPD, Livro de Termos dos Sócios Protetores (1851-1883); ASPD, Livro de Termos dos Sócios Protetores (1883-1920).

⁴⁷ Mac Cord, *Artífices da cidadania*, pp. 185, 187.

órfãos”. Concluiu sua fala ao destacar que seu grupo foi responsável por ter “acabado com tudo quanto era de mau”, além de ter “acabado com este desleixo”, que era “arma mais miserável que há no mundo”. (Grifo meu)⁴⁸

Esta é uma fala bastante reveladora da percepção que os sócios daquele início dos anos de 1860 – ou pelo menos parte deles – tinham sobre os seus antecessores, que eram exatamente aqueles que assumiram o comando da associação após as disputas jurídicas em torno do cofre narradas no capítulo anterior, ou pelo menos os herdeiros daquele grupo. Além disso, a fala atribuída a Bracete revela a leitura que aqueles gestores tinham acerca do processo de regulamentação das associações. Aquelas figuras estavam buscando se inserir na ordem imperial, ao assumir um compromisso com a legalidade. Eles sabiam exatamente que a sobrevivência daquela instituição dependia do seu funcionamento conforme a lei.

Ao depreciar os opositores em sua fala, Bracete tinha o objetivo de sensibilizar os sócios e os políticos locais para o engajamento de seu grupo na liderança da Sociedade dos Desvalidos, através do reconhecimento de suas capacidades de comando. Buscou diferenciar seus aliados de um tipo de indivíduo que era indesejado pelas autoridades, como os vadios, desordeiros, ociosos, analfabetos, ou seja, todos aqueles que representavam as chamadas “classes perigosas”. Construiu assim uma imagem alinhada com o ideal de uma liderança moralizada, instruída, qualificada em seu ofício, disciplinada e apurada com as leis de controle do Estado, ou seja, capaz de exercer sua cidadania política.

Outro aspecto daquela fala atribuída a Antônio Bracete que deve ser notado é a diferença de denominação em que ele se refere à Sociedade dos Desvalidos. Me parece que é a primeira vez que eles utilizam o nome “Protetora” em uma ata da sessão do conselho administrativo ou da assembleia geral. Se essa informação for verdadeira, pode ter sido uma estratégia de renovação da associação, ao finalmente assumirem o nome que ficou registrado até hoje na história da instituição. Essa mudança também pode ser notada no *Livro de termos dos sócios efetivos*, entre o registro de Feliciano Amaro Barata, datado de 5 de fevereiro de 1865, e Amâncio Benedito dos Passos, em 5 de março do mesmo ano. Nesse intervalo de um mês houve a mudança na nomenclatura da associação. Essa pode ter sido uma estratégia de distanciamento com os antigos sócios e os velhos tempos da associação, demonstrando uma espécie de renovação, assim como foi realizada quando houve o racha de 1848 na Irmandade dos Desvalidos, que estimulou os dissidentes a instalarem uma nova associação.⁴⁹

⁴⁸ Campos, “Sociedade Protetora dos Desvalidos”, p. 45.

⁴⁹ ASPD, Livro de termos de entrada de sócios (1861), ff. 39-40.

Deste modo, além do aspecto político, burocrático e legalista nos trâmites de regulamentação e reforma dos estatutos, acredito que, independentemente de os pedidos da Sociedade dos Desvalidos terem chegado ou não ao Conselho de Estado, é provável que os membros da associação tenham conseguido a aprovação e reforma de seus estatutos por terem compreendido e se alinhado às expectativas das autoridades da época, que exerciam poder local. Desde sua fundação em 1851, a Sociedade dos Desvalidos construiu uma imagem de respeitabilidade, estabelecendo critérios rigorosos – alguns explícitos e outros implícitos – para a admissão de sócios. Os candidatos deviam ser brasileiros, livres, possuir algum domínio da leitura e escrita, exercer uma profissão especializada e apresentar bom comportamento. Dessa forma, os membros atendiam às expectativas de autoridades graúdas como os conselheiros do Estado, que rejeitavam organizações negras que não se conformassem aos seus parâmetros, assim como das autoridades locais que estabeleciam a posição paternalista de protetores de homens dispostos a cultivar “bons costumes”. Ao adotar critérios tão rigorosos, os membros da SPD também transformaram a associação em “agência de prestígio”, como chamou Júlio Braga, um espaço que funcionava como indicador de *status social* para seus associados.⁵⁰

Esses critérios rigorosos na admissão de candidatos também foram identificados pelo historiador David Lacerda, ao analisar processos de avaliação de estatutos de sociedades de ajuda mútua enviados ao Conselho de Estado durante os anos de 1860 a 1882. Lacerda identificou “estigmas” ou “estereótipos sociais” na linguagem daquelas associações, como “ser morigerado”, “ter boa saúde”, “ser livre”, sem “vícios”, ocupação “honesta” e sem “maus costumes”. Existia um “sócio desejável”, construído a partir de um “tipo ideal”. Deveria ser um associado que evitasse a embriaguez, o ócio, a pobreza, mendicância, vadiagem entre outros, ao se distinguir assim das chamadas “classes perigosas”, “pobres” e “viciosas”, que ameaçavam a ordem pública. Além, é óbvio, do distanciamento de qualquer relação do trabalho manual com o exercício laboral dos cativos. O historiador Marcel van der Linden vai chamar esse processo de *policy of exclusion*, em que determinados grupos são excluídos, com o objetivo de manter a saúde financeira das associações, bem como os valores de honra e sociabilidade, através de fronteiras sociais.⁵¹

⁵⁰ Trato deste debate sobre os critérios de admissão na SPD em minha dissertação. Para mais informações, ver: Campos, “Sociedade Protetora dos Desvalidos”, pp. 66-87. Sobre a leitura da SPD como uma “agência de prestígio”, ver: Braga, *Sociedade Protetora dos Desvalidos*, p. 56.

⁵¹ Lacerda, “Solidariedade entre ofícios”, pp. 50, 107-130; Marcel van der Linden, *Social Security Mutualism: the comparative History of Mutual Benefit Societies*, Bern: Peter Lang, 1996, p. 27; Mac Cord, *Artífices da cidadania*, pp. 37-38.

Os critérios estabelecidos para admissão de novos sócios na Sociedade dos Desvalidos estavam registrados no estatuto de 1874, o mais antigo disponível. Em seu artigo 1º era dito que poderiam ser admitidos como sócios efetivos “todos os cidadãos brasileiros de cor preta, que esteja (sic) no caso de o ser, que tenham um meio lícito de onde tirem um lucro suficiente para sua subsistência e que sejam de idade nunca menor de 18 anos, nem maior de 50, e cuja conduta seja regular.” No artigo 4º dizia ainda que o candidato deveria “dirigir, por intermédio do 1º Secretário, um requerimento ao conselho, para ser entregue na primeira sessão; o requerimento do candidato deverá conter e declarar sua arte ou ocupação, naturalidade, estado, residência, idade e número de filhos.” No artigo seguinte, era dito que o requerimento “será entregue pelo 1º Secretário ao presidente, para o conselho dar seu voto em cédulas fechadas, sem assinatura, a respeito da boa ou má conduta do candidato.” Por fim, nos artigos 6º e 7ª era mencionado que só seriam “admitidos por sócios aqueles candidatos que forem aprovados pela maioria de votos”, que cumprissem com o pagamento das suas entradas, assinassem o termo de sua admissão e prestassem juramento.⁵²

Alguns desses critérios solicitados pelo estatuto eram tão importantes que, em 4 de maio de 1853, a diretoria da Sociedade Amparo dos Desvalidos exigiu do candidato Manoel Pereira do Lago a indicação no requerimento de inscrição, conforme estatuto, de sua ocupação, estado civil, idade e número de filhos, pois o aspirante a sócio havia esquecido de indicar esses dados. Manoel chegou a sinalizar as informações solicitadas, informando que tinha 50 anos de idade, casado, com 2 filhos e ocupava a profissão de pedreiro, mas a documentação não apresentou qualquer confirmação de sua aprovação. Acredito que a idade avançada do candidato tenha pesado na avaliação da diretoria da associação.⁵³

Portanto, com base no levantamento de 332 requerimentos de inscrição analisados por Tânia Lobo e Klebson Oliveira, entre os anos de 1848 e 1895, observou-se que a maioria dos aprovados eram brasileiros, predominantemente nascidos em Salvador. Esses indivíduos tinham entre 20 e 49 anos, faixa etária considerada produtiva para o trabalho e compatível com a expectativa de vida na Salvador do século XIX, que girava em torno de 40 anos. Esse fator influenciava diretamente na sustentabilidade financeira da associação. Muitos se autodeclararam ou foram identificados como “pretos”. No que diz respeito ao estado civil e à

⁵² Campos, “Sociedade Protetora dos Desvalidos”, pp. 99-100.

⁵³ ASPD, Livro de registro de pagamento dos sócios (1848), nº 48. De acordo com Klebson Oliveira, Manoel Pereira do Lago foi aprovado como sócio efetivo, mas não encontrei qualquer confirmação de sua presença na Sociedade dos Desvalidos. Para mais informações, ver: Oliveira, “Negros e escrita no Brasil do século XIX”, pp. 147-148.

descendência, a maioria era solteira e tinha poucos filhos. Além disso, os candidatos geralmente exerciam profissões manuais especializadas.⁵⁴

Como indiquei antes, no que diz respeito à ocupação, a maioria dos candidatos era formada por pedreiros, carapinas, alfaiates e marceneiros. Abaixo deles, estavam os sapateiros, carpinteiros, ferreiros, professores, barbeiros, funileiros, artistas, cabeleireiros, charuteiros, torneiros e outros. Esses trabalhadores especializados em um ofício, também conhecidos como artistas, artífices ou artesãos, constituíam a camada com melhor remuneração, altamente qualificada e com níveis mais elevados de escolaridade no mundo do trabalho urbano da Salvador oitocentista. Muitos deles eram proprietários de suas próprias ferramentas e oficinas, conferindo-lhes uma parcela de autonomia e independência considerável. Essa autonomia resultava em salários ou rendimentos superiores, melhores condições de vida e uma capacidade de negociação mais robusta com os empregadores. Sua mão de obra qualificada tornava-os essenciais, impossibilitando os empregadores de substituí-los de maneira rápida e eficaz. Além disso, essas características também os capacitavam para participar ativamente na esfera política, como eleitores, e até mesmo como candidatos a cargos eletivos.⁵⁵

Na segunda metade do século XIX, principalmente após o fim do tráfico de africanos escravizados em 1850 e a subsequente reconfiguração da estrutura econômica na Bahia, observa-se a significativa reavaliação social do trabalho e do trabalhador. Por sua vez, o incremento do tráfico interprovincial impactou o mercado de trabalho e pode ter resultado em melhores condições de negociação para os homens de cor livres das cidades. A concepção anterior, que estigmatizava as atividades manuais como ocupações destinadas a indivíduos considerados socialmente inferiores, foi substituída pelo crescente reconhecimento das habilidades manuais, que passaram a ser enaltecidas. Deste modo, o trabalho, principalmente aquele especializado, acabou se tornando fator de distinção social, ao fomentar valores como orgulho, dignidade, inteligência e precisão, sendo o passaporte para muitos homens de cor obterem o reconhecimento de seus “talentos e virtudes”, para usar uma expressão da Constituição de 1824.⁵⁶

⁵⁴ Tânia Lobo e Klebson Oliveira, “Os afro-brasileiros da Sociedade Protetora dos Desvalidos” in Charlotte Galves e Tânia Lobo (orgs.), *O português escrito por afro-brasileiros no século XIX: as atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos*, (Salvador: EDUFBA, 2019), pp. 23-24, 50. Sobre a expectativa de vida na Salvador do século XIX, ver: Kátia Jane Chaves Bernardo, “Envelhecer em Salvador: uma página da história (1850-1900)”, Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010, pp. 70, 207.

⁵⁵ Lobo e Oliveira, “Os afro-brasileiros da Sociedade Protetora dos Desvalidos”, pp. 36-38; Aldrin A. S. Castellucci, “Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930)”, *Afro-Ásia*, n. 41 (2010), p. 94; idem, *Trabalhadores e política no Brasil*, p. 91.

⁵⁶ Mac Cord, *Artífices da cidadania*, pp. 29, 157-158, 160, 177, 206; Andrews, *América Afro-Latina*, p. 143; Humberto Santos de Andrade, “Gráficos e Mutualismo: a trajetória da Associação Tipográfica Baiana (Salvador,

Além disso, ao admitir candidatos com profissões estabelecidas, os membros da Sociedade dos Desvalidos estavam deixando de aprovar aqueles que não tinham qualquer ocupação, o que demonstra que eles possivelmente apresentavam interesse em distanciar-se de qualquer comportamento associado à vadiagem, ociosidade ou desordem. Desde a independência do Brasil, o controle sobre os pobres, ociosos, vadios e desordeiros se tornou palavra de ordem entre as autoridades imperiais. Estes indivíduos eram categorizados como “classes perigosas”, sendo os negros os suspeitos preferenciais. Com o avançar do século XIX, e o conseqüente aumento no número de trabalhadores livres e libertos, principalmente os pretos considerados vadios, como os capoeiras, impôs-se no Rio de Janeiro, por exemplo, a exigência de assinarem "termos de bem viver". Ao fazê-lo, comprometiam-se a buscar emprego; do contrário, sua prisão era justificada perante a lei. Portanto, as autoridades imperiais sabiam que proteger associações do tipo da Sociedade dos Desvalidos era uma forma de também se proteger, principalmente diante de um imaginário de medo que existia entre a classe dirigente em relação aos negros, sobretudo os nascidos na África.⁵⁷

Na *América Afro-Latina* do século XIX, as autoridades também identificaram nas associações um instrumento eficaz para o controle da ordem pública. No Peru, por exemplo, recorreram às associações de artesãos como meio de disciplinar e monitorar a plebe de pele escura, vista como desordeira e potencialmente ameaçadora. De maneira semelhante, em Buenos Aires, na Argentina, a legislação exigia que as sociedades nacionais africanas notificassem a polícia sobre qualquer atividade criminosa entre seus membros. Contudo, as associações afro-argentinas frequentemente ignoraram essa supervisão policial, reportando apenas um caso de crime entre 1820 e 1870 e, na maior parte do tempo, operando sem interferências das autoridades.⁵⁸

Em minha dissertação de mestrado, identifiquei em diversos requerimentos de inscrição essa preocupação na aprovação de sócios que apresentassem bom comportamento. Muitos desses indivíduos, quando não eram conhecidos, passavam por uma pesquisa feita entre os membros da SPD. Em alguns casos, eram solicitados atestados escritos de subdelegados ou de

final do século XIX e início do século XX)", Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014, p. 46; idem, "Mutualismo e Imprensa: o processo de fundação da mutual dos tipógrafos e a Revista da Associação Tipográfica Baiana", *Revista Escripturas*, v. 3, n. 1 (2019), pp. 107-108.

⁵⁷ Célia M. Marinho de Azevedo, *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites*, Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987; Sidney Chalhoub, *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 20-29; Carlos Eugênio Líbano Soares, *A negregada instituição: os capoeiras na Corte imperial*, Rio de Janeiro: Access, 1999, pp. 275-283; Walter Fraga Filho, *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*, São Paulo/Salvador: Hucitec/EDUFBA, 1996, pp. 75-97;

⁵⁸ Andrews, *América Afro-Latina*, pp. 134-135.

mestres de ofícios que comprovassem sua boa conduta moral. Era comum no parecer escrito dos candidatos aprovados, as seguintes observações: "muito trabalhador"; "muito bom comportado"; "bom chefe de família"; "morigerado"; "tem estabelecimento de sua arte própria"; "agenciando o meio de vida para si e sua família"; sem "maus costumes"; "bom cidadão morigerado para o público"; "amigo de quase todos os sócios desta digna associação"; "comportamento digno de louvor".⁵⁹

É importante lembrar também que estes trabalhadores especializados que ingressaram na SPD dominavam minimamente a leitura e a escrita, critério observado pelos avaliadores do Conselho de Estado em relação às associações negras da Corte. O acesso ao letramento no Brasil do século XIX era bastante restrito. De acordo com o primeiro recenseamento nacional brasileiro, realizado em 1872, apenas 15,75% da população do país – incluindo os escravizados – se dizia alfabetizada, enquanto na província da Bahia, 37% dos habitantes da capital eram alfabetizados. Segundo Kátia Mattoso, este número pode ter sido exagerado, por ter considerado aqueles que apenas assinavam o próprio nome. A freguesia de Santana em Salvador, por exemplo, tinha menos habitantes com acesso à leitura e escrita, principalmente por conta da grande quantidade de pessoas de cor como moradores. Apesar dessa situação, alguns negros livres e libertos conseguiram acessar o universo das letras, através de escolas públicas que funcionavam nas casas dos professores e professoras.⁶⁰

Muitos membros da Sociedade dos Desvalidos não estavam alheios à importância que o acesso à leitura e a escrita tinha naquela época. Todos os registros, atas, ofícios, pedidos de inscrição e outros documentos eram escritos e assinados pelos membros. Se não eram todos, a maioria dos sócios tinha acesso à leitura e a escrita. Esses associados estavam no seletivo grupo de cidadãos do império brasileiro que podiam ler e escrever. Era essencial para os membros da Sociedade dos Desvalidos, formados majoritariamente por trabalhadores de ofício, que tinham certa autonomia no mercado de trabalho, dominarem a leitura e a escrita. Além disso, os

⁵⁹ Campos, "Sociedade Protetora dos Desvalidos", pp. 76-78.

⁶⁰ Katia M. de Q. Mattoso, *Bahia, século XIX: uma província no Império*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 201; Oliveira, "Negros e escrita no Brasil do século XIX", pp. 33-51, 69-78; Lisa Earl Castillo, "O terreiro do Alaketu e seus fundadores: história e genealogia familiar, 1807-1867", *Afro-Ásia*, nº 43 (2011), pp. 226-227; Isadora Moura Mota, "'Eu indo com ela pra lá, ela não volta mais pra cá': letramento, emancipação e as experiências de africanos entre Brasil e África" in Marcelo Mac Cord, Carlos Eduardo Moreira de Araújo e Flávio dos Santos Gomes (orgs.), *Rascunhos cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista*, (Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017), p. 113. Para uma discussão sobre educação no século XIX no Brasil e na Bahia, entre outros estudos, ver: Alessandra F. M. Shueler, "Educar e Instruir: A Instrução popular na corte Imperial – 1870 a 1889", Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997; Ione Celeste Jesus de Souza, *Escolas ao Povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890*, Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006; Jucimar Cerqueira, *A febre da ocasião: escolarização noturna com trabalhadores livres, libertos e escravizados na Bahia (1870-1889)*, Aracajú: EDUFS, 2023.

membros da Sociedade dos Desvalidos apresentaram preocupação com o incentivo e o acompanhamento da educação dos órfãos, principalmente ao destinar uma verba do rendimento da bolsa de caridade e das multas para este intento.⁶¹

Deste modo, o letramento certamente garantiu a eles a credibilidade que as autoridades esperavam de uma associação no século XIX. Quando parte daquelas autoridades alegaram a inabilidade com as letras por parte dos proponentes das associações negras da Corte, mostraram que compartilhavam de uma noção, então amplamente difundida entre as elites brasileiras, de que a alfabetização era uma habilidade necessária para o exercício de direitos civis e participação na vida política. Afinal, uma associação como a SPD envolvia pessoas que deliberadamente entravam em uma relação contratual, segundo a qual adquiriam novos direitos e obrigações. Da mesma forma, o aperfeiçoamento do sistema eleitoral supostamente dependia da iluminação dos eleitores, a ser alcançada por meio de uma educação adequada.⁶²

Tão importantes como os dados de profissão e letramento para entender a regulamentação e as reformas dos estatutos da Sociedade dos Desvalidos, são as informações da declaração da cor nos requerimentos de inscrição durante a segunda metade do século XIX. Não sabemos exatamente quem atribuía aquela cor, se eram os candidatos quando redigiam o pedido ou se algum membro da Mesa administrativa da Sociedade dos Desvalidos induzia o aspirante a sócio a registrar a cor por eles sugerida. De qualquer sorte, nas primeiras décadas de existência da Sociedade dos Desvalidos, a maioria se identificava como “crioulo”, o que mudou a partir de 1874, quando os candidatos passaram a declarar a “cor preta”.⁶³

Acredito que até 1874, os membros da Sociedade dos Desvalidos assumiram a (auto)declaração de “crioulos” com o objetivo de distanciar-se de qualquer relação com os africanos. É consenso na historiografia que o termo “crioulo” era utilizado para distinguir as pessoas de cor preta (não incluía os mestiços) nascidas no Brasil em relação aos africanos. Neste sentido, a presença da indicação de “crioulo” entre a maioria dos candidatos a sócios demonstra que os membros da Sociedade dos Desvalidos, além de buscarem construir a imagem de artesãos, artífices ou artistas especializados em algum ofício, expressaram a ideia de que eram trabalhadores nacionais e de cor. Para reforçar este argumento, da amostra utilizada por Lobo e Oliveira, referente a segunda metade do século XIX, 242 candidatos declararam ser de origem “brasileira” (72.9%), enquanto 28 se identificaram como “cidadão brasileiro” (8.4%) e 62 não

⁶¹ Campos, “Sociedade Protetora dos Desvalidos”, pp. 33-38, 75.

⁶² Chalhoub, “The Politics of Silence”, pp. 75-76.

⁶³ Leite, “Mutualistas, graças a Deus”, pp. 218-223; Campos, “Sociedade Protetora dos Desvalidos”, p. 71.

declararam sua origem (18.7%). Além disso, a maioria dos candidatos aprovados declararam ser naturais de Salvador ou da Bahia, o que reforça a origem daqueles indivíduos.⁶⁴

Apesar de Lobo e Oliveira, assim como Pierre Verger e Júlio Braga, considerarem a possibilidade da presença de africanos no quadro de sócios da Irmandade e da Sociedade dos Desvalidos, eu a considero remota. Houve uma movimentação por parte dos sócios de afastarem os africanos, mesmo libertos, algo que foi amplamente discutido por Douglas Leite em sua tese de doutorado. Desde o dia 29 de março de 1835, alguns anos após a fundação da confraria, os membros não hesitaram em registrar em ata uma autodeclaração, em que se consideravam “crioulos livres de cores pretas, nascidos no Império do Brasil”. Na concepção daqueles irmãos fundadores, o grupo era formado exclusivamente por homens livres de cor preta, que gozavam da condição de cidadãos brasileiros; ou seja, havia três demarcações de pertencimento: a nacional, a racial e a condição de livre.⁶⁵

Não se deve desconsiderar que cerca de dois meses antes da redação da ata de 29 de março de 1835, com a autodeclaração daqueles irmãos, a província da Bahia presenciava uma das maiores revoltas escravas da América urbana, a Revolta dos Malês. Na madrugada do dia 25 de janeiro de 1835, se rebelou um grupo de africanos escravizados e libertos, principalmente nagôs islamizados. Este episódio influenciou a gerência da escravidão, modificando a forma como as autoridades iriam lidar com os africanos, inclusive em outras províncias. Diferente do que apontou Klebson Oliveira, de que os membros da Irmandade dos Desvalidos dissimularam sua condição de africanos e até mesmo de muçulmanos para sobreviverem, acredito que a revolta pode ter influenciado na postura dos irmãos da Irmandade dos Desvalidos de reiterar a condição do grupo formado por homens de cor preta, livres e brasileiros. Deste modo, a rebeldia malê não teria abrigo entre eles, principalmente pelo fato de que a estratégia de construir uma imagem ordeira e alinhada com as expectativas das autoridades vai ser o caminho adotado pela Irmandade e a Sociedade dos Desvalidos durante todo o século XIX.⁶⁶

⁶⁴ João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*, São Paulo: Companhia das Letras, 2003; idem, *Domíngos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*, São Paulo: Companhia das Letras, 2008; idem, *Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia*, São Paulo: Companhia das Letras, 2019; Silvia Hunold Lara, *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*, São Paulo: Companhia das Letras, 2007; Lobo e Oliveira, “Os afro-brasileiros da Sociedade Protetora dos Desvalidos”, pp. 28-31.

⁶⁵ ASPD, Livro de Termos (1832-1847), f. 18; Pierre Verger, *Do tráfico de escravos entre o golfo de Benim e a Bahia de Todos-os-Santos, do século XVII ao XIX*, São Paulo: Companhia das Letras, 2021, pp. 603-604; Braga, *Sociedade Protetora dos Desvalidos*; Leite, “Mutualistas, graças a Deus”.

⁶⁶ Oliveira, “Negros e escrita no Brasil do século XIX”, pp. 154-167. Sobre a Revolta dos Malês, ver: Reis, *Rebelião escrava no Brasil*.

Uma forte evidência da movimentação dos membros da Sociedade dos Desvalidos em não aceitar africanos em seu quadro de sócios está num documento recebido pela associação em 15 de dezembro de 1855, assinado por um associado que se intitulava como “amante da Sociedade”. Este alertava aos membros da associação que um candidato chamado Luiz de tal, “apesar de ser artista e ter bom comportamento até ao (sic) presente”, além de ter apresentado certidão de batismo, “mesmo assim não se acha no caso de ser admitido para sócio da Sociedade, porque não está em conformidade do que determina o artigo 3º e 43º dos nossos estatutos (*por não ser nacional*)” (Grifo meu). Portanto, ao observar o documento do sócio anônimo, é possível perceber que existia algum tipo de restrição no estatuto àqueles que não fossem brasileiros. Se o Luiz de tal não era nacional, obviamente era um africano, tendo em vista que era um candidato almejando ingressar numa associação de pessoas de cor.⁶⁷

O denunciante anônimo buscou preservar a imagem da Sociedade dos Desvalidos, diante do antiafricanismo das autoridades e da própria sociedade da época. Os africanos então viviam numa atmosfera de perseguições de todo tipo, seja através de cobranças abusivas de impostos ou com toda sorte de medidas policiais e legais que buscavam tornar as vidas deles insuportáveis. Existia um preconceito generalizado contra africanos em geral, e esse sentimento de aversão era compartilhado também pela classe de trabalhadores brasileiros especializados, como artistas, artífices e artesãos. De acordo com João José Reis, nesta atmosfera de hostilidades e preconceitos, a agenda política dos membros da Sociedade dos Desvalidos, instituição que se esforçou para garantir apenas o acesso de trabalhadores brasileiros no quadro de sócios, “cabia como uma luva no projeto tanto de conservadores como de liberais de promover a participação no mercado de trabalho dos negros livres e libertos brasileiros.”⁶⁸

A partir do ano de 1874, os sócios da SPD passaram a ser identificados ou se identificaram não mais como “crioulos”, e sim como “pretos”, como é possível ver no anexo I. Para alguns historiadores, a depender do local e do período, a designação “preto” no século XIX poderia indicar escravo ou mesmo africano, o que nos leva a pensar que certamente os membros das associações do Rio de Janeiro citadas nas avaliações do Conselho de Estado estavam usando esse termo com esse sentido. No entanto, no caso da SPD, o termo “preto” pode ter adquirido sentido diferente, principalmente diante de um contexto de diminuição da população africana e crescimento dos afrodescendentes brasileiros. Como foi demonstrado até

⁶⁷ ASPD, Livro de registro de pagamento dos sócios (1848), nº 157.

⁶⁸ Reis, *Ganhadores*, pp. 180-183

aqui, os membros daquela associação promoveram um esforço coletivo na positivação daquela identidade.⁶⁹

Diferentemente das associações negras barradas pelo Conselho de Estado na Corte, as lideranças da SPD tiveram o cuidado de não associar sua imagem com a escravidão. Em 1853, por exemplo, José Antônio Ferreira da Silva solicitou entrada na SPD através de requerimento de inscrição. Neste documento, o candidato a sócio declarou ser natural da província de Pernambuco, ter 36 anos de idade, crioulo, casado, não tinha filhos e exercia o ofício de barbeiro. Porém, o mais revelador em seu requerimento, é que ele registrou ser filho natural de José Francisco e Ana Maria da Conceição, “ambos africanos”.⁷⁰

Ser filho de africanos, como foi demonstrado no primeiro capítulo desta tese, não criava obstáculos para o ingresso de novos sócios na SPD. Muitos dos dissidentes responsáveis pela instalação da Sociedade dos Desvalidos em 1851, como Manoel José d’Etre, Feliciano Primo Ferreira, João Francisco Régis, Simeão Estelita dos Reis e outros, eram pertencentes a famílias de africanos. No entanto, o problema estava no fato de que, ao observarmos a idade de José Antônio, levando em consideração que seu requerimento de inscrição foi enviado em 1853, pode ter nascido por volta de 1817. Neste sentido, seus pais ingressaram no Brasil por meio do comércio de escravizados ainda no período legal, sendo que ele provavelmente nasceu na condição de escravizado e depois adquiriu sua liberdade, o que o tornava liberto. Após ter sido rejeitado em 1853, José Antônio reapareceu com outro pedido em janeiro de 1865, solicitando novamente ingresso na associação. Desta vez, seu pedido foi adiado, sem nenhuma conclusão. Possivelmente, sua rejeição em duas oportunidades se deu pelo fato de ser um ex-escravizado.⁷¹

Algo semelhante pode ter acontecido com Marcolino José Dias em 1865. Este personagem, que na segunda metade da década de 1870 e nos anos de 1880 se tornaria uma das mais importantes lideranças da SPD, como veremos no próximo capítulo, solicitou entrada na instituição, mas teve seu pedido recusado, sem nenhum tipo de comentário acerca dos motivos. Marcolino era egresso do cativeiro e, por diversas oportunidades, sofreu preconceitos e restrições. Meses depois de sua rejeição da SPD, foi hostilizado por opositores políticos que criticaram sua indicação pelo presidente da província, Luís Antônio Barbosa de Almeida, para comandar a Segunda Companhia dos Zuavos Baianos na guerra contra o Paraguai. Diziam que

⁶⁹ Silvia Hunold Lara, “Pretos, pardos e mulatos: cor e condição social no Brasil da segunda metade do século XVIII” in Gabriela dos Reis Sampaio, Ivana Stolze Lima e Marcelo Balaban (orgs.), *Marcadores da diferença: raça e racismo na história do Brasil*, (Salvador: EDUFBA, 2019), p. 28; Reis, *Rebelião Escrava no Brasil*, p. 23; Mattos. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*, p. 17; idem, *Das cores do silêncio*, pp. 30, 130.

⁷⁰ ASPD, Livro de registro de pagamento dos sócios (1848), nº 60.

⁷¹ ASPD, Livro de atas (1862-1868), f. 98v.

aquela promoção a capitão era um prêmio pelos serviços de capanga para os poderosos do Partido Liberal, “como se pretendessem eliminar dos cartórios a carta de alforria!”. Acrescentaram ainda que “uma província patriótica e heroica, como esta, não pode ver com satisfação dar-se uma banda de oficial a um homem que, tendo sido escravo, nada tem feito para nobilitá-la.”⁷²

A condição jurídica de liberto carregava consigo um fardo considerável. Em diversas oportunidades, vários ex-escravizados sofreram preconceitos e restrições. A Constituição do Império afirmava que os brasileiros libertos só poderiam votar em eleições primárias, e isso apenas se conseguissem provar que cumpriam os requisitos legais de renda estabelecidos para todos os cidadãos. Como consequência, não podiam tornar-se eleitores – ou seja, não podiam votar para a eleição de deputados e senadores – nem ocupar cargos para os quais apenas pessoas com qualificação de eleitores eram elegíveis. Esses cargos incluíam os de deputado geral ou provincial, senador, jurado, juiz de paz, subdelegado, delegado de polícia, promotor público, conselheiro de Estado, ministro de governo, magistrado, diplomata, bispo, entre outros. No entanto, os brasileiros libertos podiam votar e tornar-se vereadores e ocupar outros cargos para os quais a qualificação de eleitores comuns fosse suficiente. Eles podiam servir no exército ou na marinha, seja voluntariamente ou como conscritos. Além disso, os libertos podiam pertencer à Guarda Nacional, mas não podiam se tornar oficiais nela.⁷³

Além do fato de ser um liberto, Marcolino pode ter sido rejeitado pelos membros da SPD também pela sua atuação política, principalmente pelas acusações de atuar como capanga para lideranças políticas do Partido Liberal. Há notícias de sua atuação na ameaça e constrangimento de opositores políticos durante toda a segunda metade do século XIX. Como foi demonstrado até aqui, o que mais motivou os membros daquela associação foi afastarem-se de qualquer movimento de perturbação da ordem e mesmo de disputas partidárias. Não me espantaria que os membros da SPD naquela ocasião tenham recusado o candidato Marcolino por conta do compromisso da associação com o *establishment* imperial. Anos depois, como veremos no próximo capítulo, os membros da Sociedade dos Desvalidos enxergariam no capitão dos Zuavos uma oportunidade.⁷⁴

⁷² ASPD, Livro de atas (1862-1868), ff. 98v, 100; Campos, “Sociedade Protetora dos Desvalidos”, p. 50; Lucas Ribeiro Campos e Jamile Serra Coutinho, “‘Uma das glórias da raça negra da nossa terra’: a trajetória do liberto Marcolino José Dias, capitão dos Zuavos Baianos”, in Djamilia Ribeiro, Lizandra Magon Almeida e Maurício Rocha (orgs.), *Uma nova História, feita de histórias: personalidades negras invisibilizadas da História do Brasil*, (São Paulo: Jandaíra, 2021), pp. 32-35.

⁷³ Chalhoub, “The Politics of Silence”, pp. 76-77.

⁷⁴ Campos, “Sociedade Protetora dos Desvalidos”, pp. 50, 54-56; Campos e Coutinho, “Uma das glórias da raça negra da nossa terra”, pp. 34, 37-38. É importante destacar que, no artigo 52 do estatuto de 1874 da SPD era dito

Postura semelhante àquela adotada pelos membros da SPD no século XIX em relação a posituação de sua imagem foi adotada pelos membros da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais do Recife Oitocentista. Marcelo Mac Cord observou que aqueles artífices negros buscavam se alinhar com os princípios da “civilização” e do “progresso”. No entanto, apesar de enfrentarem a lógica dos ideólogos racistas, “eles próprios não defendiam quaisquer critérios genéricos de 'igualdade'”. Para Mac Cord, existem dois indícios que justificam esse ponto de vista. Primeiro, “os artífices de cor da associação utilizavam estratégias destinadas a dissociá-los dos estigmas da escravidão”. Ao analisar uma fotografia que ilustra a capa de seu livro, feita pelos sócios, Mac Cord entende que aqueles homens de cor sinalizavam que o negro era o *outro*. Os que ali estavam não eram ex-escravos, nem libertos, tinham uma ocupação profissional e não amedrontavam a ordem. O segundo indício apontado por Mac Cord, diz que “apesar de mestres e operários integrarem o mundo do trabalho, na foto os sócios efetivos pareciam ser ‘iguais’ aos capitalistas que os proletarizavam”. As roupas solenes dos sócios efetivos também indicavam sua superioridade diante dos recifenses que tinham reles ocupações manuais. A Sociedade era extremamente seletiva e reprovava o ingresso desse tipo de candidato “desqualificado” em suas fileiras.⁷⁵

Até este ponto, foi possível perceber que os membros da Sociedade Protetora dos Desvalidos buscaram adaptar-se às regras do Império no que se referia às associações. Apesar da política racial de restrição às organizações negras, a SPD conseguiu aderir às exigências legais sem renunciar a uma margem significativa de atuação na cultura política e jurídica imperial. Suas ações foram propositivas, promovendo a manutenção e a consolidação da cultura associativista negra no período. Nesse sentido, desde a década de 1850, a SPD mobilizou esforços para construir uma imagem alinhada às expectativas das elites políticas locais, ao aceitarem em seu quadro de sócios, apenas trabalhadores nacionais, ordeiros, morigerados, especializados em ofícios, letrados e em conformidade com a legislação imperial. A aprovação (1861) e as posteriores reformas de seus estatutos ilustram como a experiência dos membros da SPD evidencia a capacidade que tinham de explorar as brechas da política imperial, permitindo a existência de uma organização negra reconhecida no âmbito civil. Enquanto o Estado promovia o silêncio sobre a cor por meio de uma política racial dissimulada e ambígua, os membros da SPD demonstraram habilidade em compreender a dinâmica política e jurídica

que os sócios não poderiam, “na casa das sessões ou em outro qualquer lugar, estar reunidos em número de três, tratando de negócios políticos, só aqueles que são tendentes aos fins da mesma Sociedade, e quando o contrário fizerem ficarão sujeitos ao art. 11.”

⁷⁵ Mac Cord, *Artífices da cidadania*, p. 409.

brasileira. Dessa forma, racializaram suas demandas sem confrontar diretamente o *status quo*, negociando sua permanência por meio de alianças estrategicamente construídas.

Assim, pode-se considerar que o esforço dos homens de cor, como os membros da SPD, para estabelecer equivalências entre a identificação racial e o estatuto jurídico de liberdade foi crucial na configuração das condições de cidadania na segunda metade do século XIX no Brasil. O processo de adequação legal da SPD, nesse contexto, revelou-se parte do movimento mais amplo de remodelamento da participação negra em instituições de relevância política na ordem escravista ainda vigente. A autodenominação da SPD como uma agremiação de "homens de cor" reafirma que esse pertencimento era uma posição política deliberada e significativa.

No próximo capítulo, analisaremos os desafios enfrentados pelos membros da SPD na configuração do associativismo negro durante o período da abolição.

3. A LIBERDADE DA RAÇA E A GRANDEZA DA PÁTRIA: MARCOLINO JOSÉ DIAS E O ASSOCIATIVISMO NEGRO NO TEMPO DA ABOLIÇÃO

Marcolino José Dias foi, sem dúvida, uma das figuras mais proeminentes da Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD), apesar de sua trajetória ter sido esquecida durante muito tempo nos arquivos daquela associação negra. Sua trajetória revela aspectos fundamentais para o entendimento do associativismo negro de caráter civil nas últimas décadas do século XIX. Mesmo na condição de liberto, Marcolino transitou entre diferentes esferas sociais do Brasil Imperial, ao interagir tanto com setores médios e até marginalizados — como trabalhadores de ofício, a comunidade africana e adeptos do candomblé — quanto com autoridades políticas da monarquia. Portanto, era figura popular na Salvador do século XIX, que sabia transitar muito bem em diferentes espaços e, deste modo, teve uma atuação relevante no associativismo negro.

Durante a Guerra do Paraguai, liderou como capitão a Segunda Companhia dos Zuavos Baianos, composta majoritariamente por homens de cor. Ao liderar essa organização militar negra, ficou conhecido no Brasil, através da imprensa pela atuação heroica na guerra. Após seu retorno da guerra em 1867, por conta de ferimento não especificado, se tornou figura fundamental na política baiana. Nesse período, se destacou como importante liderança do Partido Liberal, reconhecido inclusive pelos chefes daquele grupo, sobretudo por conta dos serviços prestados ao lado de seus correligionários. Além disso, Marcolino se engajou no movimento abolicionista e fundou a Sociedade Libertadora Bahiana, uma das associações abolicionistas mais combativas da Bahia na década de 1880. Era presença constante também nas celebrações do 2 de julho, onde comandava o Batalhão Defensores da Liberdade.¹

Rejeitado pelo conselho administrativo da SPD em 1865, como foi demonstrado no capítulo anterior, Marcolino foi finalmente admitido como sócio efetivo em 12 de março de 1876. Sua insistência, mesmo diante da possibilidade de ser sócio de outras associações de ofício ou irmandades negras na Bahia, revela um forte sentimento de pertencimento racial naquela associação. Além disso, sua insistência revela profunda identificação com o projeto político da SPD. Após seu ingresso naquela instituição, o capitão dos Zuavos se destacou, ao

¹ Escrevi sobre a trajetória de Marcolino José Dias em duas oportunidades: Lucas Ribeiro Campos, “Sociedade Protetora dos Desvalidos: mutualismo, política e identidade racial em Salvador (1861-1894)”, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018, pp. 49-58; Lucas Ribeiro Campos e Jamile Serra Coutinho, “‘Uma das glórias da raça negra da nossa terra’: a trajetória do liberto Marcolino José Dias, capitão dos Zuavos Baianos” in Djamila Ribeiro, Lizandra Magon Almeida e Maurício Rocha (orgs.), *Uma nova História, feita de histórias: personalidades negras invisibilizadas da História do Brasil*, (São Paulo: Jandaíra, 2021), pp. 31-44.

assumir compromissos e propor projetos. Foi responsável por alertar os membros da SPD para os cuidados com os órfãos, numa época em que o debate sobre a institucionalização da infância estava na ordem do dia.

Além disso, em 1884, Marcolino articulou alianças políticas para garantir à SPD a subvenção de 1 conto de réis concedida pelo Estado para instituições daquele gênero. Aquele era um auxílio fundamental para a Sociedade dos Desvalidos, diante de instabilidade financeira, por conta do desequilíbrio entre receitas e despesas, como relatavam os presidentes daquela associação à época. Dois anos depois, em 1886, o capitão dos Zuavos produziu o projeto da construção de um asilo para proteger os sócios que se encontrassem em condição de vulnerabilidade. Essas ações promovidas por Marcolino no interior da SPD foram significativas, principalmente às vésperas da abolição.

A atuação de Marcolino na SPD estava inserida num contexto histórico específico no Brasil, o que ajuda a entender suas motivações. Durante as décadas de 1870 e 1880, houve a crise irreversível do sistema escravista, e da própria monarquia, em parte por conta dos impactos do fim da Guerra do Paraguai, que sustentara por séculos a economia agrária do Brasil. As pressões internas e externas pela abolição geraram a criação de leis abolicionistas que impulsionaram a extinção gradual da escravidão. Ao mesmo tempo, o movimento abolicionista ganhava força com a mobilização de diversos setores, incluindo intelectuais, políticos e libertos. Simultaneamente, estavam sendo reconstruídos, não sem disputa, sentidos sociais e políticos da liberdade e da cidadania para a chamada “população de cor”. Nas últimas décadas do século XIX, geralmente de maneira velada, práticas baseadas na ideia de raça foram se fazendo notar nos debates jurídicos, nas decisões políticas, na construção de memórias e símbolos da escravidão, nos prognósticos e planos para o futuro da nação. As últimas décadas do século XIX presenciaram a consolidação do discurso científico que produzia e reafirmava hierarquias raciais, sustentado por instituições como os museus, institutos históricos e geográficos, escolas de medicina e direito, entre outras.²

Ao traçar a trajetória de Marcolino e a experiência da SPD neste contexto de crise do escravismo, pretendo responder as seguintes questões: por que Marcolino José Dias fora agora

² Sobre a crise do sistema escravista, o contexto de promulgação das leis abolicionistas e a ascensão do movimento abolicionista, bem como a propagação do racismo científico, ver, dentre outras obras: Sidney Chalhoub, *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, São Paulo: Companhia das Letras, 1990; Lilia Moritz Schwarcz, *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*, São Paulo: Companhia das Letras, 1993; Walter Fraga Filho, *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*, Campinas: Editora da Unicamp, 2006; Wlamyra Ribeiro de Albuquerque, *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

aprovado como sócio efetivo da Sociedade Protetora dos Desvalidos, após ter sido rejeitado em duas outras oportunidades? Como a trajetória de Marcolino nos ajuda a entender a configuração do associativismo negro no tempo da abolição? Quais eram os projetos dos membros da SPD para este período? O objetivo é compreender, através da trajetória de Marcolino José Dias, os desafios enfrentados pela SPD ao longo das décadas de 1870 e 1880. O capitão dos Zuavos entendeu o que era a Sociedade dos Desvalidos, uma instituição monarquista, que adotou a estratégia política da discrição – a ponto de não se alinhar ao discurso abolicionista. Ainda assim, mesmo sem ocupar um papel de porta-voz da associação e adotando posturas que, por vezes, destoavam das diretrizes da entidade, Marcolino propôs novos caminhos para a instituição. Seu legado para o movimento associativo negro na Bahia é inegável e é essa história que iremos conhecer nas próximas páginas.

Prestígio, política e pertencimento

Após ter sido rejeitado pela SPD, como foi dito no capítulo anterior, Marcolino José Dias foi finalmente admitido como sócio efetivo em 12 de março de 1876. Em seu requerimento de inscrição, declarou ter 40 anos de idade, casado e com filho, além de exercer a profissão de alfaiate e residir na Rua da Laranjeira, freguesia da Sé. No primeiro requerimento de 1865, provavelmente, como foi apontado no capítulo anterior, o motivo para sua rejeição estivesse relacionado à sua condição de liberto, um tipo de candidato que os membros da SPD na época evitavam. Além disso, as frequentes acusações e denúncias na imprensa sobre sua alegada atuação como capanga a serviço de autoridades também podem ter contribuído para sua reprovação, tendo em vista a preocupação dos membros da SPD com a boa ordem.³

No entanto, ao aceitar Marcolino no quadro de sócios, após uma década de seu primeiro requerimento, as lideranças da SPD podem ter vislumbrado possibilidades políticas com a presença de um ex-combatente da Guerra do Paraguai, mesmo sendo ele um liberto. Após seu regresso, em 1867, por conta de ferimento não especificado, Marcolino – que era figura conhecida na cidade de Salvador antes mesmo de partir para o conflito nas fronteiras do sul –, acumulou prestígio e reconhecimento por parte dos populares e das autoridades baianas, principalmente aquelas ligadas ao Partido Liberal. De acordo com *O Alabama*, ao relatar o retorno do capitão, dizia que “o homem onde vai é acompanhado de uma multidão de povo”.

³ ASPD, Livro de documentos dos anos 1875 a 1879, nº 779; ASPD, Livro de documentos dos anos 1884 a 1889, nº 6014; ASPD, Livro de atas (1862-1868), ff. 96v-100; Campos, “Sociedade Protetora dos Desvalidos”, pp. 49-50, 54-56; Campos e Coutinho, “Uma das glórias da raça negra da nossa terra”, pp. 33-38.

Provavelmente, o reconhecimento foi consequência de seu protagonismo no comando da Segunda Companhia dos Zuavos Baianos e a fama que se espalhou pelo Brasil sobre sua atuação na famosa Batalha do Curuzú. Por conta de seu bom desempenho na guerra, foi condecorado com o título de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro, recebeu a distinção de oficial honorário, e adquiriu o direito de usar a farda, como é possível ver nas imagens seguintes.⁴

Figura 3 – Marcolino José Dias



Fonte: George Ermakoff, *O negro na fotografia brasileira do século XIX*, Rio de Janeiro: Casa Editorial, 2004, p. 82.

⁴ *O Alabama*, Salvador, 22 jun. 1867, p. 1; Manuel Raimundo Querino, “Os homens de cor preta na História” in Jaime Nascimento e Hugo Gama (orgs.), *Manuel R. Querino: seus artigos na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2009, p. 197; Hendrik Kraay, “Os companheiros de Dom Obá: os Zuavos Baianos e outras companhias negras na Guerra do Paraguai”, *Afro-Ásia*, n. 46 (2012), pp. 144, 152, 154; Campos, “Sociedade Protetora dos Desvalidos”, pp. 52-54; Campos e Coutinho, “Uma das glórias da raça negra da nossa terra”, pp. 34-36.

Na figura 3, que é um registro fotográfico após a guerra contra o Paraguai, provavelmente da década de 1870, cuja autoria não foi possível identificar, percebe-se o sentimento de orgulho da farda. O uniforme, que não é o mesmo dos Zuavos, exibe duas ou três medalhas, provavelmente referentes às condecorações mencionadas no parágrafo anterior, o que reforçavam o sentimento de orgulho. Além disso, ao fundo completamente vazio, podemos visualizar a bengala na mão direita, o que indica que Marcolino foi acometido por algum ferimento de guerra que comprometeu sua mobilidade. A pose para a foto, com os braços alinhados ao longo do corpo, semblante sério e compenetrado, revela posição de sentido, como se estivesse diante de alguma autoridade militar e não do fotógrafo.⁵

Figura 4 – Marcolino José Dias em uma fotografia de corpo inteiro



Fonte: João Varella, *Da Bahia que eu vi*, Salvador: Tipografia do Povo, 1935, p. 13.

Por outro lado, na figura 4, registrada no livro de memórias de João Varella, cuja data e autoria também não foram registradas, é possível perceber outros elementos. Apesar da péssima

⁵ O historiador Jorge Prata de Sousa, em nova edição de seu livro *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*, publicado no ano de 2022 pela editora Mauad X, utiliza essa fotografia como ilustração da capa. Na página onde consta a ficha catalográfica e outros dados técnicos do livro, é registrado que a fotografia é da década de 1870.

reprodução, trata-se de uma fotografia de corpo inteiro, em que Marcolino apresenta uniforme diferente da imagem anterior. A foto permite ver os pés calçados, símbolo de liberdade para os negros no século XIX. Nesta foto, o capitão dos Zuavos está usando fardamento mais completo e organizado, com ombreiras, botões fechados e a presença de uma espada do seu lado esquerdo. Esta espada pode ter sido a mesma que lhe foi presenteada em março de 1878, quando uma comissão composta de membros do Partido Liberal, incluindo o abolicionista Eduardo Carigé, entregaram o objeto a Marcolino, “justo prêmio dos serviços que aos seus correligionários em particular e no partido em geral tem prestado aquele cidadão.”⁶

Esta homenagem do Partido Liberal a Marcolino, evidencia sua relevância no cenário político-partidário da época, um detalhe que certamente não passou despercebido aos membros da SPD. O capitão dos Zuavos, protegido e bem relacionado com as autoridades baianas, despertava atenção por sua posição de destaque. Devido à sua lealdade ao partido, chegou a arriscar a própria vida, ao escapar de uma tentativa de assassinato na noite de 23 de setembro de 1869. Na ocasião, o correspondente do *Jornal do Commercio* demonstrou ceticismo quanto ao empenho da polícia em investigar o crime, ao dizer que a vítima era “um liberal e um dos que tem tomado aqui mais ativa parte em eleições pelo seu partido”. Segundo ele, os dominadores da província já haviam jurado aplicar-lhe “uma lição de mestre”.⁷

É importante lembrar que, entre os anos de 1868 e 1878, os políticos ligados ao Partido Liberal haviam perdido a hegemonia no poder para os conservadores. Deste modo, os anos de 1870 na Bahia foram marcados pela pressão oposicionista dos liberais, que liderados pelo Conselheiro Manuel Pinto de Sousa Dantas, mobilizaram o apoio dos trabalhadores baianos, mesmo diante das perseguições policiais. Naquele contexto, para retomarem a hegemonia da província da Bahia, os liberais precisariam do apoio de lideranças de cor, como os dirigentes da SPD, para dialogarem com determinados grupos de votantes e conseguirem mão de obra livre comprometida com a ordem pública. Nesse processo, algumas daquelas lideranças de cor

⁶ *O Monitor*, 29 mar. 1878, p. 1; *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 03 abr. 1878, p. 1; *Diário do Maranhão*, 16 maio 1878, p. 2; Kraay, “Os companheiros de Dom Obá”, pp. 153, 158; Campos, “Sociedade Protetora dos Desvalidos”, p. 56; Campos e Coutinho, “Uma das glórias da raça negra da nossa terra”, p. 39. Sobre a fotografia na Guerra do Paraguai, ver: André Amaral de Toral, “Entre retratos e cadáveres: a fotografia na Guerra do Paraguai”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, nº 38 (1999), pp. 283-310; idem, *Imagens em desordem - a iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)*, São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001; Ricardo Sales, *Guerra do Paraguai – memórias e imagens*, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2003.

⁷ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 15 out. 1869, p. 1; Campos, “Sociedade Protetora dos Desvalidos”, p. 55; Campos e Coutinho, “Uma das glórias da raça negra da nossa terra”, p. 38.

ganharam destaque na militância liberal, como foi o caso de Marcolino, e poderiam intermediar qualquer tipo de benefícios ou vantagens para a SPD.⁸

Portanto, é evidente que o capitão dos Zuavos tinha muito a oferecer aos membros da SPD, especialmente no contexto político baiano das últimas décadas do século XIX. Sua imagem pública refletia uma reputação sólida entre os líderes do Partido Liberal, destacando-se como figura estratégica. As honras militares que carregava não apenas reforçavam sua credibilidade, mas também o capacitavam a atuar com habilidade no complexo tabuleiro político da Bahia. Longe de ser mera peça manipulável ou um capanga a serviço dos poderosos, como sugeria a oposição conservadora na imprensa, Marcolino desempenhava papel crucial na dinâmica do poder em Salvador. Sua relevância era tamanha que seu nome frequentemente aparecia nas páginas da imprensa, atestando sua importância no cenário político da época.

No entanto, apesar das lideranças da SPD vislumbrarem as possíveis vantagens da presença do poderoso Marcolino José Dias como sócio efetivo, o próprio capitão dos Zuavos pode ter percebido os benefícios de ser membro daquela associação. Como nos lembrou o antropólogo Júlio Braga, a SPD funcionou como “agência de prestígio”, pois ser sócio daquela associação implicava acesso a um ambiente que conferia respeito. Ademais, esta relação era conduzida por uma via de mão dupla, pois ser membro daquela associação também envolvia um intercâmbio de vantagens, que se enquadra naquilo que Braga chamou de “troca recíproca de prestígio”. Deste modo, o capitão dos Zuavos pode ter enxergado que sua entrada na SPD poderia possibilitar a obtenção de vantagens políticas e pessoais.⁹

Dessa forma, é provável que Marcolino tenha identificado uma oportunidade eleitoral a partir de sua ligação com a SPD. Sua participação nessa organização negra pode ter contribuído para atrair votos entre seus membros, considerando que muitos eram qualificados como votantes e até mesmo eleitores. Não por acaso, poucos meses após ser aprovado como sócio da Sociedade dos Desvalidos, em setembro de 1876, Marcolino apareceu como oficial honorário na chapa do Club Liberal do curato da Sé, ao concorrer como eleitor. A chapa contava com 25 eleitores, entre eles artistas, negociantes, empregados públicos, militares e outros. Dois anos depois, em 1878, esteve entre os eleitores escolhidos, com significativos 410 votos, ao lado de políticos importantes como o abolicionista Luís Anselmo da Fonseca, João Augusto Neiva,

⁸ Maria das Graças de Andrade Leal, *Manuel Querino entre letras e lutas – Bahia: 1851-1923*, São Paulo: Annablume, 2009, pp. 225-257.

⁹ Braga, *Sociedade Protetora dos Desvalidos*, pp. 56, 58.

Nicolau Carneiro da Rocha e Domingos Rodrigues Seixas. Com exceção de Luís Anselmo, todos estes políticos estavam matriculados como sócios protetores da SPD.¹⁰

De acordo com a Constituição de 1824, as eleições no Brasil imperial eram indiretas, ou seja, aconteciam em dois turnos. Existiam os *votes* que, no primeiro turno, eram responsáveis pela eleição dos *electores*, e estes, por sua vez, no segundo turno, elegiam aqueles que seriam os representantes da população nas assembleias provinciais e na Câmara dos Deputados. Como o voto era censitário, os *votes* deveriam ter renda anual de 100 mil-réis e os *electores*, de 200 mil-réis. No caso de Marcolino, sua renda superava a cifra de 200 mil-réis, o que lhe habilitava à condição de eleitor. Ou seja, ele tinha o direito ao voto direto para eleger possíveis candidatos.¹¹

O curioso nessa história é que Marcolino, como sabemos, era um liberto e, teoricamente, não poderia acessar esse nível de cidadania. O máximo para ele era a condição de votante. Conforme as regras da Constituição de 1824, o liberto era cidadão de segunda classe. Provavelmente, não só Marcolino, mas quem o conhecia silenciou sua condição de escravizado, para protegê-lo de qualquer constrangimento, o que pode justificar inclusive sua entrada na SPD em 1876. Muitos libertos no Brasil que sofreram restrições por conta de sua origem, exploraram as lacunas legais atribuindo diversos sentidos à sua liberdade. Esses personagens negavam sistematicamente a experiência passada do cativo, procuraram apagar as marcas da escravidão de seu passado, para poder gozar de direitos plenos. Essa era uma estratégia comum no Brasil do século XIX e diversos casos já foram retratados na historiografia da escravidão.¹²

¹⁰ *O Monitor*, 23 set. 1876, p. 3; *O Monitor*, 15 ago. 1878, p. 1; Campos, “Sociedade Protetora dos Desvalidos”, p. 55-56; Campos e Coutinho, “Uma das glórias da raça negra da nossa terra”, p. 39.

¹¹ Aldrin A. S. Castellucci, “Os trabalhadores e a política no Brasil Império: o problema da cidadania operária em uma sociedade escravista (Salvador, 1850-1881)” in Gabriela dos Reis Sampaio, Lisa Earl Castillo e Wlamyra Ribeiro de Albuquerque (orgs.), *Barganhas e querelas da escravidão: tráfico, alforria e liberdade (séculos XVIII e XIX)*, Salvador: EDUFBA, 2014, pp. 283-284.

¹² Sobre os libertos no século XIX e o esforço para driblar esta condição, ver: Sidney Chalhoub, *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, São Paulo: Companhia das Letras, 1990; idem, *Machado de Assis, historiador*, São Paulo: Companhia das Letras, 2003; idem, *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012; Keila Grinberg, “Reescrivação, direitos e justiça no Brasil do século XIX”, in Silvia Hunold Lara e Joseli Maria Nunes Mendonça (orgs.), *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*, Campinas: Editora da Unicamp, 2006, pp. 101-128; Hebe Maria Mattos, “Racialização e cidadania no Império do Brasil”, in José Murilo de Carvalho (org.), *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 349-391; Henrique Espada Lima, “Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX”, *TOPOI*, v. 6, n. 11 (2005), pp. 289-326; Rebecca J. Scott e Jean M. Hébrard, *Provas de liberdade: uma odisséia atlântica na era da emancipação*, Campinas: Editora da Unicamp, 2014; Tenner Inauhiny de Abreu, “Os sentidos da liberdade: a trajetória do padre Daniel Pedro Marques de Oliveira na província do Amazonas (1850-1880)”, Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília, 2023.

O interesse eleitoral de Marcolino na SPD era plausível, principalmente pela presença de sócios da associação em listas de votantes da década de 1870. Na lista eleitoral dos cidadãos aptos a votarem na freguesia da Sé, em 1878, é possível encontrar nomes como Manoel Leonardo Fernandes, Antônio José Bracete e André Fernandes Galiza. Além desses, na lista geral de 1878 dos cidadãos aptos para votarem na paróquia de Nossa Senhora da Vitória, estava o capitão João Francisco Barbosa, companheiro de Marcolino na Guerra do Paraguai, e ex-comandante da Terceira Companhia dos Zuavos. Alguns desses sócios possuíam uma renda anual superior a 500 mil-réis, o que não apenas os habilitava a exercer direitos políticos como votantes, mas também os qualificava para a condição de eleitores.¹³

O exercício de direitos políticos desempenhava papel relevante como moeda de troca nas redes clientelistas do século XIX, principalmente para a população de cor. Um bom exemplo é o caso do marceneiro Antônio José Bracete, sócio efetivo da SPD, que mudou seu nome para fins eleitorais. Em 9 de agosto de 1864, Bracete informava no jornal *O Alabama* que até o ano de 1859, era conhecido como José dos Santos Bracete, mas por conta de ter aparecido na capital da província da Bahia outro indivíduo com este nome, vindo do Rio de Janeiro, em 1858, passou a se chamar Antônio José Bracete. Declarou em 1864, que até então nunca havia divulgado na imprensa a mudança de seu nome, “por ser um pobre artista” e que pouco importava que os outros o “chamassem Pedro ou Paulo”, porém, “agora qualificado na freguesia da Sé e podendo ser procurado por alguém visto ser tempo de eleições”, achou melhor divulgar a mudança de seu nome. Portanto, as vantagens poderiam ser tão grandes que valia a pena trocar o próprio nome.¹⁴

Durante o período imperial brasileiro, as classes trabalhadoras demonstravam uma significativa presença na política institucional, o que pode ter chamado a atenção dos políticos, principalmente aqueles ligados ao Partido Liberal. Segundo pesquisa de Aldrin Castellucci, entre 1850 e 1881, os registros eleitorais em Salvador indicam que 8.692 pessoas estavam aptas a participar das eleições primárias, o que representava apenas 6,5% da população da cidade, estimada em 134.109 habitantes pelo censo de 1872. Entre esses votantes, 72,5% eram trabalhadores de maneira geral. De todos os votantes de Salvador, 35,8% eram artesãos, artífices e artistas, profissionais mais especializados, com melhores rendimentos, maior nível educacional e melhores condições de vida, características semelhantes às dos membros da SPD, demonstrando a relevância política dessa categoria.

¹³ Campos, “Sociedade Protetora dos Desvalidos”, pp. 40, 45, 51-52.

¹⁴ *O Alabama*, 09/08/1864, p. 4; Campos, “Sociedade Protetora dos Desvalidos”, pp. 45-46.

Apesar dessa expressiva participação como votantes, a inclusão das classes trabalhadoras era muito mais restrita no que se refere à condição de elegíveis e eleitores — aqueles que poderiam ser escolhidos ou eleger diretamente os representantes em instâncias mais altas, como as Assembleias Provinciais e o Parlamento. Em 1873, por exemplo, Salvador contava com apenas 273 eleitores qualificados, o que correspondia a 0,2% da população total. Ainda assim, os artesãos, artífices e artistas continuavam a ser o grupo mais representativo entre os cidadãos com direitos plenos. Na freguesia da Sé, em 1876, dos 166 artífices registrados como votantes, 162 também estavam habilitados como elegíveis. Já na Penha, em 1877, havia 373 trabalhadores de ofício inscritos para as eleições primárias; desses, 249 eram elegíveis, enquanto 124 apenas votantes. Esses dados revelam a importância da participação das classes trabalhadoras no sistema político da época, embora limitadas em termos de influência direta nos cargos e decisões mais altas.¹⁵

Além do possível interesse eleitoral na SPD, não devemos descartar que Marcolino pode ter se associado a uma sociedade de ajuda mútua também em busca dos benefícios oferecidos, como socorro financeiro, pensão, auxílio funeral e outros. Isso seria especialmente relevante diante das dificuldades financeiras enfrentadas por ex-combatentes da Guerra do Paraguai no final do século XIX. Embora tenha adquirido honrarias após seu retorno da guerra, o capitão dos Zuavos — assim como outros veteranos —, constantemente teve que lutar pelo reconhecimento de serviços prestados à pátria, ao solicitar algumas vezes ao Ministério do Império, o direito a pensão.¹⁶

As dificuldades enfrentadas pelos veteranos é ilustrada por um relato do memorialista João Varella, que, embora demande uma leitura crítica, oferece uma visão verossímil sobre a vida de Marcolino. Segundo Varella, sem mencionar a qual período estava se referindo, o capitão dos Zuavos chamou a atenção de um presidente da Província ao ser visto em uma praça, usando uniforme militar, armado e varrendo o chão. Julgado maluco, foi questionado sobre o que fazia ali. Marcolino respondeu que havia servido como capitão na Guerra do Paraguai, tinha família, estava desempregado e pediu para ser contratado. Varella especula que, provavelmente, por conta desse episódio, o ex-combatente foi então nomeado porteiro da Biblioteca Pública.¹⁷

¹⁵ Aldrin A. S. Castellucci, *Trabalhadores e política no Brasil: do aprendizado do Império aos sucessos da Primeira República*, Salvador: EDUNEB, 2015, pp. 160-170; idem, “Os trabalhadores e a política no Brasil Império”, pp. 300-308.

¹⁶ *Correio da Bahia*, 26 abril 1877, p. 2; Campos, “Sociedade Protetora dos Desvalidos”, pp. 53-54; Campos e Coutinho, “Uma das glórias da raça negra da nossa terra”, p. 36.

¹⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 14/10/1871, p. 1; João Varella, *Da Bahia que eu vi*, Salvador: Tipografia do Povo, 1935, pp. 13-14; Kraay, “Os companheiros de Dom Obá”, p. 158.

O único registro que encontrei de Marcolino solicitando socorro à SPD foi em 1880. Na ocasião, o capitão dos Zuavos solicitou apoio financeiro para cobrir suas despesas enquanto se recuperava de um problema em uma das pernas, que estava inchada e o impedia de exercer sua profissão de alfaiate. Aliás, esta informação nos ajuda a entender a presença da bengala na figura 3. A alfaiataria, assim como a sapatearia, exigia que o profissional permanecesse longos períodos sentado e em postura curvada, o que pode ter contribuído para suas dores. Além disso, como veterano da Guerra do Paraguai, é possível que Marcolino ainda sentisse os impactos físicos das batalhas, mesmo anos depois de seu retorno à vida civil.¹⁸

A solicitação de socorro de Marcolino estava entre as 135 ocorrências que identifiquei em minha dissertação de mestrado, entre os anos de 1863 e 1900. Dessas ocorrências, foi possível identificar 38 tipos de doenças. A maioria se relacionava a dores por excesso de esforço físico, enfermidades relacionadas ao sistema digestivo, cardiovascular e respiratório, assim como os incômodos por acidentes de trabalho. Dessas 135 ocorrências, foi possível identificar a ocupação de 86 sócios. Entre os ofícios mais citados estavam o de marceneiro (24,4 %), pedreiro (24,4 %), alfaiate (10,4 %) e carapina (10,4 %). Em menor número, com menos de 5,8%, estavam às ocupações de sapateiro, carpinteiro, cabeleireiro, charuteiro, torneiro, calafate, ferreiro, funileiro, pintor, pintor de imagens e professor.

Uma das principais queixas dos sócios era em relação ao reumatismo, moléstia que provocava dores nas articulações, nos músculos ou nos ossos, geralmente causada por esforço físico excessivo e atingia principalmente os homens que se entregavam a trabalhos penosos e extenuantes. Eram também queixas frequentes entre os sócios, as doenças do fígado, que afetavam principalmente os homens na idade adulta e tinham, na maioria das vezes, uma relação com o consumo excessivo de álcool ou "bebidas espirituosas", como eram chamadas na época. As doenças cardíacas e do aparelho respiratório eram também recorrentes, provavelmente relacionadas, na grande maioria dos casos, ao tabagismo, mas também às condições de trabalho.¹⁹

Além de necessidade material, pode-se interpretar o interesse de Marcolino em integrar a SPD como uma expressão de pertencimento racial. No entanto, essa identidade racializada não era incompatível com um forte sentimento de patriotismo. Não por acaso, Marcolino era conhecido nas ruas de Salvador como o “Preto Patriota”, conforme aponta Walter Fraga. A persistência do capitão dos Zuavos em ser admitido em uma instituição negra em duas ocasiões

¹⁸ Campos, “Sociedade Protetora dos Desvalidos”, p. 19.

¹⁹ Sobre os serviços de socorros, pensões e aposentadorias oferecidos pela SPD, ver: Campos, “Sociedade Protetora dos Desvalidos”, pp. 17-38.

— 1865 e 1876 — sugere um desejo genuíno de integrar aquele grupo, especialmente considerando a existência de outras associações de classe na época, como foi discutido no capítulo anterior. Até o momento, não há registros de sua participação em outras associações de ajuda mútua ou irmandades negras, o que chama a atenção e reforça a sua identificação com a SPD.²⁰

Aliás, o único grupo, além da SPD, que Marcolino estava inserido foram os Zuavos Baianos — apresentado no segundo capítulo —, que também reforçava sua identidade racial. Como capitão, ele comandou a Segunda Companhia, composta por 85 praças. Durante a campanha no Paraguai, atribuíram a ele uma frase emblemática, proferida com entusiasmo após a tomada do Forte de Curuzú, em 3 de setembro de 1866, quando disse: “Está aqui o negro zuavo baiano.” Essa declaração, além de evidenciar e projetar uma identidade baiana e, conseqüentemente, brasileira, reafirmava seu lugar enquanto homem negro. Ainda que nunca saibamos com certeza se Marcolino proferiu essas palavras, o fato de serem associadas a ele revela muito sobre as convicções e a imagem que dele se construiu ao longo do tempo.²¹

O vínculo entre os Zuavos e a SPD não se limitava à figura de Marcolino. Outros sócios também podem ter compartilhado e projetado esse mesmo pertencimento racial e nacional. É o caso de André Fernandes Galiza, Militão de Jesus Pires e João Francisco Barbosa de Oliveira, que comandaram outras companhias dos Zuavos. Inclusive, esta relação dos sócios da SPD com os Zuavos é uma tradição militar que remonta aos confrades da Irmandade dos Desvalidos, que também assumiram compromisso com as antigas milícias de cor, extintas em 1831. Entre os membros dos Henriques, como eram chamados, estavam figuras como o Major José Fernandes do Ó, o Tenente Quartel-mestre Carlos Manoel Rozena e o capitão Gregório Manoel Bahia.²²

Desde o período colonial, em diversos países da *América Afro-Latina*, servir como oficial no exército era um indicador de posição elevada para os negros. Muitos homens de cor apresentavam-se como voluntários para o serviço militar em parte por razões materiais, como direitos de pensão, isenção de pagamento de tributos e acesso aos tribunais militares, que tendiam a ser mais indulgentes que os tribunais civis com os soldados e oficiais acusados de crimes. No entanto, estes benefícios eram provavelmente menos importantes que a oportunidade de vestir o uniforme e fazer parte das instituições oficiais do Estado. Comparadas

²⁰ Walter Fraga Filho, *Longe, muito longe: Manoel Benício dos Passos, um capoeira no ativismo do pós-abolição*, Rio de Janeiro: Zahar, 2023, p. 45.

²¹ Querino, “Os homens de cor preta na História”, p. 197.

²² As informações sobre estes sócios estão disponíveis em: Campos, “Sociedade Protetora dos Desvalidos”, pp. 51-52. Leite, “Mutualistas, graças a Deus”, p. 36-37. Sobre as milícias de cor, ver: Hendrik Kraay, *Política racial, Estado e Forças Armadas na época da independência: Bahia, 1790-1850*, São Paulo: Hucitec, 2011, pp. 335-346.

à burocracia civil, à Igreja e às universidades, todas elas mais difíceis de serem ocupadas pelos negros, as forças armadas eram a instituição mais aberta à iniciativa e à ascensão dos homens de cor. Nas sociedades com fortes tradições de serviço e conquista militares, tornar-se oficial era uma das expressões mais tangíveis do sucesso dos afro-latino americanos. Desse modo, o serviço militar ao mesmo tempo expressava a ascensão de uma classe de homens de cor livres a uma situação social melhor e previa o envolvimento dos afrodescendentes nas lutas políticas do século XIX ao redor da construção de nações.²³

A expectativa de Marcolino em relação à constituição na SPD de um pertencimento racial, sem desconsiderar qualquer traço patriótico, pode ser percebida no ano de 1882. Naquela ocasião, o capitão dos Zuavos e o sócio Francisco Pedro do Bonfim, companheiros de militância no Partido Liberal, foram convidados pelo então presidente Caetano de Mattos para colocarem na sala das sessões da associação a efígie do Excelentíssimo Marechal Henrique Dias, combatente negro nas campanhas contra a ocupação holandesa. O retrato havia sido oferecido à SPD pelos ilustres sócios Manuel Querino e André Pereira, que registraram em carta a doação, tendo por lembrança os grandes feitos deste personagem. Era simbólico que o presidente Caetano de Mattos atribuísse a um ex-Zuavo a tarefa de inaugurar o retrato de uma personalidade negra de tamanha importância naquele momento. Esse tipo de homenagem reiterava uma identidade há muito tempo construída entre os homens de cor que serviram na companhia dos Zuavos, na qual era evocada a memória de Henrique Dias. Inclusive, esse vínculo entre Marcolino e a memória de Henrique Dias atravessou o tempo, pois quase 40 anos depois, Dionysio Caio da Fonseca lembrou dos feitos do capitão dos Zuavos ao dizer: “Marcolino José Dias, aquele quase homônimo de Henrique Dias”.²⁴

O curioso é que na mesma sessão magna, Marcolino havia participado, ao lado do sócio protetor João Augusto Neiva, da inauguração do quadro de D. Pedro II na sede da instituição. Estes indivíduos, ao mesmo tempo que louvavam ocupantes do poder no Império, como o próprio imperador, através de um quadro ou com a escolha de sócios protetores, não deixavam de reconhecer e construir o seu próprio panteão de personalidades negras. Aliás, nas últimas décadas do século XIX, se tornou comum também a inserção de quadros com imagens de antigos sócios na sede da associação, o que reforçava o reconhecimento dos feitos de antigas lideranças de cor. Apesar desta prática não ser uma prerrogativa apenas das associações, mas

²³ Andrews, *América Afro-Latina*, pp. 74-75.

²⁴ ASPD, Livro de documentos dos anos 1880 a 1883, nº 3009; *Bahia Illustrada*, Rio de Janeiro, nº 11, ano II, 1918, p. 45. Sobre a memória de Henrique Dias entre os Zuavos, ver: Kraay, “Os companheiros de Dom Obá”, pp. 135-137; Campos, “Sociedade Protetora dos Desvalidos”, p. 68.

também das instituições como escolas e repartições públicas daquele período, ganhava contornos peculiares quando se tratava de homens de cor. Era simbólico e representativo ter imagens de homens de pele escura na sala de reuniões de uma associação negra, tal como os retratos de médicos eram exibidos no salão de entrada da faculdade de medicina, a poucos metros dali.²⁵

Este sentimento de pertencimento racial e defesa de causas nacionais, compartilhado por Marcolino, também esteve expresso em uma nota que escreveu para a *Gazeta da Tarde* em setembro de 1884. Naquela oportunidade, o referido jornal, fundado pelo abolicionista Pamphilo da Santa Cruz, publicou uma edição em homenagem à província do Amazonas, por decretarem a abolição da escravidão, quatro anos antes da Lei Áurea. Entre os muitos envolvidos nessa homenagem, além do capitão dos Zuavos, estavam figuras como Eduardo Carigé, José do Patrocínio e Aristides Augusto César Espínola Zama. Na ocasião, Marcolino assinou uma nota que dizia o seguinte: "Sou negro? Que importa; nas minhas veias corre o sangue de uma raça maldita? Oh! sim; mas quero regenerar esse sangue, conquistando a liberdade de minha raça e cooperando para a grandeza da minha pátria."²⁶

Apesar de pequeno, é um pronunciamento poderoso, que revela o entendimento que Marcolino tinha sobre o papel de homens como ele na mobilização para a conquista da liberdade e da construção da nação brasileira. Portanto, essa declaração de 1884 demonstra que Marcolino entendia o lugar dos homens de cor como um grupo racializado, fosse numa agremiação militar ou numa associação de auxílio mútuo, sem que isto significasse uma contradição ao pertencimento nacional. Nesta perspectiva, eram patriotas de cor. Provavelmente, ele sabia o que isso significava naquele contexto, pois as teses do racismo científico ultrapassavam os muros da faculdade de Medicina, localizada muito próxima à SPD, mas buscou ressignificar essa condição, ao construir uma leitura de cidadania para os homens de cor como parte de um projeto nacional. Nada impede que ele entendesse que o espaço da SPD era o lugar possível para "regenerar esse sangue", conquistar a liberdade dos escravizados, e assumir um compromisso com o império brasileiro. Ele tinha um projeto de nação e possivelmente viu a oportunidade de executar suas ideias no espaço da SPD, como veremos ainda neste capítulo.

O vocabulário político de "raça" também foi mobilizado pelos membros da SPD em 1894, uma década depois de Marcolino ter escrito esta nota no jornal. Os membros daquela

²⁵ ASPD, Livro de documentos dos anos 1880 a 1883, nº 3019; Campos, "Sociedade Protetora dos Desvalidos", pp. 26-27, 80-81.

²⁶ *Gazeta da Tarde*, Salvador, 14 set. 1884, p. 2. Agradeço a Daniel Rebouças pela gentileza de compartilhar este valioso documento.

associação acionaram essa noção de pertencimento racial com o objetivo de demonstrar a unidade dos sócios diante de uma briga. Na ocasião, apesar dos esforços do presidente para restabelecer a ordem na sala de reuniões, houve tumulto generalizado, quando alguns membros da SPD se “achavam de cadeiras em punho” e gritavam “foras ao senhor presidente”. No meio da confusão, um dos associados saiu com o nariz ensanguentado, levando o presidente a encerrar a sessão.²⁷

No dia seguinte à briga, a *Gazeta de Notícias* relatou como alguns sócios “exaltaram-se ao ponto de travar-se um grande pugilato em plena rua”. O jornal descreveu as cenas como “bastante deprimentes” e incompatíveis com o conceito “de povo ordeiro e civilizado”. Diante dessa repercussão negativa, o sócio Terêncio Aranha Dantas pediu a palavra e disse que “pelo respeito que consagra *a sua raça* e esta corporação”, achava prudente modificar a ata, “visto que *estas cenas rebaixam a nossa raça e a nossa Sociedade* perante as nossas irmãs e perante público demonstrando que *os homens pretos não sabem-se ou fingem não saberem-se conduzir perante a civilização* a ponto da imprensa publicar [...] que *o nosso proceder depunha dos foros de um povo civilizado.*” (Grifo meu).²⁸

Era a primeira vez que “raça” aparecia nos documentos da SPD. Os membros mobilizaram aquela categoria para conscientizar os outros sócios da associação sobre a responsabilidade de manter a reputação que a instituição construía ao longo dos anos. Com o apoio dos membros da SPD, Dantas buscou demonstrar que a coesão entre os homens de cor deveria superar divergências pessoais. Acima de tudo, ele enfatizou a importância de os homens de cor, mesmo aqueles que não faziam parte da SPD, provarem sua capacidade de se “conduzir perante a civilização”. Deste modo, havia uma novidade na forma como os membros da Sociedade, ou pelo menos Dantas, compreendia a relação dos pretos daquela associação com outros homens de cor. Não era mais uma noção de raça fechada no espaço da SPD, mas um discurso que incluía a população negra de maneira geral.

A noção de “raça” como referência a distintas categorias de seres humanos é um fenômeno da modernidade que remonta a meados do século XVI. No entanto, com o fortalecimento da ciência e a expansão dos países europeus para novos continentes, o conceito de raça passou a ser utilizado como justificativa para a conquista de povos e territórios, com

²⁷ ASPD, livro de documentos do ano de 1894, nº 11.010. Este episódio do conflito de 1894 e sua repercussão foi analisado por mim em duas oportunidades: Campos, “Sociedade Protetora dos Desvalidos”, pp. 80-83; Idem, “Cor e raça na identidade dos membros da Sociedade Protetora dos Desvalidos (Salvador, 1861-1894)”, *Revista Historiar*, v. 10, n. 18 (2018), pp. 145-168.

²⁸ Campos, “Sociedade Protetora dos Desvalidos”, pp. 81-82; Idem, “Cor e raça na identidade dos membros da Sociedade Protetora dos Desvalidos”, p. 159

base na ideia de que os africanos, por exemplo, eram inferiores e passíveis de serem dominados. No Brasil, a perspectiva de raça surgiu nas últimas décadas do século XIX, através de teorias raciais pautadas em princípios biológicos, mas com forte interpretação social, sendo objeto de justificativa para projetos, por parte da elite brasileira, sobretudo com o intuito de excluir a população negra dos foros de cidadania, principalmente no pós-abolição.²⁹

Muitos homens de cor, como os membros da SPD, ressignificaram a ideia de raça e construíram uma identidade positiva nela baseada no final do século XIX. Enquanto “raça” era mobilizado pelas elites intelectuais para desqualificar os negros, os associados da SPD podem ter entendido como uma qualidade que os diferenciava positivamente. Era esse o sentido atribuído por Marcolino em 1884 e Terêncio Dantas em seu discurso de união dez anos depois. Isso indica que, assim como as manifestações culturais negras, como as agremiações carnavalescas da época, a Embaixada Africana e Pândegos d’África, ou mesmo os textos de Manuel Querino, me parece que os sócios da SPD estavam tentando expressar concepções distintas do que vinha a ser raça. Se havia as teses científicas, muitas elaboradas por figuras como Raimundo Nina Rodrigues na Faculdade de Medicina da Bahia, também havia as elaborações construídas no campo das culturas e das experiências negras de maneira geral que se refaziam no mundo Atlântico.³⁰

Manuel Querino, que havia sido sócio da SPD, através de um discurso na contramão do racismo científico, dizia que era injusta a forma como eram depreciados os africanos no Brasil, tratados como incivilizados, rudes e selvagens. Na lógica de Querino, esses não eram atributos congênitos, e sim o resultado de uma circunstância, a escravização. Logo, nada impedia que os africanos evoluíssem, caso tivessem acesso à instrução, como se podia notar entre os negros que assumiram posições de alto relevo na história. Deslocando a constituição da diferença entre negros e brancos do campo da natureza (inferioridade inata) para o da história (a escravidão),

²⁹ Sobre o conceito de “raça” e sua inserção no Brasil, ver: Schwarcz, *O espetáculo das raças*; Albuquerque, *O jogo da dissimulação*; Lívio Sansone, “Nem somente preto ou negro: o sistema de classificação racial no Brasil que muda”, *Afro-Ásia*, n. 18 (1996), pp. 165-188, 1996; Antônio Sérgio Guimarães, *Racismo e anti-racismo no Brasil*, São Paulo, Editora 34, 1999; Renato da Silveira, “Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental”, *Afro-Ásia*, n. 23 (1999), pp. 87-144, 1999; Tomas E. Skidmore, *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012; Andrews, *América Afro-Latina*, p. 32; Silvio Luiz de Almeida, *Racismo estrutural*, São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019, pp. 24-31; Iraneidson Santos Costa, *A Bahia já deu régua e compasso: medicina legal, raça e criminalidade na Bahia (1890-1940)*, Salvador: EDUFBA, 2023.

³⁰ Sobre as áfricas recriadas na Bahia e as leituras da população de cor acerca de seu pertencimento racial, ver: Albuquerque, *O jogo da dissimulação*, pp. 195-240.

Querino descredenciava a própria noção de raça propagada pela ciência em franco desenvolvimento na conceituada Faculdade de Medicina da Bahia.³¹

Em relação à ideia de liberdade evocada por Marcolino em 1884, esta não era compartilhada por muitos membros da SPD e nem mesmo pelos documentos oficiais da instituição. A noção de liberdade mencionada pelo capitão dos Zuavos, diante do contexto de homenagem à província do Amazonas, era um ideal abolicionista. É importante lembrar que na década de 1880, a campanha abolicionista havia tomado proporções nacionais, ressoando nos quatro cantos do país, o que provocou o crescimento do sentimento libertador em diversos ativistas deste movimento. Deste modo, existiram uma variedade de personagens e propósitos políticos sob a bandeira abolicionista. As diferentes trajetórias de abolicionistas conferiam tons plurais em torno de uma luta que agrupava toda uma geração de intelectuais e políticos.³²

Como forma de organizar essa demanda por libertação, foram instaladas diversas associações abolicionistas pelo Brasil, sobretudo durante as décadas de 1870 e 1880. Na Bahia, a maioria dessas associações foi efêmera e só conseguiu arregimentar sócios e verba para libertar alguns poucos escravizados. As dificuldades das sociedades eram, geralmente, explicadas pela exiguidade de recursos para o pagamento dos pecúlios. Poucas tiveram fôlego e prestígio. Uma das mais importantes foi a Sociedade Libertadora Sete de Setembro, a mais atuante na primeira metade dos anos de 1870. Naquela época, a Sete de Setembro contabilizou 512 sócios, a edição regular de um periódico chamado *O Abolicionista* e a compra da alforria de cerca de quinhentos escravizados.³³

O capitão dos Zuavos fez parte do movimento abolicionista e foi fundador, ao lado de Pamphilo da Santa Cruz, Eduardo Carigé e Januário Martins, da Sociedade Libertadora Bahiana, no ano de 1883. A associação, que havia sido inspirada pela passagem de José do Patrocínio na Bahia, tinha a *Gazeta da Tarde* como sede e órgão de propaganda. Além destes fundadores, a Libertadora contava com figuras como os médicos Aristides Augusto César Espínola Zama e Luís Álvares dos Santos, bem como o farmacêutico Amaro de Lelis Piedade, que haviam sido sócios protetores da SPD. Na Libertadora Bahiana, Marcolino provavelmente deve ter interagido com abolicionistas negros, como Manuel Querino, o médico Luís Anselmo da Fonseca, Domingos Silva, Ismael Ribeiro, Sérgio Cardozo e o sapateiro Manoel Roque.

³¹ Albuquerque, *O jogo da dissimulação*, pp. 223-224. Entre as muitas obras de Manuel Querino, ver: *A raça africana e os seus costumes na Bahia*, Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955; *Costumes Africanos no Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938; *O colono negro como fator de civilização brasileira*, Bahia: Imprensa Oficial, 1988.

³² Albuquerque, *O jogo da dissimulação*, p. 39.

³³ Albuquerque, *O jogo da dissimulação*, p. 84. Para mais informações sobre as associações abolicionistas na Bahia, ver: Jailton Lima Brito, *A abolição na Bahia: 1870-1888*, Salvador: CEB, 2003, pp. 133-151.

Além disso, o filho de Marcolino, Agostinho José Dias, também estava vinculado a este grupo, o que demonstra uma relação familiar com a luta abolicionista.³⁴

A Libertadora Bahiana, além de assumir compromisso com a legalidade, através de ações como conferências, *meetings*, bailes e leilões, atuou em ações mais enérgicas, como o acoitamento de escravizados, o impedimento de embarque de cativos para fora da província, o agenciamento de fugas, entre outras, antecipando aquilo que Angela Alonso vai chamar de “tempo das balas” do movimento abolicionista. Provavelmente, a diversidade étnico-racial e social de agentes na Libertadora permitiu que a associação tivesse diferentes formas de atuação no cenário político da província da Bahia. Essas ações eram arquitetadas no quartel da “Guarda Velha”, como ficou conhecida a sede da Libertadora Bahiana. Entre muitas ações de resgate de escravizados protagonizados por Marcolino, a mais marcante envolveu um cativo do Barão de Cotequipe, à época presidente do Conselho de Ministros do Brasil, João Maurício Wanderley. O jornal *A Cidade do Rio*, ao homenagear postumamente Marcolino, lembrou que este episódio “por um triz não deita o Brasil abaixo”, principalmente pela fama de ávido liberal do preto patriota.³⁵

Por outro lado, não encontrei registros sobre a participação da SPD em manifestações abolicionistas, ainda que várias reuniões de liberais e *meetings* ocorressem na vizinhança, na freguesia da Sé, e que alguns sócios protetores estivessem engajados no movimento. Não há uma linha sequer nos documentos oficiais da instituição que mencione a luta abolicionista ou a promulgação da Lei Áurea. Existe um silêncio ensurdecido sobre o movimento no interior da instituição. Pelo contrário, como foi possível demonstrar nesta tese, a SPD sempre manteve postura reticente a qualquer manifestação contra a escravidão, principalmente pela presença de pequenos proprietários escravistas em seu quadro de sócios efetivos, bem como a ligação com patronos importantes, como o eram os sócios protetores, poderosos escravocratas.³⁶

A única referência ao movimento abolicionista que pude encontrar no acervo da instituição foi um convite de 16 de março de 1883 emitido pela Libertadora Bahiana para a SPD. Neste convite, assinado por Eduardo Carigé, consta que, através de votação, os membros

³⁴ Ricardo Tadeu Caires Silva, A Sociedade Libertadora Bahiana e a campanha abolicionista na Bahia (1883-1888), in *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História.*, ANPUH, Florianópolis, julho de 2015, pp. 1-16; Campos, “Sociedade Protetora dos Desvalidos”, p. 56; Campos e Coutinho, “Uma das glórias da raça negra da nossa terra”, pp. 39-40.

³⁵ *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 22 fev. 1888, p. 1; Campos e Coutinho, “Uma das glórias da raça negra da nossa terra”, p. 40.

³⁶ A única menção à Lei Áurea se deu em sessão do dia 13 de maio de 1896, presidida pelo vice-presidente Pedro Jorge Oliveira, no qual o mesmo solicitou que fosse “mencionada nesta ata um voto de louvor em comemoração ao dia 13 de Maio”. O registro consta em: ASPD, Livro de documentos do ano 1896, ata da 18 sessão ordinária da Sociedade Protetora dos Desvalidos de 13/05/1896, aprovada em 20/05/1896.

da Libertadora decidiram convidar a SPD para engrossar as fileiras da luta abolicionista. O convite pode ter sido intermediado por Marcolino, que teria nutrido algum interesse em usar a força da SPD nesse intento. Este documento passou sem nenhuma resposta formal da associação. Bem sabemos, o silêncio também era estratégia política eficaz. Possivelmente, era a velha forma da SPD de não chamar para si uma atenção desnecessária, que poderia causar prejuízos na sua rede de articulações políticas. Como demonstrei em diversos momentos dessa tese, este era o *modus operandi* da SPD, assumir uma postura não combativa. Era o estilo da instituição, fazia parte de sua tradição política.³⁷

Portanto, é interessante observar que o perfil de Marcolino divergia do tipo médio de sócio da SPD, por conta de sua postura abolicionista, partidária e muitas vezes controversa. Não era um personagem que permanecia nas sombras, oculto ou cauteloso. Pelo contrário, estava na linha de frente de um ativismo político naquele final do século XIX, seja através do movimento abolicionista ou com o Partido Liberal. Mesmo assim, encontrou na SPD possibilidades de atuação, ao propor projetos, emitir opiniões e direcionar alternativas. Vejamos como isso aconteceu.

Projetos e sonhos de futuro

Após ser aprovado como sócio efetivo da SPD em 12 de março de 1876, Marcolino José Dias enfrentou um primeiro ano desafiador na instituição. Naquele período, a SPD vivia uma crise de gestão sob a presidência do marceneiro Manoel Leonardo Fernandes, agravada pela tentativa de golpe liderada pelo vice-presidente, o funileiro Caetano de Mattos, em agosto de 1876. Com o apoio de alguns sócios, Mattos assumiu interinamente a presidência e conseguiu influenciar a assembleia geral a deliberar pela destituição de Manoel Fernandes, sob o argumento de que ele havia perdido a confiança da instituição ao abandonar uma sessão sem apresentar justificativa. Além disso, acusou Fernandes de inadimplência com as mensalidades, de utilizar recursos do caixa para empréstimos e pagamentos de origem desconhecida, e de apresentar irregularidades nos demonstrativos financeiros. Contudo, com o suporte de sócios protetores influentes, como Albino Henriques da Silva e Antonio Carneiro da Rocha, Manoel Fernandes conseguiu rapidamente recuperar o controle da SPD.³⁸

³⁷ ASPD, Livro de documentos dos anos 1880 a 1883, nº 3041.

³⁸ Discuti este episódio com mais detalhes em: Campos, *Sociedade Protetora dos Desvalidos*, pp. 46-48; idem, “O jogo político das lideranças do associativismo negro: alianças, conflitos e redes de proteção em Salvador na segunda metade do século XIX”, *Revista Ágora*, v. 31, n. 2 (2020), pp. 11-14.

A partir de outubro de 1876, os membros da SPD elegeram o funileiro Severiano Pedro da Silva como presidente. Durante o mandato de Severiano, o capitão dos Zuavos enfrentou dificuldades para ter suas propostas e preocupações acolhidas. Questões relevantes, como a aprovação de relatórios e contas, bem como a concessão de benefícios, incluindo aposentadorias e pensões, foram frequentemente negligenciadas ou ignoradas, o que gerou insatisfação entre ele e outros sócios. Sob forte pressão interna, liderada em grande parte por Marcolino, Severiano acabou solicitando sua exoneração. O cargo foi então assumido pelo vice-presidente, Narciso Domingos de Santa Izabel, um marceneiro de longa experiência. Entretanto, a gestão de Narciso também foi breve, encerrando-se em julho de 1877, quando Caetano de Mattos assumiu a presidência da associação.³⁹

Com Caetano de Mattos à frente da SPD, Marcolino encontrou um ambiente favorável para suas opiniões e iniciativas. Em documento de 28 de outubro de 1877, escrito em ótima caligrafia, o capitão dos Zuavos expressou seu "voto de reconhecimento" pela "acertada presidência" de Caetano, destacando seu "zelo e perícia incansável" e sua "justiça" na condução dos assuntos da entidade. A boa relação com o novo presidente foi tão produtiva que, dois anos depois, em 23 de novembro de 1879, Marcolino foi empossado como vice-presidente da SPD, ocupando a vaga deixada por Manoel do Nascimento de Jesus, que havia renunciado ao cargo.⁴⁰

Apesar das oportunidades abertas durante a gestão de Caetano de Mattos, Marcolino José Dias não hesitou em criticar as decisões do presidente quando julgava necessário. Essas críticas, muitas vezes, contavam com o reforço do já citado Manuel Raimundo Querino, outro personagem importante na história da SPD. Em 4 de maio de 1879, ao perceber certo afastamento do recém-chegado Manuel Querino, Marcolino apresentou um requerimento solicitando que o novo sócio tomasse assento na assembleia geral da SPD, argumentando que, como associado em dia e presente na assembleia, Querino tinha o direito de participar das deliberações, sem qualquer impedimento. O requerimento foi lido na sessão de 18 de maio daquele ano, mas o presidente Caetano de Mattos minimizou a questão ao afirmar, de forma categórica, que "isto é questão secundária".⁴¹

Aqui cabe apresentar este importante personagem. Manoel Querino nasceu em Santo Amaro da Purificação, no Recôncavo Baiano, em 1851. Multifacetado, atuou como pintor, professor, escritor e funcionário público, desempenhando funções na Secretaria de Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas e no Conselho Municipal de Salvador. Sua presença era

³⁹ ASPD, Livro de documentos dos anos 1875 a 1879, nº 806, 831, 834, 838, 848-849, 852-853 e 855-856.

⁴⁰ ASPD, Livro de documentos dos anos 1875 a 1879, nº 878 e 999.

⁴¹ ASPD, Livro de documentos dos anos 1875 a 1879, nº 962 e 964

notável nos espaços culturais, religiosos e políticos da cidade. Participava ativamente de candomblés, associações de trabalhadores, sociedades abolicionistas, instituições educacionais e partidos políticos, além de ser membro de irmandades religiosas. Entre suas contribuições, destacou-se como diretor do clube carnavalesco Pândegos d'África e liderança em organizações como o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), o Liceu de Artes e Ofícios, o Colégio de Órfãos de São Joaquim e a Academia de Belas Artes. Apadrinhado por figuras influentes do Partido Liberal, como Manoel Correia Garcia e o Conselheiro Dantas, Querino foi também um dos fundadores do Partido Operário na República, tendo sido eleito para o Conselho Municipal por duas legislaturas (1891-1892 e 1897-1899). Antes disso, no período imperial, já havia criado a Liga Operária Bahiana, reforçando seu engajamento político e social.⁴²

No ano seguinte às críticas proferidas por Marcolino e Querino ao presidente da SPD, durante uma sessão do conselho administrativo em 4 de outubro de 1880, o capitão dos Zuavos apontou irregularidades na gestão de Caetano, acusando-o de tomar decisões sem consultar o conselho, em desacordo com as normas da entidade. Nessa mesma reunião, destacou a insatisfação de Manuel Querino com a presidência, relatando que ele havia afirmado sua intenção de se retirar da SPD, pois não estava disposto a "satisfazer os caprichos" do presidente Caetano de Mattos e do 1º secretário Faustino Joaquim de Santana Trindade Cirne. Confrontado pelo 1º secretário, que acusou Marcolino de mentir, o capitão dos Zuavos respondeu que podia comprovar suas declarações, demonstrando sua determinação em defender o colega.⁴³

A relação de Manuel Querino com a SPD, no entanto, é um capítulo à parte. Como discuti em minha dissertação de mestrado, Querino passou de entusiasta da associação a uma figura indesejada em poucos anos. Ele ingressou na SPD em 1877, aos 26 anos, apresentando-se como solteiro, pintor e residente na freguesia da Sé. Nos primeiros anos, desempenhou as funções de visitador e escriturário, mas sua trajetória na entidade foi marcada por tensões. Em julho de 1879, foi multado em mil-réis por descumprir suas obrigações como escriturário, e, por volta de 1880, afastou-se da associação. Minha pesquisa sugere que sua saída pode ter sido influenciada por divergências político-partidárias, pois enquanto a SPD tinha um perfil fortemente monarquista, Querino era defensor da república. Além disso, seu temperamento descrito como "imprevidente nas palavras e atitudes" e sua fama de "coleccionador de desafetos" também podem ter contribuído para o desgaste de sua relação com a entidade, como foi possível perceber em sua fala ao se referir ao presidente Caetano de Mattos em 1880.⁴⁴

⁴² Sobre a trajetória de Manoel Querino, ver: LEAL, op. cit., 2009.

⁴³ ASPD, Livro de documentos dos anos 1880 a 1883, nº 1035.

⁴⁴ Campos, *Sociedade Protetora dos Desvalidos*, pp. 58-65.

Apesar da diferença de idade, Marcolino e Querino parecem ter compartilhado um vínculo especial, possivelmente baseado na experiência comum como veteranos da Guerra do Paraguai. Ou até o fato de serem recém-matriculados na SPD. Anos mais tarde, em 1923, Querino escreveria no artigo *Os homens de cor preta na história*, publicado na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), um verbete elogioso sobre Marcolino, destacando suas realizações e virtudes, o que demonstrou que o reconhecia como personagem relevante da história do Brasil. Portanto, é possível que Marcolino, percebendo sinais de exclusão dirigidos ao recém-chegado Querino, tenha tentado atenuar a situação, enxergando nele um sócio de grande potencial e valor para a associação. No entanto, as tentativas de mantê-lo na associação foram frustradas e Manuel Querino só retornaria para a SPD em 1894, quando o capitão dos Zuavos já havia falecido, mas esta é outra história.⁴⁵

Após o ano de 1880, a participação de Marcolino na SPD se caracterizou pela proposição de projetos e pela conquista de benefícios para a instituição. Um primeiro aspecto a ser mencionado foi sua atuação na instituição com o cuidado e atenção às condições dos órfãos dos sócios falecidos. Em 21 de abril de 1886, Marcolino comunicou à diretoria da SPD que seu cunhado, Amâncio Pacífico dos Anjos, que vinha sendo socorrido pela associação, havia falecido e deixado dois filhos "em completa orfandade". Lembrou que os órfãos estavam matriculados nos livros da instituição, um deles era Domingos da Invenção da Santa Cruz dos Anjos, com idade de 11 anos, e Asterico Anjos Pacífico, com 9 anos. O comunicado surtiu efeito e os órfãos foram contemplados com o direito a pensão.⁴⁶

Da mesma forma, em 5 de maio de 1887, Marcolino requereu que se tomassem "providências acerca dos filhos dos sócios, que se acham aos cuidados desta sociedade; afim de que, o encarregado deles no ato de 3 em 3 meses", apresentassem ao conselho um atestado comprovando como estava a situação dos menores. Sem este documento o tesoureiro não poderia pagar a prestação em dinheiro. Na mesma sessão que foi apresentado seu requerimento, o 1º secretário informou que tinha informações de que a menor Teresa, filha do falecido sócio João Theodoro da Soledade, que ocupara durante muitos anos o cargo de tesoureiro da SPD, "andava maltratada pela sua própria prima e tutora." De pronto, o presidente solicitou ao visitador que fosse verificar a situação da menor que estava sob os cuidados da associação.⁴⁷

⁴⁵ Manuel Querino, "Os homens de cor preta na história" in Jaime Nascimento e Hugo Gama (orgs.), *Manuel R. Querino: seus artigos na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2009, p. 197.

⁴⁶ APSD, Livro de documentos dos anos 1884 a 1889, nº 4064 e 5005.

⁴⁷ APSD, Livro de documentos dos anos 1884 a 1889, nº 5034 e 5037; Campos, "Sociedade Protetora dos Desvalidos", p. 33.

Quando os sócios efetivos faleciam, a SPD buscava atender as demandas dos seus familiares. Os órfãos, viúvas e outros dependentes, como mães e irmãs, devidamente matriculados na SPD, tinham à sua disposição benefícios garantidos pela associação. De acordo com o estatuto de 1874, em seu artigo 3º, parágrafo 2º, um dos objetivos da SPD era “cuidar da subsistência e educação dos filhos dos sócios que falecerem, os filhos legítimos, e naturais que forem perfilhados, na forma da lei”. Acrescentava que só teriam direito a esse benefício as filhas dos sócios até se casarem ou adquirirem outro tipo de amparo, enquanto os filhos até alcançarem a idade de 18 anos. No parágrafo 3º, dizia ainda que cabia à SPD “prestar alimento às viúvas dos mesmos sócios, com a quantia de 8 mil-réis mensais, enquanto elas tiverem disso necessidade e viverem na honestidade, que o público e a sociedade exigem”. Nas primeiras décadas de sua instalação, a SPD teve dificuldade de conceder os benefícios a esses familiares. A partir da década de 1880, as pensões aos dependentes se tornaram mais frequentes.⁴⁸

Na ocasião em que Marcolino manifestou preocupação com os órfãos e chamou atenção dos membros da SPD, sua postura expressava uma preocupação com o que pregavam os estatutos da associação e uma sensibilidade com as transformações da época. Desde meados do século XIX, transformações sociais e mudanças na legislação geraram novas abordagens para lidar com a infância desvalida no Brasil, onde predominava uma política de institucionalização da criança. Médicos e juristas passaram a participar dos debates sobre os rumos da infância abandonada, especialmente após a promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871, e o tema tornou-se recorrente em teses na Faculdade de Medicina.

Na Bahia, instituições como o Asilo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia, a Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim, a Escola de Aprendizes da Marinha e as Escolas Agrícolas assumiram a responsabilidade por esses órfãos. Essas instituições, especialmente voltadas para meninos, buscavam ensinar-lhes um ofício e discipliná-los rigorosamente para o trabalho. O processo educativo estava intimamente ligado à disciplina e ao controle rígido, visando formar cidadãos funcionais para a nação brasileira. Esse projeto, que se pretendia modernizador, buscava inserir o Brasil no grupo das nações ditas civilizadas, promovendo a educação e o trabalho como elementos centrais. O objetivo final era disciplinar a mão de obra disponível, transformando-a em uma geração de adultos obedientes e produtivos.⁴⁹

⁴⁸ Campos, “Sociedade Protetora dos Desvalidos”, pp. 28-34, 107.

⁴⁹ Sobre os órfãos na Bahia do século XIX, ver: Alfredo Eurico Rodrigues Matta, *Casa Pia Colégio dos Órfãos de São Joaquim*, Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 1999; Maihara Raianne Marques Vitoria, “Os filhos da misericórdia: cotidiano e vivências das crianças expostas na Santa Casa de Misericórdia de Salvador (1870-1890)”, Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015; Alan Costa Cerqueira, “De órfãos a trabalhadores: trajetória de crianças exposta no Asilo Nossa Senhora da Misericórdia (1862-1889)”, Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016; Idem, “Tomar o

Além desse olhar sensível aos órfãos, Marcolino teve uma importância na conquista de um dos benefícios mais significativos da SPD: a subvenção anual do Estado, no valor de 1 conto de réis. Ao lado dos sócios protetores Garcia Pires de Carvalho e Albuquerque e João Augusto Neiva, ambos deputados provinciais baianos pelo Partido Liberal, Marcolino conseguiu que a SPD fosse incluída nas leis orçamentárias da província da Bahia, entre 1884 e 1889. Essa conquista colocou a associação em um seleto grupo de organizações contempladas com o benefício, como o Liceu de Artes e Ofícios, a Montepio dos Artistas, a Montepio dos Artífices, a Montepio da Bahia e a Associação Tipográfica Baiana. Dentre essas, apenas o Liceu recebia a quantia mais expressiva de 5 contos de réis, destacando-se pela relevância atribuída à sua atuação.⁵⁰

O auxílio regular veio em boa hora, pois a SPD passava por um momento financeiro complicado. Em 23 de maio de 1875, o presidente Manoel Leonardo Fernandes fez um levantamento de sócios efetivos inadimplentes para serem desvinculados da associação. Entre os 47 membros identificados 18 estavam devendo de 4 meses a 1 ano e 36 devendo mais de cinco anos. Em 1884, o presidente Manoel do Nascimento de Jesus se queixava que a SPD passava por um momento complicado, devido ao grande número de sócios inadimplentes, problemas com rendimentos em bancos e os gastos que vinha sofrendo com obras em suas propriedades, além da ausência de novos sócios.⁵¹

A busca das associações por subvenções estatais não foi exclusiva da Bahia. A Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Recife também demonstrou grande habilidade política ao garantir apoio financeiro do Estado. Em 23 de março de 1854, seus sócios solicitaram à Assembleia Legislativa de Pernambuco o aumento de sua subvenção anual, justificando a necessidade de recursos para financiar novas aulas de primeiras letras e viabilizar a tradução de uma obra estrangeira de geometria para os alunos. O pedido foi atendido, e a subvenção aumentou de 700 mil-réis para 1 conto e 500 mil-réis. Em 1863, a Sociedade voltou a pleitear um reajuste, argumentando que 1 conto de réis era insuficiente para manter as aulas

próprio destino: infância abandonada, lei e trabalho doméstico na Bahia (1862-1912)", Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal da Bahia, 2023; Ana Paula de Souza, "Educação e trabalho no Asilo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia (1870-1890), Dissertação (Mestrado em História da África da Diáspora e dos Povos Indígenas), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2017; Érica Mendes Costa, "Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim: inserção de meninos 'pretos' no pós-abolição (1893-1927)", Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

⁵⁰ ASPD, Livro de documentos dos anos 1880 a 1883, nº 3074; *Leis e resoluções da Assembleia Legislativa da província da Bahia de nº 2.438 a 2.498, votadas em 1884*, Bahia: Typographia do Diário da Bahia, 1885, pp. 125-126; *Leis e resoluções da Assembléa Legislativa Provincial da Bahia de nº 2.552 a 2.573, do anno de 1886*, Bahia: Litho-typographia de João Gonçalves Tourinho, 1887, p. 39.

⁵¹ ASPD, Livro de documentos dos anos 1875 a 1879, nº 743; ASPD, Livro de documentos dos anos 1880 a 1883, nº 3074; ASPD, Livro de documentos dos anos 1884 a 1889, nº 4023.

noturnas. O esforço foi recompensado com um novo aumento, elevando o subsídio para 2 contos de réis anuais. Em 1872, mais uma vez, a associação pernambucana obteve êxito, garantindo um aumento de sua subvenção para 3 contos de réis, demonstrando sua persistência e habilidade de articulação política junto aos representantes provinciais, assim como soube fazer Marcolino José Dias em 1884.⁵²

Com base no que foi apresentado até aqui, não duvido que tenha sido o próprio Marcolino, antes de sua morte, que tenha intermediado, pelo menos, o início das negociações para a conquista de outro benefício importante adquirido pela SPD, que foi a isenção da décima urbana, antigo IPTU, de imóveis que compunham seu patrimônio. Na sessão do dia 27 de outubro de 1887, na condição de vice-presidente, Marcolino solicitou ao 1º secretário a formalização do pedido para a Assembleia Provincial da isenção sob propriedade. Anos depois, em 1889, quando Marcolino já havia falecido, com o auxílio do presidente da província da Bahia à época, o senhor José Luís de Almeida Couto, e dos deputados imperiais, Francisco João Fernandes e o professor Antônio Bahia da Silva Araújo – todos protetores da SPD, e ligados ao Partido Liberal –, aquela associação negra pôde gozar da isenção de imposto sob suas propriedades, o que desafogou bastante as suas contas.⁵³

Além da subvenção do governo provincial, Marcolino articulou um outro projeto importante para a SPD, o asilo destinado aos sócios em situação de vulnerabilidade. Em dezembro de 1886, o capitão dos Zuavos solicitou que não se alugasse o andar superior da sede na Rua do Bispo, freguesia da Sé, para acomodar os sócios que caíssem na indigência, solicitando, por isso, uma assembleia extraordinária para discutir o assunto, devido à existência de burocracias por parte do Império. Em um documento, Marcolino mencionou que o asilo iria funcionar com ajuda de um médico que fosse sócio protetor para diminuir os gastos, cada asilado usaria uma vestimenta apropriada e os enfermeiros seriam os próprios asilados que estivessem em melhores condições, até a SPD conseguir contratar profissionais adequados, para que os sócios recebessem melhor tratamento. Era preciso que o sócio apresentasse uma petição do conselho que provasse a necessidade de assistência.⁵⁴

Ao articular essa iniciativa, talvez Marcolino estivesse dando continuidade a um antigo desejo das lideranças da SPD de construir um asilo que fosse útil aos sócios em condições de indigência. Desde a década de 1850, os sócios buscaram construir um espaço deste tipo. Foi

⁵² Marcelo Mac Cord, *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*, Campinas: Editora da Unicamp, 2012, pp. 130-131, 207, 333.

⁵³ ASPD, Livro de documentos dos anos 1884 a 1889, nº 5066, 6049, 6046 e 6053.

⁵⁴ ASPD, Livro de documentos dos anos 1884 a 1889, nº 5012 e 5025.

através dos protetores que as lideranças da SPD conseguiram assistência legal e financeira para iniciar a construção, gestada durante a presidência de Joaquim de Santana Gomes Ferrão, mas que teve continuidade com a administração de Manoel Leonardo Fernandes, no ano de 1864. Na época, o projeto ainda contou com a ajuda do protetor Antônio Correia Machado, arquiteto e engenheiro da Província, que desenhou a planta e fez o orçamento para a obra. Apesar do Imperador ter concedido autorização para a construção do espaço, parece que o projeto não alcançou o objetivo esperado pelas lideranças, pois pouco foi comentado nos anos posteriores, até o esforço empreendido por Marcolino em 1886.⁵⁵

A partir da segunda metade do século XIX, o Brasil reformulou suas práticas de intervenção sobre indigentes, mendigos, menores de rua, pessoas com transtornos mentais e inválidos. Essa mudança foi impulsionada tanto pela assistência higienista da medicina social, voltada à prevenção de doenças contagiosas, quanto pela crítica filantrópica à caridade, vista como incentivo à ociosidade e ao vício. Com isso, pobreza e mendicância passaram a ser tratadas como ameaças à saúde pública, e uma "cruzada filantrópica" mobilizou a sociedade para promover a ordem e a prevenção sanitária. As políticas higienistas influenciaram o planejamento urbano e o controle social, especialmente em espaços públicos, que passaram a ver nas concentrações de mendigos um risco à saúde dos cidadãos.

A partir dessa visão, instituições como o Asilo de Mendicidade, a Casa de Asilo Santa Isabel e o Asilo de Alienados (Hospício São João de Deus) foram criadas na Bahia do século XIX para abrigar e controlar essa população, retirando-os das ruas e separando os incapacitados de trabalho dos considerados ociosos. Esses asilos, situados em locais afastados e "higienicamente apropriados," garantiam maior controle e contribuía para preservar a saúde pública, tratando os pontos de mendicância como "focos de doenças" que ameaçavam a "salubridade" urbana.⁵⁶

Não sei exatamente o que se passava na cabeça de Marcolino em 1886 ao propor um projeto de asilo para homens de cor sócios da SPD. Provavelmente, Marcolino estivesse de

⁵⁵ ASPD, Livro de registro de pagamentos dos Sócios (1848), nº 144; ASPD, Livro de atas (1862-1868), ff. 43v-45v.

⁵⁶ Sobre a instituição do asilo na Bahia do século XIX, ver: Ronaldo Jacobina, "A prática psiquiátrica na Bahia. Estudos Histórico do Asilo São João de Deus/Hospital Juliano Moreira (1874-1947)", Tese (Doutorado em Saúde Pública), Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001; Walter Fraga Filho, *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*, São Paulo, HUCITEC; Salvador: EDUFBA, 1996; Matta, *Casa Pia Colégio dos Órfãos de São Joaquim*; Vera Nathália dos Santos Silva, "Equilíbrio distante: a mulher, a medicina mental e o asilo. Bahia (1874-1912)", Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005; Kátia Jane Chaves Bernardo, "Envelhecer em Salvador: uma página da história (1850-1900)", Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010, pp. 164-188; Vitoria, "Os filhos da misericórdia"; Cerqueira, "De órfãos a trabalhadores"; Idem., "Tomar o próprio destino"; Souza, "Educação e trabalho no Asilo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia (1870-1890)"; Costa, "Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim".

alguma maneira, tentando proteger os sócios da SPD de serem confundidos com esses sujeitos indesejáveis, como eram pintados pelos médicos e a imprensa. O capitão dos Zuavos pode ter buscado proteger os associados da SPD de qualquer situação que os colocassem numa condição de vulneráveis sem qualquer proteção. Como já conhecemos nosso personagem, e sabendo de suas opiniões sobre o futuro da raça negra, é possível que ele carregasse um projeto de nação na SPD em que os homens de cor teriam o direito a proteção social, sobretudo diante de um Brasil que vivia a crise vertiginosa do escravismo. O Brasil de Marcolino, projetado na SPD, era um país onde homens de cor tinham o direito de envelhecer, adoecer, falecer de maneira digna, pois seus pares o assistiriam com todo cuidado necessário.⁵⁷

Defensor dos ideais abolicionistas, Marcolino faleceu meses antes de ver a abolição da escravidão no Brasil, vítima de uma “congestão cerebral”. Os sócios da SPD se viram surpreendidos e chocados com a notícia. Tiveram certa dificuldade na sucessão do cargo de vice-presidente. As referências e homenagens foram muitas naqueles meses após o seu falecimento. No entanto, os anos seguintes, curiosamente, foram de silêncio sobre sua memória dentro da instituição. Um famoso documento, que foi escrito na ocasião das comemorações do centenário da SPD, intitulado *Histórico e Relatório da Sociedade Protectora dos Desvalidos*, que narra diversos acontecimentos e contribuições de sócios ilustres ao longo dos 100 anos de existência da instituição, timidamente lembrou de sua contribuição com o projeto do asilo.⁵⁸

Em comparação, apesar de uma vaga lembrança nas comemorações do centenário, a memória de Manuel Querino, que foi uma figura que colecionou divergências com a SPD nas últimas décadas do século XIX, foi exaltada no espaço da associação em alguns momentos do século XX. Não se sabe ao certo a data da fotografia, mas até hoje permanece na sala de reuniões da SPD, um quadro de Querino, ao lado de abolicionistas importantes, como Luiz Gama e José do Patrocínio. Além disso, a SPD manteve um local chamado *Centro Lútero Recreativo “Manoel Querino”*, que de acordo com o estatuto de 1956 foi utilizado para “o bem-estar social, com a realização de conferências, palestras, festivais, passeios de recreio, festas dançantes e jogos de salão”.⁵⁹

⁵⁷ O asilo parece ter funcionado com relativa regularidade nos primeiros anos da República, como indicam referências em atas, relatórios e estatutos da época. No entanto, após alguns anos de atividade, acabou sendo dissolvido devido aos prejuízos que causava à Sociedade, em razão de sua limitada receita. Essas informações estão registradas em: *Histórico e Relatório da Sociedade Protectora dos Desvalidos, apresentado pelo Presidente do Directorio, Juventino Silvino da Costa, aprovado em Assembleia Geral de 7 de setembro de 1934, exercício de 1931-1934*, p. 7; ASPD, Livro de documentos dos anos de 1884-1889, nº 6053; ASPD, Livro de documentos dos anos de 1890 a 1892, nº 7090 e 7093.

⁵⁸ ASPD, Livro de documentos dos anos 1884 a 1889, nº 6002, 6003, 6004, 6009, 6053; *Histórico e Relatório da Sociedade Protectora dos Desvalidos*, p. 7.

⁵⁹ Braga, *Sociedade Protetora dos Desvalidos*, p. 43.

É importante lembrar que Manuel Querino ainda retornou uma última vez a SPD, em 1913, com mais de 60 anos de idade, para solicitar pensão de aposentadoria. Na ocasião, se queixou de ter seus pedidos ignorados e criticou os dirigentes da SPD, ao dizer que “o povo brasileiro, proclamando Independência, deu prova de que eles não poderiam continuar sob a tutela feroz do Português, mas a Sociedade dos Desvalidos (sic) não aprendeu a lição e viveu como que fora do convívio social, sem representação”. De acordo com Kim D. Butler, a última referência nesta fala de Querino, parece ser uma insatisfação em relação à resistência das lideranças da SPD em aceitá-lo como representante ou talvez protetor da associação. Tendo em vista as poucas possibilidades de representação política dos sócios da SPD, devido às incertezas dos primeiros anos da República, Querino buscou se colocar como promessa de representação. No entanto, Querino não compreendeu muito bem a tradição política da SPD e projetou uma expectativa que não condizia com a essência da instituição. Aquela organização tinha os seus próprios projetos, independentemente do que pensava um intelectual como Querino. Este aspecto inclusive reforça o argumento central dessa tese sobre a cultura política do associativismo civil negro da SPD.⁶⁰

Provavelmente, a aceitação da memória de Querino na SPD tenha relação com a República brasileira, principalmente por ele ter sido um entusiasta do republicanismo, diferente de Marcolino, que morreu monarquista. Apesar da SPD manter-se monarquistas até os primeiros anos da República, acredito que a instituição deve ter seguido muito bem a cartilha republicana no século XX. A República e o exército brasileiro não fizeram muita questão de lembrar de um homem de cor que se manteve fiel a monarquia, como o fez Marcolino José Dias, apesar de seus feitos na Guerra do Paraguai. Portanto, o silêncio republicano sobre sua figura, pode ter sido incorporado pelos membros da SPD, a ponto de não ter sido devidamente lembrado pela instituição.⁶¹

A trajetória de Marcolino nos ajuda a entender a configuração do associativismo negro no tempo da abolição. Essa cultura política do associativismo civil negro através da SPD no contexto de fim da escravidão, se caracterizou pela presença de projetos que se preocuparam com o acompanhamento e a educação dos órfãos, a necessidade de cuidados aos indigentes através do asilo, e a arrecadação de subsídio estatal para sanar as necessidades financeiras da instituição. Seu legado foi importante também na reafirmação daquele espaço como um local

⁶⁰ Kim D. Butler, *Freedoms given, freedoms won: Afro-Brazilians in post-abolition São Paulo and Salvador*, New Brunswick/Londres: Rutgers University Press, 1998, p. 165.

⁶¹ Após a defesa da minha dissertação de mestrado, o primeiro estudo a destacar as contribuições de Marcolino José Dias à SPD, a diretoria da instituição prestou-lhe uma homenagem. Uma fotografia do capitão dos Zuavos (figura 3) foi exibida em um banner na entrada da sede, localizada no Largo do Cruzeiro de São Francisco.

de pertencimento racial e capaz de promover um projeto nacional em que os negros eram artesãos de seu próprio futuro, diante de um contexto de crise do escravismo.

Alguns anos após a morte de Marcolino, em março de 1893, nos primeiros anos da República no Brasil, um autor que se identificava como J. P., mas que tudo indica ser José do Patrocínio, lamentava os problemas em que se encontrava o “mundo político” da Bahia. Os adjetivos “insondável”, “inextricável” e “emaranhado” davam o tom da percepção que o autor do artigo tinha acerca da atmosfera local naquele momento. De forma saudosista, J. P. mencionava que a Bahia não era mais “a mesma dos Sabinos, Labatus e nem mesmo a de Marcolino José Dias”. A Bahia mencionada no texto era uma terra em que homens de cor contribuíram intensamente nas disputas políticas e souberam negociar as condições de vida em uma sociedade imperial e escravista, como fizeram as lideranças de cor da SPD. A nova Bahia da República trouxe desafios inéditos para os homens de cor, ao negar-lhes o debate público e participação nos movimentos político-partidários, como percebeu muito bem Manuel Querino. E essa é uma história que não se encerra aqui.⁶²

⁶² Campos e Coutinho, “Uma das glórias da raça negra da nossa terra”, p. 42. Os Sabinos eram uma referência aos revoltosos da Sabinada, uma revolta federalista liderada pelo médico e jornalista Francisco Sabino, ocorrida na Bahia entre 1837 e 1838. Outra figura de destaque mencionada era o general Pedro Labatut, principal líder militar nos confrontos pela Independência do Brasil na Bahia. Sobre Manuel Querino e sua percepção acerca da República, ver: Leal, *Manuel Querino entre letras e lutas*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese, busquei contribuir para o conhecimento sobre a experiência do associativismo negro de caráter civil na Bahia do século XIX. Para tanto, utilizei como objeto de pesquisa a Sociedade Protetora dos Desvalidos, a primeira associação civil negra instalada em 1851 e reconhecida em 1861 pelo Estado imperial brasileiro. Essa organização tinha como objetivo principal o auxílio mútuo entre trabalhadores "de cor preta", brasileiros, livres, alfabetizados, que exerciam ofícios manuais especializados e apresentavam bom comportamento, ou seja, eram ajustados ao regime imperial, o que significava apoiar a ordem escravista, neste caso pelo silêncio. Pelo menos alguns de seus membros eram, inclusive, escravizadores de gente, a exemplo de Manoel José d'Étre. Nessa associação, os sócios tinham direito a socorro em momentos de doença, pensão aos familiares, aposentadoria, funeral digno e outros benefícios.

Defendi a tese da existência de uma cultura política do associativismo civil negro na Bahia oitocentista. Essa forma de fazer política buscava afirmar uma concepção de cidadania baseada na discriminação positiva da cor, por um lado, e na inserção do homem negro no jogo paternalista. Para alcançar esse objetivo, utilizava-se a negociação e o estabelecimento de alianças entre trabalhadores negros e as autoridades e outros poderosos baianos, como empresários e proprietários rurais. Essa cultura política associativista negra, de caráter civil, representava uma continuidade das experiências acumuladas pelas irmandades religiosas, mas se apresentava como algo novo na esfera pública do Império. Por meio dessa cultura associativa, um grupo de homens negros conseguiu navegar pelas estruturas da ordem imperial, ainda que isso exigisse alianças com brancos no controle do poder político e econômico.

Analisei a disputa em torno do cofre da Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos, iniciada em 4 de junho de 1848, um episódio pouco explorado pela historiografia da SPD, dissidência que ajudou na instalação daquela nova associação. Demonstrei as motivações e os sentidos das ações do grupo dissidente que promoveu a mudança da sede da Capela dos Quinze Mistérios, localizada na freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, para a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos das Portas do Carmo, na freguesia do Passo.

Identifiquei os principais atores envolvidos, bem como os interesses que motivaram o conflito, buscando compreender como esses indivíduos atuaram nos trâmites jurídicos e políticos. Constatei que a ruptura institucional com a Irmandade foi motivada por fatores como

diferenças geracionais, a predominância de marceneiros entre os dissidentes, a ligação de muitos com a Irmandade e a Igreja do Rosário dos Pretos, a residência em freguesias centrais da cidade de Salvador e o perfil empresarial de alguns, além das relações com comunidades africanas e do candomblé, inclusive enquanto senhores de escravos africanos (por exemplo, Manoel José D’Etre). Além disso, especulei que os dissidentes podem ter vislumbrado a mudança de sede por conta do tamanho reduzido da Capela dos Quinze Mistérios, além das divergências com a irmandade anfitriã.

Também investiguei como os membros da Sociedade Amparo dos Desvalidos, fundada em 1851 e posteriormente renomeada Sociedade Protetora dos Desvalidos, se articularam para consolidar a instituição em conformidade com a Lei nº 1.083 de 1860, conhecida como Lei dos Entraves, e os decretos nº 2.686 e 2.711. Essa legislação impunha controle dos governos provincial e imperial sobre associações beneficentes no Brasil e o Conselho de Estado restringiu a formação de organizações negras. No entanto, os membros da SPD adotaram como estratégia a construção de uma imagem positiva de seu grupo, aceitando apenas trabalhadores brasileiros, livres, letrados, especializados em algum ofício e que respeitassem a ordem vigente. Ademais, reproduziram das irmandades a categoria de “sócio protetor”, gente branca e de prestígio político e social que os ajudassem nos movimentos de negociação, incluindo entre esses associados autoridades, como presidentes de província, chefes de polícia, delegados, desembargadores, médicos e oficiais militares.

Como exemplo, dentre os quadros da SPD, destaquei a trajetória do sócio Marcolino José Dias durante as décadas de 1870 e 1880. A partir de sua experiência, foi possível perceber que existia um projeto de nação na SPD, sem desconsiderar o pertencimento racial. O capitão dos zuavos amadureceu o entendimento da SPD como espaço de pertencimento e acolhimento racial, e chamou a atenção para os cuidados com os órfãos de seus sócios. Além disso, Marcolino conquistou para a SPD alguns benefícios, como a subvenção estatal de 1 conto de réis anual. Por fim, articulou o projeto de um asilo na sede da SPD, destinado a amparar sócios em situação de vulnerabilidade material. Deste modo, não resta dúvidas de que Marcolino foi um dos personagens mais importantes do associativismo civil negro na Bahia do século XIX.

A investigação sobre a SPD permitiu iluminar aspectos fundamentais da história do associativismo negro no Brasil, revelando como trabalhadores livres de cor utilizaram as ferramentas políticas disponíveis no século XIX para afirmar sua dignidade e conquistar espaços de cidadania. Busquei compreender a complexidade das escolhas feitas por esses indivíduos, evitando simplificações ou julgamentos anacrônicos. O objetivo foi humanizar os

sujeitos históricos, reconhecendo suas contradições, estratégias e agências em um contexto marcado pela escravidão.

A SPD consolidou-se como um espaço único na Bahia oitocentista, inaugurando uma nova forma de fazer política no cenário imperial. Por meio do associativismo civil, caracterizado por uma associação de ajuda mútua, seus membros articularam-se em torno de um projeto político que combinava solidariedade e negociação, estabelecendo alianças com autoridades locais. Esse modelo, caracterizado pela discrição e pragmatismo, ofereceu uma via distinta de ação, contrastando com movimentos mais disruptivos, como revoltas ou insurreições, e o próprio movimento abolicionista.

A trajetória da SPD evidencia a relevância da cor como recurso político, instrumentalizada por seus membros para conquistar direitos e melhorar as condições de vida de suas famílias. A construção de uma identidade racial compartilhada foi central para o sucesso dessa estratégia, possibilitando a criação de uma rede de proteção e assistência que, além de oferecer amparo material, conferia dignidade e orgulho pessoal aos trabalhadores negros. A SPD, assim, não foi apenas uma resposta à precarização da liberdade, mas também um espaço de formulação de projetos políticos e de nação a partir das vivências dos homens de cor.

Ao adotar uma abordagem crítica e contextualizada, esta tese evitou visões ufanistas ou redutoras. Não busquei transformar os membros da SPD em heróis nem vê-los apenas como vítimas do sistema escravista. O foco esteve em compreender como esses sujeitos históricos navegaram pelas contradições e tensões de seu tempo, apropriando-se das ferramentas disponíveis para construir alternativas possíveis. Reconhecer essas escolhas é essencial para entender as dinâmicas de poder no Brasil imperial, bem como para ampliar nossa compreensão sobre as múltiplas formas de ação política empreendidas pela população negra.

Por fim, a SPD exemplifica como a história do associativismo negro está profundamente ligada à luta por cidadania e reconhecimento. Ao definirem suas próprias pautas e estratégias, os membros da SPD inseriram-se ativamente na esfera pública, moldando os discursos e práticas de seu tempo. Esse legado constitui uma contribuição para o estudo da história da população negra no Brasil. Espero que esta investigação contribua para que futuros historiadores e historiadoras, com os avanços da historiografia, possam explorar aspectos que não foram possíveis neste estudo.

POST SCRIPTUM: SE ASSOPRAR, PODE ACENDER DE NOVO

Em junho de 1984, em um contexto de abertura democrática no Brasil, após duas décadas de Ditadura Civil-Militar, o jornal *NÊGO*, boletim informativo do Movimento Negro Unificado – Seção Bahia, publicou uma entrevista com Pedro Nascimento, então presidente da Sociedade Protetora dos Desvalidos. O objetivo era “trazer à comunidade, principalmente para sua parcela mais jovem, algumas informações sobre aquela que é, provavelmente, a mais antiga entidade negra do Brasil.” Mais do que isso, a expectativa era que a publicação da entrevista fosse um estímulo para que pessoas da comunidade entendessem o significado da SPD, que àquela altura completava 152 anos de fundação.¹

A organização responsável pelo jornal *NÊGO*, o Movimento Negro Unificado (MNU), foi fundada em 18 de junho de 1978, em São Paulo, em um contexto de crescente repressão política durante a ditadura e de intensificação das lutas por direitos civis e sociais. O MNU surgiu como resposta à discriminação racial, colocando o racismo como questão central na luta pelos direitos humanos. O movimento buscava combater o racismo institucional e estrutural, denunciar a violência policial contra a população negra e reivindicar políticas públicas que promovessem igualdade racial e a valorização da cultura negra. A formação do MNU marcou uma ruptura com a visão assimilacionista predominante, ao afirmar a identidade negra como um ato político e de resistência coletiva, sendo pioneiro em articular uma agenda de luta racial conectada às lutas mais amplas pela democracia no Brasil.²

Entre as muitas perguntas realizadas naquela entrevista de 1984, como a origem e os objetivos da instituição, sua relação com a escravidão e o pós-abolição, o entrevistador questionou Pedro Nascimento sobre a existência de algum diálogo da SPD com movimentos de resistência negra mais combativos ao regime escravista, como quilombos e revoltas escravas. Em resposta, Nascimento disse que a SPD atuou na luta por liberdade e dignidade de “forma indireta”, ao agir nos bastidores, com o acolhimento de escravizados fugidos e compra de alforrias, sem a necessidade de enfretamento com as autoridades. Nas palavras do então presidente:

¹ *NÊGO*, Salvador, 06/1984, p. 3.

² Para mais detalhes sobre o Movimento Negro Unificado (MNU), ver: Petrônio Domingues, “Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos”, *Tempo*, v. 12 (2007), pp. 100-122; Regina Pahim Pinto, *O Movimento Negro em São Paulo: luta e identidade*, São Paulo: Editora da UEPG, Fundação Carlos Chagas, 2013; Andersen Figuerêdo, *Ativismo negro em Salvador no Período da Ditadura Militar (1970-1980)*, Cachoeira: Portuário Atelier Editorial, 2022.

As autoridades sempre reconheceram, sempre trataram esta Casa com o devido respeito, pela postura de seus diretores que sempre se preocuparam em mantê-la viva, mantê-la atuante, mas sem que ela viesse a adotar qualquer *postura de confronto* com os órgãos constituídos. Também não nos consta que tenha, em qualquer época da história deste país, havido qualquer intervenção dos órgãos oficiais nesta entidade. Veio o Estado Novo, 64... a mim me parece que logo após a *revolução*, a diretoria que aqui estava, entrou em contato com o Comandante da 6ª Região, para saber se haveria algum empecilho quanto à realização de reuniões e teria dito o Comandante que esta Casa, era uma Casa confiável, que não tinha nada que pudesse impedir que a sua diretoria continuasse realizando suas reuniões normalmente (Grifo meu).³

Apesar do presidente da SPD lamentar, em outra oportunidade da entrevista, que os membros deixaram de fazer política após a lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, que pôs fim ao sistema escravista no Brasil, sua fala e as próprias evidências documentais, revelam o oposto, pois os sócios da Irmandade e da Sociedade dos Desvalidos, desde o período do Império, e mesmo após a Proclamação da República, estavam mergulhados em articulações políticas. As lideranças da irmandade e da associação souberam se movimentar no jogo de negociações e entendiam exatamente quando e com quais pessoas deveriam dialogar. Existia uma tradição compartilhada pelos membros da SPD, sobretudo entre as lideranças, de se adaptar aos contextos políticos, ao negociar benefícios com as autoridades estabelecidas. Era o tipo de associativismo negro por eles adotado.

Essa habilidade política pode ser identificada durante a monarquia, quando conseguiram funcionar como uma associação estatutariamente negra, mesmo diante de um aparato de Estado imperial que proibia o associativismo através do critério de identidade racial. Da mesma forma foram os primeiros anos da República, quando rapidamente souberam se articular em torno dos novos e/ou velhos políticos, principalmente quando a instituição precisou atualizar antigos benefícios, como a isenção da décima urbana (IPTU) e a subvenção anual no valor de 1 conto de réis, auxílio imprescindível para a garantia dos benefícios dos associados.⁴

No século XX, durante o governo do presidente Getúlio Vargas, mesmo no período mais crítico do Estado Novo (1937-1945), quando diversas associações negras foram extintas, como a Frente Negra Brasileira (FNB), a SPD foi exitosa em sua estratégia de passar incólume pelas mudanças políticas. Até mesmo em um outro período duro da história do Brasil, diante da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), a associação estava lá e manteve-se atuante, como

³ *NÊGO*, Salvador, 06/1984, p. 3.

⁴ Lucas Ribeiro Campos, “Sociedade Protetora dos Desvalidos: mutualismo, política e identidade racial em Salvador (1861-1894)”, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018, pp. 39-65, 66-80.

demonstra Pedro Nascimento, ao se referir aos eventos de 1964 como “revolução”, uma leitura oficial do regime ditatorial, diante do jornal *NÊGO*, que representava o MNU, movimento nada simpático àquele regime político brasileiro. A fala de Nascimento indica que a SPD fez sua própria leitura do golpe civil-militar de 1964, leitura coerente com o seu passado, e resolveu adotar uma postura de diálogo com o regime, ao acionar o Comandante da 6ª Região, que sinalizou confiança no comportamento ordeiro daquela associação.⁵

Figura 5 – Capa do jornal *NÊGO*



Fonte: *NÊGO*, Salvador, 06/1984, p. 1.

O golpe de 1964 no Brasil foi interpretado pelos militares como uma "revolução", recebendo o respaldo de diversos setores da sociedade e da mídia. Essa narrativa serviu para justificar as ações políticas que culminaram na ruptura da ordem democrática e constitucional, sendo vista por algumas autoridades políticas, religiosas e militares como um meio de garantir a sobrevivência e continuidade do novo regime. Além disso, o termo "revolução" foi utilizado

⁵ *NÊGO*, Salvador, 06/1984, p. 3. Sobre a interpretação da Ditadura Civil-Militar como um produto social, constituído pela participação e apoio de parcela da população, ver: Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat (orgs.), *A Construção Social dos Regimes Autoritários: Brasil e América Latina*, volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

como um instrumento para reforçar a identidade e a coesão social. Para consolidar essa visão de liberdade e progresso, os responsáveis pelo golpe de 1964 recorreram ao apoio da imprensa, que também demonstrava interesse no processo em andamento.⁶

Ao ser questionado na entrevista sobre o fato de muitas pessoas na comunidade negra da Bahia afirmarem que a SPD era uma organização fechada, com difícil acesso, resistente à penetração dos movimentos negros, Pedro Nascimento respondeu que o “fechamento surgiu como necessidade de preservação, sobrevivência da entidade”. Nascimento reconheceu a necessidade de uma renovação do quadro associativo, pelo risco de a instituição desaparecer, mas entendia que o ingresso de novos sócios precisava ser feito com cuidado, ao alertar aos interessados que era preciso respeitar as normas internas e as tradições da SPD. O então presidente entendia que era preciso “injetar sangue novo”, mas não do jeito que um determinado grupo buscou fazer, “ao ingressar em bloco sem ter visão do que é a Protetora” – provavelmente uma referência a ativistas do movimento negro. Encerrava a entrevista com uma fala bastante reveladora:

Uma Casa com 151 anos, estará completando agora em setembro 152 anos, deve ter alguma coisa pra contar. Foi criada com os melhores propósitos e dentro de um determinado momento histórico ela contou a sua história, teve a sua participação, e isto está registrado em nossos anais. *Não pode ser vista assim como um amontoado de coisas velhas, onde as pessoas não têm nada na cabeça.* O trabalho que começa a ser realizado pelas lideranças dos movimentos em relação à Protetora, eu louvo e considero muito bom. Na minha administração teremos esta liberdade de discussão, a Casa estará aberta, os nossos arquivos estarão abertos para as pesquisas. E quem quiser conhecer melhor a Protetora, nossos costumes e se enfronhar com tudo que acontece aqui dentro, é se propor a associado, sabendo que *o simples fato de ser negro não é o bastante para ser admitido como sócio* (grifo meu).⁷

Pedro Nascimento destaca que uma associação com tantos anos de história não pode ser vista “como um amontoado de coisas velhas, onde as pessoas não têm nada na cabeça.” Ele reconhece o esforço das novas lideranças do movimento negro em trabalhar junto à SPD, e deixa claro que, em sua gestão, haverá espaço para diálogo e que a casa estará sempre aberta. Contudo, afirma que aqueles que desejarem compreender melhor a SPD e seus costumes devem estar dispostos a se tornarem associados, ressaltando que “o simples fato de ser negro não é o bastante para ser admitido como sócio.” Em outras palavras, reafirma-se o caráter tradicional

⁶ Alessandra Carvalho e Ludmila da Silva Catela, “31 de marzo de 1964 en Brasil: memórias deshilachadas” in Elizabeth Jelin (org.), *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “infelices”*, (Bueno Aires: Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2002), pp. 196-199.

⁷ *NÊGO*, 06/1984, p. 3.

da SPD, que, desde os tempos imperiais, opera de forma independente, seguindo suas próprias demandas, alheia às pressões externas, inclusive do movimento negro contemporâneo. Pedro Nascimento enfatiza que essa autonomia não torna a SPD um ator político desarticulado ou desprovido de inteligência. Muito pelo contrário: a associação sempre soube exatamente quais eram seus objetivos. Para ele, quem não havia compreendido plenamente o que representava a SPD eram os membros do MNU.

A resposta do presidente Pedro Nascimento, assim como toda a entrevista, revela uma tensão geracional entre a SPD e os ativistas dos movimentos negros, diante de um contexto de redemocratização no Brasil. Mais do que isso, o tom das perguntas e das respostas, demonstra uma incompatibilidade na forma de agir para solucionar os problemas da comunidade negra na Bahia, pois existiam entendimentos diferentes sobre a luta política. Em um ambiente de crise política e luta pela abertura democrática, existiam nuances na forma como esses grupos se moveram naquele momento. Essas contradições revelam um processo de luta muito complexo. Apesar da SPD continuar naquela época atuando com suas ações de beneficência, também assumiu uma postura antirracista, ao promover, por exemplo, um Comitê Antiapartheid em relação ao regime racista da África do Sul, ao ceder seu espaço para a celebração aos 150 anos da Revolta dos Malês, em 1985, para palestras sobre a relação do negro com a constituinte de 1987, além de eventos organizados pelo MNU. Neste sentido, apesar de seu combate ao racismo, algo que compartilhava com o MNU, a SPD decidiu, como sempre fez, agir através do seu modo de fazer política.⁸

A fala de Pedro Nascimento demonstra o entendimento que aquela liderança, em 1984, tinha do legado deixado por seus antecessores. A tradição política, a estratégia de luta indireta, a mobilização nos bastidores, a negociação sem enfrentamento, era o *modus operandi* das lideranças da SPD durante a sua existência. Foi assim que a instituição conseguiu garantir que seus associados e familiares conseguissem de algum modo a garantia de proteção contra as adversidades que assolavam, principalmente, a população negra. Pedro Nascimento e os seus contemporâneos, em 1984, assim como Juventino da Silva Costa e os membros que comemoravam o centenário em 1932 – como narrado na Introdução desta tese –, não deixaram em nenhum momento de lembrar, falar e registrar a tradição política inaugurada por seus ancestrais.

⁸ Husani Kamau Antonio, “Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD), Salvador - Bahia: um estudo sobre a importância de sua trajetória e legado”, Dissertação (Mestrado em Arqueologia e Patrimônio Cultural), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2023, pp. 93-98.

Se assoprar, a brasa dos tempos áureos da SPD, que foi competente na arte de fazer política, pode acender de novo, renascida. E foi assim que a SPD conseguiu, de tempos em tempos, se adaptar aos diversos contextos. Nos últimos anos, reacenderam uma brasa esquecida pelos membros da SPD. Era a luta das mulheres negras por direitos sociais. Com a eleição de Lígia Margarida, em 2015, e a participação sucessiva de mulheres na gestão da instituição, a SPD passou a observar pautas importantes para o movimento negro, como a questão quilombola, o debate sobre empoderamento das mulheres negras, a luta contra o genocídio da juventude negra e outras pautas. Deste modo, a SPD sempre foi e será vanguarda.

FONTES

Arquivo da Sociedade Protetora dos Desvalidos (ASPD)

- Livro de termos (1832-1847);
- Livro de termos (1847-1849);
- Livro de registro de pagamento dos sócios (1848);
- Livro de caixa dos penhores (1851);
- Livro de termos de entrada de sócios (1851);
- Livro de termos dos sócios protetores (1851-1883);
- Livro de termos dos sócios protetores (1883-1920);
- Livro de atas (1862-1868);
- Livro de matrículas dos sócios (1872);
- Livro de documentos dos anos de 1875 a 1879;
- Livro de documentos dos anos de 1880 a 1883;
- Livro de documentos dos anos de 1884 a 1889;
- Livro de documentos dos anos de 1890 a 1892;
- Livro de termo de entrada de sócios (1892-1894);
- Livro de documentos do ano de 1893;
- Livro de documentos do ano de 1894;
- Livro de Termos nº 3 (1894);
- Livro de inscrições de sócios (1895);
- Livro de documentos do ano de 1896;
- Livro de documentos do ano de 1898;
- Livro de documentos (1898);

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)

Seção Colonial e Provincial:

- Correspondência recebida (1854-1855), maço nº 6317, requerimento de José Pedro da Silva Paraguassú ao chefe de polícia de 18/04/1855;
- Presidência da Província, Correspondência recebida da Sociedade Protetora dos Desvalidos (1861-1880), maço nº 5306;
- Atos do Governo da Província (1861), maço nº 972, ata da sessão da assembleia geral de 06/01/1861;
- Atos do Governo da Província (1861), maço nº 972, requerimento de autorização do estatuto da Sociedade Amparo dos Desvalidos de 06/01/1861;
- Atos do Governo da Província (1861), maço nº 972, aprova os Estatutos da Sociedade Amparo dos Desvalidos;

Seção Judiciária:

- Inventário. Classificação 07/3062/11;

Biblioteca Nacional Digital (BNDigital)

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional:

a) Periódicos:

- *Idade d' Ouro do Brazil*, Salvador, 30/07/1813;
- *Correio Mercantil*, Salvador, 23/05/1838;
- *Correio Mercantil*, Salvador, 19/07/1838;
- *Correio Mercantil*, Salvador, 22/12/1838;
- *Correio Mercantil*, Salvador, 24/12/1838;
- *Correio Mercantil*, Salvador, 15/02/1839;
- *Correio Mercantil*, Salvador, 27/02/1839;
- *Correio Mercantil*, Salvador, 06/07/1839;
- *Correio Mercantil*, Salvador, 10/07/1839;
- *Correio Mercantil*, Salvador, 03/01/1840;
- *Correio Mercantil*, Salvador, 27/02/1840;
- *Correio Mercantil*, Salvador, 06/05/1840;
- *Correio Mercantil*, Salvador, 25/10/1841;
- *Correio Mercantil*, Salvador, 04/12/1841;
- *Correio Mercantil*, Salvador, 13/01/1843;
- *Correio Mercantil*, Salvador, 20/03/1843;
- *Correio Mercantil*, Salvador, 11/10/1843;
- *Correio Mercantil*, Salvador, 21/04/1847;
- *Correio Mercantil*, Salvador, 01/02/1849;
- *Correio Mercantil*, Salvador, 19/12/1849;
- *Jornal da Sociedade de Agricultura, Commercio, e Industria da Província da Bahia*. Bahia, Typ. de Moreira, anno de 1833;
- *O Mercantil*, Salvador, 09/12/1845;
- *Correio Mercantil*, Salvador, 05/06/1847;
- *Correio Mercantil*, Salvador, 12/05/1848;
- *Correio Mercantil*, Salvador, 18/06/1848;
- *Correio Mercantil*, Salvador, 16/11/1848;
- *O Guaycuru*, Salvador, 02/06/1846;
- *O Guaycuru*, Salvador, 29/11/1850;
- *O Guaycuru*, Salvador, 12/03/1852;
- *O Constitucional*, Salvador, 06/12/1851;
- *O Noticiador Catholico*, Salvador, 10/02/1855;
- *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 06/04/1865;
- *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 15/10/1869;
- *Diario do Rio de Janeiro*, 14/10/1871;
- *O Monitor*, Salvador, 23/09/1876;
- *O Monitor*, Salvador, 29/03/1878;
- *O Monitor*, Salvador, 15/08/1878;
- *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 03/04/1878;
- *Diario do Maranhão*, Maranhão, 16/05/1878
- *Corsario*, Rio de Janeiro, 03/07/1883;
- *Gazeta da Tarde*, Salvador, 14/09/1884;
- *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 22/02/1888;
- *Bahia Illustrada*, Rio de Janeiro, nº 11, ano II, 1918.

b) Almanques:

- *Almanach para o ano de 1845*. Bahia: Na Typ. de M. A. da S. Serva, 1845;

- *Almanak administrativo mercantil, e industrial da Bahia, para o anno de 1855, organizado por Camillo de Lellis Masson*. Primeiro anno. Bahia: Typ. de Camillo de Lellis Masson & C., 1854;
 - *Almanak administrativo, mercantil, e industrial da Bahia, para o anno de 1856, organizado por Camillo de Lellis Masson*. Segundo anno. Bahia: Typ. de Camillo de Lellis Masson & C., 1855.
 - *Almanak administrativo, mercantil e industrial da Bahia para o anno de 1857, organizado por Camillo de Lellis Masson*. Terceiro anno. Bahia: Typ. de Camillo de Lellis Masson & C., 1857;
 - *Almanak administrativo, mercantil e industrial da Bahia para o anno de 1858, organizado por Camillo de Lellis Masson*. Quarto anno. Bahia: Typographia de Camillo de Lellis Masson & C, 1858;
 - *Almanak administrativo, mercantil e industrial da Bahia para o anno de 1860, organizado por Camillo de Lellis Masson*. Sexto anno. Bahia: Typ. de Camillo de L. Masson & C., 1860;
 - *Almanak administrativo mercantil e industrial da Bahia para o anno de 1862, organizado por Camillo de Lellis Masson*. Oitavo anno. Bahia: Typ. de Camillo de L. Masson & C., 1862;
 - *Almanak administrativo, commercial e industrial da Provincia da Bahia para o anno de 1873, quinquagesimo segundo da independencia e do imperio, compilado por Altino Rodrigues Pimenta*. Anno I, quarta parte. Bahia: Typographia de Oliveira Mendes & C., 1872;
- c) **Leis, resoluções, regulamentos e outros:**
- *Collecção dos regulamentos, instruções e actos expedidos pela presidencia da provincia da Bahia, e bem assim dos contractos com ella celebrados no anno de 1861, parte II*, Bahia: Typographia de Antonio Olavo da França Guerra, 1861, actos expedidos pelo presidente da província da Bahia em 1861;
 - *Leis e resoluções da Assembleia Legislativa da província da Bahia de nº 2.438 a 2.498, votadas em 1884*, Bahia: Typographia do Diário da Bahia, 1885;
 - *Leis e resoluções da Assembléa Legislativa Provincial da Bahia de nº 2.552 a 2.573, do anno de 1886*, Bahia: Litho-typographia de João Gonçalves Tourinho, 1887;
- d) **Falas e relatórios de presidentes de província:**
- *Falla recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Pronvíncia, o Dezembargador João Lins Vieira Cansasão de Sinimbú. Em 1 de setembro de 1857*. Bahia: Typ. de Antonio Olavo da França Guerra, 1857;
 - *Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província, o Doutor Francisco Xavier Paes Barreto. Em 15 de março de 1859*. Bahia: Typographia de Antonio Olavo da França Guerra, 1859;
 - *Relatorio com que o Exm. Snr. Conselheiro Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, presidente da província, passou interinamente a administração da mesma ao Exm. Senhor Conselheiro Manuel Maria do Amaral, Vice-Presidente, em 15 de dezembro de 1863*. Bahia: Typ. Poggetti-de Tourinho, Dias, & C.^a, 1864, p. 38.

Biblioteca Brasileira e Guita José Mindlin

Acervo Digital:

a) Dicionários:

- *Diccionario da lingua portugueza, composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro, Tomo Primeiro (A-K)*, Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789;
- *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*, Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832;

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

Obras raras:

a) Leis do império:

- *Collecção das Leis do Império do Brasil de 1841*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1842, Tomo IV, parte I.

Biblioteca Digital Luso-Brasileira

BNDigital do Brasil:

- *Planta da cidade de São Salvador, capital do estado federado da Bahia*, organizado por Adolfo Morales de Los Rios, 1894.

Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)

Setor de periódicos raros:

a) Leis:

- *Collecção das Leis do Império do Brazil de 1860*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1860, Tomo XXI, Parte I;
- *Collecção das Leis do Império do Brazil de 1860*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1860, Tomo XXIII, Parte II;
- *Collecção das Leis do Império do Brasil de 1871*. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1871, Tomo XXXI, Parte I;Lei

b) Periódicos:

- *A Tarde*, Salvador, 15/09/1932;

Biblioteca Virtual Consuelo Pondé (BVCP)

Acervo e referências:

a) Periódicos:

- *O Alabama*, Salvador, 22/06/1867;
- *O Alabama*, Salvador, 31/07/1870;

Negritos

a) Periódicos:

- *NÊGO*, 06/1984;

Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (IHGB)

a) Periódicos:

- *Gazeta de Notícias*, Salvador, 18/06/1894;

Outros

- *Publicações do Arquivo do Estado da Bahia. Tombo dos bens das ordens terceiras, confrarias e irmandades da cidade do Salvador instituído em 1853. Volume VI. Bahia: Imprensa Oficial, 1948.*
- Histórico e Relatório da Sociedade Protectora dos Desvalidos, apresentado pelo Presidente do Directorio, Juventino Silvino da Costa, aprovado em Assembleia Geral de 7 de setembro de 1934, exercício de 1931-1934.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Tenner Inauhiny de. *Os sentidos da liberdade: a trajetória do padre Daniel Pedro Marques de Oliveira na província do Amazonas (1850-1880)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ANDRADE, Humberto Santos de. *Gráficos e Mutualismo: a trajetória da Associação Tipográfica Baiana (Salvador, final do século XIX e início do XX)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.
- _____. Mutualismo e Imprensa: o processo de fundação da mutual dos tipógrafos e a Revista da Associação Tipográfica Baiana. *Revista Escripturas*, v. 3, n. 1, p. 99-120, 2019.
- ANDREWS, George Reid. *América Afro-Latina 1800-2000*. São Carlos: EdUFSCar, 2014.
- ANTONIO, Husani Kamau. *Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD), Salvador - Bahia: um estudo sobre a importância de sua trajetória e legado*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia e Patrimônio Cultural), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2023.
- AZEVEDO, Célia M. Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.
- BACELAR, Jeferson; SOUZA, Maria Conceição Barbosa de. *O Rosário dos Pretos do Pelourinho*. Salvador: Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, 1974.
- BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BASILE, Marcello Basile. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila. *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 53-120.
- BATALHA, Claudio. Os desafios atuais da história do trabalho. *Anos 90*, v. 13, n. 23/24, p. 87-104, 2006.
- BRAGA, Júlio. *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor*. Salvador: Ianamá, 1987.
- BERNARDO, Kátia Jane Chaves. *Envelhecer em Salvador: uma página da história (1850-1900)*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.
- BERSTEIN, Serge. Cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-364.

BRANDÃO, Silmária. Muito além do silêncio: as viúvas comerciantes do século XIX em Salvador. *Revista feminismos*, v. 4, n. 3, p. 14-29, 2016.

BRITO, Jailton Lima. *A Abolição na Bahia: 1870-1888*. Salvador: CEB, 2003.

BUTLER, Kim D. *Freedoms given, freedoms won: Afro-Brazilians in post-abolition* São Paulo and Salvador. New Brunswick/Londres: Rutgers University Press, 1998.

CAMPOS, Lucas Ribeiro. *Sociedade Protetora dos Desvalidos: mutualismo, política e identidade racial em Salvador (1861-1894)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

_____. Cor e raça na identidade dos membros da Sociedade Protetora dos Desvalidos (Salvador, 1861-1894). *Revista Historiar*, v. 10, n. 18, p. 145-168, 2018.

_____. O jogo político das lideranças do associativismo negro: alianças, conflitos e redes de proteção em Salvador na segunda metade do século XIX. *Revista Ágora*, v. 31, n. 2, p. 1-18, 2020.

_____.; COUTINHO, Jamile Serra. “‘Uma das glórias da raça negra da nossa terra’: a trajetória do liberto Marcolino José Dias, capitão dos Zuavos Baianos”. In: RIBEIRO, Djamila; ALMEIDA, Lizandra Magon; ROCHA, Maurício (orgs.). *Uma nova História, feita de histórias: personalidades negras invisibilizadas da História do Brasil*. São Paulo: Jandaíra, 2021, p. 31-43.

CARMO, Emerson Cláudio Cordeiro do. *Memória e associativismo mutualista em Salvador: um estudo centrado na Sociedade Protetora dos Desvalidos*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2019.

CARVALHO, Alessandra; CATELA, Ludmila da Silva. "31 de marzo de 1964 em Brasil: memórias deshilachadas". In: Elizabeth Jelin (org.). *Las conmemoraciones: las disputas em las fechas "in-felices"*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: a política imperial*, São Paulo: Vértice, 1988.

_____. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTELLUCCI, Aldrin A. S. A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia (1832-1930). *Revista Mundos do Trabalho*, v. 2, n.º 4, p. 40-77, 2010.

_____. Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930). *Afro-Ásia*, n. 41, p. 85-131, 2010.

_____. Os trabalhadores e a política no Brasil Império: o problema da cidadania operária em uma sociedade escravista (Salvador, 1850-1881). In: SAMPAIO, Gabriela dos Reis; CASTILLO, Lisa Earl; ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. (orgs.). *Barganhas e*

querelas da escravidão: tráfico, alforria e liberdade (séculos XVIII E XIX). Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA), 2014, p. 281-314.

_____. *Trabalhadores e política no Brasil: do aprendizado do Império aos sucessos da Primeira República*. Salvador: EDUNEB, 2015.

CASTILLO, Lisa Earl; PARÉS, Luís Nicolau. Marcelina da Silva e seu mundo: novos dados para uma historiografia do candomblé ketu. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 36, p. 111-151, 2007.

CASTILLO, Lisa Earl. *Entre a oralidade e a escrita: a etnografia nos candomblés da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2010.

_____. O terreiro do Alaketu e seus fundadores: história e genealogia familiar, 1807-1867. *Afro-Ásia*, nº 43, p. 213-257, 2011.

_____. O terreiro do Gantois: redes sociais e etnografia histórica no século XIX. *Rev. hist. (São Paulo)*, n. 176, p. 1-57, 2017.

CERQUEIRA, Alan Costa. *De órfãos a trabalhadores: trajetória de crianças exposta no Asilo Nossa Senhora da Misericórdia (1862-1889)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

_____. *Tomar o próprio destino: infância abandonada, lei e trabalho doméstico na Bahia (1862-1912)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, 2023.

CERQUEIRA, Jucimar. *A febre da ocasião: escolarização noturna com trabalhadores livres, libertos e escravizados na Bahia (1870-1889)*. Aracajú: EDUFS, 2023.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. The Politics of Silence: Race and Citizenship in 19th Century Brazil. *Slavery and Abolition*, v. 27, n. 1, p. 73-87, 2006.

_____. Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos. (Org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 231-237.

_____. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras 2012.

_____.; FONTES, Paulo. História Social do Trabalho, história pública. *Perseu - história, memória e política*, São Paulo, ano 3, nº 4, p. 219-228, 2009.

COLLING, Ana Maria. Gênero e História, um diálogo possível? *Contexto & Educação*, v. 71/72, p. 29-44, 2004.

COSTA, Érica Mendes. *Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim: inserção de meninos “pretos” no pós-abolição (1893-1927)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

COSTA, Iraneidson Santos. *A Bahia já deu régua e compasso: medicina legal, raça e criminalidade na Bahia (1890-1940)*. Salvador: EDUFBA, 2023.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX*, Salvador: EDUFBA, 1996.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, v. 12 (2007), p. 100-122.

_____. Associativismo negro. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.), *Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, pp. 113-119.

_____. Negros no Brasil Meridional: associativismo no pós-abolição. In: MAMIGONIAN, Beatriz Galloti; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; TEIXEIRA, Luana (orgs.), *Pós-abolição no Sul do Brasil: associativismo e trajetórias negras*. Salvador: Saggá, 2020, pp. 22-37.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e Culturas Políticas: definições, usos, genealogias. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 18, n. 28, p. 13-28, 2002.

ERMAKOFF, George. *O negro na fotografia brasileira do século XIX*. Rio de Janeiro: Casa Editorial, 2004.

FARIAS, Sara Oliveira. *Irmãos de cor, de caridade e de crença: a Irmandade do Rosário do Pelourinho na Bahia do século XIX*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

FASSIN, Didier. Nem raça, nem racismo: o que racializar significa. In: SCHWARCZ, Lilia M.; MACHADO, Maria Helena P. T. (orgs.). *Emancipação, inclusão e exclusão: desafios do passado e do presente*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018, p. 51-72.

FELIX JÚNIOR, Osvaldo Silva. *Repensando a Guerra (a participação da Bahia na Guerra do Paraguai), 1865-1870*. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2009.

FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2017.

FIGUERÊDO, Andersen. *Ativismo negro em Salvador no Período da Ditadura Militar (1970-1980)*. Cachoeira: Portuário Atelier Editorial, 2022.

FISCHER, Brodwyn; GRINBERG, Keila; MATTOS, Hebe. Direito, silêncio e racialização das desigualdades na História afro-brasileira. In: ANDREWS, George; FUENTE, Alejandro de la (orgs.). *Estudos afro-latino-americanos: uma introdução*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 163-218.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Mobiliário baiano*. Brasília: Iphan/Programa Monumenta, 2009.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo, HUCITEC; Salvador: EDUFBA, 1996.

_____. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

_____. *Longe, muito longe: Manoel Benício dos Passos, um capoeira no ativismo do pós-abolição*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

FUSS, Peter. *Brasil*. Berlin-Zürich: Atlantis-Verlag, 1937.

GATO, Matheus. *O massacre dos libertos: sobre raça e república no Brasil (1888-1889)*. São Paulo: Perspectiva, 2020.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo (org.). *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989, p. 169-178.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: Algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria F. B.; GOUVÊA, Maria de F. (orgs.). *Cultura políticas: Ensaio de história cultural, história política e ensino da história política e ensino da história*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2005, p. 21-44.

GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (orgs.). *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. *Da nitidez e invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (orgs.). *Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo, Editora 34, 1999.

GRINBERG, Keila Grinberg. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

_____. Reescravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*, Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 101-128;

HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho – Novos estudos sobre a história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

JACOBINA, Ronaldo. *A prática psiquiátrica na Bahia*. Estudo Histórico do Asilo São João de Deus/Hospital Juliano Moreira (1874-1947). Tese (Doutorado em Saúde Pública), FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2001.

JESUS, Ronaldo Pereira de. *Visões da monarquia: escravos, operários e abolicionismo na Corte*, Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

KRAAY, Hendrik. *Política racial, Estado e Forças Armadas na época da independência: Bahia, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2011.

_____. Os companheiros de Dom Obá: os zuavos baianos e outras companhias negras na Guerra do Paraguai. *Afro-Ásia*, nº 46, p. 121-161, 2012.

KUSHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro P. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*, n. 24, p. 227-250, 1999.

LACERDA, David P. *Solidariedade entre ofícios: a experiência mutualista no Rio de Janeiro imperial (1860-1882)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

LARA, Silvia H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, p. 25-38, 1998.

_____. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. “Pretos, pardos e mulatos: cor e condição social no Brasil da segunda metade do século XVIII”. In: SAMPAIO, Gabriela dos Reis; LIMA, Ivana Stolze; BALABAN, Marcelo (orgs.). *Marcadores da diferença: raça e racismo na história do Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2019, p. 19-40.

LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*, Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. *Manuel Querino entre letras e lutas – Bahia: 1851-1923*. São Paulo: Annablume, 2009.

_____. Em tempo de crise: uma memória documental da Sociedade dos Artífices na Bahia oitocentista. *Revista do CITCEM, Cultura, Espaço e Memória*, Porto, n. 2, 2011, p. 121-136.

LEITE, Douglas Guimarães. “*Mutualistas, graças a Deus*”: identidade de cor, tradições e transformações do mutualismo popular na Bahia do século XIX (1831-1869). Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

_____. Velhos livros, novos papéis: os Desvalidos, memória e história do mutualismo negro no século XIX. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 15, p. 1-23, 2023.

LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *TOPOI*, v. 6, n. 11, p. 289-326, 2005.

LINDEN, Marcel van der. *Social Security Mutualism: the comparative History of Mutual Benefit Societies*, Bern: Peter Lang, 1996.

LOBO, Tânia; OLIVEIRA, Klebson. Os afro-brasileiros da Sociedade Protetora dos Desvalidos. In: GALVES, Charlotte; LOBO, Tânia (orgs.). *O português escrito por afro-brasileiros no século XIX: as atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos*. Salvador: EDUFBA, 2019, p. 21-51.

MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

_____. E. P. Thompson, a historiografia brasileira e a valorização a experiência dos trabalhadores. *Trabalho Necessário*, ano 12, n. 18, p. 123-144, 2014.

_____.; BATALHA, Claudio H. M. (Org.). *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas: Editora Unicamp, 2014.

_____. Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais: mutualismo, cidadania e a reforma eleitoral de 1881 no Recife. In: MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Claudio H. M. (orgs.). *Organizar e proteger: Trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 153-192.

_____.; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de.; GOMES, Flávio dos Santos Gomes (Orgs.). *Rascunhos cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

_____. As sociedades mutualistas e os seus registros escritos: análise formal e social das atas de suas reuniões ordinárias e extraordinárias. In: SECRETO, Maria Veronica; FREIRE, Jonis (orgs.). *História como se faz? Exercícios de metodologia da história sobre escravidão e liberdade*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022, p. 194-211.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; Celso Thomas Castilho (orgs.). *Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

MAMIGONIAN, Beatriz. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. *Casa Pia Colégio dos Órfãos de São Joaquim*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 1999.

MATTOS, Hebe. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. Racialização e cidadania no Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 349-391.

_____. *Das Cores do silêncio: Os significados da liberdade no Sudeste escravista — Brasil, século XIX*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.

MATTOS, Wilson Roberto de. *Negros contra a ordem: astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador, 1850-1888)*. Salvador: EDUNEB, EDUFBA, 2008.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*, São Paulo: HUCITEC; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

_____. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MENDES, Camila Menegardo Mendes. *Sociedades beneficentes e fronteira racial: associativismo de trabalhadores negros na segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016.

MOREIRA, Emanuelle Maia. *Vivendo sem amarras: as viagens de africanos libertos entre a Bahia e a Costa da África (1840-1860)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt Moreira. "Havemos de ser atendidos em nossos direitos, uma vez que servimos para votantes e soldados, não obstante a nossa cor: associativismo negro, direitos e cidadania (a Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora, Porto Alegre, séc. XIX)". *Revista Mundos do Trabalho*, v. 11 p. 1-30, 2019.

_____. "Miguel Archanjo da Cunha já não existe": O associativismo da Sociedade Beneficente Floresta Aurora e as vicissitudes biográficas de um barbeiro negro, liberal e católico. *Revista de História Regional*, v. 24, n. 2, p. 252-282, 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 13-37.

MONTEIRO, Antônio. *Notas sobre negros malês na Bahia*. Salvador: Ianamá, 1987.

MOREL, Marco. *O período das regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003

MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2014.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência": contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 607-626, 2016.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2007.

NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sérgio (orgs.). *Peculiaridades dos Ingleses e outros ensaios*. Campinas: Unicamp, 2001.

_____.; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma História Social do Trabalho. *Revista Tempo Social*, v. 18, n. 1, p. 217-240, 2006.

_____. E.P. Thompson no Brasil: recepção e uso. *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 39, p. 151-161, 2014.

NONNENMACHER, Marisa Schneider Nonnenmacher. *Tudo começou em uma madrugada: Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora (1872-2015)*. Porto Alegre: Medianiz, 2015.

NÚNCIA, Jaime Benedito Alves; ALVES, Nereidy Rosa; VARGAS, Giane da Silva (orgs.). *Floresta Aurora: 150 anos fazendo história*. Porto Alegre: Libretos, 2022.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortes de. *O liberto: seu mundo e os outros*. São Paulo: Corrupio, 1988.

_____. Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX. *Revista USP*, São Paulo, nº 28, dezembro/fevereiro 95/96, pp. 174-193

OLIVEIRA, Klebson. *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico*. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

OTT, Carlos. A Irmandade do Rosário dos Pretos do Pelourinho. *Afro-Ásia*, n. 6-7, p. 83-90, 1968.

PARÉS, Luis Nicolau. Milicianos, barbeiros e traficantes numa irmandade católica de africanos minas e jejes (Bahia, 1770-1830). *Revista Tempo*, v. 20, p. 1-32, 2014.

_____. Libertos africanos, comércio atlântico e candomblé: a história de uma carta que não chegou ao destino. *Rev. Hist. (São Paulo)*, n. 178, p. 25-26, 2019.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi - Revista de História*, v. 12, p. 270-283, 2011.

PEREIRA, Lúcia Regina Brito. *Cultura e Afro-descendência: organizações negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008;

PINTO, Pamela Cristina de Oliveira Santana. *Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD): Mulheres negras e o legado ancestral da cultura popular negra em Salvador-BA*. Monografia (Graduação em Produção e Política Cultural) – Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2023.

PINTO, Regina Pahim. *O Movimento Negro em São Paulo: luta e identidade*. São Paulo: Editora da UEPG, Fundação Carlos Chagas, 2013.

PONDÉ, Maria do Carmo. *A Capelinha dos Quinze Mistérios e a devoção do Rosário entre os Pretos*”. *Anais do Arquivo Público da Bahia*, vol. XXIX, p. 313-324, 1943.

POPINIGIS, Fabiane; TERRA, Paulo Cruz. *Classe, raça e a História Social do Trabalho no Brasil (2001-2016)*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro v. 32, n. 66, p. 307-328, 2016.

QUEIROZ, Marcos Queiroz. *Assombros da casa-grande: a Constituição de 1824 e as vidas póstumas da escravidão*. São Paulo: Fósforo, 2024.

QUERINO, Manuel. “Os homens de cor preta na história”. In: NASCIMENTO, Jaime; GAMA, Hugo (orgs.). *Manuel R. Querino: seus artigos na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2009, p. 187-200.

_____. *A raça africana*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955.

_____. *Costumes Africanos no Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938;

_____. *O colono negro como fator de civilização brasileira*, Bahia: Imprensa Oficial, 1988.

REIS, João José. *Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão*. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 7-33, 1996.

_____. *Rebelião Escrava no Brasil: o levante dos malês na Bahia em 1835*. Companhia das Letras: São Paulo, 2003.

_____. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. *De escravo a rico liberto: a trajetória do africano Manoel Joaquim Ricardo na Bahia oitocentista*. *Rev. Hist. (São Paulo)*, n. 174, p. 15-68, 2016.

_____. *Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

REIS, Lysie. *A liberdade que veio do ofício: práticas sociais e cultura dos artífices na Bahia do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2012.

REGINALDO, Lucilene. *Os rosários dos angolas – irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista*. São Paulo: Alameda, 2011.

_____. Irmandades. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 268-276.

RIBEIRO, Jonatas Roque. História e historiografia do associativismo negro em Minas Gerais. In: CASSOLI, Marileide (org.). *300 anos de histórias negras em Minas Gerais: temas, fontes e metodologias*. Jundiaí: Paco Editorial, 2021, p. 167-188.

_____. *A classe de cor: uma história do associativismo negro em Minas Gerais (1880-1910)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A Construção Social dos Regimes Autoritários: Brasil e América Latina, volume II*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SALES, Ricardo. *Guerra do Paraguai – memórias e imagens*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2003.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de Urbanização: Salvador da Bahia no Século XIX*, Rio de Janeiro: Versal, 2005.

SANSONE, Lívio Sansone. Nem somente preto ou negro: o sistema de classificação racial no Brasil que muda. *Afro-Ásia*, n. 18, p. 165-188, 1996.

SANTOS, Mariana de Mesquita. *Pelas contas do rosário: sentidos da cidadania na Irmandade dos Homens Pretos de Salvador no Pós-Abolição (1888-1930)*. Teresina: Cancioneiro, 2022.

SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo: Nacional, 1976.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SCOTT, James. *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Lisboa: Letra Livre, 2013.

SCOTT, Rebecca; HÉBRARD, Jean. *Provas de liberdade: uma odisseia atlântica na era da emancipação*. Campinas: Unicamp, 2014.

SILVA, Ricardo Tadeu Caires. A Sociedade Libertadora Bahiana e a campanha abolicionista na Bahia (1883-1888). In: *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*, ANPUH, Florianópolis, julho de 2015.

SILVA, Fernanda Oliveira da. *As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SILVA, Lucia Helena Oliveira; XAVIER, Regina Célia Lima. Historicizando o associativismo negro: contribuições e caminhos da historiografia. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 11, p. 1-15, 2019.

SILVA, Maria Conceição Barbosa da Costa e. *Sociedade Monte-Pio dos Artistas na Bahia: elo dos trabalhadores em Salvador*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo da Bahia/Fundação Cultural do Estado da Bahia/Empresa Gráfica da Bahia, 1998.

SILVA, Mario Augusto Medeiros. Em torno da ideia de associativismo negro em São Paulo (1930–2010). *Sociologia & Antropologia*, v. 11, n. 2, p. 445-473, 2021.

_____. Associativismo negro. In: RIOS, Flavia; SANTOS, Márcio André dos; RATTS, Alex (orgs.). *Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas*. São Paulo: Perspectiva, 2023, p. 46-51.

SILVA, Vera Nathália dos Santos. *Equilíbrio distante: a mulher, a medicina mental e o asilo. Bahia (1874-1912)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SILVEIRA, Renato da. Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. *Afro-Ásia*, n. 23, p. 87-144, 1999.

SCHUELER, Alessandra F. M. *Educar e Instruir: A Instrução popular na corte Imperial – 1870 a 1889*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição: os capoeiras na Corte imperial*, Rio de Janeiro: Access, 1999.

_____. Sacramento ao pé do mar: batismo de africanos na freguesia da Conceição da Praia, 1700-1751. *Revista de Estudos Afro-Americanos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1 p. 65-88, 2011.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SOUSA, Jorge Prata. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022.

SOUZA, Ana Paula de. *Aspectos históricos sobre a educação da população negra escravizada no Brasil pós-abolicionista*. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

_____. *Educação e trabalho no Asilo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia (1870-1890)*. Dissertação (Mestrado em História da África da Diáspora e dos Povos Indígenas) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2017.

SOUZA, Ione Celeste Jesus de. *Escolas ao Povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890*, Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

SKIDMORE, Tomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TORAL, André Amaral de Toral. Entre retratos e cadáveres: a fotografia na Guerra do Paraguai. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, nº 38, p. 283-310, 1999.

_____. *Imagens em desordem – a iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

VARELLA, João. *Da Bahia que eu vi*. Salvador: Tipografia do Povo, 1935.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

VISCARDI, Cláudia M. R. *Experiências de economia social: mutualismo, filantropia e corporativismo*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021.

VITÓRIA, Maihara Raianne Marques Vitoria. *Os filhos da misericórdia: cotidiano e vivências das crianças expostas na Santa Casa de Misericórdia de Salvador (1870-1890)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Felisberta e sua gente: consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

ANEXOS

Anexo I – Sócios efetivos da Sociedade Protetora dos Desvalidos (1851-1894)

Nome	Idade	Naturalidade	Cor	Estado civil	Filhos	Profissão	Endereço	Data de requerimento	Data de admissão	Remido	Data de falecimento
Geraldo José da Conceição									16/02/1851		
Carlos Manoel Rozena									16/02/1851		
José Pedro da Silva Paraguassu									16/02/1851		
Agostinho Antônio da Cunha									16/02/1851		
João de Deus de Santa Rosa									16/02/1851		
Manoel Gonçalves da Silva									16/02/1851		
Basilio Gomes dos Santos									16/02/1851		
Manoel Venceslau da Conceição Gomes									16/02/1851		
Francisco das Chagas e Assis									16/02/1851		
Albino Francisco Borges									16/02/1851		
Izidio da Penha Gonzaga									16/02/1851		
Inocência Thomas de Jesus									16/02/1851		
Manoel Pedro de Alcantara									16/02/1851		
Martiniano da Cruz Cipreste									16/02/1851		
Bernardo José do Nascimento									16/02/1851		
Francisco Gomes									16/02/1851		
João de Deus Pires Ferreira									16/02/1851		
Eloi Ferreira Lopes									16/02/1851		
Jacinto Gomes									16/02/1851		

José Maria da Silveira								16/02/1851		
Manoel Angelo de Santana								16/02/1851		
Feliciano Primo Ferreira	36	Salvador		Solteiro	Sem filho	Pedreiro		16/02/1851		
Hilário de Santana								16/02/1851		
Estevão Machado de São Domingos							14/09/1851	14/09/1851		
José Vicente Braulino de Jesus								05/10/1851		
José Soares Cupim	29			Solteiro	Sem filho	Sapateiro	Ilegível	07/12/1851		
Bento Ignácio de Oliveira								14/12/1851		
Quintino Thomas de Florencio Aquino								09/05/1852		
André José Rafael								09/05/1852		
Pedro Pereira Lopes								09/05/1852		
Boaventura Francisco da Luz								11/07/1852		
Narciso Domingos de Santa Isabel		Salvador	Crioulo	Solteiro		Marceneiro	03/1852	01/08/1852		
Joaquim de Santana Gomes Ferrão		Salvador	Crioulo	Solteiro		Torneiro	03/1852	05/09/1852		
Lucas Geraldo das Mercês	20			Solteiro	Sem filho	Carpinteiro		05/06/1853		
José Faustino Telles	28			Solteiro	Sem filho	Carpina	07/1853	11/08/1853		
Floriano Cosme do Espírito Santo								11/08/1853		
José Victorino Moreira	39			Solteiro	1	Pedreiro	08/1853	02/10/1853		
Domingos das Virgens da Conceição	28	Salvador	Crioulo	Solteiro	3	Marceneiro		16/10/1853		
Militão Alberto Pituba								30/10/1853		
Thomaz de Santana de Oliveira	29	Salvador	Crioulo	Solteiro	1	Pedreiro		04/12/1853		
Marcelino Joaquim Paranhos	26	Salvador		Casado	2	Sapateiro	20/08/1854	20/08/1854		
Domingos Ignácio da Conceição								16/09/1854		
José Maria dos Santos								15/10/1854		

Manoel Francisco do Carmo								15/10/1854		
Leopoldino Sérgio de Araújo	37	Salvador		Casado	5	Pedreiro		20/09/1854	c. 1854	
Antônio José Bracete	30	Bahia		Solteiro	1	Marceneiro		10/1854	22/10/1854	
Domingos Ramos Santos									26/11/1854	
Firmino de Freitas	35	Salvador		Solteiro		Carpina	Cruzeiro de São Francisco, casa nº 71	18/11/1854	11/12/1854	
Adriano de Souza Lopes									20/04/1855	
Manoel Cláudio	47		Crioulo	Solteiro	1	Sapateiro		25/03/1855	22/04/1855	
Militão de Jesus Pires	40			Casado	1	Carpina			14/09/1856	
Cesário José da Silva	35	Salvador	Crioulo	Solteiro	2	Carpina			1856	
Guido dos Santos Castro	29	Salvador		Solteiro		Carpina			29/03/1857	
Honorato Felipe Mangabeira	30			Solteiro		Marceneiro			19/04/1857	
Martiliano da Silva Araújo	30	Salvador	Crioulo	Solteiro	Sem filho	Marceneiro			28/06/1857	
Amaro da Silva Berlinque	38	Bahia		Solteiro		Sapateiro		1857	19/07/1857	
Manoel Francisco dos Santos	25					Pedreiro		19/05/1857	19/07/1857	01/09/1875
Simão Alves da Silva									30/08/1857	
João Theodoro Soledade	25	Bahia		Solteiro	Sem filho	Marceneiro			27/09/1857	
Damião Cardoso da Costa	39	Bahia		Solteiro		Carpina	Ladeira do Carmo		01/11/1857	
Gabriel Francisco Cruz	40	Salvador	Crioulo	Solteiro	1	Pedreiro	Beco do Açouguinho		03/1858	
Olavo Amâncio da Silva	22	Salvador	Crioulo	Solteiro	Sem filho	Marceneiro	Entrada da Lapinha		02/05/1858	
José Pedro do Sacramento	47	Bahia	Crioulo	Solteiro		Carpinteiro		1858	06/06/1858	
Matias Joaquim do Nascimento	23	Salvador	Crioulo	Solteiro		Pedreiro		1858	17/10/1858	
José de Santana	39	Salvador	Crioulo	Solteiro	2	Marceneiro			03/1859	
André Xavier de Araújo	40		Preto	Solteiro	2	Torneiro			17/07/1859	
Pedro de Souza Ribeiro	45	Salvador		Solteiro	1	Ferreiro			17/07/1859	
João José Franco	23			Solteiro		Carpina			07/04/1861	

Gregório Joaquim de Santana Gomes Ferrão	17			Solteiro		Torneiro			05/05/1861		
Lourenço Manoel Laranjeiras	45			Casado		Carpinteiro			05/05/1861		
Manoel Eloi da Silva	20			Solteiro		Carpinteiro			05/05/1861		
Domingos Ignácio de Souza Menezes	49	Bahia	Crioulo	Solteiro	1	Pedreiro			21/07/1861		
Maximiano Bernardo do Espírito Santo	27			Casado	2	Carpina			01/09/1861		
Firmino José Ferreira	46	Salvador		Solteiro	Com filhos	Carpina			06/10/1861		
Francisco Anselmo da Ressureição	24		Preto	Solteiro		Sapateiro			06/10/1861		
Damião Lisboa	41	Salvador	Crioulo	Solteiro		Pedreiro			06/10/1861		
Pedro Ribeiro de Figueiredo	49	Salvador		Solteiro	Sem filho	Carpina			15/12/1861		
Manoel Antônio do Espírito Santo	22	Salvador	Crioulo	Casado		Sapateiro			15/12/1861		
Manoel Euzébio A. de Faria	25	Salvador		Solteiro	Sem filho	Alfaiate			20/12/1861		
Damásio José da Silva				Casado	3	Músico			22/12/1861		
Pantaleão Lopes Villas Boas				Solteiro		Negociante			06/04/1862		
Manoel Roque da Boa Morte	40	Salvador		Solteiro	1	Pedreiro			04/05/1862		
João Pereira dos Santos Godinho				Viúvo		Pedreiro			18/05/1862		
Manoel Salustiano Severiano Gomes	41	Salvador		Viúvo	1	Marceneiro			18/05/1862		
José Theodoro do Nascimento	28	Cachoeira		Solteiro	Sem filho	Marceneiro		1857	15/06/1862		
Manoel Salustiano Severiano Gomes	41			Viúvo	1	Marceneiro			03/08/1862		
Guilherme Francisco Henriques	35	Bahia		Solteiro		Pedreiro			17/08/1862		
Miquelino de Assumpção Bahia	37	Bahia		Solteiro	2	Marceneiro			05/10/1862		
Manoel Anastácio	20	Bahia		Solteiro	Sem filho	Marceneiro			19/10/1862		
Justino Ferreira de Santana	29	Bahia		Casado		Latoeiro			24/02/1864		

Joaquim Francisco dos Santos	25			Solteiro		Sapateiro			01/05/1864		
José Atanásio	34			Solteiro	3	Marceneiro			01/05/1864		
Manoel José do Nascimento Farias	21			Solteiro		Alfaiate			07/08/1864		
Feliciano Amado Barata	40			Casado		Sapateiro			05/02/1865		
Amancio Benedito dos Passos	48			Casado	1	Alfaiate			05/03/1865		
Eloy Rodrigues de Seixas									01/10/1868		
Amancio Rodrigues Seixas									01/10/1868		
Ricardo José Ignácio									14/02/1869		
Manoel Salustiano Severiano									03/04/1870		
João Gomes da Silva									17/07/1870		
Caetano de Mattos									31/07/1870		
Antônio José Gomes									21/08/1870		
Germano Pereira da Silva									04/09/1870		
Cesário Ferraz									23/10/1870		
Cesário Claudiano Gomes									30/10/1870		
Faustíniano Fernandes de Oliveira									30/10/1870		
Eloy Verissimo Pinheiro									26/02/1871		
João Manoel de Jesus									10/09/1871		
Alberto Gomes									10/09/1871		
Manoel do Nascimento de Jesus									08/10/1871	Sem data	
Daniel Geraldo Tavares									17/12/1871		21/07/1875
Cypriano do Bomfim Grillo									07/01/1872		
Dionísio Duarte Guimarães									07/01/1872		
Balbino de Antônio Sá Barreto									08/02/1872		

Gregório Diogo de Deus Rosa									08/02/1872		
Nome	Idade	Naturalidade	Qualidade ¹	Estado civil	Filhos	Profissão ou emprego	Endereço	Data de requerimento	Data de admissão	Remido	Data de falecimento
Saturnino Francisco da Rocha	32	Bahia	Crioulo	Solteiro	3	Carapina			18/02/1872		
Emígdio Hígino Sanches	29	Bahia	Crioulo	Viúvo		Marítimo			18/02/1872		
Faustino Joaquim de Santana Trindade Cyrne	30	Bahia	Crioulo	Casado		Alfaiate			12/03/1872	Ilegível	
Juvêncio Diogo de Santana	28	Bahia	Crioulo	Casado		Barbeiro			12/03/1872	Sem data	
Adolpho do Espírito Santo	26	Bahia	Crioulo	Solteiro		Pedreiro			27/03/1872		
Belarmino de Alcantara	29	Bahia	Crioulo	Solteiro		Sapateiro			27/03/1872		Sem data
Militão Alberto França	42	Bahia	Crioulo	Solteiro	2	Carapina			05/05/1872		
Manoel Ivo da Rocha	27	Bahia	Crioulo	Solteiro		Empregado do Fórum			18/05/1872		
José Joaquim de Santana Cezimbra	30	Bahia	Crioulo	Solteiro		Tanoeiro			26/05/1872	10/12/1891	
Simeão Estelita Cezimbra	43	Bahia	Crioulo	Solteiro	1	Sapateiro			03/06/1872		
Victor José Mathias	23	Bahia	Crioulo	Solteiro		Sapateiro			27/07/1872		
Rodrigo Sanches	23	Bahia	Crioulo	Solteiro		Marceneiro			15/12/1872		
José Antônio Xavier de Jesus	37	Bahia	Crioulo	Solteiro		Barbeiro			31/01/1873		
Mathias Felix da Silveira	39	Bahia		Solteiro		Calafate			31/01/1873		
Manoel Tobias de Aleluia	24	Bahia	Crioulo	Solteiro		Caixeiro			14/09/1873		
Bernardino de Senna Couto Vieira	41	Bahia	Crioulo	Solteiro	2	Marceneiro			28/09/1873		
Ignácio José Teixeira	33	Bahia		Solteiro		Funileiro			09/11/1873		
Ignácio de Amorim Antuterpio	41	Bahia	Crioulo	Casado	2	Colchoeiro			31/05/1874		
André Porcino do Sacramento	21	Bahia	Crioulo	Viúvo	1	Padeiro			14/06/1874		
André Luiz Gonzaga dos Reis	27	Bahia	Crioulo	Solteiro		Pedreiro			14/06/1874		

¹ No Livro de Matrículas dos Sócios Efetivos (1872-1894) era utilizada a designação “qualidade” para definir a cor da pele do sócio

Manoel Laurindo de Vaz Mutum	26	Bahia	Crioulo	Solteiro		Colchoeiro			26/07/1874		
Manoel Porciano da Encarnação	39	Bahia		Casado		Alfaiate			09/08/1874		
Policarpo Francisco dos Santos	28	Bahia	Preto	Solteiro		Marceneiro			23/08/1874		
João Marques Nunes	34	Bahia	Preto	Solteiro		Pedreiro			29/08/1874		
Francisco Pedro do Bomfim	23	Bahia		Casado	3	Ferreiro			30/08/1874		
Romão Martyr da Silva	40	Bahia	Preto	Solteiro	1	Alfaiate			30/08/1874		
Nome	Idade	Naturalidade	Cor²	Estado civil	Filhos	Profissão ou emprego	Endereço	Data de requerimento	Data de admissão	Remido	Data de falecimento
Manoel de Bomfim Navarro	29	Bahia	Preto	Solteiro		Marceneiro			30/08/1874		
Miguel Manoel do Bomfim	30	Bahia	Preto	Solteiro		Carpina			30/08/1874		
Feliciano de Santana Nobre	38	Bahia	Preto	Casado	1	Carpina			30/08/1874		
Cornelio Cypriano Moreira		Bahia	Preto	Casado		Pedreiro			13/09/1874		
Manoel Porciano da Encarnação									13/09/1874		
Juvino Simplicio Ribeiro	34	Bahia	Crioulo	Viúvo		Carpina			11/10/1874		
Miguel Moreira de Carvalho	40			Viúvo		Professor		27/05/1875	30/05/1875		
Manoel José Coelho	40	Bahia	Preto	Casado	1	Pedreiro			06/06/1875		
João Francisco Barbosa	45	Bahia	Preto	Solteiro		Marceneiro	Rua do Rosário de João Pereira	25/10/1875	14/11/1875		
Manoel Friandes	40	Bahia		Solteiro		Pedreiro	Beco das Hóstias, freguesia de Santana	13/11/1875	14/11/1875		
Marcolino José Dias	40	Bahia	Preto	Casado	1	Alfaiate	Rua das Laranjeiras	04/12/1875	12/03/1876		
Juvêncio Emigdio	30	Bahia	Preto	Solteiro		Pintor			29/10/1876		
André Avelino do Carmo	27	Bahia	Preto	Solteiro		Alfaiate	Rua das Portas do Carmo	15/07/1877	05/08/1877		
Nome	Idade	Naturalidade	Cor	Estado civil	Filhos	Profissão³	Endereço	Data de requerimento	Data de admissão	Remido	Data de falecimento
Manoel Raymundo Querino	26	Bahia	Preto	Solteiro		Pintor	Freguesia da Sé	15/10/1877	16/10/1877		

² A partir do dia 30 de agosto de 1874, o item “cor” no Livro de Matrículas dos Sócios Efetivos (1872-1894) passou a substituir a designação “qualidade”.

³ A partir do dia 18 de outubro de 1877, o item “Profissão ou emprego” no Livro de Matrículas dos Sócios Efetivos (1872-1894) passou a ser substituído por apenas “Profissão”.

José do Rosário Senna	28			Solteiro		Marceneiro		20/12/1877	20/12/1877		
Vencesláu Telles da Silva	38	Bahia	Preto	Casado		Carpina		22/10/1878	25/10/1878		
Francisco Xavier de Assis								22/10/1878	25/10/1878		
Felix Sabino da Cruz	33	Bahia	Preto	Solteiro		Sapateiro		26/08/1879	06/09/1879		
Hermenegildo Guilherme Teixeira	28	Salvador		Solteiro	Com filho	Sapateiro	Rua da Valla, freguesia da Rua do Passo	18/09/1879	24/09/1879		
Romão Alves de Souza	40	Bahia	Preto	Casado	3	Alfaiate		08/10/1879	12/10/1879		
Tertuliano José Monteiro	25	Bahia	Preto	Casado		Carapina		17/09/1879	01/10/1879		
Manoel Olavo dos Anjos	35			Casado		Cabelereiro	Largo do Teatro	17/09/1879	01/10/1879		
Amancio Pacifico dos Anjos		Bahia	Preto	Solteiro	2	Pedreiro			26/10/1879		
Eloi Paçífico dos Anjos	30	Bahia		Solteiro	2	Pedreiro	Freguesia de São Pedro	06/09/1879	26/10/1879		
Olavo Theixeira Serafim	32	Salvador		Solteiro		Pedreiro	Rua do Passo do João Pereira, freguesia de São Pedro	30/09/1879	26/10/1879		
Miguel Archanjo Queiroz	33	Bahia	Preto	Viúvo	1	Alfaiate	Rua da Laranjeira, freguesia da Sé	12/10/1879	23/10/1879		
José Augusto Trigueiro Lima	26	Bahia	Preto	Solteiro		Pedreiro	Taboão, freguesia da Rua do Passo	15/10/1879	23/10/1879		
Emygdio Maria de Santana	33	Bahia	Preto	Solteiro	Com filhos	Barbeiro		17/09/1879	01/10/1879		22/05/1898
Gregório Rosa de Aguiar Leite	44	Bahia	Preto	Viúvo		Carpinteiro			03/10/1880		
Malaquias Perminio Leite	30	Bahia		Solteiro		Professor	Rua da Ajuda, freguesia da Sé	08/05/1880	21/11/1880		
Rodrigo da Costa Lima	28	Bahia	Preto	Casado	1	Carapina	Ladeira da Praça	26/09/1880	03/10/1880		
Gregório Rosa de Aguiar	44	Bahia	Preto	Viúvo		Carpinteiro	Travessa da Rua do Sodré, freguesia de São Pedro	26/09/1880	03/10/1880		
Cassiano José de Carvalho	45	Salvador		Solteiro	1	Sapateiro	Rua do Saldanha, freguesia da Sé	29/09/1880	03/10/1880		
Reginaldo Cezar da Silva	26	Bahia				Funileiro	Ladeira do Gravatá, freguesia de Santana	02/10/1880	03/10/1880		
Francisco Diogo Ribeiro	25	Bahia	Crioulo	Casado	Sem filho	Dourador	Freguesia da Sé	02/10/1880	03/10/1880		
Constantino Nabuco	35	Bahia	Preto	Casado		Pedreiro	Rua do Bispo	03/10/1880	03/10/1880		
Francisco Paulo da Silva	39	Salvador		Solteiro		Alfaiate	Rua Direita de Santo Antônio	03/10/1880	03/10/1880		

Samuel Florêncio dos Passos	34	Bahia		Solteiro		Professor	Freguesia da Penha	07/10/1880	24/10/1880		
Sivino José Ignácio	30			Casado	1		Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo	22/10/1880	24/10/1880		
Calisto Domingos da Silva	38		Preto	Solteiro		Sapateiro	Rua de São Miguel, freguesia da Sé	24/10/1880	24/10/1880		
Marcos José Paulo do Bomfim	44		Preto	Viúvo	2	Vive de negócio		24/10/1880	24/10/1880		
Dionísio José Santana Bandeira	34	Bahia		Solteiro		Pedreiro	Freguesia de São Pedro	10/11/1880	21/11/1880		
Eusébio Manoel da Boa Morte	36	Bahia		Solteiro		Canteiro	Freguesia de Santana	10/11/1880	21/11/1880		
Thomaz do Nascimento Capahiba	33			Solteiro		Alfaiate	Rua da Jaqueira, freguesia de Santana	10/02/1881	06/03/1881		
Manoel Luiz Gonçalves Martins	23	Brasileiro	Preto					16/07/1881	24/07/1881		
Felipe Benício	32	Salvador	Crioulo	Solteiro		Carpinteiro	Rua dos Barbeiros, freguesia de São Pedro	06/08/1881	28/08/1881		
Luís da Boa Morte	46				1	Pedreiro	Rua do Mosquito	14/08/1881	02/10/1881		
Miguel Anselmo da Cruz	40	Bahia	Preto	Solteiro		Alfaiate	Porto do Bonfim	04/09/1881	02/10/1881		
Damião Alberto da Silva	32				1	Pedreiro	Cais Dourado	12/07/1881	02/10/1881		31/10/1895
Patrício Amorim	41		Preto	Solteiro		Carpina	Ladeira dos Barris	18/09/1881	23/10/1881		
Ângelo Custódio Barbosa	34	Bahia	Preto	Casado	2	Pedreiro	Alto da Mesquita, freguesia de Santana, 2º Distrito no Tororó	01/10/1881	02/10/1881		
Caetano Coelho dos Passos	32	Bahia		Solteiro		Alfaiate	Rua do Caquende	02/10/1881	02/10/1881		
Senhorinho Sater de Vasconcelos	28	Bahia				Alfaiate	Rua do Caquende	02/10/1881	02/10/1881		
João Fernandes do Sacramento	22	Bahia	Preto	Solteiro		Funileiro	Taboão	23/10/1881	23/10/1881		
Américo Cardozo de Vasconcelos	31		Preto			Alfaiate	Rua dos Carvões, freguesia de Santo Antônio Além do Carmo	26/10/1881	26/10/1881		
Gregório da Silva Lisboa	40		Preto			Alfaiate	Rua dos Cordeiros, freguesia do Pilar	26/10/1881	26/10/1881		
Ermino Baptista da Silva	22		Preto	Solteiro		Ferreiro		22/04/1882	30/04/1882		
Luciano da Silva Serra	30		Preto	Viúvo	1	Carapina	Rua da Lama, freguesia da Sé	13/07/1882	15/07/1882		
Francisco Amaro Paraizo	36			Solteiro		Carapina	Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo	12/10/1882			
Manoel Romão da Silva	25			Solteiro		Carapina	Freguesia da Sé	12/10/1882			

João Maria das Virgens	34	Salvador	Preto	Solteiro		Marceneiro	Ladeira do Alvo, freguesia de Santana	10/03/1883	29/05/1883		
Ângelo P. dos Santos de Jesus	30	Bahia		Solteiro			Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo	21/03/1883	28/03/1883		
Damião Alberto da Silva Filho	32	Bahia		Solteiro	2	Pedreiro	Freguesia da Sé	28/03/1883	18/04/1883		
Celestino da Costa Lima	33			Solteiro		Funileiro	Freguesia de Santana	12/10/1883			
Gonçalo Manoel de Jesus	27	Salvador	Crioulo	Solteiro		Sapateiro	Rua da Preguiça, freguesia da Conceição da Praia	25/09/1884	02/10/1884		
Manoel Cosme Porciúncula	30			Casado		Alfaiate	Rua dos Carvões, freguesia de Santo Antônio	05/02/1885	05/02/1885		
Guilherme Constantino Xavier	34			Solteiro		Marceneiro	Rua do Taboão	05/02/1885	05/02/1885		
Guilherme Maciel e Souza	40	Bahia		Solteiro		Carapina		02/05/1885	07/06/1885		
João Luís de Santa Luzia	35	Bahia		Solteiro		Pedreiro	Rua da Independência	24/06/1885	10/09/1885		
Manoel Ferreira dos Santos	34	Bahia	Crioulo	Casado		Pedreiro		11/08/1885	10/09/1885		03/04/1896
Leocadio Constantino de Azevedo	30	Salvador	Preto			Marceneiro		23/05/1886	21/07/1886		
Manoel Souza Guimarães	29		Preto			Chapeleiro	Freguesia de Santana	23/05/1886	21/06/1886		
Adão da Conceição Costa	36	Salvador	Crioulo			Sapateiro	Rua dos Perdões	23/05/1886	21/06/1886		
Clarimundo Araújo Ferreira	26	Bahia	Preto	Solteiro		Alfaiate	Rua dos Adubos, freguesia de Santo Antônio	23/05/1886	17/06/1886		
Paulino Delfim da Purificação	38					Cozinheiro	Rua do Jenipapeiro	21/06/1886			
Salustiano Ferreira Lopes	37		Preto			Torneiro	Rua da Valla	21/06/1886	21/06/1886		
Luiz Antônio da Cruz	26			Solteiro		Pedreiro		14/07/1886	19/07/1886		
Luiz da Silva Lopes	46	Bahia	Preto	Casado		Cabelereiro	Rua da Poeira, freguesia de Santana	02/09/1886	02/09/1886		
Liberato Manuel Paulino	30		Preto	Solteiro		Pedreiro		27/09/1886	19/10/1886		
Avelino Maris de Souza	35	Salvador	Preto	Solteiro		Carapina		27/09/1886	19/10/1886		
Jacinto Francisco de Andrade	36	Salvador	Preto			Marceneiro	Rua do Alvo, freguesia de Santana	28/09/1886	07/10/1886		

Caetano Porfírio da Silva Campos	36	Bahia	Preto			Pedreiro		28/09/1886	14/10/1886		
Jacinto Trigueiro de Lima	30	Bahia	Preto	Casado		Pedreiro		29/09/1886	07/10/1886		
Patrício Amorim Camponez	46	Bahia		Solteiro		Sapateiro	Freguesia de São Pedro	30/09/1886	14/10/1886		
Sebastião Antônio do Nascimento	44	Salvador	Preto	Solteiro		Pedreiro		06/10/1886	21/10/1886		
Pedro Augusto da Silva	48	Bahia		Viúvo		Pedreiro	Freguesia da Rua do Passo	06/10/1886	21/10/1886		13/03/1895
João da Cruz Brandão	30		Preto	Solteiro		Pedreiro	Rua da Saúde, freguesia de Santana	07/10/1886	14/10/1886		
Dativo José de Oliveira	39			Casado	Com filhos	Carapina	Freguesia de São Pedro	07/10/1886	14/10/1886		
Raymundo Nonato da Silva	39			Viúvo		Sapateiro		26/10/1886	07/10/1886		
Rodrigo da Costa Lima	23	Brasileiro	Preto	Casado		Carapina	Freguesia da Sé	10/12/1886	10/12/1886		
Joaquim José de Santana	25	Brasileiro	Preto			Carapina	Freguesia da Sé	10/12/1886	10/12/1886		
Francisco da Costa Lima	20	Brasileiro	Preto	Solteiro		Carapina	Freguesia da Sé	10/12/1886	10/12/1886		
Ricardo Martins Ferreira	25	Brasileiro	Preto	Solteiro		Alfaiate	Freguesia de Santana	10/12/1886	10/12/1886		
Domingos Francisco da Silva	25	Brasileiro	Preto			Pedreiro		10/12/1886	10/12/1886		
Eutolério Fortunato do Sacramento	25	Brasileiro	Preto	Casado		Pedreiro	Freguesia de São Pedro	10/12/1886	10/12/1886		
Bartholomeu Correia	40		Preto	Casado	Sem filhos	Pedreiro		16/02/1887	11/03/1887		
Gregório Teixeira Barbosa	32	Bahia	Preto	Solteiro		Pedreiro		11/03/1887	18/03/1887		
Affonso João Maria de Freitas	36			Solteiro		Pedreiro	Fonte Nova, freguesia de Santana	11/03/1887	18/03/1887		
Pedro Garcia de Salles	29	Bahia	Preto	Casado	3	Pedreiro		11/03/1887	18/03/1887		
Tintiliano Batista Barboza	39	Bahia	Preto			Carapina	Areal de Baixo, freguesia de São Pedro	05/05/1887	17/05/1887		
André Pereira da Silva	39	Bahia	Preto	Solteiro		Gravador	Tororó, Rua do Moinho	27/07/1887	09/08/1887		
Severiano Carlos Ferreira	35		Preto			Pedreiro	Ria dos Marchantes, freguesia de Santana	18/09/1887			
Paulo Emygdio de Jesus	36	Salvador	Preto	Casado	Com filhos			22/09/1887	22/09/1887		
Francellino Cardozo de Vasconcelos	26	Bahia	Preto			Alfaiate	Rua do Alvo, freguesia de Santana	22/09/1887	22/09/1887		

Marcos Barboza de Santana	32		Preto	Casado	Sem filhos	Carapina/Remando saveiro	Rua da Lapa	22/09/1887	22/09/1887		
Felipe José da Costa e Souza	38	Brasileiro	Preto	Casado		Pedreiro		20/10/1887			
Inocêncio Isidoro da Costa	32	Bahia	Preto			Pedreiro	Freguesia do Pilar	03/11/1887	22/11/1887		
Polycarpo Augusto de Carvalho	40		Preto	Solteiro		Ferrador	Rua da Valla	16/11/1887	17/11/1887		
Elpidio de Santa Cecília Moreira	26	Brasileiro	Preto	Solteiro		Pedreiro	Sangradouro, freguesia de Brotas	27/11/1887	13/12/1887		
Laurindo Francisco de Salles Pontes	36			Casado		Professor		26/11/1887	13/12/1887		
Juvino Daniel da Silva	31	Salvador	Preto	Solteiro		Marceneiro	Rua da oração	20/06/1888	27/06/1888		
Cypriano Sancho Teixeira	19		Preto	Solteiro		Alfaiate		04/09/1889	11/09/1889		
Júlio Capitulino da Boa Morte	25	Bahia		Casado	Com filhos	Carapina		29/07/1890	30/07/1890		
Joaquim Thomaz da Silva	25	Bahia	Preto	Solteiro		Padeiro		30/07/1890	30/07/1890		
Alvino Paulo do Bonfim	26	Brasileiro	Preto	Solteiro				15/04/1891	15/04/1891		
Matheus da Cruz	39	Bahia		Casado		Artista	Freguesia de Brotas	31/07/1891	05/08/1891		
Frederico Roque Guimarães	40	Bahia	Crioulo	Solteiro		Sapateiro	Tororó, freguesia de Santana	31/01/1892	03/02/1892		
João Porfírio da Silva Campos	37	Bahia	Preto	Solteiro		Pedreiro	Rua da Poeira, freguesia de Santana	06/04/1892	11/05/1892		
Epifanio Antonio dos Reis	26		Preto	Casado		Cravador	Freguesia de Santana	06/04/1892	20/04/1892		
Leoncio Pedro da Silva	18	Brasileiro	Preto	Solteiro		Funileiro	Freguesia de Santana		09/03/1892		
Pedro da Silva Falcão	26	Brasileiro	Preto	Solteiro		Carapina	Rua da Lapa, freguesia de Santana	10/03/1892	16/03/1892		
Eutropio Pedro da Silva	23		Preto	Solteiro		Pintor de imagens	Rua do Alvo, freguesia do Passo	16/03/1892	16/03/1892		
Abilio Mendes da Conceição		Salvador	Preto	Solteiro		Alfaiate	Freguesia da Rua do Passo	16/03/1892	16/03/1892		
Paulino Rodrigues da Silva	23		Preto	Casado		Marceneiro	Pau da Bandeira, freguesia da Sé	08/03/1892	08/03/1892		
Vicente Torquato dos Santos	29	Bahia	Preto	Solteiro		Pintor		03/08/1892	03/08/1892		
Antônio Roza do Bonfim	18		Preto			Carapina	Freguesia de Santo Antônio	03/08/1892	03/08/1892		
Silvério Antônio de Carvalho	34		Preto	Casado			Rua nova do queimado	03/08/1892	03/08/1892		
Xavier Fernandes Galiza									03/08/1892		

Jose Vicente dos Santos									03/08/1892		
João Francisco Régis de Antão									24/08/1892		
Lauro Florêncio de Andrade	25	Bahia	Preto	Solteiro		Pedreiro	Freguesia da Penha	19/09/1892	21/09/1892		
Luiz Afonso dos Santos	19	Brasileiro	Preto	Solteiro		Sapateiro	Rua da Fonte Nova do Desterro, freguesia de Santana	21/09/1892	28/09/1892		
Heleodoro Catilina do Espírito Santo	23	Brasileiro	Preto	Solteiro			Rua da Valla, freguesia da Rua do Passo	21/09/1892	05/10/1892		
Bento Xavier da França	26			Solteiro		Pedreiro	Freguesia da Sé	20/09/1892	28/09/1892		
Gregório Teixeira Barbosa	37	Bahia		Viúvo		Pedreiro		28/09/1892	28/09/1892		
Martinho Francisco da Conceição	41	Brasileiro		Viúvo		Pedreiro	Rua do Alvo, freguesia de Santana	05/10/1892	05/10/1892		
Domingos Ramos dos Santos	28	Brasileiro	Preto	Solteiro		Calafate	Rua dos Coqueiros, freguesia do Pilar	09/11/1892	16/11/1892		
Antônio Germano Alves de Campos	37	Bahia		Solteiro		Oficial de pintura		16/11/1892	16/11/1892		
Raymundo Érico de Miranda	27	Bahia	Preto	Solteiro		Carapina		16/11/1892	16/11/1892		
Floriano de Santana	25	Salvador	Preto	Solteiro		Pedreiro		16/11/1892	16/11/1892		
Manoel Ferreira dos Santos	23		Crioulo	Solteiro		Oficial de fazer carros	Rua do Passo	16/11/1892	16/11/1892		
Eustaquio de Oliveira									16/11/1892		
Teotônio Simeão Procópio	27	Bahia	Preto	Casado		Ourives	Rua do Colégio, freguesia da Sé	16/11/1892	30/11/1892		
Francisco Norberto de Salles	21	Bahia		Solteiro		Carapina	Freguesia de São Pedro	30/11/1892	30/11/1892		
Vicente Ferreira Moreira	30	Brasileiro	Preto	Solteiro		Sapateiro	Rua do Colégio, freguesia da Sé	30/11/1892	30/11/1892		
João Baptista de Mello	28	Brasileiro	Preto	Solteiro		Pedreiro	Rua Padre Bento, freguesia de Santo Antônio	30/11/1892	30/11/1892		29/04/2893
Herculano Malaquias dos Santos	29	Brasileiro	Preto	Casado		Pedreiro	Rua da Lapinha, freguesia de Santo Antônio	30/11/1892	30/11/1892		
Lourenço Manoel Farias	21	Bahia	Preto	Solteiro		Pedreiro		12/04/1893	12/04/1893		
Jacinto Marciano Nazareth	28	Bahia	Preto	Solteiro		Carapina	Rua da Assembleia, freguesia da Sé	12/04/1893	12/04/1893		
Inácio da Luz Costa	30	Bahia	Preto	Solteiro		Pedreiro	Freguesia de Santo Antônio	12/04/1893	12/04/1893		

Macário Antônio de Oliveira	39	Bahia	Preto	Solteiro		Pedreiro	Rua do Bispo, freguesia da Sé	19/04/1893	19/04/1893		
José Alves Teixeira	28	Bahia		Solteiro		Cabeleireiro	Rua da Valla, freguesia de Santana	19/04/1893	19/04/1893		
Preciano Praxedes Lopes	29	Brasileiro	Preto	Solteiro		Charuteiro	Tororó, freguesia de Santana	19/04/1893	19/04/1893		
Afonso Domingos dos Santos	29	Bahia	Preto			Pedreiro	Ladeira da Praça, freguesia da Sé	19/04/1893	19/04/1893		
Ismael de Souza Botelho	29	Bahia	Preto	Casado	Com filhos	Cabelereiro	Ladeira da Praça, estabelecido na Rua da Misericórdia, freguesia da Sé	19/04/1893	19/04/1893		1897
José Maria da Rocha Argolo	40	Brasileiro	Preto	Casado		Pedreiro	Freguesia de Santana	26/04/1893	26/04/1893		
João Antônio de Souza	39	Brasileiro	Preto	Solteiro		Marceneiro	Rua do Bispo, freguesia da Sé	26/04/1893	26/04/1893		
Benvenuto Pereira dos Reis	32		Preto	Solteiro		Funileiro	Rua do Passo	26/04/1893	26/04/1893		
Christovão Florêncio Lopes	29	Brasileiro	Preto			Concertador de pianos	Rua dos Capitães, freguesia da Sé	03/05/1893	03/05/1893		
Ignacio da Luz Costa									03/05/1893		
Mariano Antão do Bonfim	38	Bahia	Preto	Casado		Pintor	Freguesia de Santana	10/05/1893	10/05/1893		
Pedro Felisberto do Espírito Santo	30	Bahia	Preto			Sapateiro	Rua da Fonte das Pedras	10/05/1893	10/05/1893		
Vicente da Costa França	29	Brasileiro	Preto	Solteiro		Funileiro	Freguesia do Passo	10/05/1893	10/05/1893		
Caetano de Mattos	40	Brasileiro	Preto	Casado		Funileiro	Freguesia de São Pedro	10/05/1893	17/05/1893		
Theodoro Antônio dos Reis	26	Brasileiro	Preto	Solteiro		Carpinteiro	Freguesia de Santana	10/05/1893	17/05/1893		
Ângelo da Rocha Argollo	29	Brasileiro	Preto	Solteiro		Pedreiro	Freguesia de Santana	17/05/1893	17/05/1893		
Manoel Antônio Dias	38	Brasileiro	Preto	Casado		Carpinteiro	Freguesia de Santana	17/05/1893	17/05/1893		
Eloy Aleixo Franco	38			Solteiro		Pedreiro		10/05/1893	14/06/1893		
Fortunato José do Espírito Santo	21	Brasileiro	Preto	Solteiro			Freguesia de Santana	24/05/1893	24/05/1893		
Irineu dos Santos	28	Bahia	Preto	Solteiro		Carapina	Campo Grande, freguesia da Vitória	31/05/1893	31/05/1893		
Florêncio da Silva Friandes	27	Brasileiro	Preto	Solteiro		Marceneiro	Rua dos Currais, freguesia de São Pedro	07/06/1893	07/06/1893		
Francisco Bernardino Teixeira	39	Brasileiro	Preto	Solteiro		Carpinteiro	Rua da Barroquinha, freguesia de São Pedro	14/06/1893	14/06/1893		
Antônio Moreira do Bomfim	29	Brasileiro	Preto	Solteiro		Pedreiro	Rocinha da Lapa, freguesia de São Pedro	26/07/1893	26/07/1893		

Justino José Laudelino	28	Bahia	Preto	Solteiro		Pedreiro	Beco dos Calafates, freguesia da Conceição da Praia	26/07/1893	26/07/1893		
Manoel Dionísio da Paixão	29	Bahia	Preto	Solteiro		Tanoeiro	Freguesia de Santana	02/08/1893	02/08/1893		23/10/1899
Estevão Júlio Vieira	26	Brasileiro	Preto	Solteiro			Rua do Politeama, freguesia da Vitória	02/08/1893	02/08/1893		
Luiz Antônio Gonzaga	29	Bahia	Preto	Solteiro		Carapina	Rua da Pucira	23/08/1893	23/08/1893		
Silvino Thomé da Silva	30	Brasileiro	Preto	Casado		Carapina	Rua do Godinho, freguesia de Santana	23/08/1893	23/08/1893		
Francisco Anastácio Cajueiro	22			Solteiro		Calafate	Rua da Barroquinha, freguesia de São Pedro	10/09/1893	13/09/1893		
Plácido José da Boa Morte	30	Bahia	Preto	Solteiro		Pedreiro	Freguesia da Sé	08/10/1893	08/10/1893		
Crecentino Júlio do Nascimento	26	Bahia	Preto	Solteiro		Ferreiro	Rua da Preguiça, freguesia da Conceição da Praia	08/10/1893	08/11/1893		
Lourenço Bento Gomes	18	Salvador	Preto	Solteiro		Carapina	Rua da Preguiça, freguesia da Conceição da Praia	11/10/1893	11/11/1893		
Dativo Moniz Soledade	39	Brasileiro	Preto	Solteiro		Pedreiro	Rua D. José, freguesia da Sé	18/10/1893	25/10/1893		
Júlio Alexandre Carneiro	23	Brasileiro	Preto	Solteiro		Desenhista	Rua da Mouraria	25/10/1893	25/10/1893		
Caetano Severiano de Jesus	30	Brasileiro	Preto	Solteiro		Pedreiro	Estrada da Boiada, freguesia de Santo Antônio	22/11/1893	22/11/1893		
Francisco Amaro Paraíso	40	Brasileiro	Preto	Solteiro		Carapina	Rua dos Currais Velhos, freguesia de Santo Antônio	22/11/1893	22/11/1893		
Fortunato José do Espírito Santo	21	Brasileiro	Preto	Solteiro		Carapina	Freguesia de Santana	22/11/1893	22/11/1893		
Laudelino Alves de Oliveira Rocha	29	Brasileiro	Preto	Solteiro		Carapina	Rua Direita do Colégio, freguesia da Sé	22/11/1893	22/11/1893		
Cosme Victorino dos Santos	25	Brasileiro	Preto	Solteiro		Carapina	Freguesia de Santo Antônio	22/11/1893	22/11/1893		
Agostinho Cairo de Menezes	22	Brasileiro	Preto	Solteiro		Operário da Oficina de Carpina do Arsenal da Marinha	Freguesia de Santo Antônio	22/11/1893	22/11/1893		02/06/1898
Martinho Antônio da Cruz	22	Brasileiro	Preto	Solteiro		Tanoeiro	Ladeira da Conceição da Praia	22/11/1893	22/11/1893		
Braziliano Teodorio da Soledade	18		Preto	Solteiro		Funileiro	Rua da Valla	22/11/1893	22/11/1893		
Manoel Deocleciano da Conceição	22	Bahia	Preto	Solteiro		Carpina	Ladeira das Hortas	22/11/1893	22/11/1893		03/04/1901

Boaventura Manoel do Espírito Santo	39		Preto	Solteiro		Ferreiro	Rua Direita de Santo Antônio, freguesia de Santo Antônio	08/11/1893	28/11/1893		
Pantaleão João de Freitas	30	Brasileiro	Preto	Solteiro		Pedreiro	Rua do Jacaré, freguesia de Santo Antônio	22/11/1893	28/11/1893		
Antônio José do Nascimento	28	Brasileiro	Preto	Solteiro		Torneiro	Freguesia da Conceição da Praia	22/11/1893	28/11/1893		
Gregório de Andrade Gomes	30	Brasileiro	Preto	Casado		Pedreiro	Coqueiros, freguesia de São Pedro	28/11/1893	28/11/1893		
Inocêncio Isidoro da Costa	30	Brasileiro	Preto	Solteiro		Pedreiro	Freguesia do Pilar	28/11/1893	28/11/1893		
Teodoro Estanislau Marques Gomes	30	Brasileiro	Preto	Casado		Pedreiro	Rua do Godinho, freguesia de Santana	28/11/1893	28/11/1893		
Manoel Marques da Cruz	30	Bahia	Preto	Solteiro		Calafate	Taboão, freguesia da Rua do Passo	28/11/1893	28/11/1893		
Roque Duarte de Sousa	21	Bahia	Preto	Solteiro		Funileiro	Calçada, freguesia dos Mares	28/11/1893	28/11/1893		
Cosme Manuel da Cruz	23	Bahia	Preto	Solteiro		Pedreiro	Rua da Mangueira	28/11/1893	28/11/1893		
Júlio Vieira de Bittencourt	25	Brasileiro	Preto	Solteiro		Torneiro	Ladeira da Preguiça, freguesia da Conceição da Praia	28/11/1893	28/11/1893		
João Leoncio da Rocha Pitta		Brasileiro	Preto	Solteiro		Pedreiro	Rua das Capellas, n° 5, freguesia da Sé		04/12/1893		
Saturnino Collecto de Oliveira		Brasileiro	Preto	Solteiro		Pedreiro	Largo do Carneiro, freguesia de Santana		04/12/1893		
Cypriano Miguel da Silva	30	Brasileiro	Preto	Casado		Calafate	Rua do Genipapeiro, freguesia de Santana	28/11/1893	13/12/1893		
Isaias Ladislau da Silva	30	Brasileiro	Preto	Solteiro		Pedreiro	Rua dos Barris, freguesia de São Pedro	28/11/1893	13/12/1893		
Manoel Pedro da Rocha	27	Brasileiro	Preto	Solteiro		Carapina	Rua Direita de Santo Antônio, freguesia de Santo Antônio	28/11/1893	13/12/1893		
Bruno Eustáquio do Sacramento	28	Brasileiro	Preto	Solteiro		Carapina	Rua de Santo Antônio	28/11/1893	13/12/1893		
Candido Maximiano de Jesus	29	Brasileiro	Preto	Solteiro		Ferreiro	Rua de Santo Antônio, freguesia de Santo Antônio	28/11/1893	13/12/1893		
Plácido da Conceição Costa	20	Brasileiro	Preto	Solteiro		Professor	Rua do Barbalho, freguesia de Santo Antônio	28/11/1893	13/12/1893		
Gregório do Bomfim	30	Bahia	Preto	Solteiro		Pedreiro	Freguesia de Santo Antônio	28/11/1893	13/12/1893		
Ananias Antônio de Sousa	38	Salvador		Solteiro		Marceneiro	Rua da Preguiça	28/11/1893	13/12/1893		
Tintino Silva Araújo dos Santos	30	Bahia	Preto	Solteiro		Pedreiro	Freguesia de Santo Antônio	28/11/1893	13/12/1893		

Lourenço Justiniano de Carvalho	29	Bahia	Preto	Solteiro		Pedreiro	Freguesia de Santo Antônio	28/11/1893	13/12/1893		
Henrique Eduardo	30	Bahia	Preto	Solteiro		Pedreiro	Freguesia de Santana	28/11/1893	13/12/1893		
Camilo do Espírito Santo	30	Bahia	Preto	Solteiro		Carapina	Rua do Bispo, freguesia da Sé	28/11/1893	13/12/1893		
Honorato Pedro do Bomfim	20	Bahia	Preto	Solteiro		Marceneiro	Freguesia de Santana	28/11/1893	13/12/1893		
Victorino José dos Reis	26	Bahia	Preto	Solteiro		Pedreiro	Rua da Saúde, freguesia de Santana	28/11/1893	13/12/1893		
João Marinho do Espírito Santo	26	Brasileiro	Preto	Solteiro		Pedreiro	Rua da Ladeira da Misericórdia	28/11/1893	13/12/1893		
Salustiano do Bomfim	30	Bahia	Preto	Solteiro		Sapateiro	Freguesia de Santana	28/11/1893	13/12/1893		
Claudio Alexandre de Andrade	30	Bahia	Preto	Solteiro		Pedreiro	Freguesia de São Pedro	28/11/1893	13/12/1893		
Felipe Manoel de Jesus Gomes	20	Brasileiro	Preto	Solteiro		Alfaiate	Rua do Alvo, freguesia de Santana	28/11/1893	13/12/1893		
Constantino José Alves	28	Brasileiro	Preto	Solteiro		Pedreiro	Freguesia de Santana	28/11/1893	13/12/1893		
Manoel Gregório da Paixão	24	Brasileiro	Preto	Solteiro		Carapina	Rua do Alvo, freguesia de Santana	28/11/1893	13/12/1893		
Nome	Idade	Naturalidade	Cor	Estado civil	Filhos	Profissão	Endereço	Data de requerimento	Data de admissão	Remido	Data de falecimento
Alexandre Antônio dos Santos									09/01/1894		
Américo de Barros Coelho									16/01/1894		
Manoel Isidoro Pires	24	Brasileiro	Preto	Solteiro		Pedreiro	Sangrador, freguesia de Brotas	21/02/1894	21/02/1894		
Idalino José Dias	30	Bahia	Preto	Solteiro		Pedreiro	Travessa da Rua da Faisca	21/02/1894	21/02/1894		
Manuel Prisciliano Camillo da Costa Cardozo	36	Brasileiro	Preto	Solteiro		Pedreiro	Rua da Sé, freguesia da Sé	07/02/1894	01/03/1894		
Genésio Nonato de Santana	21	Brasileiro	Preto	Solteiro		Carapina	Rio Vermelho, Ladeira do Papagaio, freguesia da Vitória	01/03/1894	01/03/1894		
Cipriano Noberto do Espírito Santo	22	Brasileiro	Preto			Encadernador	Fonte do Desterro, freguesia de Santana	01/03/1894	01/03/1894		
Manoel Isidoro dos Reis Pires	30	Brasileiro	Preto	Solteiro		Pedreiro	Rua da Valla, Sete Portas.		07/03/1894		
Galdino Andrade Barboza	28	Brasileiro	Preto	Casado		Carapina	Rua 10 de Fevereiro, freguesia da Sé	21/02/1894	07/03/1894		
Arthur Manoel dos Passos	29	Brasileiro	Preto	Casado		Carapina	Rua dos Barris, freguesia de São Pedro	07/02/1894	07/03/1894		
João Pompilio Ferreira Lopes	28	Brasileiro	Preto	Solteiro		Carapina	Ladeira do Desterro, freguesia de Santana	07/02/1894	07/03/1894		

Flaviano Manoel da Purificação	28	Brasileiro		Solteiro		Marceneiro	Carmo, freguesia da Rua do Passo	07/02/1894	07/03/1894		
Hilario Dias da Silva	29	Brasileiro	Preto	Casado				07/02/1894	07/03/1894		
Galdino de Andrade Barbosa		Brasileiro					Rua 10 de Fevereiro, freguesia de São Pedro		07/03/1894		
Salustiano Guilherme dos Santos	27	Brasileiro	Preto	Solteiro		Carapina	Ladeira da Barra	07/03/1894	07/03/1894		
Antônio Manoel de Argollo	28	Brasileiro	Preto	Casado		Alfaiate	Portas do Carmo	07/03/1894	07/03/1894		
Miguel Casimiro dos Anjos									13/03/1894		
Manoel do Bomfim Navarro									13/03/1894		
Eusébio Damião de Carvalho									13/03/1894		
Januário Malaquias dos Santos									13/03/1894		
Matheus Agostinho Silva	28	Brasileiro	Preto	Solteiro		Ferreiro	Rua do Xixi, freguesia do Pilar	07/02/1894	14/03/1894		
Francisco Joaquim Lopes	30	Bahia		Solteiro		Pedreiro	Matatú	07/03/1894	21/03/1894		
Júlio Theodoro da Ressureição	27	Brasileiro	Preto	Casado		Sapateiro	Freguesia da Sé	21/02/1894	28/03/1894		
Manoel Gregório da Paixão	25	Brasileiro	Preto	Casado		Carapina	Rua do Godinho, freguesia de Santana	28/03/1894	28/03/1894		
Manoel Eloy da Paixão	29		Preto	Solteiro		Pedreiro	Rua da Independência, freguesia de Santana	28/03/2894	28/03/2894		
Francisco de Assis da Silva									30/03/1894		
Antônio Raymundo de Araújo	29	Brasileiro	Preto	Casado		Sapateiro	Rua do Fogo, freguesia da Penha	04/04/1894	11/04/1894		
Silvestre dos Santos Lima	28	Bahia	Preto	Solteiro		Pedreiro	Freguesia da Vitória	04/04/1894	11/04/1894		
Petronilho Amaro Lima Gomes	23	Brasileiro	Preto			Marceneiro	Taboão, freguesia da Rua do Passo	11/04/1894	11/04/1894		
Domingos Joaquim Monteiro	30	Brasileiro	Preto	Solteiro		Pedreiro	Rua dos Coqueiros, freguesia do Pilar	11/04/1894	11/04/1894		
Elias Luiz do Sacramento	23	Brasileiro	Preto	Solteiro		Pedreiro	Rua do Godinho, freguesia de Santana	11/04/1894	11/04/1894		
Severiano Alves de Abreu	28	Brasileiro	Preto			Pedreiro	Freguesia da Sé	11/04/1894	11/04/1894		
Bibiano Soares Cupim	30	Brasileiro	Preto	Casado			Rua de Santo Antônio da Mouraria, freguesia de Santana	11/04/1894	11/04/1894		

João Rodrigues Pereira	26	Brasileiro	Preto	Casado		Marceneiro	Rua da Preguiça, freguesia da Conceição da Praia	11/04/1894	25/04/1894		
Marcos José do Rosário	30	Brasileiro		Solteiro		Pedreiro	Rua da Preguiça, freguesia da Conceição da Praia	18/04/1894	25/04/1894		
Hermenegildo Tertuliano Martins	29		Preto	Solteiro		Professor/Tipografo		18/04/1894	24/04/1894		
Zeferino Manoel Martins	30	Brasileiro	Preto	Solteiro		Carapina		18/04/1894	24/04/1894		
Benedito Joaquim Constantino	28	Brasileiro	Preto			Calafate	Rua Direita de Santo Antônio Além do Carmo	11/04/1894	25/04/1894		
Antônio João Nepomuceno	30	Brasileiro	Preto	Solteiro		Pedreiro	Rua da Valla, freguesia da Rua do Passo	25/04/1894	25/04/1894		
Euclides Ferreira de Oliveira	29	Brasileiro	Preto	Solteiro		Carapina	Rua do Sodré, freguesia de São Pedro	01/05/1894	02/05/1894		
Isidoro Domingos Bahia	40	Brasileiro	Preto	Solteiro		Sapateiro	Rua da Misericórdia, freguesia da Sé	11/04/1894	30/05/1894		
Francisco Romão de Jesus	30	Brasileiro		Casado		Marceneiro	Rua do Fogo, freguesia da Penha	02/05/1894	30/05/1894		
Manoel José da Cunha	28	Bahia	Preto	Casado		Carapina	Rua Direita de Santo Antônio, freguesia de Santo Antônio	25/04/1894	30/05/1894		
Delfino de Arvellos Bottas	23	Brasileiro	Preto			Ferreiro	Tororó, freguesia de Santana	08/05/1894	30/05/1894		
Pantaleão Ferreira dos Santos	24	Brasileiro	Preto	Solteiro		Pedreiro	Rua das Sete Portas, freguesia de Santo Antônio	10/05/1894	30/05/1894		
Domingos Affonso Chaves	38	Brasileiro	Preto	Solteiro		Ferreiro	Rua da `Preguiça, freguesia da Conceição da Praia	11/05/1894	30/05/1894		
Ricardo Americo Cardoso	29	Brasileiro	Preto	Solteiro		Pedreiro	Rua dos Perdões, freguesia de Santo Antônio	12/05/1894	30/05/1894		
José Victor das Dores	28	Brasileiro	Preto	Solteiro		Calafate	Rua das Hortas, freguesia de São Pedro	15/05/1894	30/05/1894		
Francisco de Salles	28	Brasileiro		Solteiro		Pedreiro	Rua dos Marchantes, freguesia de Santo Antônio	18/05/1894	30/05/1894		
Eugenio Fernando da Costa	38	Brasileiro	Preto	Solteiro		Alfaiate	Largo da Saúde, freguesia de Santana	19/05/1894	30/05/1894		
Rodolpho Juvêncio Fiel	21	Brasileiro		Solteiro		Artista	Calçada do Bomfim	19/05/1894	30/05/1894		
Manoel Affonso Tavares	33	Brasileiro		Solteiro		Artista	Calçada do Bomfim, freguesia dos Mares	19/05/1894	30/05/1894		
Ambrósio Ferreira de Santana	21	Brasileiro	Preto			Pedreiro	Rua da Poeira, freguesia de Santana	20/05/1894	30/05/1894		

Hipólito João de Almeida	24	Brasileiro	Preto			Cabelereiro	Rua Visconde do Rio Branco, freguesia da Sé	20/05/1894	30/05/1894		
Bento Luiz dos Santos	30	Brasileiro	Preto	Casado		Carapina	Itapagipe, freguesia da Penha	20/05/1894	30/05/1894		
Faustino Frutuoso da Silva	40	Brasileiro	Preto	Casado		Alfaiate	Freguesia da Sé	20/05/1894	30/05/1894		
Jorge Manoel Ivo	23	Brasileiro	Preto	Solteiro		Carapina	Rua da Valla	22/05/1894	30/05/1894		
João Marcos da Santa Cruz	28	Brasileiro	Preto	Solteiro		Tanoeiro	Rua das Fontes das Pedras, freguesia de Santana	25/05/1894	30/05/1894		
João Baptista Ferreira dos Santos	26	Brasileiro	Preto	Solteiro		Ferreiro	Rua da Saúde, freguesia de Santana	26/05/1894	30/05/1894		
Dionizio dos Santos Ferreira	25	Brasileiro	Preto	Solteiro		Artista	Rua do Tingui, freguesia de Santana	28/05/1894	30/05/1894		
Marcos Alves de Oliveira									30/05/1894		
Augusto Faustino Frutuoso da Silva									30/05/1894		
Bernardino João de Freitas	20	Brasileiro	Preto	Solteiro		Pedreiro	Jacaré, freguesia de anto Antônio	30/05/1894	06/06/1894		
Antônio Nicacor de Alcantara Bispo	29	Brasileiro	Preto	Solteiro		Latoeiro	Tororó, freguesia de Santana	30/05/1894	30/05/1894		
Hermindo Candido da Silva	30	Brasileiro	Preto	Casado		Pedreiro	Portas do Carmo	30/05/1894			
Matheus Paulino Castro de Oliveira	28	Brasileiro		Solteiro		Pedreiro	Freguesia de Santo Antônio	30/04/1894	30/05/1894		
Miguel Archanjo Lopes	28	Brasileiro		Solteiro		Charuteiro	Rua dos Zuavos, freguesia de Santana	06/06/1894	06/06/1894		
Balbino Pedro da Silva	29		Preto	Solteiro		Carapina	Rua do Barbalho	02/05/1894	16/06/1894		
Antônio Luiz Alpiniano de Mello	30	Brasileiro		Solteiro		Charuteiro	Rua do Rio de São Pedro, freguesia da Vitória	06/06/1894	25/07/1894		
Miguel Anselmo da Cruz								06/06/1894	25/07/1894		
José Cyrillo do Sacramento	28	Brasileiro	Preto	Solteiro		Carapina	Largo da Graça, freguesia da Vitória	25/03/1894	30/07/1894		
Manoel Raymundo Querino	40		Preto	Casado		Pintor	Cidade de Palha, freguesia de Santo Antônio	01/08/1894	22/08/1894		
José Emigdio Gregório de Santana	43	Bahia		Solteiro		Carapina	Tororó	22/08/1894	22/08/1894		
Ananias Antônio de Souza	38	Brasileiro	Preto	Solteiro		Marceneiro	Rua do Saldanha	08/1894	22/08/1894		
Victorino José dos Reis	23	Brasileiro	Preto	Solteiro		Pedreiro	Rua do Gravatá, freguesia de Santana	29/08/1894	05/09/1894		

Cyrillo Marques de Oliveira	18	Bahia	Preto	Solteiro		Entalhador	Rua do Mesquita ao Tororó, freguesia de São Pedro	05/09/1894	05/09/1894		
Camillo do Espírito Santo	30	Brasileiro	Preto	Solteiro		Carapina	Rua do Bispo, freguesia da Sé	29/08/1894	12/09/1894		
Manoel do Bomfim de Jesus	23	Brasileiro		Solteiro		Pedreiro	Rua da Laranjeira, freguesia da Sé	12/09/1894	12/09/1894		
Claudio Alexandre	29	Brasileiro	Preto	Solteiro		Pedreiro	Tororó, freguesia de Santana	13/09/1894	12/09/1894		
Francisco Xavier de Sá Ribeiro		Brasileiro	Preto	Solteiro		Carapina		01/08/1894	26/09/1894		
Estevão Felisberto do Espírito Santo		Brasileiro	Preto	Solteiro		Marceneiro	Freguesia da Sé	07/09/1894	26/09/1894		
Guilherme Ormino de Oliveira									26/09/1894		
Ricardo Manoel de Santana	35	Brasileiro	Preto			Tanoeiro	Rua dos Capitães, Freguesia da Sé	03/10/1894	03/10/1894		
Felipe José de Jesus Gomes	20	Brasileiro	Preto	Solteiro		Alfaiate	Rua do Godinho, freguesia de Santana	10/08/1894	10/10/1894		
Saturnino Francisco da Silveira	40			Casado		Marceneiro	Rua da Preguiça, freguesia da Conceição da Praia	10/08/1894	10/10/1894		
Pedro Nolasco Hernandes	46	Santiago de Cuba	Preto	Solteiro	1	Charuteiro	Rua de Dois de Julho da freguesia da Penha	17/10/1894	17/10/1894		
João Antônio de Oliveira	18	Bahia	Preto			Alfaiate		27/10/1894	07/11/1894		
Paulino Antero Baptista	24	Brasileiro	Preto	Casado		Carapina	Freguesia de São Pedro	31/10/1894	07/11/1894		
Maximiano José do Sacramento	29	Brasileiro	Preto	Solteiro		Carapina	Caminho Novo, freguesia da Sé	07/11/1894	07/11/1894		
Alexandre Miguel de Araújo	26	Bahia	Preto	Solteiro		Pedreiro	Freguesia da Sé	07/11/1894	07/11/1894		
Plácido da Conceição Costa	20	Brasileiro		Solteiro		Professor		07/11/1894	14/11/1894		
Luiz da França Lopes	26	Brasileiro	Preto			Carapina	Rio Vermelho, freguesia da Vitória	28/11/1894	28/11/1894		
Bruno Eustáquio do Sacramento	28	Brasileiro	Preto	Solteiro		Carapina	Rua de São José, freguesia de Santo Antônio	28/11/1894	28/11/1894		
Dionizio Alves Bispo da Costa	23	Brasileiro	Preto	Solteiro		Carapina	Rua do Gravatá, freguesia de Santana	28/11/1894	28/11/1894		
Cipriano Miguel da Silva	30	Brasileiro	Preto	Casado		Calafate	Rua do Genipapeiro, freguesia de Santana	28/11/1894	28/11/1894		
Francisco de Paula e Silva	40		Preto	Solteiro		Alfaiate	Rua do Pelourinho, freguesia da Rua do Passo	28/11/1894	28/11/1894		

Antônio AnApolinário Dias	35	Brasileiro	Preto	Casado		Marceneiro	Rua das Portas do Carmo, freguesia da Sé	17/10/1894	12/12/1894		
José Francisco dos Santos	33	Bahia	Preto	Solteiro		Carapina	Rua 10 de Fevereiro, freguesia da Sé	05/12/1894	12/12/1894		
Vicente Bispo Teixeira	34	Brasileiro	Preto	Solteiro		Pedreiro	Rua Luiz Gama, freguesia de Santana	12/12/1894	12/12/1894		
Gaudencio Francisco da Luz Guimarães	28	Brasileiro	Preto			Pintor		12/12/1894	12/12/1894		
João Marinho do Espírito Santo	34	Brasileiro	Preto	Solteiro		Pedreiro	Rua do Alvo	12/12/1894	12/12/1894		
Luiz Gonzaga da Conceição	29	Brasileiro	Preto			Carapina	Rua de São Miguel, freguesia da Sé	12/12/1894	12/12/1894		
Pompeu João de Freitas	48	Brasileiro	Preto	Solteiro		Alfaiate	Calçada do Bomfim, freguesia dos Mares	12/12/1894	12/12/1894		
Quintino da Silva Araújo									12/12/1894		
Marcolino José de Figueredo									1895		
Luiz Pereira de Oliveira									02/01/1895		
Manoel Júlio de Andrade									16/01/1895		
Marcellino Manoel de Andrade									30/01/1895		
José Victorino									30/01/1895		
Luiz Maria da França									30/01/1895		
Florentino da Costa Baraúna									30/01/1895		
Pedro Abreu Rozendo dos Santos									30/01/1895		
Theodoro José da Silva									30/01/1895		
João da Cruz Baptista									01/02/1895		
Manoel do Bomfim									02/02/1895		
Francisco José da Costa									13/02/1895		
Aristeu Francisco de Salles									13/02/1895		
Galdino José Alves									13/02/1895		
Salustiano Antônio Alves									13/02/1895		
Pedro Jorge de Oliveira									13/02/1895		

Camilo Luiz de Mello									13/02/1895		
Boaventura Munção Ferreira									16/02/1895		
Aurelio Joaquim de Santa Cecilia		Bahia	Preto	Solteiro				20/02/1895	20/02/1895		
Regiliano Mathias da Silva									20/02/1895		
Bernabé Manoel do Sacramento									28/02/1895		
Thomas Paulo de Cantuária									10/03/1895		
Hilário Zeferino dos Santos									10/03/1895		
Florentino Antônio de Carvalho									13/03/1895		
Germano Manoel do Espírito Santo									13/03/1895		
Francelino Constantino dos Santos									13/03/1895		
Manoel da Hora									13/03/1895		
Ludgero João da Silva									13/03/1895		
Silvino Manoel do Sacramento									13/03/1895		
Paulo Bevenuto do Bomfim									13/03/1895		
Tobias José da Silva									13/03/1895		
Nicolau Tolentino do Bomfim									13/03/1895		
Bernardino da Silva Guimarães									13/03/1895		
Anselmo de Campos									13/03/1895		
Fortunato Francisco de Andrade									13/03/1895		
Bartholomeu Mathias Barbosa									20/03/1895		
José Miguel dos Anjos									20/03/1895		
José Joaquim Teixeira									20/03/1895		
Justino Florêncio Brandão									20/03/1895		
Dativo dos Santos Porto									23/03/1895		

Esperidião José Martins de Moura									23/03/1895		
Felippe Soares de Abalgaria									28/03/1895		
Simplicio Luiz dos Santos									15/05/1895		
Cyrino Euzébio do Patrocínio									15/05/1895		
Pantaleão Valentim									15/05/1895		
Luiz França Alves									15/05/1895		
Júlio Alves da Palma									15/05/1895		
Gregório Alves Moreira									15/05/1895		
Lourenço Machado de Menezes									15/05/1895		
Agapito Lamartine de Andrade									15/05/1895		
Anisio de Almeida Costa									19/06/1895		
Antônio Eustáquio de Lima									19/06/1895		
Victoriano Manoel do Sacramento									19/06/1895		
Pedro Advincula de Bittencourt									20/06/1895		
Astério Ângelo Pacífico									10/07/1895		
Pompeu Eduvigis da Piedade									17/07/1895		
Leocadio Manoel dos Santos									17/07/1895		
Honorato Navarro de Andrade									31/07/1895		
Honorato Pedro do Bomfim									21/08/1895		
Constantino Eliseu dos Anjos									04/09/1895		
Basilio Calisto de Santa Thereza									04/09/1895		
Daniel Joaquim dos Santos									04/09/1895		
Tobias Eustáquio dos Santos									09/09/1895		
Tito dos Santos Recife									11/09/1895		

André Avelino Alves dos Santos								11/09/1895		
Gonçalo Constantino Bastos								11/09/1895		
Desiderio António Alves								18/09/1895		
Silvestre António de Oliveira								18/09/1895		
Alexandre da Cruz Silva								18/09/1895		
Antão Abbade da Cruz								18/09/1895		
José Vieira dos Santos								25/09/1895		
Damázio da Costa Farias								30/09/1895		
Herculano Rodrigues Moreira								30/09/1895		
Alfredo Vaz de Carvalho								30/09/1895		
Donaciano Benedicto da Silva								30/09/1895		
Ivo Tobias do Nascimento								09/10/1895		
Lúcio Bento de Souza								09/10/1895		
André Avelino dos Santos								09/10/1895		
Cezário da Silva Gomes	30	Brasileiro	Preto	Solteiro		Pedreiro	Freguesia da Sé	24/10/1894	30/10/1895	
Guilherme Joaquim do Sacramento								30/10/1895		
Júlio Alves da Rocha								30/10/1895		
Deocleciano Eustáquio das Dores								30/10/1895		
João Fernandes Galiza								27/11/1895		
Sibério Porcino da Costa								27/11/1895		
Bernardo Francisco de Mattos								27/11/1895		
José António da Costa								27/11/1895		
Thomé Temístocles da Encarnação								27/11/1895		

Francisco Diogo Ribeiro								12/1895		
Jeronymo Domingos da Costa								11/12/1895		
João Pedro de Araújo								18/12/1895		
Saturnino Joaquim da Cunha Menezes								18/12/1895		
Basilio Vieira de Mattos								09/01/1896		
Sabino Roberto da Fonseca	28		Preto	Solteiro		Pedreiro	Arsenal de Guerra, freguesia do Pilar	09/01/1896	09/01/1896	
Thomé Alves Lima	40		Preto	Solteiro		Pedreiro	Baixa do Barbalho, Subida do Jacaré, freguesia de Santo Antônio	05/02/1896	05/02/1896	
Faustino Maurício de Oliveira	30		Preto	Solteiro		Carapina	Rua dos Perdões, freguesia de Santo Antônio	19/02/1896	26/02/1896	
Gregório dos Reis Bittencourt	23		Preto	Solteiro		Carapina	Barra, freguesia da Vitória	19/02/1896	26/02/1896	
Germano Luiz dos Santos	35	Bahia		Solteiro		Pedreiro	Sangradouro	26/02/1896	26/02/1896	
Virgílio da Silva Ribeiro	23		Preto	Solteiro		Carapina	Freguesia de Brotas	18/03/1896	18/03/1896	
Érico Marcos dos Santos	38		Preto	Casado			Rua Cruzeiro de São Francisco	15/04/1896	31/04/1896	1898
Guilherme Escolastico de Lima	37		Preto	Solteiro		Tanoeiro	Rua da Laranjeira, freguesia da Sé	29/04/1896	29/04/1896	
Alexandre Paulino da Costa	22		Preto	Solteiro		Cabelereiro	Maciel de Baixo, freguesia da Sé	06/05/1896	06/05/1896	
Júlio Antônio Mendes	28	Brasileiro	Preto	Solteiro		Alfaiate	Graça	06/05/1896	06/05/1896	
Perjentino Henrique de Paiva	23	Brasileiro	Preto	Solteiro		Tipografo	Rua da Fonte Nova de São Miguel	20/05/1896	27/05/1896	
Anastácio Vicente Vianna	41		Preto	Casado		Pedreiro	Freguesia de Santo Antônio	20/05/1896	01/07/1896	
Herculano José de Souza	33	Brasileiro	Preto	Solteiro		Carapina	Barbalho	16/06/1896	01/07/1896	
Valeriano Ferreira Cardozo	25		Preto	Solteiro		Tanoeiro	Genipapeiro, freguesia de Santana	17/06/1896	01/07/1896	
Epifânio Fortunato Lucas	38		Preto	Solteiro		Carapina	Freguesia de São Pedro	01/07/1896	01/07/1896	
Epifânio Antonio dos Reis	30		Preto	Casado		Calafate	Freguesia de Santana	08/07/1896	08/07/1896	
Guilherme da Silva Ribeiro	30		Preto	Casado		Cabelereiro	Rua dos Capitães, freguesia da Sé	22/07/1896	22/07/1896	

João Martins Saldanha	36		Preto	Solteiro		Calafate		22/07/1896	22/07/1896		
Francisco Arsenio de Jesus	28		Preto	Casado		Calafate	Lapinha, freguesia de Santo Antônio	05/08/1896	05/08/1896		
Sebastião Candido de Oliveira	39		Preto	Solteiro		Pedreiro	Rua dos Marchantes, freguesia da Rua do Passo	12/08/1896	12/08/1896		
Pergentino Henrique de Paiva	23	Brasileiro	Preto	Solteiro		Tipografo	Fonte Nova de São Miguel	19/08/1896	19/08/1896		
Januário Luiz de Britto	18		Preto	Solteiro		Carapina	Freguesia da Rua do Passo	19/08/1896	19/08/1896		
Cosme Lourenço de Oliveira	49	Bahia	Preto	Casado		Pedreiro	Rua dos Adobes, freguesia de Santo Antônio	19/08/1896	19/08/1896		
Fortunato Antonio de Lima	22		Preto	Solteiro		Ferreiro	Freguesia do Pilar	09/09/1896	16/09/1896		
Rozendo Roque Muniz			Preto	Casado		Carapina	Rua do Jenipapeiro	09/09/1896	16/09/1896		
Pedro Celestino da Silva				Solteiro		Artista	Rua da Bangala, freguesia de Santana	16/09/1896	16/09/1896		
Damásio Cecilio do Nascimento			Preto			Pedreiro	Rua do Tijolo, freguesia da Sé	16/09/1896	16/09/1896		
Manoel da Hora do Nascimento	29		Preto			Sapateiro	Rua das Mercês	16/09/1896	16/09/1896		
Elpídio Francisco de Assis	32		Preto			Artista	Rua das Pedreiras	23/09/1896	29/09/1896		
Christovão José Dias	39	Brasileiro	Preto	Solteiro			Quintas das Beatas, freguesia de Brotas	30/09/1896	30/09/1896		
Donato Gonçalves Carteador	36		Preto	Casado		Polidor	São José, freguesia de Santo Antônio	13/09/1896	14/09/1896		
Faustino Gomes da Silva	34	Brasileiro	Preto	Solteiro		Caixeiro de escrita	Rua da Valla, freguesia da Rua do Passo	15/10/1896	21/10/1896		
Pedro de Alcantara dos Santos e Almeida	48	Brasileiro	Preto	Casado		Funileiro	Rua da Bangala, freguesia de Santana	15/10/1896	21/10/1896		
Paulo Emygdio de Jesus	46	Brasileiro	Preto	Viúvo		Negociante	Rua da Valla, freguesia da Rua do Passo	15/10/1896	21/10/1896		
Cyriaco Manoel de Santana	22	Bahia	Preto	Solteiro		Pedreiro	Pau Miúdo, freguesia de Santo Antônio	21/10/1896	21/10/1896		
Justiniano Lorenço Pinheiro	26		Preto	Solteiro		Carapina	Rua da Laranjeira, freguesia da Sé	21/10/1896	04/11/1896		
Cecilio Marcolino do Carmo	22	Brasileiro	Preto	Solteiro		Cabelereiro	Rua dos Carvões, freguesia de Santo Antônio	21/10/1896	04/11/1896		
João Guilherme de Anunciação	46		Preto	Solteiro		Carapina	Rua de Santa Theresa, freguesia de São Pedro	28/10/1896	28/10/1896		

Benvenuto Ladislau do Sacramento	38	Brasileiro	Preto			Marceneiro	Rua do Castanhedo	04/11/1896	04/11/1896		
Domingos Gregorio de Santana	40	Brasileiro	Preto	Solteiro		Marceneiro	Largo do Cruzeiro, freguesia da Sé	04/11/1896	04/11/1896		
Thomaz de Villa Nova Almeida	40		Preto	Solteiro			Rua do Alvo	04/11/1896	04/11/1896		
José Antônio Amancio de Souza	23		Preto	Solteiro		Carapina		04/11/1896	04/11/1896		
Manuel Patricio de Freitas	24		Preto	Solteiro		Carapina	Rua da Poeira	23/12/1896	23/12/1896		
Glicério Martins dos Santos	24		Preto	Solteiro		Ferreiro	Largo do Terreiro	30/12/1896	07/01/1897		
Teófilo Lacerda dos Anjos	23	Brasileiro	Preto	Solteiro		Carapina	Rua de Carlos Gomes, freguesia de São Pedro	09/12/1896	11/01/1897		
Benjamim Leoncio da Silva	24		Preto	Solteiro		Carapina	Santo Antônio da Mouraria		16/02/1898		
Sivino da Conceição	46		Preto	Viúvo		Pedreiro	Rua do Alvo	30/12/1896	17/02/1897		
Nicolau da Paz	42			Solteiro		Pedreiro	Lapinha	05/01/1898	26/01/1898		
Antônio José Pinheiro	39			Solteiro		Pedreiro		05/01/1898	26/01/1898		
Pasctor Elpidio do Nascimento	29		Preto	Solteiro		Marceneiro	Freguesia de Nazareth	11/01/1898	26/01/1898		
Gregório Marques de Mello	41			Solteiro		Pedreiro	Maciel de Cima	11/01/1898	26/01/1898		
Manoel da Boa Ventura	34			Solteiro		Carpina		11/01/1898	26/01/1898		
Benedicto Diniz dos Passos	27		Preto	Solteiro		Carapina	Rua do Cravo, freguesia de Santana	26/01/1898	26/01/1898		
Jacinto Mauricio Ferreira	18		Preto	Solteiro		Artista	Rua do Godinho, freguesia de Nazareth	26/01/1898	26/01/1898		
Pedro Olympio de Assunção Marinho	29		Preto	Solteiro		Artista	Rua do Godinho, freguesia de Nazareth	01/02/1898	16/02/1898		
Francisco José Teixeira	29		Preto	Solteiro		Fundidor	Freguesia de Santana	09/02/1898	16/02/1898		
Daniel Manoel de Seixas	28	Bahia	Preto	Casado		Marceneiro	Areal de Cima, freguesia de São Pedro	16/02/1898	16/02/1898		
Atanásio Rozendo do Espírito Santo	29		Preto	Solteiro		Marceneiro	Rua da Valla, freguesia da Rua do Passo	25/02/1898	09/03/1898		
Manoel Paraence	36		Preto	Solteiro		Tamanqueiro	Gravatá, freguesia de Santana	28/02/1898	09/03/1898		
Manoel de Jesus Moreira	43		Preto	Solteiro		Carapina	Rua de Santo Antônio	09/03/1898	09/03/1898		
José Fernandes Gallizia	32			Solteiro		Pedreiro	Matatú, freguesia de Brotas	09/03/1898	09/03/1898		

Cornélio Alves de Oliveira	21		Preto	Solteiro		Carapina	Rua da Matança, freguesia de Santo Antônio	30/03/1898	30/03/1898		
Januário Ribeiro Navarro	39	Bahia	Preto	Casado			Rua da Matança, freguesia de Santo Antônio	13/04/1898	27/04/1898		
Brazilio Antonio dos Santos	38		Preto	Solteiro		Pedreiro	Rua do Funil, freguesia de Santo Antônio	13/04/1898	27/04/1898		
Antônio Epiphânio dos Reis	33			Casado			Cruz do Cosme, freguesia de Santo Antônio	27/04/1898	27/04/1898		
Claudio de Paula Pinto	32	Brasileiro	Preto	Solteiro			Estrada das Boiadas, freguesia de Santo Antônio	27/04/1898	27/04/1898		
Clemente José Francisco da Silva	32			Solteiro		Tamanqueiro	Rua do Bispo, freguesia da Sé	04/04/1898	04/05/1898		
Marcelino Braulino Dias de Moura	25		Preto	Solteiro		Ferreiro	Rua do Godinho, freguesia de Santana	23/02/1898	04/05/1898		
Severiano Manoel de Aleluia	37		Preto	Solteiro		Alfaiate	Rua da Lapinha, freguesia de Santo Antônio	04/05/1898	04/05/1898		
Caciano Marcelino da Silva	29	Brasileiro	Preto	Solteiro		Pedreiro	Rua Nova de São Pedro	12/05/1898	25/05/1898		
Justino Constantino Bastos	30			Solteiro		Pedreiro	Rua da Saúde, freguesia de Nazareth	18/05/1898	25/05/1898		
Venceslau Telles da Silva	48		Preto	Casado			Matatú, freguesia de Brotas	01/06/1898	01/06/1898		
Ulisses Estanislau da Silva	26		Preto	Casado		Cabeleireiro	Tororó, freguesia de Santana	07/06/1898	15/06/1898		
Zacarias Joaquim Guimarães	23		Preto	Casado		Carapina	Rua do Passo	07/06/1898	15/06/1898		
Mathias Luiz de Araújo	47		Preto	Solteiro		Carapina	Tororó, Mesquita, freguesia de São Pedro	22/06/1898	22/06/1898		
Raphael Arcanjo Ladislau da Cruz	20					Ferreiro	Rua do Godinho	21/07/1898	27/07/1898		
Frederico do Nascimento	43		Preto			Pedreiro	Estrada 2 de julho, freguesia de Brotas	21/09/1898	28/09/1898		
Cirillo Leopoldino Maciel	40		Preto	Solteiro		Carapina	Rua da Valla, freguesia da Rua do Passo	21/09/1898	28/09/1898		
Calisto Gaudencio de Mattos	45		Preto	Viúvo		Maquinista		28/09/1898	28/09/1898		
Manoel dos Passos			Preto	Solteiro		Pedreiro	Castro Neves, freguesia de Brotas	28/09/1898	28/09/1898		
Amaro Juvencio de Aguiar	32		Preto	Solteiro		Artista	Rua do Bom Gosto, freguesia da Vitória	28/09/1898	28/09/1898		
Manoel Gregório do Sacramento	20		Preto	Solteiro		Sirurgueiro	Quinta das Beatas	12/10/1898	19/10/1898		

Theófilo Francisco Brandão	34	Bahia		Casado		Carapina	Rua do Ferrão, freguesia da Sé	09/11/1898	09/11/1898		
Ambrósio Manoel Saldanha	28	Bahia		Solteiro		Marceneiro	Rua da Ordem Terceira de São Francisco	09/11/1898	09/11/1898		
Samuel Alfredo de Castro	38	Bahia		Casado			Freguesia de Santana	09/11/1898	09/11/1898		
Simeão Zeferino dos Reis	32			Solteiro		Alfaiate	Periperi	09/11/1898	09/11/1898		
João da Silva Telles	40	Brasileiro	Preto	Solteiro			Jacaré, freguesia de Santo Antônio	09/11/1898	09/11/1898		
Antiocho Antonio do Sacramento	45		Preto	Solteiro		Pedreiro	Tororó	23/11/1898	30/11/1898		
Saturnino Ferreira Gama	28		Preto	Solteiro		Pedreiro	Matatú, freguesia de Brotas	22/12/1898	28/12/1898		
Samuel Alfredo de Castro	38	Bahia	Preto	Casado		Carapina	Freguesia de Nazareth	08/02/1899	08/02/1899		
Hilario Jorge de Araújo	46		Preto	Casado		Negociante	Rua dos Carvões, freguesia de Santo Antônio	15/02/1899	22/02/1899		
Trajano de Souza Gouveia	48		Preto			Sapateiro	Cais Dourado, freguesia do Pilar	01/03/1899	01/03/1899		
Macario Bernardo Moreira	38		Preto	Casado		Marceneiro	Freguesia do Pilar	05/04/1899	19/04/1899		
José Rodrigues da Silva	21		Preto	Solteiro		Ferreiro	Freguesia de Santana	19/04/1899	19/04/1899		
Firmino Ramos dos Santos	45			Casado		Artista	Rua do Saldanha	24/05/1899	24/05/1899		
Manoel Valentim do Nascimento	29		Preto	Solteiro		Artista	Rua dos Perdões	31/05/1899	21/06/1899		
Nome	Idade	Naturalidade	Cor	Estado civil	Filhos	Profissão	Endereço	Data de requerimento	Data de admissão	Remido	Data de falecimento
Manoel Pereira do Lago	50			Casado	2	Pedreiro		1853	Sem confirmação		
Augusto Francisco de Assis	24	Bahia	Crioulo	Casado	Sem filho	Serrador		1853	Sem confirmação		
Antônio Lisboa Miranda Cerqueira	33	Salvador		Solteiro		Sirgheiro	Freguesia da Conceição da Praia, Rua Direita do Comércio, casa nº 17	18/11/1854	Sem confirmação		
João Anastácio do Espírito Santo	37	Salvador		Solteiro		Alfaiate		18/11/1854	Sem confirmação		
Firmino Manoel da Silva	28			Casado	2	Pedreiro		04/03/1855	Sem confirmação		
Floriano de Souza Lopes	28	Salvador		Casado	Sem filho	Embarcadiço	Ilegível	25/03/1855	Sem confirmação		
José Antônio da Silva	48	Cachoeira	Crioulo	Casado	3			28/03/1855	Sem confirmação		

Norberto Gomes da Virgem	30	Bahia		Solteiro		Carpinteiro		1857	Sem confirmação		
Sebastião Correia Alves	27	Cachoeira		Solteiro		Cabouqueiro		1857	Sem confirmação		
Faustino José de Santana Gomes	47	Salvador		Casado	1	Professor jubilado		1857	Sem confirmação		
Germano Teixeira	30	Salvador		Solteiro	1	Carapina		1859	Sem confirmação		
Nicolau da Silveira	25	Salvador		Casado		Pedreiro		03/1859	Sem confirmação		
Romão da Hora Silva e Maciel	30	Salvador		Solteiro		Pedreiro		03/1859	Sem confirmação		
José Joaquim de Santana	36	Bahia	Crioulo	Solteiro		Marceneiro		06/1859	Sem confirmação		
Avelino da Costa Ribeiro		Salvador	Crioulo	Solteiro	Sem filho	Alfaiate			Sem confirmação		
João Ladislau da Cruz	20	Bahia		Solteiro	1	Pedreiro	Rua dos Capitães no Beco do Galeão		Sem confirmação		
Domingos Francisco de Assunção	20	Salvador	Crioulo	Solteiro		Pedreiro			Sem confirmação		
Fruitoso Manuel de Santana Lisboa	21			Solteiro		Pedreiro			Sem confirmação		
José Caetano Correa de Oliveira	46			Solteiro		Carpinteiro			Sem confirmação		
José Antônio Ferreira da Silva	36	Pernambuco	Crioulo	Casado	Sem filho	Barbeiro			Sem confirmação		
Sabino José dos Santos Filho	19	Brasil		Solteiro	Sem filho	Marceneiro	Ilegível		Sem confirmação		
Telles Gama	46	Salvador	Crioulo	Solteiro	Sem filho	Carpinteiro			Sem confirmação		
Manoel Gomes de Oliveira	34	Salvador		Viúvo	2	Carpina			Sem confirmação		
Benedito da Silva Corrêa	28	Bahia	Crioulo	Solteiro		Marceneiro	Freguesia de Santo Antônio		Sem confirmação		
Antônio J. da Boa Morte	25			Solteiro		Pedreiro			Sem confirmação		
Olavo de Santana	21	Salvador	Crioulo	Solteiro		Marceneiro			Sem confirmação		
Maurício Inocêncio das Chagas									Sem confirmação		
Marcelino Ferreira dos Santos	38	Cachoeira		Casado		Alfaiate			Sem confirmação		
Manoel Valentim do Nascimento	29	Salvador	Crioulo	Solteiro		Pedreiro			Sem confirmação		
Ladislau de Santana	21	Salvador	Crioulo	Solteiro		Alfaiate			Sem confirmação		

Pedro Cidrono da Penha	38	Bahia		Solteiro		Pedreiro	Freguesia dos Mares	30/12/1875	Sem confirmação		
Martiniano Thomé da Purificação	25			Solteiro		Alfaiate		10/11/1877	Sem confirmação		
Raymundo Felipe de Oliveira		Salvador		Solteiro		Marceneiro		22/10/1878	Sem confirmação		
Ricardo Martins Ferreira	36	Salvador		Solteiro	1	Alfaiate	Rua do Alvo, freguesia de Santana	29/10/1879	Indeferido		
Pedro Augusto da Silva	42	Salvador		Casado	Sem filho	Pedreiro	Maciel de cima	18/04/1880	Sem confirmação		
Damião Theixeira	38	Salvador		Solteiro		Carpina/Empregado na Companhia de Indústria	Rua da Forca, freguesia de São Pedro	01/08/1880	Indeferido		
Justino Florêncio de Souza	35	Bahia	Crioulo	Solteiro	1	Vive de negócio		20/08/1880	Sem confirmação		
Manoel Venceslau Bernardino	39			Solteiro		Pedreiro			Indeferido		
Paulino Delfim da Purificação	34	Bahia		Solteiro		Cozinheiro	Freguesia da Vitória, Rua do Canela	14/11/1880	Indeferido		
Barnabé Nascimento	32	Salvador	Preto	Solteiro		Pedreiro	Rua de São Pedro	15/10/1881	Indeferido		
Paulino Delfino da Purificação	26	Brasileiro	Preto	Solteiro		Sapateiro		19/03/1882	Indeferido		
Barnabé do Nascimento	28	Brasileiro	Preto	Solteiro		Pedreiro		19/03/1882	Indeferido		
Quintino de Castro	46			Solteiro	1	Pedreiro	Freguesia de São Pedro	16/05/1883	Sem confirmação		
João José de Campos	50	Salvador	Preto			Sapateiro		03/11/1886	Indeferido		
Francisco Xavier de Sá Ribeiro	45			Solteiro		Marceneiro	Rua do Padre, freguesia de São Pedro	09/12/1886	Indeferido		
Saturnino Francisco da Rocha	40	Brasileiro	Preto	Solteiro	6	Carapina		05/05/1887	Indeferido		
Gregório Manoel do Bonfim	23		Preto	Solteiro		Pedreiro	Rua Direita de Santo Antônio, freguesia de Santo Antônio	09/03/1892	Sem confirmação		
Eduardo da Silva	28	Bahia	Preto	Casado		Carapina	Rua do Sodré	22/11/1893	Indeferido		
Paulo Pereira dos Santos		Brasileiro	Preto	Casado		Alfaiate	Rua Direita de Santo Antônio	26/05/1894	Sem confirmação		
João de Deus Marques de Carvalho	24	Brasileiro	Preto	Solteiro		Pedreiro	Freguesia da Sé	30/05/1894	Sem confirmação		
Manoel do Bomfim Mello			Preto	Casado		Pedreiro	Ladeira da Fonte das Pedras, freguesia de Santana	14/11/1894	Sem confirmação		
Christovão José Dias	39	Brasileiro	Preto	Solteiro			Quinta das Beatas, freguesia de Brotas	22/04/1896	Sem confirmação		

Tito de Araújo Rosa	36		Preto	Casado		Artista	Freguesia da Rua do Passo	20/05/1896	Sem confirmação		
Pedro Celestino da Silva	40			Solteiro		Artista	Freguesia de Santana	15/07/1896	Sem confirmação		
Glicério Paulino dos Santos	20					Ferreiro	Largo do Terreiro	15/12/1896	Sem confirmação		
Benedicto Diniz dos Passos	27		Preto	Solteiro		Carapina		12/01/1898	Sem confirmação		
Atanásio Vianna	48	Bahia	Preta	Solteiro		Pedreiro	Rua da Faísca, freguesia de São Pedro	08/02/1899	Sem confirmação		
Tiburcio Júlio Vieira	22		Preto	Solteiro		Pedreiro	Politeama, freguesia da Vitória	20/09/1899	Sem confirmação		

Fonte: ASPD, Livro de Registro de Pagamentos dos Sócios (1848); ASPD, Livro de Termos de Entrada de Sócios Efetivos (1851); ASPD, Livro de Matrículas dos Sócios Efetivos (1872-1894); ASPD, requerimentos de inscrição (1875-1899); ASPD, Livro de Inscrições de Sócios (1895); ASPD, Livro de Termos nº 3 (1894); ASPD, Livro de Termo de Entrada de Sócios (1892-1894).

Anexo II – Sócios Protetores (1851-1883)

Nome	Atividade	Data de matrícula
Manoel Joaquim de Almeida	Cônego Chantre	03/01/1851
Francisco Gonçalves Martins	Conselheiro	02/03/1851
Bernardino Ferreira Pires		04/05/1851
Raimundo Nonato da Madre de Deus Pontes	Padre-Mestre Frei	04/05/1851
Antônio Joaquim das Mercês	Desembargador	04/05/1851
Joaquim de Almeida	Cônego Vigário	04/05/1851
Francisco Pereira Sebrão de Almeida		04/05/1851
Álvaro Tibério de Moncorvo e Lima		01/06/1851
Francisco Ezequiel Meira	Oficial da Imperial Ordem da Rosa, Cavaleiro da mesma Ordem e de Cristo, Subdelegado e Juiz de Paz da Freguesia da Conceição da Praia	10/07/1851
Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos	Conselheiro e Presidente do Tribunal da Relação	10/07/1851
Manoel José de Almeida Couto	Comendador	10/07/1851
Lourenço de Souza Marques		10/07/1851
Manoel Alves Moreira Villa Coim	Cônego, Conselheiro da Ordem de Cristo e Comendador da Ordem de Cristo	10/07/1851
José Manoel Fernandes Ramos		31/08/1851
Joaquim Antônio Moutinho	Professor	31/08/1851
João Joaquim da Silva	Desembargador e Ministro da Relação da Província	05/06/1853
Rodrigo Ignácio de Sousa Menezes	Padre Mestre Pregador Imperial	07/08/1853
Francisco Barbosa de Araújo	Lente Proprietário da Cadeira de Geometria Mecânica aplicada às artes e ofícios	07/08/1853
Luiz Álvares dos Santos	Lente proprietário da cadeira de Latim da Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo	01/10/1854
João Maurício Wanderley		01/10/1854
José Joaquim Coelho	Marechal e Comandante das Armas	10/10/1854
Francisco José Godinho	Comendador	10/10/1854
Vicente Ferreira de Oliveira	Comendador	10/10/1854
Inocência Marques de Araújo Góes		10/10/1854
Francisco Antônio Ribeiro		10/10/1854
Américo de Souza Gomes		10/10/1854
Joaquim Antônio da Silva Carvalho	Tenente Coronel da Guarda Nacional, Cavaleiro das Ordens do Cruzeiro e Cristo, Condecorado com a Medalha de Prata pela Independência e Major Honorário de 1ª Linha	10/10/1854
Manoel Líbano Pereira de Castro	Juiz de Direito	18/09/1855
João Lins Vieira Cansação de Sinimbu	Conselheiro e Presidente da Província	12/10/1856
Francisco Liberato de Mattos	Chefe de Polícia	24/10/1856
Selidônio José Pereira do Lado	Comandante das Armas	24/10/1856

Francisco Xavier Paes Barreto	Conselheiro e Presidente da Província	09/12/1858
Herculano Ferreira Pena	Conselheiro e Presidente da Província	02/10/1859
Francisco Muniz Barreto	Primeiro Escriurário da Alfândega	02/10/1859
Antônio da Costa Pinto	Desembargador e Presidente da Província	06/05/1860
Domingos Gonçalves Ponce de Leão		20/08/1860
Joaquim Antão Fernandes Leão	Conselheiro e Presidente da Província	02/02/1862
José Pereira da Silva Reis		02/02/1862
Manoel Joaquim da Silveira	Arcebispo Metropolitano Primaz do Brasil	02/10/1862
Manuel Muniz Tavares	Imperial Ordem do Cruzeiro, Dignatário da Rosa, Comendador das Ordens de Cristo e São Bento de Aviz, Condecorado com as medalhas da Independência do Brasil, Boa Ordem em Pernambuco e Paraguai, Brigadeiro Comandante das Armas	02/10/1862
Antônio Dias Coelho	Camarista	02/10/1862
Antônio Coelho de Sá e Albuquerque	Conselheiro e Presidente da Província	02/10/1862
Antônio Joaquim da Silva Gomes	Desembargador e Presidente da Província	06/03/1864
Arsênio Rodrigues Seixas		20/03/1864
Victório José da Costa		30/04/1864
Salustiano Ferreira Souto		18/09/1864
Luís Antônio Barbosa de Almeida	Presidente da Província	10/11/1864
Manoel Pinto de Souza Dantas	Presidente da Província	06/08/1865
José Joaquim Rodrigues Lopes	Conselheiro, Tenente Coronel e Comandante das Armas	06/08/1865
João José de Oliveira Junqueira Júnior	Chefe de Polícia	20/08/1865
Pedro Leão Veloso	Vice-Presidente da Província	15/04/1866
Ambrósio Leitão da Cunha	Desembargador e Presidente da Província	13/01/1867
Antônio Lázaro de Oliveira Leitão	Tenente	02/06/1867
Augusto Sérvulo de Aguiar Cardoso	Alferes	02/06/1867
José Bonifácio Nascente de Azambuja	Presidente da Província	15/09/1867
Luiz José Monteiro	Brigadeiro e Comandante das Armas	15/09/1867
Jerônimo Sodré Pereira		27/10/1867
Manoel José de Figueiredo Leite		26/07/1868
Nicolau Carneiro Filho	Coronel	13/09/1868
João Antônio de Araújo Freitas Henriques	Desembargador e Presidente da Província	20/03/1872
Joaquim Pires Machado Portella	Presidente da Província	19/07/1872
Herculano Sanches da Silva Pedra	Brigadeiro e Comandante de Armas	19/07/1872
Aurelio Ferreira Espinheira	Chefe de Polícia	19/07/1872
Americo de Souza Marques		25/05/1873
Antonio Ribeiro Lima		25/05/1873

Antonio Candido da Cruz Machado	Comendador e Presidente da Província	14/12/1873
João José de Moura Magalhães		06/06/1874
Venancio José Oliveira Lisboa	Presidente da Província da Bahia	12/07/1874
Carlos Luiz d'Amour	Monsenhor, Vigário Capitular da Diocese da Bahia	13/06/1875
Albino Henriques da Silva		08/08/1875
Ruy Barbosa		05/09/1875
Antônio Carneiro da Rocha		05/09/1875
Henrique Pereira de Lucena	Desembargador e Presidente da Província	18/02/1877
Amphilophio Botelho Freire de Carvalho		29/04/1877
Antonio Ferreira de Barros	Major	29/04/1877
Evaristo Ladislau e Silva	Brigadeiro	29/04/1877
Manuel da Silva Lopes Cardoso		23/12/1877
Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello	Conselheiro e Presidente da Província	24/03/1878
José Antonio da Rocha Vianna	Chefe de Polícia da Província	20/09/1879
Antonio de Araújo Aragão Bulcão	Presidente da Província	20/09/1879
Manoel Deodoro da Fonseca	General e Comandante das Armas da Província	20/09/1879
Manoel Carneiro da Rocha	Capitão de Mar e Guerra e Inspetor do Arsenal da Marinha da Província	20/09/1879
Pedro Luiz Pereira de Sousa	Conselheiro e Presidente da Província	23/07/1882
João Augusto Neiva	Deputado Provincial	23/07/1882
Garcia Dias Pires de Carvalho e Albuquerque	Deputado Provincial	23/07/1882
Alexandre Herculano Ladislau	Inspetor do Tesouro Provincial	23/07/1882
Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque	Deputado Provincial e Barão de Villa Viçosa	22/10/1882
Ignácio de Amorim Antuterpio		17/12/1882
Aristides Cezar Espinola Zama	Deputado Provincial	07/01/1883
Antonio Araújo Bastos	Deputado Provincial	07/01/1883
Satiro de Oliveira Dias	Deputado Provincial	07/01/1883
Arthur Cesar Rios	Deputado Provincial	07/01/1883
Augusto de Araújo Santos	Deputado Provincial	07/01/1883
Francisco Rodrigues da Silva	Conselheiro	07/01/1883
Augusto Alves Guimarães		07/01/1883
João Ferreira de Araújo Pinho		07/01/1883
Umbelino Guedes de Mello	Comendador	07/01/1883
José Vieira de Farias Rocha	Major	07/01/1883
Maximiano dos Santos Marques	Coronel	07/01/1883
Antônio Joaquim Gomes Junior		07/01/1883
Aristides Novis	Coronel	07/01/1883
João Alves Carrilho		07/01/1883
Antônio Euzebio Gonçalves de Almeida		07/01/1883
Antônio Policarpo Araponga	Coronel	07/01/1883

João Carvalho	Capitão	07/01/1883
Virgílio Cezar de Carvalho		07/01/1883
Domingos Souza Requião		07/01/1883
Militão Barbosa Lisboa		07/01/1883
Aureliano de Souza Britto	Coronel	07/01/1883
Horácio Cezar		07/01/1883
Emegdio Joaquim dos Santos		07/01/1883
José Luiz de Almeida Couto	Conselheiro e Presidente da Província	28/08/1889
Francisco João Fernandes	Deputado Provincial	28/08/1889
Antônio Bahia da Silva Araújo	Professor e Deputado Provincial	28/08/1889
Tranquilino Borborema	Major	07/06/1893
Joaquim Manoel Rodrigues Lima	Governador do Estado da Bahia	07/06/1893
Manoel Anastácio Cajueiro ⁴		08/04/1895
Felipe Benicio		01/11/1895
Amâncio Rodrigues Seixas		01/11/1895
Manoel Francisco dos Santos		01/11/1895
Affonso João Maria de Freitas		24/11/1895
Terêncio Aranha Dantas		12/01/1896
João Augusto Neiva	Comendador	08/03/1896
Júlio Alves da Palma		24/02/1920

Fonte: ASPD, Livro de termos dos sócios protetores (1851-1883); ASPD, Livro de termos dos sócios protetores (1883-1920).

⁴ A partir do dia 8 de abril de 1895, passa a ser registrado o título de sócio benemérito.